

Roberto Perobelli
Cláudia Jotto Kawachi-Furlan
Amanda Heiderich Marchon
Pedro Henrique Witchs
Gesieny Laurett Neves Damasceno
(Orgs.)

Estudos Linguísticos e Direitos Humanos

Linguagem, Interação
e Comunicação

3

6° CONEL
CONGRESSO NACIONAL DE
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

UFPS
PPGEL
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM LINGÜÍSTICA

 Pedro & João
editores

**Estudos Linguísticos e
Direitos Humanos:
linguagem, interação e comunicação**

Volume 3

**Roberto Perobelli
Cláudia Jotto Kawachi-Furlan
Amanda Heiderich Marchon
Pedro Henrique Witches
Gesieny Lauret Neves Damasceno
(orgs.)**

**Estudos Linguísticos e
Direitos Humanos:
linguagem, interação e comunicação**

Volume 3

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Roberto Perobelli; Cláudia Jotto Kawachi-Furlan; Amanda Heiderich Marchon; Pedro Henrique Witchs; Gesieny Laurett Neves Damasceno [Orgs.]

Estudos Linguísticos e Direitos Humanos: linguagem, interação e comunicação.
Vol. 3. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 295p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1670-6 [Digital]

1. Estudos linguísticos. 2. Direitos humanos. 3. Práticas de linguagem. 4. Interação. 5. Comunicação. I. Título.

CDD – 410/370

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Revisão: Amanda Heiderich Marchon e Roberto Perobelli

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Avaliação por pares: Os textos que compõem esta obra foram submetidos à avaliação de pareceristas anônimos e, após avaliação sem identificação, foram indicados para publicação.

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Sumário

Apresentação da coletânea	7
Apresentação deste volume	9
Rindo e discordando: o gerenciamento do riso durante um debate no canal Spotniks Deyvid Petri Cecon e Roberto Perobelli	13
Análise de notícias do jornal <i>Tribuna Online</i> sobre violência sexual infantojuvenil publicadas na pandemia da Covid-19 Daniela Littig Endlich e Micheline Mattedi Tomazi	37
Referenciação a serviço da impolidez nos <i>bastidores</i> de notícias políticas Rosani Muniz Marlow	65
Cláusulas hipotáticas de finalidade em tuítes: prospecção e volitividade Francisco Quenupe e Amanda Heiderich Marchon	91
Análise dos processos referenciais e intertextuais na construção da modalidade argumentativa polêmica em <i>fake news</i> no contexto digital Kátia Regina Franco	111
A percepção da expressão do objeto direto anafórico de terceira pessoa: análise das variantes pronominais clítica e lexical Carolina Amorim Zanellato e Leila Maria Tesch	127

<i>Como o público acha que os participantes do telejornal falam?: um estudo de percepção sobre a variação na expressão de primeira pessoa do plural no telejornalismo</i> Renata Alves Batista e Leila Maria Tesch	153
Os vícios de pronúncia: prescrições para a família senhorial sobre os perigos de africanização da língua portuguesa (1856-1858) Carlos Eugênio Soares de Lemos, Sérgio Arruda de Moura e Thiago Eugênio Lorêdo Bêta	179
Sitcoms e acessibilidade: análises voltadas às questões de traduzibilidade Paulo Henrique Santos Nunes	207
Educação linguística na era digital: possibilidades pedagógicas para ampliar as competências comunicativas dos surdos Alini Ribeiro Nogueira Silva, Cristiana Barcelos da Silva e Maria Eduarda Costa Maciel Nogueira	223
Estratégias do ensino remoto para estudantes surdos na pandemia Aline de Castro Kaster e Tatiana Bolivar Lebedeff	237
Leitura e produção de textos na educação básica: o trabalho com a notícia do site sensacionalista Juliane Nogueira de Sá	261
Sobre as autoras e os autores	285
Palavras-chave deste volume	293

Apresentação da coletânea

É com grande satisfação que apresentamos esta coletânea de cinco volumes, frutos do 6º Congresso Nacional de Estudos Linguísticos (CONEL), realizado na Universidade Federal do Espírito Santo em 2023. Sob o tema **Estudos Linguísticos e Direitos Humanos**, o congresso reuniu pesquisadores, pesquisadoras, estudantes e profissionais de diversas áreas em todas as regiões do Brasil, isto é, pessoas dedicadas a refletir sobre as interseções entre a linguística e os direitos humanos em suas mais variadas dimensões.

Os artigos aqui presentes representam a multiplicidade dos debates promovidos durante o evento, abordando desde questões de identidade até aspectos epistemológicos da pesquisa linguística, passando por tópicos caros à linguística, como gêneros textuais, interação, comunicação, educação linguística e inclusão. Cada volume da coletânea foi organizado de maneira a destacar temas específicos que perpassam o campo dos estudos linguísticos:

O primeiro volume, *Linguística e Identidade*, enfoca as relações entre língua, cultura e identidade, analisando como essas dinâmicas refletem e moldam as experiências de sujeitos e grupos diversos. Em *Práticas de linguagem e Inclusão*, segundo volume, são abordadas as relações entre linguagem e contextos sociais, explorando a diversidade e a acessibilidade em suas amplas acepções. O terceiro volume, *Linguagem, Interação e Comunicação*, analisa o papel da linguagem em processos interacionais, destacando a comunicação como ferramenta para a compreensão e transformação social. Já o quarto volume, *Língua, Sociedade e Educação*, examina a interface entre língua e sociedade, com foco nas práticas e políticas educacionais que promovem inclusão. Por fim, o quinto volume, *Epistemologias*

linguísticas e Ensino de línguas, discute as bases teóricas e metodológicas da pesquisa linguística, aprofundando a reflexão sobre os fundamentos da área.

Esta coletânea representa o esforço de pessoas pesquisadoras comprometidas com o avanço e a democratização do conhecimento em linguística, alinhado aos princípios fundamentais dos direitos humanos. Agradecemos à CAPES pelo apoio essencial para a realização desta publicação, e aos autores, autoras, organizadores e organizadoras por mais esta contribuição que enriquece o campo dos estudos linguísticos no Brasil. Desejamos a quem nos lê que seja uma leitura proveitosa e inspiradora!

A Comissão Organizadora

Apresentação deste volume

Roberto Perobelli
Cláudia Jotto Kawachi-Furlan
Amanda Heiderich Marchon
Pedro Henrique Witches
Gesieny Laurett Neves Damasceno

Este terceiro volume da coleção **Estudos Linguísticos e Direitos Humanos**, intitulado **Linguagem, Interação e Comunicação**, reúne doze capítulos que exploram a complexidade das interações humanas através da linguagem, sob diversas perspectivas e contextos. Neste volume, autores e autoras de diferentes áreas do conhecimento analisam como a linguagem molda, reflete e afeta as dinâmicas de poder, as relações sociais e, por conseguinte, os direitos humanos. Ao enfatizar a relação entre linguagem, interação e comunicação, o livro nos convida a refletir sobre as estruturas linguísticas e discursivas que orientam e configuram a comunicação na sociedade contemporânea.

O primeiro capítulo, **Rindo e discordando: o gerenciamento do riso durante um debate no canal Spotniks**, de Deyvid Petri Ceccon e Roberto Perobelli, examina o papel do riso em um debate gravado para um canal disponibilizado na plataforma de streaming *YouTube*. No debate analisado, discordâncias se manifestam não apenas pelo que é falado vocalmente, mas também pelo modo como as emoções são expressas corporificadamente. A análise evidencia o riso como recurso interacional e demonstra como ele pode suavizar ou intensificar tensões em discussões públicas.

No segundo capítulo, **Análise de notícias do jornal Tribuna Online sobre violência sexual infantojuvenil publicadas na pandemia da Covid-19**, de Daniela Littig Endlich e Micheline

Mattedi Tomazi, as autoras abordam a cobertura da mídia sobre temas sensíveis, como a violência sexual contra menores. A análise demonstra como a escolha de palavras e o enquadramento de notícias podem reforçar estereótipos e influenciar a percepção pública sobre o problema, evidenciando a responsabilidade da mídia na comunicação de questões sociais.

Referenciação a serviço da impolidez nos bastidores de notícias políticas, de Rosani Muniz Marlow, terceiro capítulo do livro, explora o uso da linguagem para sinalizar impolidez no ambiente das notícias políticas. A autora analisa como certos usos da referenciação podem contribuir para a construção de uma narrativa de ataque e de confronto, destacando a dimensão pragmática da comunicação jornalística.

No quarto capítulo, Francisco Quenupe e Amanda Heiderich Marchon apresentam **Cláusulas hipotáticas de finalidade em tuítes: prospecção e volitividade**. A análise dos autores centra-se em como as pessoas projetam suas intenções ao empregar cláusulas de finalidade no *Twitter*. Esse estudo revela aspectos das interações digitais que escapam à linguagem convencional, contribuindo para o entendimento das práticas comunicativas em redes sociais.

O capítulo **Análise dos processos referenciais e intertextuais na construção da modalidade argumentativa polêmica em fake news no contexto digital**, de Kátia Regina Franco, investiga a manipulação da linguagem na construção de notícias falsas. A autora examina como certos recursos linguísticos são empregados para construir uma aparência de veracidade, mostrando a importância da análise crítica do discurso na luta contra a desinformação.

Já o sexto capítulo, **A percepção da expressão do objeto direto anafórico de terceira pessoa: análise das variantes pronominais clítica e lexical**, de Carolina Amorim Zanellato e Leila Maria Tesch, trata da variação linguística e das escolhas pronominais no português brasileiro. As autoras discutem como essas variantes refletem e influenciam a percepção dos falantes, evidenciando a intersecção entre linguagem e identidade.

Já em **Como o público acha que os participantes do telejornal falam?: um estudo de percepção sobre a variação na expressão de primeira pessoa do plural no telejornalismo**, Renata Alves Batista e Leila Maria Tesch exploram a percepção popular sobre a linguagem utilizada em telejornais. O capítulo examina como as escolhas linguísticas de jornalistas podem moldar a credibilidade e a identificação do público com a mídia.

O capítulo intitulado **Os vícios de pronúncia: prescrições para a família senhorial sobre os perigos de africanização da língua portuguesa (1856-1858)**, de Carlos Eugênio Soares de Lemos, Sérgio Arruda de Moura e Thiago Eugênio Lorêdo Bêta, analisa um documento histórico que reflete preconceitos linguísticos e sociais do Brasil oitocentista. Os autores trazem à tona questões de poder e exclusão racial na linguagem, mostrando como a língua pode ser usada como instrumento de dominação.

Sitcoms e acessibilidade: análises voltadas às questões de traduzibilidade, de Paulo Henrique Santos Nunes, aborda os desafios de tradução e acessibilidade no contexto das sitcoms. Nunes investiga como a comunicação não-verbal e os tropos culturais podem ser perdidos na tradução, propondo soluções para tornar as mídias mais inclusivas para públicos com necessidades especiais.

No décimo capítulo, **Educação linguística na era digital: possibilidades pedagógicas para ampliar as competências comunicativas dos surdos**, Alini Ribeiro Nogueira Silva, Cristiana Barcelos da Silva e Maria Eduarda Costa Maciel Nogueira examinam métodos pedagógicos para melhorar a comunicação de surdos. As autoras exploram como a tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa na educação linguística inclusiva.

O capítulo **Estratégias do ensino remoto para estudantes surdos na pandemia**, de Aline de Castro Kaster e Tatiana Bolivar Lebedeff, complementa o capítulo anterior, analisando os desafios enfrentados por estudantes surdos no ensino remoto. A pesquisa destaca a importância de adaptações pedagógicas para garantir a inclusão e acessibilidade em contextos de aprendizado on-line.

Encerrando este volume, Juliane Nogueira de Sá, em **Leitura e produção de textos na educação básica: o trabalho com a notícia do site sensacionalista**, analisa o uso pedagógico de notícias fictícias como forma de desenvolver o pensamento crítico dos estudantes. A autora mostra como o humor e a sátira podem estimular a análise crítica e o entendimento das estruturas discursivas na formação dos jovens.

A partir desta breve apresentação, queremos destacar que **Linguagem, Interação e Comunicação** é um convite a todas as pessoas que desejarem explorar os diversos contextos em que a linguagem se entrelaça com a interação social, oferecendo múltiplas perspectivas sobre os impactos da comunicação na sociedade. Ao englobar temas tão variados e atuais, o livro propõe uma reflexão bastante diversa sobre o papel da linguagem nas relações humanas, incentivando quem o lê a continuar a jornada de descoberta e análise a partir de cada um dos capítulos aqui apresentados.

Vitória, novembro de 2024

Rindo e discordando: o gerenciamento do riso durante um debate no canal Spotniks

Deyvid Petri Cecon
Roberto Perobelli

Introdução

O humorista Paulo Gustavo, falecido em 4 de maio de 2021, em decorrência de complicações da Covid-19, em uma de suas últimas aparições na TV, afirmou que “rir é um ato de resistência” (cf. Fonseca, 2021). Com essa frase, ele deixou uma importante reflexão não apenas sobre o papel do humor e do humorista em uma sociedade, mas também sobre como o riso tem uma função muito mais abrangente do que apenas indicar que algo seja engraçado. Como será destacado no presente capítulo, em uma interação, é possível que alguém comece a rir como forma de demonstrar, ainda que polidamente, uma postura emocional de discordância, indicando uma certa resistência ao que uma outra pessoa está falando. De certo modo, a análise que originou este artigo vem reforçar, em perspectiva interacional, o que o humorista conseguiu condensar em uma frase.

O tema do riso transita livremente pelos campos do conhecimento. Trata-se de um assunto amplamente abordado, paralelamente à inquirição sobre o humor e a comicidade, de interesse da biologia (Darwin, 2009 [1890]), da psicanálise (Freud, 2017 [1905]), da filosofia (Bergson, 1924), da literatura (Propp, 1992 [1976]) e/ou da linguística (Raskin, 1984). A visibilidade do riso em nossas culturas, indicada por sua resiliência em todos os campos do saber, pode se dever ao fato de que o riso é um fenômeno pervasivo na vida social (Strid; Cekaite, 2021).

Este capítulo aborda o riso do ponto de vista da interação social. Assim, ele examina exibições de risos usadas para tornar sem maiores efeitos a demonstração de resistência ao que está sendo falado em uma conversa. Fizemos a seleção de um fragmento do vídeo *Colocamos uma mulher TRANS e uma FEMINISTA RADICAL para conversar (sem que elas soubessem)*, publicado no Youtube pelo canal *Spotniks* em abril de 2021. O canal conta com mais de um milhão e meio de assinantes. O vídeo completo tem cerca de 26 minutos e, até o início do ano de 2024, quando este texto foi escrito, logrou cerca de 3 milhões de visualizações dentro da plataforma, com 270 mil curtidas e 50 mil comentários. Segue, na íntegra, a descrição fornecida pelo canal:

Vigésimo quarto episódio do quadro PRECONCEITO. Nele, duas pessoas que nunca se viram na vida tentam adivinhar características relevantes uma sobre a outra usando como base apenas o estereótipo. Dessa vez, chamamos a Victoria Monforte, mais conhecida como MC Trans, para conversar com a Julia Kreischer, feminista radical (Spotniks, 2021).

Cabe destacar que o formato dos episódios do quadro *Preconceito* não apresenta a figura do/a mediador/a, à maneira dos formatos tradicionais do gênero *debate*. Conhecida apenas pelos internautas, que podem acessar a descrição do vídeo supracitada, a proposta dessa filmagem é a de fazer com que duas pessoas que não se conheciam antes demonstrassem suas impressões imediatas uma sobre a outra. Desse modo, tendo produzido uma série de vídeos com o sugestivo nome de *Preconceito*, a premissa do canal é a de transmitir uma espécie de *experimento social*, o qual objetiva tensionar alguns estereótipos da sociedade.

Por que o debate entre Victoria Monforte e Julia Kreischer foi escolhido?

De acordo com os indicadores da própria plataforma, o fragmento escolhido para compor esta análise corresponde ao trecho do vídeo que foi o mais repetido pelos internautas. À primeira vista, o segmento pode ser descrito como sendo o clímax emocional de uma discordância em torno do tópico *uso de banheiros públicos femininos por mulheres trans*, ao que as duas debatedoras expressam, uma a opinião favorável e outra, contrária ao tema. Este trabalho se inscreve na ordem do dia das disputas que ocorrem na sociedade por abordar um artefato que viralizou na *web*. Entendemos que problematizá-lo, enquanto um evento de fala-em-interação e com vistas a produzir conhecimento sobre linguagem, é uma tarefa que está colocada nas agendas da Análise da Conversa (doravante, AC) e da Linguística Aplicada.

Este estudo de caso utiliza o aparato teórico-metodológico da AC. Desse modo, são observadas as minúcias turno a turno de um segmento interacional, adotando-se como premissas a valorização da perspectiva dos próprios interagentes e a noção de que as ações sociais são produzidas interacionalmente, em sequências de pares adjacentes.

A partir de um visionamento repetitivo e exaustivo do vídeo público do canal Spotniks, realizou-se a segmentação e a transcrição do excerto que está reproduzido na seção seguinte. O trabalho se filia a Garcez, Bulla e Loder (2014), para quem essas etapas de pesquisa consistem em procedimentos analíticos plenos para a política de investigação da AC.

Esta pesquisa adota as convenções para a transcrição da fala conforme elaboradas por Jefferson (2004). Além disso, foram incorporadas à análise as convenções de transcrição específicas do riso, presentes em Glenn (2003a). Para a realização da transcrição, empregou-se o *software* de áudio *Audacity*. Foi realizado, também, o tratamento da multimodalidade do dado investigado, a partir da transcrição das ações corporificadas presentes no segmento

interacional. Isso se justifica uma vez que, em diálogo com Lorenza Mondada (2018), toda interação compreende uma pluralidade de modalidades. Entende-se que essa escolha é pertinente, pois o recurso à imagem e à visibilidade das ações corporificadas, possibilitado pelas convenções de transcrição específicas de Mondada (2018), permite uma análise global da interação em foco.

A seguir, reproduzimos um quadro contendo as convenções de transcrição empregadas, cuja confecção se propõe a auxiliar o entendimento do excerto de análise.

Quadro 1. Convenções de transcrição

(1.8)	Indicação de ausência de fala em segundos e décimos de segundo
(.)	Indicação de ausência de fala de até dois décimos de segundo
?	Entonação ascendente
,	Entonação contínua
.	Entonação descendente
:	Alongamento de som
-	Interrupção na produção vocal
=	Contiguidade entre duas linhas de turno de fala
=	Alteração de timbre para mais agudo
↑	Alteração de timbre para mais grave
↓	
TRECHO	Trecho de fala em volume mais alto que os do entorno
°trecho°	Trecho de fala em volume mais baixo que os do entorno
<u>trecho</u>	Acento ou ênfase em trecho de fala
>trecho<	Fala em ritmo acelerado
<trecho>	Fala em ritmo desacelerado
[trecho]	Indicação de onde começa exatamente uma voz sobreposta
f{trecho}f	Fala risada
h	Expiração audível (e.g. riso)
.h	Inspiração audível
(h)	Partícula de riso posicionada durante a fala
@ @	Indicação de onde começa e termina uma ação corporificada de JUL
\$ \$	Indicação de onde começa e termina uma ação corporificada de VIC
#	Indicação do ponto exato de captura da imagem apresentada
fig	Indicação da captura de imagem sobre o vídeo em ordem cronológica
@---->@	Indicação de início e fim de um determinado movimento descrito
esb/abr/ men/abn/ apt	Indicação de ações: esboça; abre; começa; menea; abana; aponta.
B, C, M	Indicações de partes do corpo: B(oca), C(abeça) e M(ão), respectivamente.

Fonte: elaboração própria, a partir de Jefferson (2004), Mondada (2018) e Glenn (2003a)

Na sequência, apresentamos o segmento interacional em questão. O excerto de análise se inicia com Julia Kreischer (JUL),

categorizada como uma feminista radical, ocupando-se de revelar à interlocutora Victoria Monforte (VIC), categorizada como uma mulher trans, sua resposta para uma pergunta da pauta.

Cabe lembrar que o funcionamento dessa interação, assim como o dos demais episódios do quadro *Preconceito*, consistiu em fazer com que duas pessoas que não se conheciam tentassem adivinhar algumas características uma da outra somente com base no que viam, pois elas foram colocadas frente a frente. Para isso, anteriormente, foi-lhes entregue um questionário impresso com perguntas elaboradas pela produção do canal *Spotniks*, as quais abrangiam temas diversos, entre eles, os considerados pelo canal como potenciais fontes de discordância. As participantes responderam a esse questionário simultaneamente, assim que se posicionaram em frente às câmeras, em momento de *making off* (cf. Spotniks, 2021).

O que o debate entre Victoria Monforte e Julia Kreischer nos revela sobre o riso?

O vídeo se inicia com a comparação das respostas que as participantes preencheram em seus questionários, seguindo a ordem da pauta. Ressalta-se que, por seu formato *livre*, isto é, sem a presença de mediadores, todo o evento interacional foi conduzido pelas próprias participantes, ficando a cargo delas a organização da tomada de turno no debate.

Excerto 1. “você SUPER me decepcionou agora” [10’31” a 11’53”]

```
001 JUL PRA mim >uma mulher< trans: (0.3) @<não> deve #ter o °dir-
      jul @esb sorriso
      fig #fig 1
002 JUL de frequen|tar banheiros públicos femininos.
003 (.)
```

No início desse excerto, JUL revela sua resposta ao próximo item do questionário que haviam respondido previamente, isto é, a solicitação de opinião sobre o direito de uma mulher trans

frequentar banheiros públicos femininos. A entrega dessa resposta, porém, é feita com um trabalho interacional notável, e alguns recursos evidenciam isso, como, por exemplo, o prolongamento de som (“trans:”), o atraso (“(0.3)”), a diminuição da velocidade da fala no momento exato do fornecimento da negativa (“<não>”) e a autointerrupção (“dir-”) (cf. ll. 001-002). Simultaneamente à pronúncia do item de negação, JUL esboça um quase imperceptível sorriso (cf. fig 1), comumente chamado de *sorriso de canto de boca*.

Fig. 1



Fonte: Spotniks (2021)

Todos esses recursos coordenados podem ser considerados como indícios de que JUL antecipava o caráter potencialmente discordante de sua resposta. Corrobora esse entendimento a informação de que VIC, minutos antes, tinha revelado uma opinião muito diferente sobre o mesmo tópico, haja vista ela se dizer favorável ao uso desses banheiros por mulheres trans. Assim, do ponto de vista das participantes, foi inaugurado um momento de discordância no debate. Uma vez instaurado esse *clima de discordância*, JUL prossegue ocupando-se em prestar contas de sua resposta (ll. 004-009).

Excerto 2. continuação do excerto anterior

```
004 JUL porque::
005 (0.8)
006 JUL .h ãn: (0.4) PODE ser um:- um::-
007 $ (0.9) # $
    vic $abr B $
    fig #fig 2
008 JUL é:- um medo meu, >mas eu tenho<  muito medo @>pelas
    jul @olha VIC
009 mulheres<, porque eu já- vi alguns casos que aconteceu
    isso,
```

Enquanto JUL presta contas de sua resposta anterior, VIC demonstra identificar no turno de sua interlocutora uma fonte de surpresa, porque implementa a ação corporificada de abrir totalmente a boca (l. 007; cf. fig 2), ainda sem produzir nenhum turno de fala.

Fig. 2



Fonte: Spotniks (2021)

Essa exibição de emoção vem a ser o que estamos considerando nesta análise como sendo o primeiro índice de resistência de VIC. Sabe-se que a surpresa pode ser exibida metodicamente para exprimir uma quebra na expectativa do/a falante corrente (cf. Wilkinson; Kitzinger, 2006). Do modo como foi feita, essa exibição emocional vem a ser emblemática do segmento sob análise, uma vez que, nele, VIC se engaja em atividades desafiliativas sem deixar de sustentar um aspecto afiliativo na

interação. Para todos os fins práticos, quando, por meio da exibição de surpresa, VIC demonstra que teve suas expectativas frustradas, está demonstrando que existiam, não obstante isso, *expectativas*. Compreende-se que a alegação, via corporalidade, de uma quebra de expectativa evidencia a orientação da participante a um piso afiliativo no debate, pois assim é concedido a JUL o que o senso comum considera como sendo o *benefício da dúvida*. Na sequência, JUL prossegue em sua prestação de contas, orientando-se, novamente, ao caráter discordante de sua resposta.

Excerto 3. continuação do excerto anterior

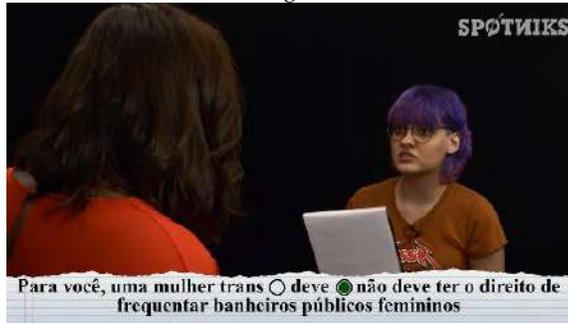
```

010 JUL eu @NÃO digo que# são mulhe[res trans,
      jul      @men C
              #fig 3
011 VIC [°°hhhhhhh°°=
012 JUL =[muitas mulhere- >muitas pessoas< trans dizem que?=
013 VIC =[°°hhhhh$hhhhh#hhhhh°° hhhhhh °°hhhhhhehe°°=
      vic      $olh estúdio; fecha olhos; abn prancheta----->
      fig              #fig 4
014 VIC =°hehe[hehehe° hhhh$
      vic      abn prancheta---->$
015 JUL      [essas pessoas não são trans de verdade.
016      (0.5)

```

Olhando para VIC e meneando severamente a cabeça (cf. fig 3), a participante se orienta à categorização da interlocutora como uma mulher trans (“eu NÃO digo que são mulhe[res trans”, l. 010), ao que VIC demonstra compreender esse turno como contendo um elemento passível de riso. O riso que se desencadeia na sequência toma, inclusive, muitos turnos de fala (cf. ll. 011, 013, 014).

Fig. 3



Fonte: Spotniks (2021)

Em sobreposição de vozes com JUL (ℓ. 012-013), VIC prossegue em sua trajetória de exibir resistência à fala da interlocutora, por meio de risos em volume de voz muito baixo, o que caracteriza uma sobreposição não problemática por permitir que JUL continuasse falando sem maiores esforços. Em meados do turno sobreposto, VIC ressalta, com acréscimos de risos, inclusive, um objeto risível particular no autorreparo de JUL, o qual substituiu o item *mulheres* pelo item *pessoas* (“**muitas mulhere- > muitas pessoas< trans**”, ℓ. 012).

Até o momento, a exibição de risos tem sido uma oferta predominantemente visual de VIC à interlocutora, dado o volume de voz muito baixo com que eles foram produzidos. Mas a participante empreende, também, novas ações conjugadas aos risos (cf. fig 4).

Fig. 4



Fonte: Spotniks (2021)

Como é possível perceber, ela olha dramaticamente para o estúdio de gravação, fecha os olhos e se abana com a própria prancheta, simulando um leque. Essa última ação corporificada, que se valeu de um artefato material da ecologia interacional, foi mantida por um longo tempo na interação (cf. ll. 013-027).

Na medida em que a interação avança, com VIC exibindo emoção através de risos que não se encerram enquanto JUL não para de falar, é possível perceber também que as prestações de contas de JUL vão sendo incrementadas (“*mas eu não sei qual é o critério de vocês >pra considerar< alguém tran:s°*”, ll. 018-019; “*E QUE já atacaram mulheres*”, l. 021) quase que como em resposta aos risos de VIC:

Excerto 4. continuação do excerto anterior

```
017 VIC hhhhhhhhhh  
    vic ---->  
  
018 JUL °mas eu não sei qual é o critério de vocês >pra considerar<  
019     alguém tran:s°.  
  
020 VIC HAHA#HAHAHA AAAi [a(h)i .hhh  
    vic ---->  
    fig      #fig 5  
021 JUL                                     [E QUE já atacaram mulheres:
```

Em outras palavras, os acréscimos de prestação de contas evidenciam certo desconforto com os risos, ao mesmo tempo em que sinalizam uma orientação para continuar dando satisfação de seu posicionamento até que a outra pare de rir como um sinal de aceitação de alguma de suas justificativas. VIC produz, então, novo tipo de riso (“*HAHAHAHAHA AAAi*”, l. 020; fig 5), que localiza no turno de fala precedente mais um risível (“*mas eu não sei qual é o critério de vocês >pra considerar< alguém tran:s°*”, ll. 018-019). A exibição lexicalizada e exagerada (porque em volume alto) do riso vem a serviço da demonstração da participante de que ela está rindo arbitrariamente, ao invés de espontaneamente, o que amplifica o escopo de sua resistência.

Fig. 5



Fonte: Spotniks (2021)

O que acontece nos turnos seguintes segue um padrão: o xingamento, entregue no formato de pergunta que projeta resposta negativa (“*eu não posso te mandar tom(h)ar no ((sinal sonoro)) agora, né?*”, l. 022; fig 6), tem suas consequências atenuadas na interação. Entende-se que a fala em voz risada, a partícula de riso e o próprio formato da pergunta constrangeram uma resposta de JUL em segunda posição que fosse produzida similarmente, ou seja, com risos (“*fnão: hehehehehhf*”, l. 023; fig 7). Isso ocorre devido à preferência pelo compartilhamento da risada (cf. Jefferson, 1979).

Excerto 5. continuação do excerto anterior

```
022 VIC feu não pos#so te mandar tom(h)ar no((sinal
vic sonoro) ) agora, néf
fig ---->
#fig 6

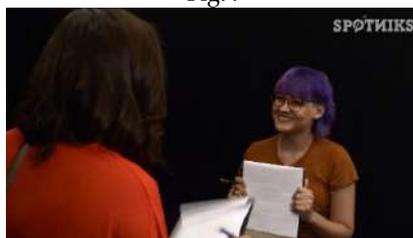
023 JUL @fnão: hehe#hehehhf
jul @meneia cabeça
fig #fig 7
```

Um detalhe que não pode nos passar sem ser analisado é o que se observa na postura corporal de JUL (figs. 6 e 7). Enquanto VIC usa sua prancheta como leque, JUL dispõe a prancheta a sua frente como se fosse um escudo.

Fig. 6



Fig. 7



Fonte: Spotniks (2021)

Uma vez que as cadeiras estão muito próximas e que há uma situação de discordância sem nenhum/a outro/a participante para mediar o debate, em tese, nada impediria, na hipótese de uma interação chegar a um nível alto de desacordo, de as partes se agredirem fisicamente. No entanto, uma vez que o *xingamento polido* de VIC afastou essa possibilidade de agressão física, é possível notar que, ainda mantendo sua prancheta à semelhança de um escudo, JUL passa a fazê-lo com um sorriso no rosto (fig. 7).

Excerto 6. continuação do excerto anterior

```

024 VIC hehehaHAHAHAHA
025 VIC fdesculpa, [eu ia adorar?f
026 JUL [.hhh he
027 VIC [hhhhhhhhh
vic ---->§

028 JUL [fnão po#de.f
fig #fig 8

029 VIC §mas deixa eu te explicar uma |coisa#, gata:::
vic §declina C
fig #fig 9

030 VIC §((sinal sonoro)) (mer) ((sinal sonoro))
vic §olha estúdio
§ (0.4) §

031 jul @sorri@
032 VIC fnossa, você §SUPER me decepcionou agora,f=
vic §olha estúdio----->

033 JUL -[desculpa.

034 VIC -[foê §tava muito linda §aqui §na minha frente.f
vic ---->§ §apt M§

035 JUL desculpa.

036 VIC |vamo lá.

((continua))

```

Assim, o turno de VIC em fala risada, “*Édesculpa, eu ia adorar?É*” (ℓ. 025), seguido de mais risos “*hhhhhhhhh*” (ℓ. 027), recicla a pergunta inicial, ao que JUL responde com uma negativa mais enfática, porém ainda com a mesma fala risada (“*Énão pode.É*”, ℓ. 028). VIC movimentada, performaticamente, a cabeça (cf. figs 8-9), sinalizando que está se preparando para a réplica subsequente. Na fala, isso é indiciado pelos alongamentos e pela alteração de timbre para mais grave (indicado com uma seta para baixo na transcrição), o que contrasta com o padrão agudo com o qual a interação estava sendo levada até o momento (“*mas deixa eu te explicar uma ↓coisa, gata::*”, ℓ. 029).

Fig. 8



Fig. 9



Fonte: Spotniks (2021)

Antes de iniciar sua réplica à fala de JUL, VIC olha para o estúdio e diz o que parece ser um palavrão, mas que foi censurado na edição do vídeo, feita pelo canal. Essas vocalizações preparam a emergência das já citadas alegações de expectativas frustradas, as quais apresentam elogios vestigiais (“*Énossa, você SUPER me decepcionou agoraÉ*”, ℓ. 032; “*cê tava muito linda aqui na minha frente*”, ℓ. 034). Mais uma vez, o padrão se repete: em resposta ao trecho censurado, JUL sorri (fig. 10), e em resposta a cada alegação elogiosa, pede desculpas (ℓ. 033; ℓ. 035).

Anteriormente, na análise das primeiras trocas deste segmento que estamos analisando, afirmamos que os risos se configuraram como a alegação, via corporalidade, de uma quebra de expectativa acerca das orientações a um piso afiliativo no debate da parte de VIC em relação a JUL, a quem VIC, portanto, teria, de certa forma

concedido o *benefício da dúvida*. No encerramento do excerto, portanto, o mesmo método, que, antes, havia sido destacado pela corporalidade, agora é também verbalizado (cf. “*fnossa, você SUPER me decepcionou agora!*”, l. 032; “*cê tava muito linda aqui na minha frente*”, l. 034)¹.

Nesta análise, destacamos que a exibição de uma série de risos por VIC é usada para demonstrar sua posição de resistência ao tópico emergente, a saber, a declaração de JUL, seguida dos motivos pelos quais a interlocutora se disse contrária ao uso de banheiros públicos femininos por mulheres trans. Nesse episódio de risos, incluem-se ocorrências de risos lexicalizados, de fala risada e de fala interpolada por partículas de riso.

Como a análise procurou demonstrar, o engajamento na ação desafiliativa de discordar no debate foi atenuado pelo sistema de preferências que o riso instaura estruturalmente no segmento. A relevância condicional da produção de ações afiliativas em segunda posição ao riso pôde ser vista, por exemplo, quando VIC pergunta, com a voz risada, se podia xingar a interlocutora (cf. l. 022). Ao negar e produzir risos compartilhados, JUL se afilia ao convite para rir de VIC e trata seu turno como recreativo. Essas exhibições emocionais, portanto, ajudam as interagentes a constituírem um piso conversacional que minimiza os impactos do irremediável aprofundamento da discordância.

As análises indicaram que os risos no segmento examinado são recursos corporificados das interagentes para constituir um modo conversacional afiliativo, o qual salvaguarda a ampliação do escopo da discussão. A investigação do excerto apontou para exhibições de risos usadas para expressar resistência e discordância, sem, todavia, deixar de preservar um piso afiliativo no debate. Em outras palavras, houve riso compartilhado (convite e aceite), mas houve também discordância, para a realização da qual os risos serviram como elementos modalizadores. Com efeito, os risos destacados nas análises consistem em exhibições emocionais que

¹ A continuação desta interação é apresentada na seção ‘apêndice’, ao fim deste capítulo.

pouco ou nada se relacionam com a ideia de humor e divertimento e muito se associam à noção de recurso atenuador de uma sequência de discordância.

Uma reflexão sobre o riso como índice de discordância

Adotando a política de investigação de base etnometodológica da AC, pesquisas que se debruçam sobre o fenômeno interacional dos risos têm sido desenvolvidas (cf. Jefferson, 1979; Jefferson; Sacks; Schegloff, 1987; Glenn, 2003a; Haakana, 2012; Strid; Cekaite, 2021). Cabe destacar a publicação, no ano de 2010, de um dossiê temático no *Journal of Pragmatics*, intitulado *Conquistas Sociais e a Organização Sequencial da Risada: Estudos em Honra de Gail Jefferson* e organizado por Monika Vöge e Johannes Wagner. A linguista homenageada, inclusive, foi precursora nos estudos da fala-em-interação que tematizam a risada.

Ainda hoje, as pesquisas de Gail Jefferson são referências para os estudos do riso na perspectiva interacional, pois, entre outras coisas, eles têm descrito os ambientes sequenciais nos quais um riso é socialmente tratado como a próxima ação relevante. Uma descoberta importante para o estudo do riso é a noção de risível, que nos ajuda a compreender o sistema de (des)preferência com o qual opera o fenômeno focalizado neste capítulo. Glenn (2003a) descreve o risível como qualquer referente, em geral, produzido pelos falantes correntes, que atraia risos e para o qual eles são posicionados durante ou imediatamente após sua elaboração. Isso é exatamente o que acontece com o turno de JUL (“eu NÃO digo que são mulhe[res trans]”, l. 010), tratado como risível por VIC, que empreende muitos risos em seguida (cf. ll. 011, 013, 014). No caso em análise, retifica-se que, em se tratando de interações com dois interlocutores, ou diádicas, se o falante corrente é quem produz o risível, será ele/a a antecipar a emergente risibilidade do referente, haja vista o sistema de troca de falas conceder a esses interagentes uma preferência para rir primeiro (Glenn, 2003a).

Trabalhos em AC, em geral, e este, em particular, têm fornecido evidência de que o gerenciamento da risada na conversa cotidiana não se submete a uma regra elementar aplicada para a fala, isto é, a de “na grande maioria dos casos, fala um de cada vez” (Sacks; Schegloff; Jefferson, 2003 [1974], p. 19). Nesse sentido, os estudos pioneiros de Gail Jefferson demonstraram que a reciprocidade, ou compartilhamento de risadas, é a forma preferencial que o riso assume na interação social, pois observou-se que em muitos contextos os falantes riem, e rindo, convidam seus interlocutores para rir junto com eles (Jefferson, 1979). Assim, risos individuais são, frequentemente, transformados em risadas compartilhadas, que não necessariamente ocorrem em sobreposição ou em uníssono perfeitos (Glenn, 2003a).

Em determinadas ecologias interacionais, costuma-se evitar o fornecimento do primeiro riso. O pesquisador exemplifica esse achado fazendo menção aos espetáculos de comédia *stand-up*. Nesses contextos de múltiplos participantes, se o comediante produzir risos antes da plateia, e mesmo que ele detenha a propriedade dos risíveis, isso pode ser interpretado como um autoelogio, o que costuma ser evitado (Glenn, 2003a). Com esse exemplo, o autor demonstra que um risível é explicável apenas localmente, por isso se diz que essa noção é analiticamente problemática.

Uma comparação possível a partir da análise empreendida neste capítulo diz respeito à multimodalidade observada na interação, pois, à semelhança do que Glenn (2003a) ressaltou a respeito das risadas em espetáculos de comédia *stand-up*, não foi a produtora do risível quem começou a rir, até porque quem começou a tratar a sua fala como risível foi a outra participante, e não ela mesma. No caso analisado aqui, JUL, ao proferir seu turno de fala sobre ser contra a utilização de banheiros femininos por mulheres trans, não demonstrou que seu posicionamento era digno de riso. Ao mesmo tempo, quando apontamos *digno de riso*, é preciso salientar que *risível* ou *digno de riso* aqui não é sinônimo de *engraçado*. A risada de VIC sobre a fala anterior de JUL ressalta

exatamente que, mesmo não sendo considerada por ambas, a fala de JUL não pode ser levada a sério, e isso é que justificaria o tratamento do turno como risível.

Ainda a respeito da multimodalidade, é possível notar, graças ao fato de a análise ser feita sobre um vídeo, que o riso de VIC ocorre concomitantemente à fala de JUL, mas trata-se de um riso que não causa problemas relativos à sobreposição de vozes, por se tratar de um riso sob a forma de uma expiração audível, e não exatamente lexicalizado, como ocorre alguns turnos depois. Em outras palavras, enquanto VIC produz riso apenas com expirações audíveis e apresentando expressões faciais reveladoras de surpresa (abertura da boca, por exemplo), isso já subverte o caráter *fala-um-de-cada-vez* de Sacks et al. (2003 [1974]). Outra evidência dessa subversão é que JUL não *se perdeu* em sua fala, ou seja, ela continuou produzindo seu turno de fala sem apresentar contratempos e perturbações (cf. Schegloff, 2000). Porém, mesmo assim, é possível afirmar que os acréscimos de prestações de contas, enquanto os risos de VIC se escalonavam, passaram a se configurar enquanto uma forma de reagir a esse escalonamento, isto é, ela *não se perdeu* em sua fala, mas também não proferiu seus turnos subsequentes como se estivesse desatenta às ações locais imediatas de sua interlocutora. Pelo contrário, seu excesso de prestações de contas eram, em certa medida, um recurso interacional para tentar buscar a concordância da outra parte, mas isso não aconteceu.

Com isso, é possível reafirmar a literatura já consolidada sobre o tema, que também nos mostra que os risos não ocorrem necessariamente em contextos nos quais participantes exibem uns para os outros emoções que exprimem um divertimento genuíno, visto que algumas das trajetórias interacionais descritas sejam as sequências de narração de problemas, como as examinadas em Jefferson (1984). Nesses dados, ao relatar uma adversidade, os falantes frequentemente se valem de risos para exibir uma resistência ao problema, enquanto seus interlocutores se orientam para a ação afiliativa de receptividade ao problema relatado, não

produzindo nenhum riso em resposta e tratando o que foi dito, então, seriamente (Jefferson, 1984).

Na esteira disso, deve ser mencionado o trabalho de Markku Haakana (2012), que investiga um tipo específico de risada. As risadas lexicalizadas, como são chamadas, se caracterizam por serem intencionalmente falsas, isto é, produzidas para que sejam entendidas dessa maneira pelos interlocutores. O autor evidencia que ocorrências dessa risada são observáveis, por exemplo, em sequências de anedotas malsucedidas. Uma vez que as piadas tornam relevante algum tipo de risada responsiva a elas, pois “o barômetro de uma piada bem-sucedida é sua habilidade em atrair risada” (Glenn, 2003a, p. 91, tradução nossa), o ouvinte da piada produz risadas lexicalizadas em resposta para demonstrar que entendeu o que ouviu, e que entendeu o que ouviu *como* uma piada, porém não achou engraçado, avaliando o turno de fala prévio, então, negativamente (Haakana, 2012).

Considerações finais

Assim, resgata-se um lembrete do autor, para o qual “nem toda risada na interação está ligada ao humor, gracejos e divertimento [...], é usada para exibir vários tipos de posturas afetivas [...], nem toda risada por um falante foi formatada como um convite para o(s) interlocutor(es) participar(em) dela” (Haakana, 2012, p. 184, tradução nossa). Afinal, não é preciso ser especialista para reconhecer uma distinção básica entre o rir *com* alguém e o rir *de* alguém. Do ponto de vista do saber leigo, é truísmo alegar que o riso pode ser usado para implementar mais de um projeto interacional. E os dados analisados neste capítulo ajudam a confirmar essa possibilidade de interpretação.

Sabe-se, também, que a exibição de risos usualmente demonstra uma orientação dos interagentes à afiliação. Em suma, a afiliação é obtida interacionalmente e a partir da reciprocidade de posturas afetivas. Assim, o estudo seminal de Jefferson, Sacks e Schegloff (1987) evidencia risos exibidos em sequências de fala

imprópria, quando se quer perseguir a intimidade. Nesses dados, rir junto é um lembrete que os interagentes exibem uns para os outros sobre o estado atual de sua relação interpessoal.

Por fim, assim como risíveis são voláteis, e a risada pode fornecer “uma base para resistir às atividades, não de maneira explícita, como se faria através de outros meios, mas sutilmente, de modos que podem até mesmo preservar alguma afiliação” (Glenn, 2003b, p. 122, tradução nossa), nos contextos investigados pelo autor, o riso indicia resistências, por parte de quem ri, a determinados objetos interacionais. Semelhantemente, esta pesquisa procurou destacar o modo como duas debatedoras produzem risos para exibir, de forma atenuada, suas posições de resistência às posições que cada uma estava defendendo. Como se procurou sustentar nas análises, essa exibição atenuada é possível devido à organização do fenômeno do riso, cuja emergência na interação seleciona as próximas ações relevantes, seguindo um sistema de preferências que foi brevemente exposto neste capítulo sobre o fenômeno do riso.

Referências

- BERGSON, H. **Le Rire**: Essai sur la signification du comique. Paris: Éditions Alcan, 1924. Edição digital sob curadoria voluntária de Bertrand Gibier. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/bergson_henri/le_rire/le_rire.html. Acesso em: 23 fev. 2024.
- BILMES, J. Regrading as a conversational practice. **Journal of Pragmatics**, v. 150, p. 80-91, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Coronavírus. [Brasília]: Ministério da Saúde, [202-]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/coronavirus>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- BUTTNY, R. **Social Accountability in Communication**. Londres: Sage, 1993.
- DARWIN, C. Alegria, bom-humor, amor, sentimentos de ternura, devoção. In: _____. **A expressão das emoções no homem e nos**

animais. Tradução de Leon de Souza Lobo Garcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1890], p. 169-188.

FONSECA, N. 'Rir é um ato de resistência': homenagem a Paulo Gustavo destaca sua trajetória. **CNN Brasil**, São Paulo, 05 maio 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/rir-e-um-ato-de-resistencia-homenagem-a-paulo-gustavo-destaca-sua-trajetoria/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

FREUD, S. **O chiste e sua relação com o inconsciente**. Tradução de Fernando Costa Mattos e Paulo César de Souza. (Obras Completas, vol. 7). São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [1905].

GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **Delta**, v. 30, n. 2, p. 257-288, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-445078307364908145>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GARCEZ, P. M.; STEIN, F. Organização da fala-em-interação: o dispositivo para o gerenciamento de fala sobreposta na conversa cotidiana em dados de português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 23, n. 1, p. 159-194, 2015.

GLENN, P. **Laughter in Interaction**. Nova York: Cambridge University Press, 2003a.

_____. Laughing along, resisting: constituting relationship and identity. In: _____. **Laughter in Interaction**. Nova York: Cambridge University Press, 2003b, p. 122-161.

HAAKANA, M. Laughter in Conversation. The Case of "Fake" Laughter. In: PERÄKYLÄ, A.; SORJONEN, M-L. (Org.). **Emotion in Interaction**. Nova York: Oxford University Press, 2012, p. 174-194.

JEFFERSON, G. A technique for inviting laughter and its subsequent acceptance/declination. In: PSATHAS, G. (Org.). **Everyday language: Studies in Ethnomethodology**. Nova York: Irvington Publishers, 1979, p. 79-96.

_____. On the organization of laughter in talk about troubles. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Org.). **Structure of Social Action: Studies in Conversation Analysis**. Londres: Cambridge University Press, 1984, p. 346-369.

JEFFERSON, G.; SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A. Notes on laughter in the pursuit of intimacy. In: BUTTON, G.; LEE, J. R. E. (Org.). **Talk and Social Organisation**. Clevedon: Multilingual Matters, 1987, p. 152-205.

JEFFERSON, G. Glossary of transcript symbols with an introduction. In: LERNER, G. H. (Org.). **Conversation Analysis: Studies from the First Generation**. Amsterdã: Benjamins, 2004, p. 13-31.

LODER, L.; SALIMEN, P. G.; MÜLLER, M. Noções fundamentais: sequencialidade, adjacência e preferência. In: LODER, L.; JUNG, N. M. (Org.). **Fala-em-interação social: Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica**. Campinas: Mercado das Letras, 2008, p. 39-58.

MARIANO, L. S.; NOGUEIRA, M. O.; PEROBELLI, R. A sobreposição de vozes na preparação de uma exposição oral. **Letra Magna (Online)**, v. 16, p. 1878-1895, 2020.

MONDADA, L. Multiple Temporalities of Language and Body in Interaction: Challenges for Transcribing Multimodality. **Research on Language and Social Interaction**. v. 51, n. 1, mar. 2018, p. 85-106.

PEROBELLI, R. Análise sequencial multimodal do gerenciamento da fala sobreposta em uma entrevista televisiva. In: Micheline Mattedi Tomazi Almeida; Ariel Sessa (Org.). **Discursos contemporâneos: saúde, educação, política e interseccionalidades**. Campinas: Pontes Editora, 2022, p. 175-198.

PROPP, V. **Comicidade e riso**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. (Série Fundamentos, vol. 84). São Paulo: Editora Ática, 1992 [1976].

RASKIN, V. **Semantic mechanisms of humor**. Dordrecht: Reidel, 1984.

RUUSUVUORI, J. Emotion, Affect and Conversation. In: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Org.). **The Handbook of Conversation Analysis**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013, p. 330-349.

RUUSUVUORI, J.; ASMUß, B.; HENTTONEN, P.; RAVAJA, N. Shared affective stance displays as preliminary to complaining. In:

ROBLES, J.; WEATHERALL, A. (Org.). **How Emotions Are Made in Talk**. Filadélfia: John Benjamins, 2021, p. 129-161.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. **Veredas**. Juiz de Fora, v. 7, 2003, p. 9-73. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25266>. Acesso em: 23 fev. 2024. [Tradução de SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G.. A Simplest Systematic for the Organization of Turn Taking for Conversation. **Language**. V. 50, n. 4, 1974, p. 696-735].

SCHEGLOFF, E. A. Overlapping talk and the organization of turn-taking for conversation. **Language in Society**, v. 29. p. 1-63, 2000.

SPOTNIKS. Colocamos uma mulher TRANS e uma FEMINISTA RADICAL para conversar (sem que elas soubessem). YouTube, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EgHfwfUjpiQ>. Acesso em: 23 fev. 2024.

STRID, E.; CEKAITE, A. Embodiment in reciprocal laughter: Sharing laughter, gaze, and embodied stance in children's peer group. In: ROBLES, Jessica; WEATHERALL, Ann (Org.). **How Emotions Are Made in Talk**. Filadélfia: John Benjamins, 2021, p. 163-186.

WILKINSON, S.; KITZINGER, C. Surprise as an Interactional Achievement: Reaction Tokens in Conversation. **Social Psychology Quarterly**. v. 69, n. 2, 2006, p. 150-182.

Apêndice: continuação do segmento analisado

037 VIC .hhhhhhhhhhhhhhhhhh

038 VIC qual é a <diferença> (.) você como ↓<feminista> você luta
039 pelo direito da mulher (.) né?

040 VIC IMAGina você sendo uma <mulher: trans> (.) tá:?

041 VIC .hh o que que faz uma mulher trans ser uma mulher trans,
042 gente nem um homem hétero vai se vestir de trans (.) não se
043 veste de trans (.) se nasce trans. .hhhh

044 VIC então imagina você no meu lugar thk eu tô dentro de um
045 shopping se ponha no meu lugar eu tenho pei:to eu tenho
046 bunda mas eu poderia nem ter peito eu sou uma mulher trans
047 mas tudo bem eu tô aqui cê tá me vendo,

048 JUL aham.

049 VIC imagina eu entrando num banheiro onde tem mictório masculino
050 aonde todos os homens estão em pé com o pênis pra fora
051 mijando um na frente do outro,

052 JUL eu entendo completamente é (também) forte isso.

053 VIC isso é muito diferente do banheiro feminino.

((prossegue a interação))

Análise de notícias do jornal *Tribuna Online* sobre violência sexual infantojuvenil publicadas na pandemia da Covid-19

Daniela Littig Endlich
Micheline Mattedi Tomazi

Introdução

A violência sexual infantojuvenil é um problema social de latente proporção dentro da sociedade brasileira. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP, 2021), a violência sexual contra crianças e adolescentes é cometida majoritariamente por adultos que são conhecidos das vítimas, sejam eles pais, parentes próximos, vizinhos e amigos, somando-se um total de 83% dos casos.

Também no Atlas da Violência divulgado pelo Ipea (2023) os dados mostram que a residência, ou seja, o lar, é o local em que mais ocorre esse tipo de violência, com dois em cada três casos, para crianças de 0 a 14 anos, e um em cada dois, para adolescentes de 15 a 19 anos. Assim, é por meio do olhar atento de profissionais da educação e da saúde que muitos desses casos podem ser identificados e denunciados, ajudando essas crianças e adolescentes vítimas de abusos a não se calarem, mas a enfrentarem a situação com o apoio do Estado. Além disso, o papel da educação sexual é estratégia fundamental para prevenir esse tipo de violência e garantir relacionamentos mais saudáveis (Unesco, 2019).

Com o início da pandemia da Covid-19, em 2020, no Brasil, as medidas sanitárias necessárias para que o vírus não se proliferasse ainda mais foram impostas pelo governo, transformando muitos dos serviços em modalidades remotas. Isso ocorreu,

principalmente, para as crianças e adolescentes, uma vez que passaram a estudar de forma remota (*on-line*) em suas residências. Nesse sentido, elas ficaram integralmente perto de seus familiares e, conseqüentemente, mais perto de possíveis abusadores do círculo familiar.

Longe do olhar atento dos profissionais e sem grande chance de possibilidade de denúncia, as vítimas não tinham tanto acesso ao pedido de ajuda, ocorrendo, segundo o ABSP (2021), a subnotificação dos casos de abusos sexuais infantojuvenis no Brasil. Os dados apresentados no Atlas da Violência (2023) demonstram que, no período de 2011 a 2021, ocorreu uma escalada da violência sexual, apresentando uma oscilação de redução e aumento em 2020 e 2021, anos em que as subnotificações podem ter sido maiores, tendo em vista o contexto da pandemia da Covid-19 e o isolamento social.

Os casos de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, dado seu caráter de problema grave social, vêm ganhando cada vez mais notoriedade em pesquisas, debates, notícias, cartilhas e diversas outras formas de expor esses crimes, a fim de que a sociedade reflita, debata e denuncie a ocorrência dos crimes e, também, de seus criminosos. Os jornais, por terem um alto prestígio social, considerados por van Dijk (2008) como uma elite simbólica, detém grande poder sobre a sociedade, controlando a produção e a distribuição das notícias a fim de informar, mas também de manipular a população.

É nesse contexto que o presente artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: como o jornal capixaba *Tribuna Online* construiu discursivamente as notícias referentes aos casos de abusos sexuais infantojuvenis durante o período pandêmico da Covid-19? Sob esta égide, temos o objetivo geral de analisar se o jornal em questão, considerado uma elite simbólica (Van Dijk, 2008), utiliza um viés mercadológico e sensacionalista ao construir as notícias, além de, especificamente, procurar identificar se há, mesmo que implicitamente, uma ideologia machista e patriarcal nas notícias.

Dado o cenário da pandemia mundial, selecionamos as notícias em um recorte de um (1) ano de pandemia da Covid-19 no Espírito Santo, entre as datas de 1º de março de 2020 a 8 de março de 2021. Encontramos 66 notícias, dentre as quais selecionamos para a análise 62 delas, desconsiderando quatro notícias que noticiavam casos de abusos sexuais de meninos. Desconsideramos essas notícias visto que 85% das vítimas, no Brasil, são meninas (ABSP, 2021). Isso não significa que os casos ocorridos com meninos não tenham relevância, entretanto, a opção pelos casos relacionados ao gênero feminino se dá devido ao alto número de ocorrências.

A escolha da violência infantojuvenil e do jornal *Tribuna Online* se justifica em decorrência do diálogo com os trabalhos já realizados pelo Grupo de Estudo sobre os Discursos da Mídia (GEDIM), que vem realizando pesquisas sobre diferentes tipos de violência de gênero, com base nos Estudos Críticos do Discurso de van Dijk (2008, 2011, 2015, 2016a, 2016b, 2017). Essa mobilização vem demonstrando como essas violências se constituem como problemas sociais e como são representadas e divulgadas em mídias sociais, como é o exemplo das mídias jornalísticas. A relevância da análise sobre a presente problemática se dá devido ao fato de que ainda não havia nenhuma pesquisa no grupo que se voltasse para tal tema.

Portanto, buscamos realizar uma análise qualitativa para verificar como as notícias com a temática da violência sexual infantojuvenil são construídas pelo jornal *Tribuna Online*. Para tanto, conforme já mencionamos, utilizamos as lentes dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) de abordagem sociocognitiva de van Dijk (2008, 2011, 2015, 2016a, 2016b, 2017) para ponderar as seguintes categorias: as vozes (fontes) das vítimas; a retórica dos números e as nomenclaturas atribuídas aos crimes nas notícias.

Os resultados das análises demonstraram que o jornal *Tribuna Online* constrói discursivamente as manchetes de forma mercadológica, sem se preocupar em realizar a conscientização e o debate sobre o problema social em questão com os leitores do jornal.

Além disso, ao apresentar a retórica dos números, o jornal expõe de forma desigual as penas impostas aos criminosos, focando na pena daqueles de classe social inferior em comparação aos de classes sociais mais altas, também enfocando as penas de pessoas de fora do círculo familiar das vítimas em contraposição a menor aparição das penas de familiares e conhecidos abusadores. Um ponto positivo é em relação ao jogo de números referentes a idade das vítimas, dado que proporciona a reflexão por parte dos leitores sobre os crimes praticados contra indivíduos menores de idade.

Após essas considerações, seguem as conceituações sobre os ECD de abordagem sociocognitiva de Teun A. van Dijk (2008, 2011, 2015, 2016a, 2016b, 2017), norteadoras da análise das notícias. Em seguida, há uma breve apresentação das leis que regem os crimes de abuso sexual infantojuvenil no país, sucedida às análises das notícias. E, por fim, às considerações finais deste artigo.

Estudos Críticos do Discurso como aporte para a análise das notícias

Os Estudos Críticos do Discurso de van Dijk (2008, 2011, 2015, 2016a, 2016b, 2017) são definidos pelo autor como “um movimento científico especificamente interessado na formação de teoria e na análise crítica da reprodução discursiva de abuso de poder” (Van Dijk, 2008, p. 9). Nesse viés, o poder e o abuso de poder são de grande importância para os ECD. Compreendendo o contexto de vulnerabilidade infantojuvenil no período de pandemia da Covid-19, analisar como os jornais, enquanto instituições midiáticas, construíram discursivamente os casos de abuso sexual infantojuvenil é de grande relevância, uma vez que eles são considerados como elites simbólicas que “controlam a (re)produção de crenças, normas e valores sociais, de acordo com seus interesses. Logo, constituem-se em propagadores de ideologias dominantes na sociedade moderna” (Tomazi; Rocha; Ortega, 2016, p. 44). Assim, as ideologias são definidas por van Dijk

como uma forma básica de cognição social compartilhada pelos membros de um grupo, representando identidade de grupo, ações grupais e seus objetivos, normas e valores grupais, relações com outros grupos, e a presença ou ausência de recursos grupais. Tais ideologias representam interesses do grupo e são desenvolvidas por grupos a fim de organizar e controlar seu discurso e outras práticas sociais, que podem consistir em dominar ou resistir a outros grupos. (Van Dijk, 2015, p. s53)

Isto posto, as ideologias são aprendidas lentamente, apresentando-se relativamente estáveis e lentamente mutáveis (Van Dijk, 2015), “partilhadas e usadas para identificar, formar e manter grupos sociais e o seu poder” (Van Dijk, 2017, p. 15).

As elites simbólicas definidas como “membros dos grupos sociais mais poderosos e instituições e, especialmente, seus líderes” (Van Dijk, 2016b, p. 24), controlam o discurso público de forma direta ou indireta. O jornal, reconhecido como uma dessas elites simbólicas dentro da sociedade, é capaz de controlar como as informações serão produzidas e divulgadas para a população. Isso acontece para manter o controle sobre o acesso, manipulando grandes massas populacionais de acordo com os seus fins específicos.

Nesse sentido, os Estudos Críticos do Discurso de van Dijk (2008, 2011, 2015, 2016a, 2016b, 2017) possuem uma abordagem sociocognitiva do discurso por meio da tríade discurso-cognição-sociedade. Essa tríade pode ser representada pela figura 1, abaixo, que foi elaborada por Natale (2015), a partir da leitura de van Dijk.

Figura 1. Tríade da Análise Sociocognitiva do Discurso



Fonte: Natale (2015, p. 57)

Sob esta ótica, é possível identificar que na tríade discurso-cognição-sociedade, o discurso e a sociedade não se interligam diretamente, sendo feita a conexão entre eles através da cognição que acaba por mediar esses dois elementos. O discurso é conceituado como uma forma de prática social, sendo capaz de estabelecer mudanças em sociedade. A sociedade abarca os grupos sociais e seus membros, assim como as relações de poder e de abuso de poder de grupos dominados e dominantes. E, por fim, a cognição é dividida em pessoal e social, sendo a cognição pessoal entendida como as representações mentais de experiências e emoções individuais, e a cognição social, como as representações coletivas, tais como as ideologias, atitudes e conhecimentos socialmente compartilhados por grupos sociais.

O discurso, nessa perspectiva, é considerado como uma interação social situada cultural, histórica e politicamente, um modo de ação e um modo de representação, uma prática social em que pessoas não só interagem, mas também agem sobre elas mesmas, sobre o mundo e sobre outras pessoas. Nesse sentido, a noção de conhecimento é crucial, porque ele pode ser adquirido por

meio dos discursos “dos pais, dos professores, de amigos, dos meios de comunicação de massa, pela internet e muitos outros gêneros e formas de comunicação” (Van Dijk, 2016b, p. 37).

A notícia jornalística está entre esses discursos que nos fazem ativar conhecimentos pressupostos e novos conhecimentos sobre determinado assunto. A informação mais importante noticiada parte do conhecimento geral ou genérico dos leitores para um novo conhecimento que, ao produzir a notícia, o jornal pressupõe que o leitor não tenha sobre um determinado assunto. Para van Dijk (2016a, p. 11) essa é uma das funções da notícia: dar informação para que os leitores possam atualizar seus conhecimentos acerca de eventos que estão ocorrendo no mundo em geral e em seu país, estado ou cidade em particular. O conhecimento é, portanto, um recurso simbólico que está intimamente atrelado ao poder: que tipo de conhecimento as notícias sobre violência infantojuvenil estão gerenciando, ativando e construindo discursivamente?

A noção de poder é considerada, neste artigo, em sua função social ou institucional. Trata-se de uma ferramenta discursiva utilizada por quem controla o discurso público e a comunicação. As mídias jornalísticas detêm esse poder porque usufruem do poder social e são consideradas elites simbólicas (Van Dijk, 2008), justamente por determinarem basicamente quem pode dizer (ou escrever), a quem pode dizer sobre determinado assunto, de que modo e em que circunstâncias isso pode acontecer (Van Dijk, 2015). Assim, assumimos que as mídias jornalísticas fazem parte desse grupo ou instituição (e seus membros) que controla o acesso ao conhecimento e às formas do discurso.

O poder também pode se manifestar de forma mais indireta no discurso, como representação na forma de expressão, descrição ou legitimação dos atores, do poder ou de suas ações e ideologias. O poder discursivo costuma ser direta ou indiretamente persuasivo e, portanto, exibe justificativas, argumentos, promessas, exemplos e outros instrumentos retóricos que aumentam a probabilidade de os receptores formarem as representações mentais desejadas. Uma

estratégia crucial quando se trata de disfarçar o poder é convencer as pessoas sem poder de que elas praticaram as ações desejadas em nome de seus interesses (Van Dijk, 2008, p. 84).

Portanto, van Dijk (2008, p. 74) explica que as mídias jornalistas selecionam as informações e assuntos a serem abordados, decidindo “quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito”. Em consequência disso, torna-se importante que o analista do discurso procure mostrar as escolhas linguístico-discursivas do jornal na construção de notícias sobre temas que envolvem questões sociais.

Ao propormos uma análise baseada na tríade discurso, cognição e sociedade, reconhecemos um vasto repertório de estratégias linguísticas e de estruturas discursivas utilizadas na construção do texto da notícia jornalística, objeto de nossa análise, mas optamos por algumas categorias que julgamos relevantes para discutir a interface cognitiva entre discurso e sociedade, a saber: 1) fontes e discurso relatado; 2) retórica dos números; e 3) lexicalização ou variação lexical da tipologia criminal.

Para van Dijk (2008), as fontes de informação são escolhidas de forma seletiva pelas mídias jornalísticas, que decidem quem poderá falar e de que forma o discurso será relatado. No caso das notícias, há a apresentação do discurso relatado de forma indireta para indicar a fala das vítimas menores de idade. Como apresenta Cazarin (2004),

O discurso relatado indireto formal (DRIF) que corresponde ao discurso indireto de Bakhtin (1990:155-73), ou seja, que se apresenta como um processo de parafraseagem do discurso-outro, não mantém compromisso com a originalidade do discurso-outro, apenas a ele se refere. Por isso, o sujeito enunciativo do discurso tanto pode relatar parcialmente o discurso do outro como dar ao mesmo outra versão, isto é, a sua versão. Segundo Indursky (1992: 294-95), essa modalidade de discurso tem uma sintaxe passível de formalização - SN dizer X - na qual, dizer pode ser substituído por afirmar, fazer

crer, alegar, desejar, pretender, espalhar, propagar, dentre outros (Cazarin, 2004, p. 184).

Nesse sentido, caso não haja comprometimento do jornal em transpor o relato da vítima do discurso direto ao indireto de forma responsável e coerente, pode ocorrer uma distorção intencional para atender os fins mercadológicos e sensacionalistas dessa mídia.

A retórica dos números, por sua vez, aparece como uma estratégia discursiva (Van Dijk, 2016a). Ao utilizar os números, o jornal adota uma estratégia para dar sustentação aos seus argumentos, transmitindo objetividade, precisão e credibilidade ao que está sendo noticiado. Van Dijk (2008) afirma que não importa a exatidão dos números, o objetivo da estratégia é dar credibilidade e facticidade ao caso.

Por fim, a lexicalização aparece como uma forma de escolha/variação do léxico a depender dos objetivos comunicacionais e ideológicos da mídia. Para van Dijk (2008), nenhuma escolha é aleatória, mas sempre carregada de marcas ideológicas, sendo nesse sentido que ao substituir ou optar por utilizar uma palavra ao invés de outra, o jornal imprime diferentes sentidos ideológicos no discurso.

Leis que regem os crimes de violência sexual infantojuvenil

A violência contra crianças e adolescentes no Brasil é categorizada em cinco formas diferentes de acordo com a Lei nº 13.431/2017, sendo: 1) violência física; 2) violência psicológica; 3) violência sexual; 4) violência institucional; e 5) violência patrimonial. Nos deteremos à explanação do que diz a referida lei sobre a violência sexual, dado ser a forma principal de violência ocorrida nas notícias coletadas. Assim, segundo o Art. 4º da Lei nº 13.431/2017, temos que

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar

conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

- a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;
- b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;
- c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação; (Brasil, 2017).

Além disso, ao se referir a violência sexual contra crianças e adolescentes, é possível identificar que esse crime também se apresenta com outras nomenclaturas: abuso sexual, pedofilia, estupro, estupro de vulnerável e exploração sexual. Apresentamos essas conceituações visto que, durante as análises, são observadas as escolhas realizadas pelo jornal *Tribuna Online* por determinada nomenclatura em vez de outra, para problematizar efeito dessa escolha na percepção geral da notícia.

Em reportagem publicada pelas Nações Unidas (2018), a Organização Mundial da Saúde (OMS) expõe que a pedofilia é considerada um transtorno mental no qual o indivíduo adulto possui preferência sexual por crianças e adolescentes. Já o abuso sexual, ou violência sexual, é definido como

[...] todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar

de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho (Nações Unidas, 2018).

Para a Sociedade Brasileira de Pediatria, o abuso sexual

[...] é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo abusador está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Estas práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, por ameaças ou pela indução de sua vontade. Podem variar desde atos em que não exista contato sexual (voyerismo, exibicionismo) aos diferentes tipos de atos com contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual, visando a lucros como prostituição e pornografia (Deslandes, 1994) (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2001, p. 12-13).

Observa-se, nas duas definições acima, a exploração sexual presente nessas conceituações sobre abuso sexual, porém sempre remetendo à obtenção de lucro.

Além disso, há leis no Brasil que regem esses tipos de crimes, como a Lei nº 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sobre a proteção integral à criança e ao adolescente; a Lei nº 13.431/2017, que regulamenta o método da escuta especializada e do depoimento especial, a fim de que a vítima de violência sexual se sinta acolhida e receba tratamento humanizado; e, também, a Lei nº 12.015/2009, que trata dos crimes contra a dignidade sexual.

Para o Código Penal Brasileiro, a exploração sexual está definida e prevista em alguns artigos. Na Lei nº 12.015/2009, o Art. 218-B apresenta-se como:

Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por

enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone (Brasil, 2009).

Os casos de estupro e de estupro de vulnerável são apresentados de forma separada em dois artigos diferentes no Código Penal Brasileiro, na Lei nº 12.015/2009. No Art. 213, “estupro” é definido como “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que, com ele se pratique outro ato libidinoso”. Enquanto que “estupro de vulnerável” é apresentado no Art. 217-A como “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”.

Entretanto, para os casos de pedofilia, não consta nenhuma lei específica no Código Penal Brasileiro. Landini (2003) apresenta uma reflexão a respeito de como os casos de pedofilia são retratados pelos jornais em relação à classe social em que o pedófilo se encontra:

A principal delas, a meu ver, é a percepção de que, independente da missão colocada pelo próprio jornal [...], de noticiar os fatos de forma imparcial, a narrativa da violência sexual é permeada por alguns conceitos como classe ou violência/doença. Como pudemos perceber, há uma separação bastante clara entre o crime cometido por uma pessoa de classe baixa e outra de classe média ou alta. No caso da pedofilia, atribuída a pessoas das classes mais abastadas, há ainda uma conexão com a doença mental (Landini, 2003, p. 9).

Com isso, é possível identificar essa escolha lexical como uma forma de perpetuar uma ideologia corrente de que as classes menos favorecidas são classes mais violentas. Ao trazer a violência para as classes mais altas, a doença e o transtorno mental são utilizados como justificativas, descentralizando a responsabilidade do abusador pelo estupro cometido. Nesse sentido, na seção a seguir, o leitor pode encontrar como esses termos foram utilizados nas

notícias divulgadas pelo jornal *Tribuna Online* em casos de abusos sexuais infantojuvenis no estado do Espírito Santo.

Análise das notícias de abuso sexual infantojuvenil divulgadas pelo jornal *Tribuna Online*

A análise das 62 notícias de violência sexual de crianças e adolescentes meninas, ocorridas no estado do Espírito Santo em um ano de pandemia da Covid-19 e que foram divulgadas pelo jornal *Tribuna Online* foram divididas em três seções diferentes, sendo: (1) Discurso relatado: a vítima como fonte nas notícias; (2) Estratégia do jogo de números; e (3) Nomenclatura dos crimes.

Discurso relatado: a vítima como fonte nas notícias

As vítimas, ocasionalmente, aparecem tendo voz, mesmo que indiretamente, dentro do texto jornalístico do jornal *Tribuna Online*. Na notícia “Policial militar é suspeito de abusar da filha de 13 anos” (N40), há trechos com discurso relatado em que a vítima expõe o ocorrido. Assim, o jornal utiliza do discurso indireto, como em “A vítima relatou...” e “A vítima disse...”, encontrado, por exemplo, em “A vítima disse que demorou a contar porque estava envergonhada” para apresentar a fala da vítima menor de idade.

No trecho da notícia citada acima (N40), “A vítima ainda relatou que durante o abuso, ela chorou e implorou para que o pai não fizesse nada, pois ela era sua filha. O acusado ainda teria pedido à filha que não relatasse nada à mãe”. Há, nesse momento, o controle parental, onde a vítima pede, mas não é ouvida, e onde o pai “pede” e é atendido devido ao poder exercido sobre ela. Como apresenta van Dijk,

Apesar de haver importantes diferenças culturais (Snow e Furgeson, 1977), e diferenças entre os pais e as mães (Gleason e Geif, 1986), o controle parental costuma ser exercido na conversa entre pais e filhos de muitas maneiras: “A falta de status das crianças nas sociedades

estratificadas pode mantê-las em silêncio, proibi-las de dar início a certos assuntos ou de discuti-los, impedi-las de interromper ou exigir-lhes que usem uma variedade especial deferencial de discurso” (Ervin-Tripp e Strage, 1985: 68) (Van Dijk, 2008, p. 59).

Têm-se, portanto, que o criminoso utiliza seu poder parental sobre a filha, na intenção de satisfazer seus desejos e coagi-la com o intuito de que ela permaneça em silêncio e não conte sobre o estupro a mais ninguém. De acordo com Saffioti e Almeida (1995),

o domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. É com esta estrutura que a família tem garantido o *status quo*, pleno de privilégios para os homens [...]. Constrói-se, em virtude da sacralidade da família, um verdadeiro muro de silêncio em torno dos eventos ocorridos no seio deste grupo. Em nome da defesa de uma privacidade que existe apenas para os homens e não para as mulheres, a sociedade em geral - exceção feita a alguns grupos - não atua no sentido de alterar as violentas formas de sociabilidade desenvolvidas pela família. [...] O que se observa empiricamente são práticas extremamente autoritárias, tanto na direção adulto-criança quanto no sentido homem-mulher. Pode-se afirmar, sem muita margem de erro, que a família constitui uma das instituições sociais mais autoritárias e castradoras (Gaiarsa, 1986,19800) [...]. (Saffioti; Almeida, 1995, p. 33-34)

O “pedido” de silêncio feito pelo pai à sua filha funciona como uma ordem, a fim de fazer com que ela silencie e com que ele tenha os seus desejos sexuais atendidos. É por meio do poder e da dominação masculina que as vítimas dominadas são tratadas como meros objetos de desejo a serem manipuladas, ocorrendo, assim, a sua desumanização.

Outro ponto importante em relação ao discurso indireto é visto em “A vítima disse...” ou em “A adolescente contou...”, nos

quais o jornal faz uma paráfrase do discurso dessas vítimas. Não se pode confirmar que esse discurso indireto é realmente verídico e sem alterações de cunho ideológico, como foi visto por Cazarin (2004). Assim, verbos como “relatou”, “disse”, “contou”, “alegaram” etc. são alguns dos verbos utilizados pelo jornal para produzir o discurso indireto das vítimas. Há aqui o uso da estratégia da modalização que, como apresenta Charaudeau (1992: 572 *apud* Charaudeau, P.; Maingueneau, D., 2020, p. 337), explicita “as posições do sujeito falante em relação a seu interlocutor, a si mesmo e a seu propósito”. Assim, por meio da modalização, o jornal se afasta do enunciado e do caso noticiado ao utilizar os verbos descritos acima.

Além do exposto, outra característica desse tipo de discurso é o não comprometimento com a veracidade do que a pessoa entrevistada está dizendo. Ao relatar o que a vítima disse, usando os verbos na terceira pessoa do pretérito perfeito do indicativo, o jornal se isenta de quaisquer responsabilidades em relação à verdade ou não do que a vítima contou. Essa estratégia acaba corroborando com o que trouxemos em relação à falta de status das vítimas, uma vez que, mesmo sendo ouvida, ainda não é encarada pelas elites simbólicas (Van Dijk, 2008), como sendo digna de agência.

A voz das vítimas também aparece no corpo de outras notícias, como no caso: “Adolescente é acusado de estuprar sobrinha de 4 anos e mais duas crianças em Vila Velha” (N10). Encontram-se, no corpo da notícia, dois trechos com a voz indireta das crianças, como em “Uma das crianças contou...” e “as outras também alegaram ter sido vítimas do estudante”. Em outras notícias, há a voz indireta da vítima, por exemplo em “Aos militares, a garota contou...” e “A vítima relatou ainda que os abusos aconteciam com frequência e que o suspeito ameaça a vítima e a família dela, caso ela contasse a alguém”, trechos encontrados na notícia “Menor é estuprada dentro de casa pelo namorado da irmã e acaba grávida na Serra” (N39). Nesse caso, vê-se novamente o uso do poder masculino para silenciar a vítima, por meio de ameaças a ela e a sua família.

Entende-se, por fim, que as crianças e as adolescentes precisam de espaço para serem ouvidas sem serem diminuídas ou sem terem seus discursos relatados de forma que aparente dúvida da veracidade dos fatos. Já os responsáveis, familiares, instituições escolares e da saúde devem estar sempre atentos aos sinais das crianças e das adolescentes, a fim de que as palavras reprimidas sejam ditas em ambientes seguros, para que os abusos sejam cessados e para que os criminosos arquem com as consequências de seus atos.

Estratégia do jogo de números

Para van Dijk (2016a), o uso estratégico dos números é uma estrutura discursiva e, sendo o jornal formado por diversas estruturas discursivas e organizadas por critério de relevância, os jogos de números utilizados pelo jornal *Tribuna Online* não podem ser vistos de forma meramente informativa. Nesse sentido, ao analisar as notícias, identificamos três estratégias: (1) a quantidade temporal, (2) a quantidade apreendida e (3) a quantidade de pena.

A quantidade temporal aparece nas notícias com a estrutura recorrente [menina/criança/etc. de x anos] como em “Menina de 11 anos que engravidou após estupro faz aborto” (N26), aparecem em 33 das 62 notícias coletadas. Assim, ao trazer essas estruturas, o jornal em questão apresenta uma dimensão temporal da idade dessas crianças e adolescentes. Por um lado, podemos observar o viés mercadológico do jornal ao utilizar das idades com o propósito de chocar e atrair o público leitor. Por outro lado, o jornal dá relevância às idades com o objetivo de exibir aos leitores a crueldade causada, tão cedo, na vida de tantas meninas. Essa estratégia pode ser vista como eficaz para atrair o olhar da sociedade à questão do abuso sexual infantojuvenil e da idade dessas vítimas, para que, quem sabe, medidas mais rígidas sejam tomadas em relação a tal problemática no Brasil.

Já em relação à quantidade apreendida (de pessoas e de materiais), o jornal *Tribuna Online* também utiliza o jogo de

números em notícias como “Dois suspeitos são presos com 221 arquivos de exploração sexual infantil” (N47), em que o jornal se utilizou de tal estratégia para impactar o leitor com a quantidade de arquivos pertencentes aos dois indivíduos, e na manchete “Missionário, salva-vidas e mais 32 acusados de estupro são presos no Estado” (N13), chamando a atenção do leitor do jornal para a quantidade de acusados que o estado do Espírito Santo prendeu naquela ocasião. Dentro de tal notícia, há a divulgação de dados sobre os casos mais chocantes, apresentando a idade da vítima e do abusador. Outro ponto encontrado no corpo dessa notícia é a forte recorrência do uso de números como visto em: “Entre o dia 1º e 31 de outubro, 21 pessoas foram presas. Dentre elas, uma por crime de estupro, 11 por estupro de vulnerável e nove por estupro em segunda modalidade”.

Essa estratégia buscou informar o trabalho feito pela polícia no estado. Entretanto, ao apresentar os dados, acaba por ocorrer um distanciamento da realidade cotidiana, já que os casos viram números e estatísticas, afastando o leitor da realidade efetiva em que a maior parte dos casos de abuso sexual infantojuvenil ocorre, sendo por meio de abusadores próximos às vítimas. Dessa forma, seria necessário que o jornal expusesse a realidade logo na manchete, com o intuito de alertar os responsáveis sobre a proximidade dos casos, trazendo as notícias para uma vivência cotidiana que deve ser combatida.

Além disso, a notícia “Flanelinha é condenado a 10 anos de prisão por estupro de adolescente grávida em Bento Ferreira” (N48) também é identificada com a estratégia do jogo de números, mas, dessa vez, em relação a quantidade de pena, já que há o uso dos números para informar os anos de condenação do flanelinha. Neste caso, como aborda van Dijk (2011), o jornal reforça uma imagem negativa sobre as pessoas de baixa renda, preservando a imagem dos grupos mais favorecidos. Como apresenta Landini

[...] a mídia ajuda a reiterar a visão de senso comum da existência de uma dualidade na explicação da própria violência, ou seja, reitera a

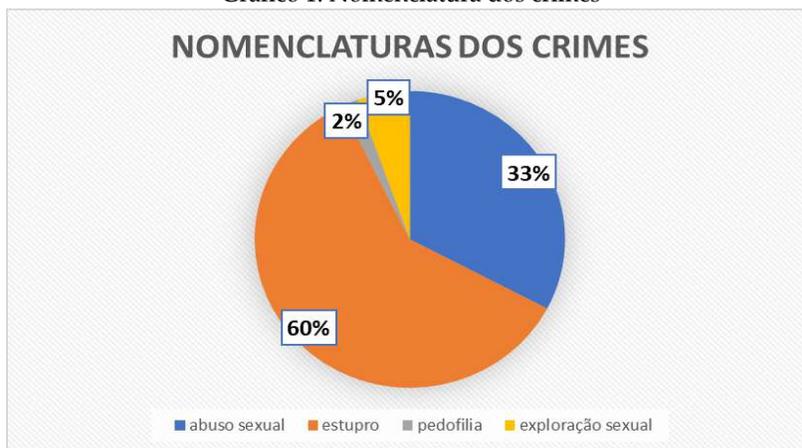
ideia da existência de uma violência produto da barbárie e da pobreza, e uma violência produto de um “desvio psicológico”, relacionando essas explicações à classe social; dessa forma aprofundando ainda mais a barreira em uma sociedade já bastante marcada pela discriminação econômica (Landini, 2003, p. 9-10).

Portanto, confirma-se essa estratégia pelo fato de que em nenhuma outra manchete coletada foi possível identificar os anos de prisão que o abusador foi condenado, apenas nessa, na qual o abusador tem a classe social inferida por “flanelinha”.

Nomenclatura dos crimes

Em relação às nomenclaturas que se referem às leis de abuso sexual, estupro e estupro de vulnerável, pedofilia e exploração sexual que foram expostas no embasamento teórico, têm-se a seguinte relação, como apresenta o gráfico 1:

Gráfico 1. Nomenclatura dos crimes



Fonte: elaboração própria

Observou-se, durante a análise das manchetes, que os termos “abuso sexual” e “estupro” aparecem como sendo sinônimos do mesmo crime, por exemplo, “Acusado de abusar de sobrinha de 11

anos é preso pela Federal em Guarapari” (N05) e “Acusado de estuprar adolescente em Cariacica é levado para o presídio” (N08). Entretanto, como exposto no gráfico, há uma maior preferência pela escolha lexical “estupro”, com 33 aparições nas manchetes dos casos de abuso sexual infantojuvenil coletados, porém eles não são diferenciados em suas duas classificações “estupro” e “estupro de vulneráveis”, só sendo identificável, por vezes, no corpo da notícia.

Quando os casos se referem a “abuso sexual”, tem-se que, nas 18 recorrências do termo, 12 deles, ou 66,6 %, em que há alguma relação de parentesco ou proximidade do abusador com a vítima, como em “Homem é preso por abusar de sobrinha de 14 anos na Serra” (N19). Porém, em relação aos termos “estupro”, encontramos nas 33 recorrências, 18 manchetes em que não era possível identificar se havia relação de proximidade/parentesco com a vítima e 15 manchetes, ou 45,4%, em que essa relação pode ser identificada.

Segundo apresenta van Dijk, “embora muito do controle discursivo seja contextual ou tópico, os detalhes locais de estilo lexical ou sintático [...] podem ser controlados por membros de grupos poderosos, profissionais, grupos, organizações ou instituições” (Van Dijk, 2016b, p. 25). Nesse sentido, o jornal, como elite simbólica (Van Dijk, 2008), realiza escolhas lexicais com determinados propósitos específicos. Assim, entendemos aqui ser importante que o jornal utilize em maior proporção a nomenclatura “estupro”, uma vez que é ela que aparece no Código Penal Brasileiro na Lei nº 12.015/2009, regendo as formas de tratar o crime no Brasil.

Em relação à “exploração sexual”, há três aparições do termo, em “Federal prende dois acusados de divulgar imagens de exploração sexual de crianças” (N11), “Dois suspeitos são presos com 221 arquivos de exploração sexual infantil” (N47) e “Dupla é presa suspeita de exploração sexual de adolescentes na Grande Vitória” (N55). Entende-se, ao ler o corpo da notícia, que esses casos estão com as nomenclaturas condizentes com os crimes praticados, utilizados pelo jornal não de forma a manipular o leitor por meio

de uma escolha lexical impactante, mas sim tratada de forma correta em relação à Constituição vigente no Brasil.

Já em relação ao termo “pedofilia”, há a aparição na manchete “Idoso suspeito de pedofilia enviava vídeos pornográficos para criança” (N54). Porém, ao ler o corpo dessa notícia, não se tem muitas informações sobre o caso, apenas que o suspeito confessou o crime, mas que não foi preso por não ter sido pego em flagrante e por falta de provas, uma vez que ele apagou as informações do crime. Segundo a matéria “Tipos de abuso sexual de crianças e adolescentes” (2019),

Geralmente, a pornografia é classificada como uma forma de exploração sexual de crianças e adolescentes, já que o objetivo dessa violência é a obtenção de lucro financeiro para o agressor ou de abuso sexual com contato físico. No entanto, quando o agressor exhibe materiais pornográficos a meninas e meninos e os obriga a assistir, é uma forma de abuso sexual sem contato físico (Tipos de abuso sexual de crianças e adolescentes, 2019).

Nessa perspectiva, o uso do termo “pedofilia” pelo jornal é encontrado aqui de forma equivocada, somente utilizado com fins mercadológicos e sensacionalistas pela elite simbólica jornalística (Van Dijk, 2008).

Considerações finais

Entende-se, portanto, que, levando em consideração a pergunta de pesquisa e os objetivos traçados, ancorados na base teórica e metodológica eleita, a utilização das estratégias do jogo de números, da voz indireta às vítimas e das nomenclaturas diferentes nos crimes de abusos sexuais contra crianças e adolescentes pelo jornal *Tribuna Online*, considerado como uma elite simbólica (Van Dijk, 2008), acaba por construir discursivamente as notícias do *corpus* coletado de forma mercadológica e sensacionalista. Chegamos a tal conclusão devido ao fato de que a mídia jornalística

em questão não se preocupa em construir as notícias de forma a denunciar esse problema social, não apresentando as instituições familiares como locais em que mais ocorrem os crimes de abuso sexual infantojuvenil.

Assim, em relação às vozes dessas crianças nas notícias, sabe-se que menores de idade não podem responder legalmente por si mesmos. Entretanto, com o intuito de trazer de alguma forma o discurso dessas crianças e adolescentes para dar maior valor-notícia à sua matéria, o jornal apresenta a voz das vítimas de forma indireta. Isso contribui para a perpetuação de um sentimento de dúvida do leitor em relação à veracidade do acontecido, dado que, ao parafrasear o discurso da vítima, há a perda de originalidade do discurso, podendo ocorrer mudanças lexicais de caráter ideológico para atingir determinados fins do jornal. Portanto, uma junção de fatores faz com que a estratégia do discurso reportado não seja positiva, a saber: dúvida na veracidade do que está sendo dito pela criança/adolescente, dada a modalização dos verbos como “disse”/“falou”; falta de status das crianças e adolescentes na sociedade brasileira, que nem sempre têm sua voz ouvida, sendo consideradas como imaturas e sem status social; possíveis modificações ao construir o discurso indireto da vítima no jornal.

Continuar divulgando os relatos dessas vítimas de forma indireta e apresentando as ações patriarcais e machistas de silenciamento das vítimas pelos abusadores, sem apresentar uma conscientização sobre esse silenciamento das crianças aos leitores, é uma forma implícita de o jornal não se opor às estruturas de opressão de gênero dentro da sociedade brasileira.

Nesse sentido, os jornais deveriam focar em fontes institucionais, tais como o Conselho Tutelar, órgãos de segurança e profissionais especializados que trabalhem com a causa, com o intuito de retirar o foco das vítimas e intensificar o realce nos abusadores, citando a pena concedida e as leis que regem tais crimes no Brasil para que se possa criar um senso de reflexão nos leitores do jornal sobre tal problemática social. Além disso, também por meio das fontes institucionais, com o intuito de dar maior

credibilidade aos relatos das vítimas, o jornal deveria incentivar o diálogo entre as crianças e adolescentes e seus responsáveis, dando status a esses indivíduos dentro da sociedade, não desumanizando-os nem objetificando-os, mas tratando-os como sujeitos de direitos.

A estratégia do jogo de números utilizada pelo jornal expõe uma dualidade em sua utilização, ora apresentando de forma positiva a idade das vítimas, promovendo a reflexão dos leitores sobre a crueldade causada na vida dessas crianças e adolescentes, ora apresentando a pena jurídica de uma pessoa de baixa renda de forma totalmente mercadológica e sensacionalista, expondo a pena dada ao flanelinha – pessoa que não tinha nenhuma relação de parentesco com a vítima – em contraposição à não aparição nas manchetes das penas dadas a pais, tios, primos e avôs que estupraram meninas de seu círculo familiar. Há, portanto, uma intensificação do julgamento de pessoas não próximas às vítimas e de classes sociais mais baixas, em contraposição ao apagamento de números e léxicos referentes aos abusadores próximos às vítimas, majoritariamente familiares.

Por fim, em relação à nomenclatura dos crimes, entendemos, a partir da análise do *corpus*, que seria de maior importância para a sociedade brasileira que o jornal *Tribuna Online* se referisse aos casos de abusos de crianças e adolescentes nas manchetes, por meio da nomenclatura “estupro” ou “violência sexual”, dado que são os termos que aparecem na Constituição Federal Brasileira de 1988, especificamente nas leis citadas durante o artigo, regendo esse crime no Brasil. Além disso, o termo “pedofilia” foi utilizado sem senso crítico e desconsiderando sua definição, apenas com fins sensacionalistas para atrair a audiência do público leitor.

Logo, cabe ao jornal *Tribuna Online* rever a construção de suas manchetes e corpo de notícia dos casos de violência sexual de crianças e adolescentes, visto ser um problema social de grande impacto, não apenas na vida dessas vítimas, mas de toda a sociedade, necessitando de um olhar atento às construções discursivas das notícias com o objetivo de proporcionar a reflexão

ao público leitor de que os crimes de estupro de crianças e adolescentes ocorrem, em sua maioria, dentro do círculo familiar.

Nesse sentido, ao invés de construir as notícias de forma mercadológica, sensacionalista e com ideologias machistas e patriarcais, o jornal deveria proporcionar a divulgação desses casos de forma a não objetificar nem desumanizar às vítimas, dando foco na promoção da conscientização da sociedade sobre as leis que regem esses crimes e sobre os dados divulgados por órgãos governamentais sobre tal problemática, com vista à construção de uma sociedade que busque respeitar e lutar pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>. Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 abr. 2017.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm>. Acesso em: 19 maio 2021.

CAZARIN, E. A. Da polifonia de Bakhtin à heterogeneidade discursiva na análise do discurso. In: XI International Bakhtin Conference, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2004. p. 181-186. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/62972901/Proceedings_XI_International_Bakhtin_Conference_220200415-3179-117rdm1.pdf#page=195>. Acesso em: 20 maio 2021.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2020, p. 337.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

IPEA. **Atlas da violência 2023**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2023.

LANDINI, T. S. Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. 273-282, 2003.

NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **OMS aborda consequências da violência sexual para saúde das mulheres**. 2018. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/80616-oms-aborda-consequencias-da-violencia-sexual-para-saude-das-mulheres>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

NATALE, R. **A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo**. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/bitstreams/9f40fb22-f1c6-446e-a223-6386e218c767/download>>. Acesso em: 24 out. 2023.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência**. 2. ed. Rio de Janeiro: SBP, 2001.

TIPOS de abuso sexual de crianças e adolescentes. **Childhood**, 2019. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/tipos-de-abuso-sexual-de-criancas-e-adolescentes/#:~:text=Abuso%20sexual%20%C3%A9%20toda%20forma,%2C%20ou%20por>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; ORTEGA, J. C. Violência machista em manchetes jornalísticas. In: TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; POMPEU, J. C. (Org.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito**. São Paulo: Terracota, 2016. v. 1, p. 43-64.

TRIBUNA ONLINE. **Página inicial**. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências**. Unesco Digital Library, 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>>. Acesso em: 08 dez. 2023.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

VAN DIJK, T. A. Ideologia. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. 3, p. s53-s61, 2015.

VAN DIJK, T. A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, p. 8-29, nov. 2016a. Disponível em: <<https://revisataseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/23189/15076>>. Acesso em: 20 maio 2021.

VAN DIJK, T. A. Análise crítica do discurso. In: TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; POMPEU, J. C. (Org.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito**. São Paulo: Terracota, 2016b. v. 1, p. 19-42.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso**. Portugal: Humus, 2017.

Anexo: Notícias citadas nas análises

(N05) - ACUSADO de abusar da sobrinha de 11 anos é preso pela Federal em Guarapari. **Tribuna Online**, Vitória, 09 fev. 2021. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/acusado-de-abusar-da-sobrinha-de-11-anos-e-preso-pela-federal-em-guarapari>>.

Acesso em: 08 mar. 2021.

(N08) - ACUSADO de estuprar adolescente em Cariacica é levado para o presídio. **Tribuna Online**, Vitória, 26 dez. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/acusado-de-estuprar-adolescente-em-cariacica-e-levado-para-o-presidio>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

(N10) - ADOLESCENTE é acusado de estuprar sobrinha de 4 anos e mais duas crianças em Vila Velha. **Tribuna Online**, Vitória, 09 dez. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/adolescente-e-acusado-de-estuprar-sobrinha-de-4-anos-e-mais-duas-criancas-em-vila-velha>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

(N11) - FEDERAL prende dois acusados de divulgar imagens de exploração sexual de crianças. **Tribuna Online**, Vitória, 08 dez. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/federal-prende-dois-acusados-de-divulgar-imagens-de-exploracao-sexual-de-criancas>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

(N13) - MISSIONÁRIO, salva-vidas e mais 32 acusados de estupro são presos no Estado. **Tribuna Online**, Vitória, 23. Nov. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/missionario-salva-vidas-e-mais-32-acusados-de-estupro-sao-presos-no-estado>>.

Acesso em: 08 mar. 2021.

(N19) - HOMEM é preso por abusar de sobrinha de 14 anos na Serra. **Tribuna Online**, Vitória, 16 out. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/homem-e-preso-por-abusar-de-sobrinha-de-14-anos-na-serra>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

(N26) - MENINA de 11 anos que engravidou após estupro faz aborto. **Tribuna Online**, Vitória, 04 nov. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/menina-de-11-anos-que-engravidou-apos-estupro-faz-aborto>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

(N39) - MENOR é estuprada dentro de casa pelo namorado da irmã e acaba grávida na Serra. **Tribuna Online**, Vitória, 23 ago. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/menor-e-estuprada-dentro-de-casa-pelo-namorado-da-irma-e-acaba-gravida-na-serra>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

(N40) - POLICIAL militar é suspeito de abusar da filha de 13 anos. **Tribuna Online**, Vitória, 19 ago. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/policial-militar-e-suspeito-de-abusar-da-filha-de-13-anos>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

(N47) - DOIS suspeitos são presos com 221 arquivos de exploração sexual infantil. **Tribuna Online**, Vitória, 30 jul. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/dois-suspeitos-sao-presos-com-221-arquivos-de-exploracao-sexual-infantil>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

(N48) - FLANELINHA é condenado a 10 anos de prisão por estupro de adolescente grávida em Bento Ferreira. **Tribuna Online**, Vitória, 06 jul. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/flanelinha-e-condenado-a-10-anos-de-prisao-por-estupro-de-adolescente-gravida-em-bento-ferreira>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

(N54) - IDOSO suspeito de pedofilia enviava vídeos pornográficos para criança. **Tribuna Online**, Vitória, 05 jun. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/idoso-suspeito-de-pedofilia-envia-videos-pornograficos-para-crianca>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

(N55) - DUPLA é presa suspeita de exploração sexual de adolescentes na Grande Vitória. **Tribuna Online**, Vitória, 05 jun. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/dupla-e-presa-suspeita-de-exploracao-sexual-de-adolescentes-na-grande-vitoria>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

Referenciação a serviço da impolidez nos *bastidores* de notícias políticas

Rosani Muniz Marlow

Introdução

Apresentamos um recorte da tese de doutorado intitulada *Atos de fala e referenciação na (des)construção de faces públicas nos bastidores de notícias políticas*, defendida em 2021, sob orientação da professora doutora Maria da Penha Pereira Lins (PPGEL/UFES), e estabelecida na convergência da Linguística com a Comunicação Social. O contexto da pesquisa considerou que a evolução tecnológica transformou o fazer jornalístico, inovou formas de interação e deu visibilidade aos fenômenos de desinformação, como as *fake news*, e que *bastidores* configuram, na prática jornalística, um jargão para materializar o acesso a informações sigilosas de interesse público através das fontes *off*. Convém lembrar também que os fatos que envolvem as personalidades públicas são noticiados com a finalidade de (in)formar o leitor e que o jornalismo estabelece editorias específicas, como a editoria política, para especializar seu trabalho.

O jargão *bastidores* abriga uma pluralidade de sentidos e permite múltiplos usos nas práticas midiáticas. *Bastidores* é, no Manual da Folha, “o lado encoberto ou o interior de uma organização ou de um fato, não acessível ao público. Os bastidores da política [...], em especial, merecem investigação jornalística permanente” (Folha de S. Paulo, 2001, p. 37). Assim, *bastidores* é um termo para marcar a presença da fonte *off*, tendo em vista que a fonte *off*, por um lado, está em ambientes aos quais o jornalista tem

acesso e, por outro, é um interlocutor anônimo, tornado inacessível ao público leitor, mas de confiança do jornalista.

A problemática para fins deste artigo se limita a verificar o quanto a referência está relacionada ao enunciado de *bastidores*, fontes *off* evocadas pelo jornalista, no gênero notícia política, para dar conta de atos de fala e de retomadas impolidas ou tendenciosas na (des)construção da imagem de um objeto de discurso de face pública, como políticos ou famosos. Assim, objetivamos compreender a impolidez na referência dos enunciados da fonte *off*, com emprego do termo *bastidores*, nas notícias políticas sobre a imagem pública de políticos, em geral. Para isso, a pesquisa se utiliza da referência, na Linguística Textual (Koch, 2005; 2000; 2013; Marcuschi, 2001; 2004; 2006) e dos estudos da (im)polidez (Seara, 2014; 2017; Rajagopalan, 2017), na esteira das teorias da face social (Goffman, 1975; 2001), complementados por autores da Comunicação Social (Martins, 2005; Martino, 2014; Martino; Marques, 2018; Schimitz, 2011), entre outros.

A abordagem metodológica foi a hipotético-dedutiva, com análise quali-quantitativa de dados, considerando o *corpus* de 80 notícias políticas, enumeradas de 01 a 80, extraídas do jornal A Gazeta Online, no período de junho de 2018 a junho de 2020, com ênfase no emprego da impolidez para a referência de personalidades públicas. O desenvolvimento do artigo se faz em quatro seções, sendo a primeira: tópicos do contexto jornalístico para a compreensão do *off*, seguida da Referência na Linguística Textual, da (Im)Polidez na Pragmática e, por fim, do recorte da análise do *corpus* de notícias políticas em ambiente virtual.

O jornalismo on-line, o *off* e os *bastidores* de notícias políticas

O século XXI trouxe mudanças significativas ao jornalismo originado no século XVI, porém uma característica se mantém: o confronto político (Lage, 2005). Entre os fenômenos que impactam na esfera jornalística atual, sobretudo no ambiente digital ou on-line, os problemas de *desinformação* ou *desordem da informação*,

comumente denominadas *fake news*, têm efeito “preocupante para as eleições e para a própria ideia de democracia” (Unesco, 2019, p. 10). O termo *fake news* é complexo e diverso, distinguindo-se em três categorias: “Informação Incorreta”, “Desinformação” e “Má-Informação” (Unesco, 2019, p. 47).

A editoria política é uma seção especializada da cobertura jornalística, e nela há espaço para outros gêneros, além da notícia e da reportagem, como a crônica política e os comentários de colunas políticas. Porém, as “fórmulas narrativas” do noticiário político consistem “basicamente em anunciados na terceira pessoa: [...] não é possível fugir inteiramente de fórmulas como ‘fontes informaram’, ‘funcionários admitem’” (Lage, 2005, p. 149). Ou seja, as notícias são paráfrases, versões de fatos e informações advindas de fontes do jornalista.

A fonte na matéria jornalística se classifica como fonte ostensiva ou fonte sigilosa. A primeira é identificada na matéria jornalística; a segunda, por sua vez, designa informação de fonte anônima, ou “off the record” (Novaes, 2012), sobre a qual a pesquisa se interessa. Na primeira, alguém assume a responsabilidade pela informação. Na informação em *off*, o informante exige que seu nome fique em sigilo. “Na cobertura política, *off* é essencial. Sem ele, dificilmente os repórteres conseguiriam recuperar informações de bastidores, de reuniões reservadas ou de negociações políticas fechadas” (Martins, 2005, p. 56).

Martins (2005) e Schimitz (2011) lembram que a regra básica da informação jornalística deve ser a citação explícita da fonte. Se não for possível, porém, a fonte pode obter a garantia do sigilo, mas com o cuidado – da parte do jornalista – de proceder à confirmação das informações fornecidas. Novaes (2012, p. 106) também afirma que “a regra é a utilização da fonte ostensiva; a exceção, a sigilosa”. Muitos veículos de comunicação não publicam a notícia sem a confirmação da informação proveniente do *off*, mas outros consideram a confiabilidade do informante. A relação jornalista e fonte sigilosa envolve questões legais, éticas e deontológicas: “o jornalista não é obrigado a revelar sua fonte, o que é assegurado na

legislação das democracias contemporâneas. Mas, cabe à fonte decidir o que pode ou não ser divulgado e, ao jornalista, considerar o *off* ou não” (Schimitz, 2011, p. 30-31).

O emprego do *off*, em muitas situações, revela o despreparo ou a má qualidade do jornalismo ou está a serviço de uma conveniente (des)construção de faces sociais (Schimitz, 2011). Martins (2005, p. 48), inclusive, escancara o cenário político e seus atores, com afirmações como: “Políticos mentem muito – às vezes até quando pensam falar a verdade - e poucos são confiáveis”; “Todos os políticos, sem exceção, têm interesses e objetivos, lealdades e inimizades, ambições e ressentimentos, cacoetes e vaidades, que inevitavelmente filtram, apimentam e marcam seus relatos”; e “Mais vale um bom bastidor do que aconteceu em uma reunião fechada do que uma declaração formal do porta-voz fora dela” (Martins, 2005, p. 65). Isso porque raramente o repórter consegue estar presente no momento e no local do fato, acompanhando diretamente o ocorrido. Em geral, nos casos de negociações de bastidores, audiência de governo, reuniões partidárias fechadas, encontros políticos reservados etc., o jornalista é obrigado a reconstituir o que aconteceu com base em relatos de segunda ou terceira mão (Martins, 2005).

Lage (2005) concorda sobre a ocorrência da mentira e aponta que ela é, no mundo moderno e na política, “uma estratégia como outra qualquer: não resulta de engano nem é questão de crença. É um ato deliberado” (Lage, 2005, p. 49) e que, num sentido amplo, “como supressão parcial da verdade, a mentira é rotineira e, em muitos casos, inevitável” (Lage, 2005, p. 50), pois “é difícil estabelecer a verdade quando estão em jogo dinheiro e poder – isto é, nos ambientes pelos quais transita o jornalismo” (Lage, 2005, p. 56).

Martins (2005) afirma que a cobertura jornalística necessita ser, ou busca ser, isenta, mas, ao mesmo tempo, a sociedade deve cobrar isso: “Precisamos da vigilância e da crítica permanente da sociedade” (Martins, 2014, p. 12). O autor assim justifica a necessidade dessa “interferência” da sociedade na imprensa: “A

democracia não significa apenas eleições regulares e vigilância dos eleitores sobre os políticos. Implica também aumento do espírito crítico e maior interferência da sociedade em todos os espaços públicos e de formação de opinião pública” (Martins, 2005, p. 26). Essa também é a preocupação no Manual da Redação da Folha de S. Paulo, que aponta a conveniência de que o jornalismo seja reexaminado periodicamente, com a finalidade de aferir sua capacidade de projetar “luz para além da efervescência dos acontecimentos, se seus critérios estão sendo os melhores para franquear uma leitura ao mesmo tempo fidedigna, reveladora e útil, se não da realidade, ao menos da sua superfície diária” (Folha de S. Paulo, 2001, p. 10).

Comunicar também implica responsabilidade: “Se um comunicador erra, seu erro tende a afetar escalas maiores da sociedade” (Martino; Marques, 2018, p. 222), porque “boa parte dos julgamentos não é feita com base no que conhecemos a respeito do outro, mas, justamente, a partir do que não se sabe sobre ele” (Martino; Marques, 2018, p. 28). Dessa forma, os autores apontam a única maneira de evitar conflitos: “é fazendo que todos aceitem algumas regras comuns que demonstram o respeito pela coletividade [...] que cada pessoa controle seus atos, suas palavras e ações, a fim de mostrar aos outros sua disposição para viver bem” (Martino; Marques, 2018, p. 73), ou seja, agindo com polidez.

O problema da mídia está justamente na forma de narrar o outro, na “imagem desse ‘outro’ construído pelos discursos midiáticos” (Martino; Marques, 2018, p. 25, grifos dos autores), porque a “quantidade de informações disponíveis on-line sobre qualquer pessoa permite reconstituir, sem muita dificuldade, quem ela é” (Martino; Marques, 2018, p. 198). Martino explica que, ao contar histórias, nela se define quem é herói e quem é opositor. Ou seja, narrar não é apenas descrever, mas construir uma realidade (Martino, 2014). Sobre isso, Novaes concorda que “a mídia é grande formadora de opinião [...] ela pode destruir reputações ou colocar pessoas no céu, dependendo do conteúdo da matéria publicada” (Novaes, 2012, p. 19).

Os profissionais da imprensa necessitam de amparo legal para cumprir a sua missão de informar a sociedade – o que é direito do cidadão. Uma dessas garantias legais é a de manter sob sigilo a identidade de suas fontes noticiosas. No entanto, como todo direito, é preciso que a utilização do sigilo da fonte jornalística pela imprensa nacional seja para a finalidade para a qual está garantida em lei. O resguardo do sigilo da fonte jornalística é garantido expressamente no art. 5º, XIV, da Constituição Federal de 1988: “veicular uma notícia sem que seja obrigado, por quem quer que seja, a revelar a identidade da sua fonte, desde que necessário para a sua profissão” (Novaes, 2012, p. 19-20). Assim, Novaes alerta para cuidados prévios à garantia do sigilo da fonte que a mídia precisa observar: “Não deixe fonte anônima amparar-se na confidencialidade para atacar ninguém”; “Lembre do poder da imprensa: você está em posição de causar dano ou benefício” e “Uma vez que prometa confidencialidade, mantenha sua palavra” (Pereira Junior, 2006, p. 60, *apud* Novaes, 2012, p. 107-108).

Mas se, na Carta Magna, há regras quanto à proteção ao direito de livre expressão, não há, no governo, um órgão para regular os meios de comunicação. Essa lacuna na lei proporciona o surgimento e o agravamento de muitos problemas do jornalismo brasileiro, inclusive ligados a favorecimento político. Para Novaes, os direitos não podem ocasionar abusos, ou seja, a convivência das pessoas em regime democrático não pode ser confundida e servir de justificativa para a liberdade de manifestação sem limites através da “propagação de ideias preconceituosas ou ilícitas, devendo qualquer abuso ser combatido” (Novaes, 2012, p. 35).

Portanto, “o sigilo da fonte jornalística não se trata de privilégio da imprensa, e sim de instrumento importantíssimo para a divulgação da notícia. Isso porque existem fatos, de interesse público, que jamais seriam publicados pela mídia se não houvesse esse mecanismo” (Novaes, 2012, p. 106) de “relação de confidencialidade entre jornalista e fonte, a qual revela a este fatos secretos que tem conhecimento, autorizando sua divulgação, desde que sua identidade seja preservada” (Novaes, 2012, p. 109). Ao

mesmo tempo em que Novaes (2012, p. 138) adverte que “inventar uma fonte não é um bom negócio para o jornalista”, o autor afirma que “a imprensa brasileira usa e abusa do sigilo da fonte mesmo em ocasiões nas quais não se vislumbra o seu devido resguardo para a divulgação da notícia [...] esse procedimento é utilizado de forma banal, corriqueira” (Novaes, 2012, p. 138).

Assim, Schimitz alerta para a credibilidade das empresas jornalísticas no sentido de sua responsabilidade com a qualidade dos seus serviços. E lembra, com base em Lage, que as fontes usam estratégias para obter visibilidade na esfera pública, legitimar a identidade organizacional ou pessoal e formar uma imagem positiva associada à credibilidade e à boa reputação. E é justamente porque os interesses e os objetivos das fontes de notícias e dos jornalistas não são exatamente os mesmos, embora um dependa do outro, que há a confrontação da ética das fontes com a deontologia dos jornalistas (Schimitz, 2011). Por isso, esta pesquisa pretende observar, no âmbito das interações possíveis na notícia política – jornalista / fonte *off* / objeto de discurso / leitor – quais efeitos estão sendo produzidos pelos enunciados das faces protegidas do jornalismo em relação aos referentes ou faces expostas pelo jornalismo.

A referenciação na Linguística Textual

Considerando a linguagem como o principal recurso mediador da interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sociocultural, “o texto passa a ser visto como o próprio lugar da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (Koch, 2005, s/p). Assim, a noção de contexto se atualiza para lugar onde se cria e se dá forma aos processos de significação, “onde se constroem e reconstroem indefinidamente as significações, o árbitro das tensões entre sistematicidades e indeterminações do dizer e do mostrar, do dito e do implicado” (Koch, 2005, s/p). Nesse sentido, Koch (2005) explica que o

processamento textual é estratégico no uso de conhecimentos, porque depende tanto das características textuais como das características dos usuários da língua – seus objetivos, convicções, conhecimento de mundo, conhecimento disponível no texto-cotexto-contexto, crenças, opiniões e atitudes.

Os processos de referência, na Linguística Textual, dão conta de explicar como os referentes, ou objetos de discurso, são introduzidos, retomados, recategorizados no texto, seguindo uma argumentação conveniente ao enunciador, no caso, a fonte *off*. Ou seja, “os fenômenos referenciais, na qualidade de práticas discursivas, são um testemunho expressivo da relação mutuamente constitutiva entre linguagem e realidade” (Koch, 2013, p. 9).

Referência é um fenômeno que se atualiza e se configura no fazer do discurso. Ou seja, para Cortez, “tratar da referência em uma perspectiva interacionista e discursiva pressupõe uma concepção de língua que não se esgota no código, nem implica uma correspondência direta com o mundo, como se a língua refletisse a realidade” (Cortez, 2013, p. 316). Aliás, Cortez assim afirma o seu entendimento de língua como uma ação social:

a língua é, em essência, ação pública realizada e negociada discursivamente no âmbito das relações sociais que se constituem por partilhamento, refutação, desqualificação e modificação de sentidos, experiências e conhecimentos de várias ordens, para que se possa opinar, interferir, rejeitar, chamar atenção e persuadir, entre outras ações, neste mundo verbal polifônico (Cortez, 2013, p. 320).

Os objetos de discurso são operados linguisticamente na interação, levando em conta toda uma questão contextual, de forma a serem constantemente adaptados, transformados, conforme a necessidade de se atender ao querer-dizer do enunciador, alterando-se, assim, a realidade. Segundo Koch, os objetos de discurso (re)constróem a realidade no próprio processo de interação. Ou seja, “a realidade é construída, mantida e alterada pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ela:

interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural” (Koch, 2005).

Convém ainda reforçar com Marcuschi (2001, p. 239) que o “processo referencial é um trabalho inferencial no contexto das relações sociocognitivas e dos enquadres estabelecidos e não apenas pela força dos conteúdos lexicais em questão”. A referenciação é, pois, uma atividade discursiva e, além disso, há uma instabilidade das relações entre as palavras e as coisas, o que evidencia, portanto, estratégias pragmáticas particulares de enunciação, apreensão e compreensão de textos.

Neste sentido, a Linguística Textual estabelece algumas estratégias e operações cognitivas básicas da referenciação, como a construção/ativação de referentes, a reconstrução/reativação de referentes, e a desfocalização/desativação de referentes. Segundo Koch:

1. construção/ativação: pela qual um ‘objeto’ textual até então não mencionado é introduzido, ativado na memória, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão lingüística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse “objeto” fica saliente no modelo. **2. reconstrução/reativação:** um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nóculo continua em foco). **3. desfocalização/desativação:** quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (“stand by”), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória dos interlocutores (Koch, 2005, grifo nosso).

Tem-se a introdução referencial sempre que, no texto, surge um novo referente ou objeto de discurso através de expressões referenciais, normalmente nominais. Dada a dinamicidade dos objetos de discurso, uma vez introduzidos no texto, eles podem ser

modificados, desativados, reativados, recategorizados, contribuindo para (re)construir o sentido no curso da progressão textual. No texto, esses referentes ou objetos de discurso poderão ser gerenciados cognitivamente conforme a intenção de sentido que se quer dar a eles através de vários processos, em especial os anafóricos (Koch, 2013). E ainda, “As formas anafóricas [...] [encapsuladoras] encerram, na absoluta maioria, valor persuasivo, isto é, os rótulos (avaliativos), frequentemente metafóricos, mobilizados para construir os objetos-de-discurso, têm o poder de orientar o interlocutor para determinadas conclusões” (Koch, 2013, p. 40). Desta forma, fica evidente a importância dos processos referenciais de apresentação, manutenção, retomada, sumarização e recategorização que são escolhidos e empregados pelos enunciados do *off* em relação aos seus objetos de discurso nos textos de notícias políticas.

Por fim, convém lembrar, conforme nos orienta Santos (2015), que a referenciação é um fenômeno no texto que vai além de introduzir, retomar e recategorizar objetos de discurso, tendo em vista que

a referenciação estabelece uma relação entre coesão e coerência, colaborando para criar efeitos de sentido. É muito mais do que encontrar onde está o referente textual. [...] Por último, precisamos observar os efeitos de sentido criados a partir das escolhas dessas estratégias (Santos, 2015, p. 4).

O ser humano, dotado de razão e vontade, “constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões” (Koch, 2000, p. 19). Para Koch, a argumentatividade, ou ato de argumentar, é o ato linguístico fundamental, pois: “a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do texto” e que, neste sentido, não há neutralidade, pois ela “é apenas um mito: o discurso que se

pretende 'neutro', ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade” (Koch, 2000, p. 19, com grifos).

Koch ainda reforça o quanto é característico dos argumentos de prestígio o argumento de autoridade no discurso jornalístico para “atos ou julgamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova em favor de uma tese. É um procedimento retórico [...] utilizado de maneira abusiva, peremptória, atribuindo-se-lhe um valor constrangente, como se as autoridades invocadas fossem infalíveis” (Koch, 2000, p. 148). São exemplos de recursos linguísticos que podem ser considerados argumentação por autoridade: “**provérbios, máximas, ditos populares, expressões consagradas pelo uso**” (Koch, 2000, p. 157, com grifos). E mais, através da seleção lexical, outro recurso retórico seriam “**as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico**, etc. Há palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos” (Koch, 2000, p. 156, com grifos). Sobre a escolha de termos lexicais, a autora enfatiza: “**não existe escolha neutra**: o que existe, apenas, é uma escolha que **parece neutra** [...] um caso particular de **renúncia**, que se destina a argumentar a credibilidade, por contraste com um estilo argumentativo mais inflamado” (Koch, 2000, p. 157, com grifos).

Na sutileza dos implícitos pode existir uma gama de significações diretamente ligadas à intencionalidade do emissor que, na leitura, precisam ser interpretadas. Para Koch, um leitor capaz de perceber implícitos é um leitor com mais capacidade de “fugir à manipulação, ou seja, reconhecer as manobras discursivas realizadas pelo emissor, com o intuito de conduzi-lo a uma determinada interpretação ou obter dele determinados tipos de comportamento” (Koch, 2000, p. 162).

Os estudos da polidez linguística na pragmática

Os estudos sobre a face social dos indivíduos nas interações têm origem no sociólogo Erving Goffman (1922-1982) (1967) e integram um conjunto de teorias da polidez, a partir de autores como Brown e Levinson ([1978] 1987), Lakoff (1973) – sendo estes considerados os fundadores da cortesia linguística -, Grice (1975), Leech (1983), e outros (Seara, 2017, p. 235). Para Goffman, os indivíduos, na interação, estão representando um papel, estão sustentando uma imagem, estão assumindo o personagem esperado para aquela cena, pois, “no palco, um ator se apresenta sob a máscara de um personagem para personagens projetados por outros atores” (Goffman, [1959] 1975, p. 9).

Seara explica que “as interações sociais apresentam riscos para as faces dos interlocutores, em virtude das ações a praticar e da incompatibilidade de interesses” (Seara, 2017, p. 235). Assim, como o risco é para ambas as faces, espera-se que procurarão “não praticar ações lesivas das faces (próprias e alheias), mas também em reparar as ações lesivas que inevitavelmente foram ou tenham de ser realizadas” (Seara, 2017, p. 235). De fato, Goffman afirma que “A vida pode não ter muito de semelhante a um jogo, mas a interação tem” (Goffman, [1959] 1975, p. 223). Assim, “Por trás de muitas máscaras e muitos personagens, cada ator tende a usar uma única aparência [...], uma aparência de quem está pessoalmente empenhado em uma tarefa difícil e traiçoeira” (Goffman, [1959] 1975, p. 215-216). Goffman assume, desta forma, que “há ocasiões em que os indivíduos, quer queiram, quer não, se sentem obrigados a destruir uma interação, a fim de salvar sua honra e seu prestígio” (Goffman, [1959] 1975, p. 224-225).

Segundo Goffman, “Na vida cotidiana, por certo, há uma clara compreensão de que as primeiras impressões são importantes” (Goffman, [1959] 1975, p. 19) e que “quando um indivíduo se apresenta diante de outros, terá muitos motivos para procurar controlar a impressão que estes recebem da situação” (Goffman, [1967] 2011, p. 23). Em outras palavras, “Quando um indivíduo

desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada por eles” (Goffman, [1967] 2011, p. 25).

Assim, Goffman entende “interação face a face” como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. (Goffman, [1967] 2011, p. 23). Segundo Goffman, “Uma interação pode ser definida como toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros” (Goffman, [1967] 2011, p. 23). Ao considerarmos, pois, esse conceito de “interação face a face”, conforme Goffman, é necessário relativizar esse entendimento, tendo em vista que a comunicação jornalística, bem como outras formas de interação humana, não se estabelece na condição de “presença imediata”. No entanto, referindo-se ao estudo da interação face a face em ambientes naturais, Goffman se atenta para a observação de sinais dos comportamentos humanos. Entendemos que é possível considerar, nesse entendimento, na esfera jornalística, as situações em que as fontes testemunham fatos e interagem com personalidades públicas, bem como com jornalistas.

Conforme Goffman ([1967] 2011), não é impossível ter total controle da própria face porque não se consegue controlar a interpretação que o outro fará do que é dito. A face é, pois, construída à medida da interação com o outro. Logo, a face não é de todo particular no indivíduo, ela é, em termos sociais, um empréstimo de uma imagem social, um produto social que precisa, inclusive, ser mantido, pois “apesar de sua fachada social ser sua posse mais pessoal e o centro de sua segurança e prazer, ela é apenas um empréstimo da sociedade; ela será retirada a não ser que a pessoa se comporte de forma digna dela” (Goffman, [1967] 2011, p. 18). Para Goffman, “A fachada pessoal e a fachada dos outros são construídos da mesma ordem” (Goffman, [1967] 2011, p. 18). Por isso, o autor afirma que, além de construir e manter sua face (orientação defensiva), todo indivíduo deve respeitar e não ameaçar a face do outro (orientação protetora) (Goffman [1967] 2011).

Conforme Goffman ([1967] 2011, p. 22), “três tipos de ameaça podem ser introduzidos pelo próprio participante contra sua própria fachada, por ele contra a fachada dos outros, pelos outros contra a fachada dos outros, ou pelos outros contra a sua fachada”. Dessa forma, uma pessoa, para administrar todas essas possibilidades contingenciais, “terá que possuir um repertório de práticas de salvamento da fachada para cada uma dessas relações possíveis à ameaça” (Goffman, [1967] 2011, p. 22). Nas palavras do autor, há três níveis de responsabilidade quanto à ameaça à face:

Primeiro, pode parecer que ela agiu inocentemente; sua ofensa parece ser não intencional e involuntária, e aqueles que percebem seu ato podem sentir que ela teria tentado evitá-lo se tivesse previsto suas consequências ofensivas [...] gafes, disparates ou pisadas na bola. **Segundo**, a pessoa ofensora pode parecer ter agido com malícia e despeito, com a intenção de causar um insulto aberto. **Terceiro**, há ofensas incidentais; estas surgem como um efeito colateral não planejado, mas às vezes previsto da ação - uma ação que o ofensor realiza apesar de suas consequências ofensivas, mas não por causa de despeito (Goffman, [1967] 2011, p. 22, grifos nossos).

Segundo Goffman, “a preservação da fachada serve para neutralizar ‘incidentes’ - quer dizer, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a fachada” (Goffman, [1967] 2011, p. 20). Por isso, Goffman ([1967] 2011) propõe dois processos de figuração ou elaboração de face, ou seja, um conjunto de atos para não pôr em risco a própria face e as faces alheias, aplicáveis para quaisquer sociedades e culturas: o processo de evitação - orientação defensiva - e o processo corretivo - orientação protetora. Sendo assim, no primeiro, os participantes evitam tópicos que ameacem a própria face, podendo até mudar de assunto para não iniciar um conflito. No caso do processo de evitação, para uma pessoa evitar ameaças à sua fachada, ela deve “evitar contatos em que seria provável que essas ameaças ocorressem. [...] Em muitas sociedades, os membros conhecem o valor de voluntariamente realizar uma

retirada graciosa antes que uma ameaça à fachada prevista possa ter chance de ocorrer” (Goffman, [1967] 2011, p. 22-23).

Entre ações do processo de evitação de ameaça à própria face, Goffman cita, como exemplos: demonstrar respeito e polidez; ser discreto; não contradizer para não constranger; ser ambíguo; reinterpretar situações; ser generoso; relaxar nos padrões de orgulho e honra própria. E, além disso, uma pessoa pode neutralizar um ato ofensivo agindo como se o ato não tivesse acontecido, dando as costas, por exemplo, num comportamento de disfarce da sua da condição de alvo ou de testemunha da ofensa (Goffman, [1967] 2011).

Nesta concepção de interação em que as faces estão expostas, Koch afirma que, ao produzir um discurso, o eu e o tu participam de um jogo de imagens e representações recíprocas, pois “o homem se apropria da língua, não só com o fim de veicular mensagens, mas, principalmente, com o objetivo de atuar, de interagir socialmente, constituindo-se como EU e constituindo, ao mesmo tempo, como interlocutor, o outro” (Koch, 2000, p. 21, com grifos).

Os estudos da Polidez, ou estudos da Cortesia, geralmente são apresentados tanto na sua ocorrência como na sua ausência, determinando, assim, os termos (Im)Polidez e (Des)Cortesia. Koch e Bentes defendem que “a polidez está mais ligada às normas, convenções e princípios gerais que presidem à interação pela linguagem em determinada cultura, em dada sociedade” (2008, p. 29), sendo, por isso, uma prática regida por convenções sociais, ao passo que a cortesia é menos ritualmente determinada e mais ligada às instâncias subjetivas da interação (Seara, 2017, p. 246). Para efeito desta pesquisa, entendemos os termos polidez e cortesia como correlacionais. Aliás, Seara lembra que Brown e Levinson dedicam o seu livro *Politeness* em memória de Goffman e que “as noções de face negativa e face positiva correspondem, respectivamente, às noções de território e de face goffmanianas” (Seara, 2017, p. 239, grifos da autora).

Neste trabalho, optamos por analisar a impolidez do *off* com base no que afirma Marlangeon (2017, p. 106): a “força da cortesia-

descortesia é uma propriedade permanente dos atos de fala e inerente a estes [...], que se manifesta e organiza num *continuum*". A autora chama a atenção para a descortesia, pois, dada a sua complexidade, pesquisadores tem deixado de "avaliar a descortesia simplesmente como a outra face da cortesia ou de considerá-la como ausência de cortesia" (Marlangeon, 2017, p. 95). Neste sentido, Marlangeon propõe um *continuum* analítico da cortesia-descortesia que divide atos corteses em dois graus: "Atos lisonjeadores da imagem" (+2) e "Atos diretos sem reparação de imagem" (+1), ao passo que os atos descorteses são apresentados em sete graus: "Atos formalmente descorteses com propósito descortês" (-1), "Atos descorteses involuntários" (-2), "Atos de autodescortesia" (-3), "Atos formalmente motivados por propósitos descorteses" (-4), "Atos de falta deliberada de cortesia pelo ouvinte" (-5), "Atos de silêncio esmagador" (-6) e "Atos de descortesia de repreensão", sendo este o nível mais elevado da impolidez (-7) (Marlangeon, 2017, p. 100).

Martino e Marques concordam que "a gentileza e as regras de convivência são muito mais do que simples formalidades; ao contrário, são fundamentais para a vida em sociedade" (Martino; Marques, 2018, p. 63). "A ideia de 'bem-viver' é também uma questão de sobrevivência, uma tentativa de não resolver tudo pela força ou pela discussão" (Martino; Marques, 2018, p. 64). Para esses autores, a polidez tem uma única finalidade: "tornar a vida em sociedade possível. Viver com os outros não é fácil e, para evitar que o cotidiano seja uma fonte inesgotável de conflitos, adotamos uma série de atitudes para tornar essa convivência mais confortável para todos" (Martino; Marques, 2018, p. 64).

Martino e Marques entendem que, "Embora, obviamente, as regras de polidez não estejam escritas em nenhum lugar, percebemos sua importância e, especialmente, sua ligação com a comunicação quando elas são desobedecidas, o que costuma gerar inúmeros embaraços e constrangimentos no cotidiano" (Martino; Marques, 2018, p. 65). Assim, polidez é, sucintamente, "expressar o respeito pelos outros sem a menor garantia de que alguém fará o

mesmo por nós” (Martino; Marques, 2018, p. 64). Por fim, “A polidez, de certa maneira, expressa a consideração que temos – ou precisamos demonstrar – pelos outros” (Martino; Marques, 2018, p. 68), embora “a polidez [seja], como todos sabem, ‘a virtude das aparências’” (Kerbrat-Orecchioni, 2017, p. 33).

Referenciação a serviço da impolidez nos *bastidores do off*

Apresentamos uma síntese da análise qualiquantitativa do *corpus* em si (cf. Marlow, 2021), com base nas teorias escolhidas pela pesquisa, percebendo a influência dos enunciados do *off* para um projeto de dizer que se mostrou, em grande parte, de (des)construção argumentativa da imagem do referente pessoa pública. No decorrer da análise, foi premente a visão de Koch, de que não há linguagem neutra ou imparcial, como o jornalismo se propõe a defender no seu exercício profissional:

A afirmação possui o dom de criar uma ilusão de que, ao ser feita, tem o poder de criar a própria realidade das coisas; no entanto, ela resulta sempre de uma opinião, manifestando uma determinada atitude do locutor em face dessa realidade e do(s) seu(s) interlocutor(es). [...] existem sempre no discurso significações implícitas, indicações modais das atitudes e intenções do falante. Daí a posição que defendemos de que não há discurso neutro, objetivo, imparcial (Koch, 2000, p. 125).

Numa síntese da análise, considerando dados qualiquantitativos:

1) Do total de 94 personalidades, identificamos as mais referenciadas nas 80 notícias do *corpus*, sendo o primeiro lugar de Jair Messias Bolsonaro, objeto de discurso em 42 notícias (52,50% do *corpus*), em comparação às 10 notícias (12,5% do *corpus*) do segundo colocado, Luiz Henrique Mandetta. A centralidade do chefe da nação à época era esperada, tendo em vista que as notícias são da editoria política.

2) Além do cenário político-jornalístico, a pesquisa se inscreveu num contexto tecnológico, no qual o jornalismo precisou se acomodar e se reestruturar, assumindo uma nova identidade: jornalismo digital ou jornalismo on-line. Atrelado a isso, percebemos que as práticas jornalísticas, incluindo as fontes *off*, não ficaram imunes – e nem isentas – dos fenômenos de desinformação e má-informação (Unesco, 2018; Martino, 2014). Inclusive, os enunciados do *off*, em geral, reúnem características de informação duvidosa, sem comprovação da parte do remetente – mas em tese com a checagem da informação pelo jornalista – e sem contestação da parte do destinatário. Tal informação, proveniente de um enunciador tornado desconhecido para o leitor, pode estar sendo conivente com interesses ou do jornalista ou da própria fonte. Em outras palavras, o jornalista ou a empresa jornalística transfere para a fonte *off* o enunciado, permeado de intenções e ideologias, bem como a responsabilidade do efeito desse enunciado sobre a imagem da personalidade envolvida. Considerando esse entendimento, propomos o termo *fake off* para a utilização indevida do recurso da fonte *off* nos casos em que: ou se veicula um *off* verdadeiro através de uma fonte *off* falsa pela inconveniência do jornalista assumir o enunciado, ou há má-fé de uma fonte *off* que enuncia falsamente, ou se enuncia informação *fake* na voz de uma fonte *off* falsa. Em resumo: ou a informação é verdadeira, mas a fonte *off* é falsa; ou a informação é falsa, mas a fonte *off* é verdadeira; ou ambas – informação e fonte *off* – são falsas.

3) A perspectiva sociocognitiva-interacional da Linguística Textual, que considera os fenômenos sociais e mentais para o estudo da comunicação humana, foi determinante para a compreensão de como a realidade, a interpretação, o sentido, são construídos, negociados e transformados entre os participantes de uma interação. Ou seja, o uso da língua pelos falantes é condicionado por diversas situações sociais, sobretudo na esfera virtual (Koch, 2005; 2000; 2013). No caso específico deste trabalho, a partir de um enunciador que tem a face protegida pelo anonimato no jornalismo, o que está sendo (re)interpretado, (des)construído, (des)valorizado ou

(des)acreditado por escolhas lexicais na referência é a face do outro – uma personalidade pública - que, em Goffman, se apresenta como: “um personagem representado, não é uma coisa orgânica [...]”; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada, e a questão característica, o interesse primordial, está em saber se será acreditado ou desacreditado” (Goffman, [1959]1975, p. 231). Assim, assumimos que o falar materializado no *off* revela efeito argumentativo de (re)construir realidades, firmar pontos de vista, formar opiniões, e serve, na maioria das vezes, para desqualificar um referente e sua imagem perante a sociedade. Dizemos “na maioria das vezes” com base nos dados apurados, mas percebemos também que nem sempre a informação do *off* intencionava atentar contra a face alheia.

4) Conforme Tabela 1, a pesquisa (cf. Marlow, 2021) resultou na confirmação da tendência de os enunciados dos *bastidores* do *off* colocarem em prática projetos de dizer de desconstrução de personalidades públicas, mas a preservação da face também foi observada.

Tabela 1. *Continuum Cortesia-Descortesia nos bastidores do Off* (cf. Marlangeon, 2017)

		Notícias numeradas cf. Apêndice A	Subtotal	Total
Cortesia crescente	+2	(14) (26) (39)	3	03 (3,7%)
	+1	-	-	
Grau neutro	0	-	-	-
Descortesia crescente	-1	(11) (17) (18) (19) (30) (31) (32) (34) (37) (38) (40) (44) (45) (63) (66) (70)	16	79 (96,3%)
	-2	(2)* (4)* (8) (9) (15)	5	
	-3	(23) (76)	2	
	-4	(1) (4)* (5) (6) (10) (12) (13) (16) (21) (22) (24) (43) (46) (47) (50) (53) (56) (58) (60) (61) (68) (71) (73) (80)	24	
	-5	(02)*	1	
	-6	(48) (49)	2	
	-7	(3) (7) (20) (25) (27) (28) (29) (33) (35) (36) (41) (42) (51) (52) (54) (55) (57)	29	

	(59) (62) (64) (65) (67) (69) (72) (74) (75) (77) (78) (79)		
	* Notícias com o emprego duplo do termo <i>bastidores</i> . ** A notícia com <i>off</i> duplo altera o total de 80 para 82 notícias.	82	82**
	Total		

Fonte: Marlow (2021), adaptada

Em números, a tendência absoluta dos *bastidores* no *off* para a impolidez linguística ou descortesia, contribuindo para o projeto de dizer de ameaça à face dos referenciados, alcançou 96,3% das ocorrências, sendo que o maior número de notícias – subtotal de 29 - apresenta o nível mais alto (-7) de descortesia: atos de descortesia de repreensão (Marlangeon, 2017). Interessante ainda constar que, num universo de 80 notícias, somente três notícias empregam cortesia crescente (+2) (3,7%): duas dizem respeito à memória de um político falecido e uma faz referência a nomes de candidatos aliados. De fato, em muitas notícias analisadas, a fonte *off*, na sua condição de anonimato legitimado pelo jornalismo e, portanto, não questionado pela sociedade, assume determinados atos discursivos (im)polidos que ao jornalista não convém deliberadamente assumir na notícia. Por certo, se consideramos o *off* como estratégia discursiva, é possível afirmar – não que a fonte *off* assume a responsabilidade do jornalista – que o jornalista transfere sua responsabilidade para a fonte *off*, isentando-se. Considerando os dados da pesquisa, entendemos que o *off* é impolido por natureza, tendo em vista o caráter assimétrico e unilateral de uma face protegida enunciando sobre uma face pública exposta, em geral, em terceira pessoa. Mas apesar de o *off* representar um enunciador essencialmente descortês, os atos de impolidez, nos termos dos *bastidores* também vieram do próprio jornalista ou de outros referentes na notícia política.

A Tabela 2, a seguir, ilustra ocorrências no *corpus* organizado no Apêndice A (cf. Marlow, 2021), composto de 80 notícias publicados em A Gazeta Online, entre junho de 2018 a junho de

2020, em que os enunciados do *off* promovem a impolidez que, por sua vez, desconstrói a imagem do referenciado – personalidade pública, de famosos, autoridades e, em geral, políticos. A descortesia é analisada com base no *continuum* proposto por Marlangeon (2017).

Tabela 2. Referenciação a serviço da Impolidez no *Off* (cf. Marlangeon, 2017)

Nº e data da Notícia	Fragmento com enunciados do <i>Off</i> e com elementos anafóricos	Objetos de discurso do <i>Off</i>	Referenciação e Impolidez
(02) 26/06/2018	“Vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito têm a mesma voz. Não mandam em nada”, teria dito o senador.	<u>Magno Malta</u>	Descortesia deliberada do ouvinte (-5)
(03) 02/07/2018	“O <u>presidente americano</u> ameaça no bastidores [sic] sobretarifar as importações de carro do continente”.	<u>Donald Trump</u>	Descortesia de repreensão (-7)
(04) 17/07/2018	“A bola da vez é Rodrigo Coelho, que já ganhou, segundo informações de bastidores , a bênção de <u>Hartung.</u> ”	<u>Paulo Hartung</u> Rodrigo Coelho, Deputado Estadual	Cortesia com propósito descortês (-4)
(04) 17/07/2018	“Nos bastidores , há a expectativa de abertura de uma segunda vaga, hoje do <u>conselheiro afastado e preso Valci Ferreira.</u> Ele pode perder o cargo devido a uma condenação criminal”	<u>Valci Ferreira,</u> <u>Deputado</u> <u>Estadual</u>	Descortesia involuntária (-2)
(18) 01/02/2019	““O <u>Governador</u> escolheu um nome que nem tinha indicado que queria a vaga. Ainda estamos nos articulando’, afirmou um	<u>Renato Casagrande,</u> <u>governador</u> <u>eleito</u>	Descortesia com propósito cortês (-1)

	dos parlamentares, sem se identificar.”		
(20) 28/03/2019	“ <u>Um papa Francisco incomodado e que recusa o beija-mão dos fiéis após uma missa</u> é o novo capítulo da polêmica entre conservadores e progressistas que agita os bastidores do Vaticano. ”	<u>Papa Francisco</u>	Descortesia de repreensão (-7)
(23) 26/04/2019	“ Nos bastidores , assessores presidenciais reconhecem que a mudança [inclusão das propagandas mercadológicas sob aprovação do Poder Executivo] pode ser questionada juridicamente, uma vez que ela pode representar uma interferência indevida em empresas de capital misto, como a Petrobras.”	[determinação do Governo de Jair Bolsonaro]	Autodescortesia (-3)
(29) 19/07/2019	“ Nos bastidores , o papo é de que <u>Fontenelle</u> quer levar Bolsonaro para dar entrevista em <u>seu canal</u> , também. A ministra Damares Alves já foi entrevistada pela <u>loira</u> . Sem papas na língua, <u>Antônia</u> também criticou o descaso do governo Bolsonaro com a Cultura.”	Jair Bolsonaro <u>Antônia Fontenelle</u>	Descortesia de repreensão (-7)
(54) 09/04/2020	“apesar dos esforços da ala militar para estabelecer uma trégua entre Bolsonaro e <u>Mandetta</u> , a <u>fritura do ministro da Saúde</u> segue em alta nos	Jair Bolsonaro <u>Luiz Henrique Mandetta</u>	Descortesia de repreensão (-7)

	bastidores por seus pares e auxiliares do presidente alinhados à ala ideológica.”		
(60) 24/04/2020	“Mesmo com um clima ruim com o presidente, nos bastidores, dizia-se que <u>Moro</u> permanecia no cargo por uma suposta promessa de Bolsonaro de indicá-lo a uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal”	Jair Bolsonaro <u>Sérgio Moro</u>	Cortesia motivada por descortesia (-4)
(79) 18/06/2020	“nos bastidores , Bolsonaro reclamava de que <u>o adversário</u> não virava <u>alvo</u> de <u>investigações</u> ”	Jair Bolsonaro <u>Wilson Witzel</u>	Descortesia de repreensão (-7)

Fonte: elaboração própria (cf. Marlow, 2021)

Por fim, confirmamos também que a fonte *off*, de identidade protegida, evocada no noticiário político para pronunciar-se em relação a personalidades públicas, de faces expostas, não foi a única voz a fazer uso do termo *bastidores* para, no geral, desconstruir a imagem do outro, numa posição de oponente. Observou-se casos de *off* aliado ameaçando a face de personalidades políticas, além de outros referentes da notícia e do próprio jornalista.

Considerações finais

O recorte da análise, neste trabalho, demonstrou o enunciado da fonte *off*, sob as lentes teóricas da linguística, empregando a referência a serviço na impolidez na (des)construção da imagem de personalidades públicas. No entanto, entendemos que a responsabilidade sobre as consequências desses atos deve ser imputada ao profissional do jornalismo. Isso porque, na sua prática jornalística, segundo a deontologia da profissão e seus valores e opiniões, é o jornalista que estabelece o fio narrativo da notícia,

escolhendo o léxico e organizando o texto para a introdução de cada um dos personagens-referentes, sendo um deles a fonte *off*, e administrando a relação entre eles para, além de informar, aprovar ou desaprovar uma personalidade pública.

Reafirmamos, assim, evidências de aproximação de enunciados de fonte *off* com desinformação, denominada *fake off*, pela utilização indevida do recurso da fonte *off* nos casos em que: ou a informação é verdadeira, mas a fonte *off* é falsa; ou a informação é falsa, mas a fonte *off* é verdadeira; ou ambas – informação e fonte *off* – são falsas.

Concluimos, pois, afirmando que os enunciados do *off*, com base na análise dos *bastidores*, comprovam a *imparcialidade retórica* dos meios de comunicação, vez que não é observada de fato. Essa questão, inclusive, não é uníssona para jornalistas e pesquisadores da área, pois tanto para a comunicação social quanto para a linguística, não há discurso neutro. Assim afirmamos que o princípio da imparcialidade da mídia é, para o jornalismo político brasileiro, uma condição que não se pode confirmar, pelo menos considerando as notícias políticas, os profissionais do jornalismo e suas fontes *off*, e as respectivas empresas jornalísticas envolvidas no *corpus* sob análise.

Referências

BOCAYUVA, P. C. C.; VEIGA, S. M. **Novo Vocabulário Político**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de Redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, [1959] 1975.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis, RJ: Vozes, [1967] 2011.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Abordagem intercultural da polidez linguística: problemas teóricos e estudo de caso. In: CABRAL, A.

- L.T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (Org.). **Descortesia e cortesia**: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, 2017. p. 17-56.
- KOCH, I. G. V. A construção dos sentidos no discurso: uma abordagem sociocognitiva. **Revista Investigações**, v. 18, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1478/1151>>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- KOCH, I. G. V.. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). **Referenciação e Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 33-52.
- LAGE, N. **Estrutura da notícia**. Série Princípios. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2005.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. **Revista Letras**, Curitiba, n. 56, p. 217-258, jul./dez. 2001. Editora da UFPR.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**: Novas formas de construção de sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 13-67.
- MARCUSCHI, L. A. Referenciação e progressão tópica: Aspectos cognitivos e textuais. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 7-22, 2006.
- MARLANGEON, S. K. Contribuições para o estudo da descortesia verbal. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (Org.). **Descortesia e cortesia**: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, 2017. p. 93-108.
- MARLOW, R. M. **Atos de Fala e Referenciação na (Des)Construção de faces públicas nos “bastidores” de notícias políticas**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Espírito Santo (CCHN/UFES), 2021. 378 f.
- MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**: Linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. **Ética, Mídia e Comunicação**: relações sociais em um mundo conectado. São Paulo: Summus, 2018.

MARTINS, F. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005.

NOVAES, P. L. P. **Tutela do Direito de Sigilo da Fonte Jornalística**: doutrina e jurisprudência. Curitiba: Juruá, 2012.

RAJAGOPALAN, K. Linguística Textual e Pragmática. In: SOUZA, E. R. F.; PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (Orgs.). **Linguística Textual**: Interfaces e delimitações: homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017. p. 233-257.

SANTOS, L. W. ReVEL na Escola: Referenciação. **ReVEL**, vol. 13, n. 25, 2015, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/725acb4415e9ddbde01a657826817ec3.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SCHIMITZ, A. A. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SEARA, I. R. (Org.) **Cortesia**: Olhares e (Re)Invenções. Lisboa-Portugal: Chiado Editora, 2014.

SEARA, I. R. Contributo para o estudo da (des)cortesia verbal: estratégias de atenuação e de intensificação nas interações. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (Orgs.). **Descortesia e cortesia**: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, 2017. p. 233-268.

Cláusulas hipotáticas de finalidade em tuítes: prospecção e volitividade

Francisco Quenupe
Amanda Heiderich Marchon

Introdução

Estudos recentes ancorados em abordagens interativo-enunciativas acerca da língua e do discurso defendem que o ato de argumentar consiste em apresentar enunciados que, em alguma medida, são capazes de influenciar o interlocutor, “seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento” (Charaudeau, 2005, p. 15). Na mesma direção, Amossy (2018, p. 47) define argumentação como “os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema”.

Pensando sobre esses *meios verbais* a que Amossy (2018) se refere, dentre os inúmeros recursos de que a língua dispõe para a construção da argumentação, analisamos, neste artigo, o emprego das cláusulas hipotáticas de finalidade, buscando discutir seus aspectos estruturais e semântico-discursivos. Para isso, nosso *corpus* de análise é composto por 132 cláusulas de finalidade coletadas de 113 posts que versam sobre as medidas do governo brasileiro no que tange ao combate da pandemia de Covid-19. Esses textos, de autoria tanto de personalidades da política nacional que apoiam as medidas governamentais quanto de personalidades políticas que discordam das decisões tomadas, foram publicados entre os meses de

novembro de 2020 e dezembro de 2021 na plataforma de microblogagem *Twitter* (atualmente denominada de “X”).

Considerando que a finalidade é parte de uma relação em que as noções de causa e efeito são consideradas complementares, Azeredo (2012, p. 323) afirma que “do ponto de vista extremamente lógico, dois fatos se articulam pela relação de causalidade se a realização de um deles depende ou decorre da realização do outro”. Nesse sentido, em sua *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, o autor explica que a noção de *causa* é codificada por cláusulas de causa e de condição; a noção de *efeito*, por cláusulas de consequência e de finalidade. Especificamente, a presença de *intencionalidade* diferencia o efeito visado (finalidade) do efeito contingencial (consequência), como ilustram, respectivamente, exemplos apresentados pelo próprio autor: “Estão trabalhando em dobro, *para* compensar os dias parados”; “Estava *tão* cansado, *que* dormiu de sapato e tudo” (Azeredo, 2012, p. 328-329). No primeiro exemplo, *compensar os dias parados* instancia o *efeito visado* decorrente da ação *trabalhar dobrado*, ao passo que, no segundo exemplo, *dormir de sapato e tudo* não se caracteriza como um *efeito planejado* consequente de *estar cansado*. Esse entendimento, associado às investigações de Marchon (2020; 2021) sobre o tema, sugere que as estruturas de finalidade apresentam maior grau de argumentatividade quando comparadas às estruturas de consequência, o que sinaliza que o emprego daquelas pode ser entendido como uma estratégia argumentativa.

A fim de demonstrar que as cláusulas de finalidade podem ser entendidas como fios da teia argumentativa que visa a envolver o interlocutor, o presente artigo conta com mais quatro seções, além desta parte introdutória. Na seção seguinte, expomos, brevemente, algumas considerações de base interativo-enunciativa, que focalizam a problemática dos sentidos do ato de linguagem, ancorados, especialmente, na Teoria Semiollingüística do Discurso (Charaudeau, 2019), além de discorrermos sobre o gênero tuíte (Paveau, 2021). Em seguida, discutimos o fenômeno da articulação de cláusulas, sob a ótica do Funcionalismo (Decat, 2001; Hopper;

Traugott, 1993; Matthiessen; Thompson, 1988), destacando a relação de finalidade com base em Dias (2001a, 2001b), Souza (2019) e Marchon (2020; 2021). Na sequência, apresentamos a discussão qualitativa dos resultados, à luz da interface teórica proposta. Para terminar, passamos às considerações finais.

Sobre contrato de comunicação e posts

Charaudeau (2019) explica que os atos comunicativos se realizam numa *mise-en-scène* discursiva, isto é, numa encenação realizada por sujeitos em situações de comunicação bem determinadas. Nesse viés, o autor explica que todo ato de linguagem é integrado por dois processos complementares: a produção – processo relacionado ao *eu*, o sujeito produtor do ato de linguagem – e a interpretação – processo estabelecido em função do ponto de vista do *tu*, que não é mero receptor da mensagem, mas, sim, um apurador das intenções do *eu*. Mais especificamente, Charaudeau (2019) procura mostrar que o ato de linguagem se torna um ato interativo-enunciativo, ou seja, centro da intersecção de dois universos dissemelhantes, um processo dialético entre os sujeitos.

Nesse cenário, no qual se instaura o ato de linguagem, emerge a noção de contrato de comunicação, que “pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas sociais” (Charaudeau, 2019, p. 56) – o princípio de cooperação, tal qual descrito por Grice, na Pragmática, subjaz o que Charaudeau (2019) chama de contrato de comunicação.

É mister assinalar que os sujeitos em interação são membros de grupos em que são compartilhados valores, julgamentos, crenças e percepções relacionados às atividades sociais que exercem, o que Charaudeau (2017, p. 578) denomina de imaginário sociodiscursivo: “forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual constrói significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus

comportamentos, transformando a realidade em real significante”. Na esfera política, por exemplo, “circulam imaginários sobre o comportamento que o político deve adotar, conforme a situação em que se encontre: campanha eleitoral, locução televisiva, debate, reunião etc. [...] Frequentemente, esses imaginários se sobrepõem e constroem espécies de arquétipos coletivos inconscientes” (Charaudeau, 2011, p. 207). Em outras palavras, os locutores que se projetam como enunciadores fortalecem um projeto idealizado e compartilhado por outros locutores em uma situação de comunicação que diz respeito a um coletivo.

Como poderemos verificar, parlamentares da oposição (compreendida aqui como deputados e senadores da esquerda, centro-esquerda e, até mesmo, centro-direita, como é o caso da então senadora Simone Tebet) objetivam demonstrar, em sua maioria, corrupção no *modus operandi* do governo Bolsonaro e falta de preparo técnico-administrativo para demandas sociais, como compra e distribuição de vacinas. No dado a seguir, por exemplo, a senadora, motivada por denúncias de corrupção, atua de maneira a trazer transparência aos atos ilícitos do governo:

1. Sugerir que a CPI da Covid faça acareação coletiva **para tirar a prova sobre as denúncias a respeito do contrato da Covaxin.**
#CPIdaCovid #Covaxin (Post da Senadora Simone Tebet – @SimoneTebetms – da oposição em 28/06/2021)

Por outro lado, a argumentação da base governista se centra na demonstração de apoio ao presidente e à sua equipe, seja enaltecendo ações do governo federal, seja responsabilizando os governos estaduais para eximir a administração da União da culpa pela confusa condução de medidas para conter a pandemia provocada pelo coronavírus. O dado 2, a seguir, ilustra essa segunda atitude:

2. Enquanto crescem os números de infectados e mortes pela Covid-19 e a vacinação não avança por inépcia do governo estadual, o

governador, em vez de buscar soluções para isso, gasta seu tempo e energia atrás de espaços **para acomodar políticos na estrutura do governo.** (Post do senador Ciro Nogueira – @ciro_nogueira – da base governistas em 15/04/2021)

Os dados apresentados refletem, pois, imaginários sociodiscursivos acerca de discursos políticos que tanto se afastam quanto se alinham às condutas praticadas pelo grupo que, à época, era detentor do poder, refletindo o que, socialmente, entendemos por grupos políticos da oposição e grupos políticos da situação. No que tange ao contrato de comunicação que rege as práticas discursivas reveladas pelos dados analisados nesta pesquisa, Charaudeau (2005, p. 19) chama a atenção para as diferenças de materialidade que caracterizam a mídia impressa, radiofônica e televisiva, ressaltando que todo dispositivo formata a mensagem e, conseqüentemente, contribui para lhe conferir sentido. Com o advento da internet, outros dispositivos surgiram, como *sites*, redes sociais e aplicativos, instaurando um espaço digital em que os discursos nascem e circulam.

Dialogando com essa tendência, a investigação que ora apresentamos volta-se para o gênero post. Paveau (2021, p. 369) define o post como “um enunciado plurissemiótico complexo, limitado a 140 caracteres com espaço, fortemente contextualizado e não modificável, produzido nativamente *on-line* na plataforma digital de microblogagem *Twitter*”. A autora faz um paralelismo entre pesquisas logocêntricas, ou seja, focadas apenas no material linguístico, e pesquisas que extrapolam esses limites, observando e descrevendo práticas tecnodiscursivas que levam em consideração também a ação dos agentes não humanos. De acordo com Paveau (2021), o gênero post varia estruturalmente, ocorrendo nas formas *estereotipada*, *ecológica* e *logocentrada*.

A forma estereotipada é o enunciado em uma organização simples, uma espécie de janela horizontal que o usuário da rede social vê na linha do tempo, geralmente, como o post é exportado para fora do *Twitter* de maneira *off-line* (por exemplo, quando é

exposto nos jornais televisivos ou impressos, para divulgar o que foi publicado por um determinado usuário), como ilustra a figura 1 a seguir:

Figura 1. Post estereotipado



Fonte: *Twitter*. Acesso em: junho de 2021

É importante ressaltar que os elementos que constituem o post na forma estereotipada, como foto do perfil do usuário, nome, pseudônimo, data do post, responder, retuitar, curtir, compartilhar, são elementos clicáveis, exceto o texto do post.

A forma ecológica é considerada uma expansão da forma anterior. Essa nova janela (agora em forma vertical) inclui outras indicações e outros elementos de contexto, especialmente as respostas e as repostagens, o que motiva a nomeação de “ecológica”, pois diz respeito à relação dinâmica entre seres e agentes não humanos nas produções linguageiras, como ilustra a figura 2, a seguir:

Figura 2. Post ecológico



Fonte: *Twitter*. Acesso em: maio de 2022

Nesse dado, o conteúdo tuitado pelo Ministro-Chefe da Casa Civil *Ciro Nogueira* promove uma espécie de debate sobre as ações da CPI, porque, nos comentários, outros usuários (e possíveis seguidores do ministro) expõem suas considerações. Alguns elementos, nessa forma, são acrescentados, como a janela "tweet sua resposta" com o avatar do proprietário da conta a partir da qual o post é visualizado, e outros, modificados, como a posição da data de publicação.

Por fim, *Paveau (2021)* descreve o gênero post em sua forma logocentrada, em que se retêm apenas os elementos de conteúdo linguageiro em uma planilha, por exemplo, em detrimento de um conjunto de características e elementos tecnodiscursivos presentes nas outras duas formas. Essa foi a forma utilizada na metodologia empregada nesta investigação e não é uma ocorrência na

plataforma *Twitter*, mas, sim, um meio utilizado pelo analista para empregar suas análises linguísticas, como ilustra a figura 3, a seguir:

Figura 3. Post logocentrado

DATA	USUÁRIO	PSEUDÔNIMO	TEXTO	IDEOLOGIA	ESTRUTURA [cor]+Verboj	POSIÇÃO DA CLÁUSULA	TIPO DA CLÁUSULA
13/05/2021	Carlos Jordy	@carlojordy	A CPI da Covid é um teatro com personagens c/ roteiros prontos e um final já escrito. Tem bandido posando de herói querendo fazer do medinho o vilão da História. Para esses, às vezes é necessário jogar a verdade na cara para que não levem o personagem tão sério: são VAGABUNDOS!	DIR	para que+V/Sb	POSPOSTA	HAdv
15/06/2021	Carlos Jordy	@carlojordy	Estamos votando o PL 1208/2, de minha autoria: q cria o Programa Pré-Pesquisa-Covid-19. Agradeço à relatora Dep. Soraya Santos pelo belíssimo trabalho em seu parecer para q pudéssemos construir um projeto impecável. Vence a ciência e tecnologia. Vence o Brasil!	DIR	para que+V/Sb	POSPOSTA	HAdv

Fonte: elaboração própria

Nesse caso, por exemplo, os elementos clicáveis nas outras duas formas (como usuário, pseudônimo etc.) foram separados em uma planilha para que, assim, pudesse ser feita a análise do material linguístico e extralinguístico, observando-se, por exemplo, a posição da cláusula de finalidade, a estrutura verbal, o posicionamento político do parlamentar etc. Paveau (2021) ressalta que análises que consideram o post em sua arquitetura logocentrada, como a que propomos neste artigo, situam-se em uma episteme pré-digital, o que não interfere, porém, nos objetivos aqui delineados. Como propomos uma análise das cláusulas hipotáticas utilizadas por usuários do *Twitter*, não focalizamos aspectos típicos do discurso digital, como plurissemiotividade, ampliação, deslinearização, entre outros.

Considerando a interface teórica proposta, apresentamos, na seção subsequente, alguns pressupostos funcionalistas em que nos baseamos para desenvolver esta investigação.

A codificação da finalidade

O Funcionalismo linguístico compreende a linguagem como instrumento de interação social e, nessa perspectiva, como salienta Pezatti (2008, p. 86), “no paradigma funcional, as expressões

linguísticas são vistas como instrumentos dos quais os participantes de uma interação verbal se valem para se comunicar em situações específicas de interação”. Por isso, tendo em vista a finalidade comunicativa dos sujeitos interagentes, o funcionalismo integra, às suas análises, o contexto discursivo, o que faz com que o analista considere, conjuntamente, aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos em sua investigação. Nessa visão, “não há lugar para uma sintaxe autônoma” (Neves, 2006, p. 46).

Nesse viés, no que tange à análise da articulação de cláusulas, cumpre citar os clássicos estudos de Matthiessen e Thompson (1988) e Hopper e Traugott (1993), segundo os quais a tradicional dicotomia *subordinação versus coordenação* não reflete a realidade dos fatos linguísticos, uma vez que a subordinação envolve estruturas que não apresentam comportamento homogêneo. Essa constatação sinaliza, portanto, que não é suficiente interpretar que as cláusulas que exercem funções de substantivos, adjetivos e advérbios relacionam-se com a cláusula nuclear da mesma maneira, o que indica que existem, pelo menos, três procedimentos sintáticos relacionados à articulação de cláusulas, a saber: parataxe, hipotaxe e subordinação.

Considerando que os fenômenos linguísticos precisam ser analisados tanto sob o prisma da forma quanto do sentido, preceito basilar do Funcionalismo, Hopper e Traugott (1993) propõem que parataxe, hipotaxe e subordinação representam três pontos distintos de uma escala pautada, simultaneamente, nos graus de encaixamento (sintático) e de dependência (semântica) entre as cláusulas, conforme o quadro 1, a seguir:

Quadro 1. *Continuum* da combinação de cláusulas

	Parataxe >	Hipotaxe >	Subordinação
[Dependência]	-	+	+
[Encaixamento]	-	-	+

Fonte: elaboração própria, com base em Hopper; Traugott (1993, p. 170)

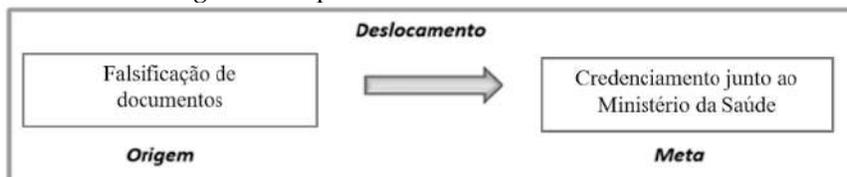
Em conformidade com esse *continuum*, a hipotaxe encontra-se entre a parataxe e a subordinação, apresentando, em relação à cláusula-núcleo, o traço [-encaixamento], em termos estruturais, e [+dependência], em termos semântico-pragmáticos. Dessa forma, se, estruturalmente, as cláusulas hipotáticas “não são exigência da estrutura gramatical do período, devido ao seu caráter periférico e comportamento de adjunto” (Marchon, 2021, p. 2), discursivamente, são necessárias para a construção da argumentação, uma vez que incluem combinações de cláusulas que atuam na organização do discurso.

No que tange, especificamente, à cláusula de finalidade, esta investigação se coaduna com os estudos de Dias (2001a), que considera que as cláusulas de finalidade escaneiam um deslocamento no esquema semântico do movimento: o enunciador institui um objetivo, cujo alcance demanda o deslocamento de um ponto inicial (origem) a um ponto final (destinação). O dado 3, a seguir, ilustra essa explicação:

3. A Precisa, empresa queridinha do governo Bolsonaro, falsificou documentos **para se credenciar junto ao ministério da Saúde como intermediária na aquisição da vacina Covaxin**. Fraude foi confirmada pela Bahrat Biotech. Se não fosse a CPI, a vacina superfaturada seria comprada. (Post do senador Humberto Costa – @senadorhumberto – da oposição em 23/07/2021)

De acordo com Dias (2001a), nesse trecho, a trajetória delineada compreende um movimento unidirecional que atende à vontade de um sujeito. O movimento codificado pela cláusula de finalidade teria como origem a falsificação de documentos e, como meta, o credenciamento da empresa Precisa junto ao Ministério da Saúde como intermediária na aquisição do imunizante Covaxin, conforme a figura 4, a seguir:

Figura 4. Esquema semântico do movimento



Fonte: elaboração própria, com base em Marchon (2020)

Concordamos que, de fato, é possível associar as ideias de finalidade e movimento, como propõe Dias (2001a). Mas acreditamos que a descrição da finalidade pode ser refinada se considerarmos o conceito de esquemas imagéticos (Esquemas-I), como estudado por Souza (2019, p. 56-57):

Segundo Johnson (1987, p. 29-30, tradução nossa), os Esquemas-I são estruturas dinâmicas “por meio das quais organizamos nossa experiência de maneira que possamos compreendê-la”. Formadas por meio da percepção sensório-motora de nossas experiências mais primitivas – e, basicamente, espaciais –, essas estruturas são acionadas para que possamos compreender domínios mais abstratos com base em domínios mais concretos.

Sobre o esquema imagético de trajetória e ligação entre os pontos da trajetória (origem-trajetória-meta), Duque (2015, p. 34-39) explica que “objetivos são emulados nas metas, logo, atingir um objetivo é entendido como percorrer uma trajetória, passando por pontos intermediários, até chegar ao destino”. Nesse viés, Souza (2019), diferentemente de Dias (2001a), defende que, em *frames* de finalidade, a ideia de movimento parte de um ponto de inatividade, a origem, e passa por pontos intermediários até atingir uma meta. Para a autora, os pontos intermediários seriam ações que condicionariam a realização de uma meta em potencial, como ilustra a figura 5:

Figura 5. Esquema imagético da trajetória



Fonte: elaboração própria, com base em Souza (2019, p. 62)

Nesse esquema, emerge com mais nitidez a relação de causalidade entre os eventos, uma vez que o ponto intermediário estabelece uma condição, uma etapa do caminho percorrido para que a meta seja atingida – “a ligação entre pontos intermediários estabelece as noções de contiguidade e causalidade presentes em eventos complexos” (Duque, 2015, p. 34-35). No bojo desse esquema imagético, está a noção de futuridade: o estado de coisas expresso pela cláusula de finalidade está em um tempo posterior ao tempo da cláusula nuclear (Neves, 2018). Mateus *et aliae* (2003) explicam que, nas estruturas com cláusulas de finalidade, a dependência semântica no nexos clausal núcleo-satélite é formulada pelo próprio enunciador, o que confere o caráter intencional e volitivo à estrutura em tela:

Diferentemente das construções que contêm uma oração condicional, o nexos condição-consequência entre as duas proposições nem sempre tem a ver diretamente com o conteúdo de ambas (*de re*): a relação de dependência semântica é formulada pelo próprio locutor (*de dicto*). Assim, o conteúdo proposicional de A (a oração principal) é considerado pelo locutor como uma condição do conteúdo proposicional descrito em B (a oração final); por outro lado, B significa uma consequência e, simultaneamente, um propósito, uma finalidade de A. O caráter volitivo e intencional é uma das características semânticas desse tipo de oração. (Mateus *et aliae*, 2003, p. 715-716. Grifos nossos)

Podemos dizer, portanto, que as propostas de Azeredo (2012) e Mateus *et aliae* (2003) realçam a futuridade e a volitividade características das cláusulas de finalidade – aspectos também

apontados pelas investigações de base funcionalista e de base cognitivista apresentadas nesta seção.

A seguir, passamos a apresentar considerações sobre a frequência das estruturas investigadas em perfis pró e contra o governo e a posição da cláusula de finalidade em relação à cláusula núcleo. Buscamos, pois, compreender como aspectos formais, atrelados a aspectos discursivos são mobilizados por sujeitos enunciadorees na construção da argumentação, o que justifica nossa proposta de interface teórica entre o Funcionalismo e a Semiologia, em especial.

O discurso dos posts: uma breve análise dos dados

Para o desenvolvimento desta investigação, analisamos 20 perfis de parlamentares brasileiros na plataforma *Twitter*, sendo 10 contas de políticos considerados da situação e 10 contas de políticos considerados da oposição ao governo de Jair Messias Bolsonaro. Debruçamo-nos sobre 113 posts dos quais foram coletadas 132 cláusulas de finalidade.

No que tange à frequência das cláusulas de finalidade, constatamos que o emprego dessa estrutura por políticos da oposição foi consideravelmente maior: 83 cláusulas foram encontradas em posts de parlamentares contrários ao governo, equivalendo a 63% dos dados; em postagens dos apoiadores do governo, foram encontradas apenas 49 cláusulas, ou seja, 37% dos dados. Esses números podem ser explicados com base na ideia de futuridade veiculada pelas cláusulas de finalidade, uma vez que projetam ações que seriam realizadas num tempo posterior ao da enunciação. Dito de outra forma, essa projeção se relaciona com o discurso político da oposição, ancorado em projetos e promessas de ações que seriam realizadas por esse grupo, como ilustra o dado (4) a seguir, em que o senador da oposição, Randolfe Rodrigues, projeta blindar a situação do governo, porque este está atuando de maneira mentirosa na divulgação de informações falsas. O discurso do político, então, demonstra a trajetória da sua ação futura,

considerando que a origem da ação e meta a ser alcançada, no caso, a suspensão das “notas técnicas”:

4. Não podemos deixar que eles tratem a vida como brincadeira! Vamos acionar o STF **para suspender a nota técnica do @minsaude** que propaga fake news, atacando a vacina e, em desacordo com a ciência, promove remédios ineficazes contra a COVID-19! (Post do senador Randolfe Rodrigues – @randolfap – da oposição em 24/01/2021)

Considerando, ainda, o contexto da CPI da Covid, as cláusulas de finalidade cumprem a função de expressar os desdobramentos das ações dos parlamentares investigadores, como pode ser observado por meio do dado (5):

5. URGENTE! Estamos protocolando requerimento pedindo a instalação de uma nova CPI da Covid **para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil** a partir de novembro de 2021. (Post do senador Randolfe Rodrigues – @randolfap – da oposição em 11/01/2021)

Nesse post, o mesmo senador enfatiza a meta a ser conquistada, isto é, a verificação das falhas cometidas pelo governo na gestão da pandemia. Isso é de extrema relevância para os políticos da oposição, que necessitam de uma argumentação mais fundamentada com o fito de convencer o interlocutor. Dessa forma, além de as cláusulas hipotáticas circunstanciais representarem opções organizacionais do falante para elaboração do seu discurso, conforme Matthiessen e Thompson (1988), as cláusulas de finalidade, por seu matiz prospectivo e volitivo, instanciam importante estratégia de argumentação, uma vez que, na conceptualização de um esquema de trajetória, codificam meta clara a ser alcançada.

Quanto à posição da cláusula de finalidade em relação à cláusula nuclear, constatamos que, independentemente do grupo político, a posposição à cláusula nuclear mostrou-se quase

categorica. Mais especificamente, 93% dos dados, ou seja, 123 das 132 estruturas analisadas sucedem a cláusula nuclear, codificando a ordenação núcleo > satélite, uma evidência da ordem dos eventos no mundo biossocial – essa correlação natural e motivada entre o código linguístico (expressão) e seu significado (conteúdo) expressa o princípio da iconicidade, proposto por Givón (2001). De acordo com o autor, a ordem temporal em que eventos ocorrem será espelhada no relato linguístico desses eventos, ou seja, a ordenação das cláusulas no discurso tende a espelhar a sequência temporal em que as ações descritas ocorreram, como ilustram os dados (6) e (7) a seguir:

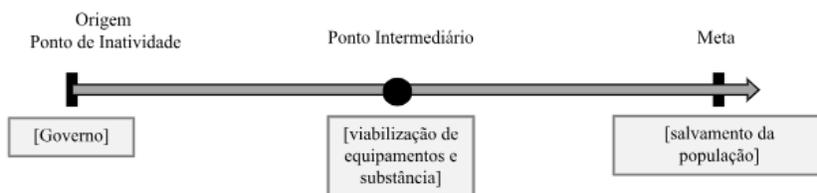
6. Segundo reportagem da Folha, em 25 de fevereiro, enquanto o Brasil ultrapassava a marca de 250 mil mortos por covid, um integrante do Ministério da Saúde cobrava propina **para fechar contrato de compra das vacinas**. Um crime contra a vida dos brasileiros! (Post do deputado Alessandro Molon - @alessandromolon - da oposição em 29/06/2021)

7. Nos momentos mais críticos da Covid-19, foi o Governo Federal que viabilizou respiradores, oxigênio e insumos **para atender a população**. Agora, passada essa fase, ignoram as omissões dos estados e querem penalizar, justamente, o Governo. Essa CPI é o retrato mais fiel da covardia. (Post do senador Marcos Rogério - @MarcosRogério - da base governista em 05/08/2021)

O discurso veiculado pelo dado (4) denuncia ações corruptas do governo na má gestão da pandemia. O enunciador contrasta o número de mortos e o antagonismo de um representante do Ministério da Saúde que, antes de comprar vacinas, cobra propina das empresas. Em direção oposta, o dado (5) traz o discurso da base governista que refuta as condenações ao Governo Federal no combate à pandemia. Para isso, o enunciador articula seu discurso colocando, como meta das ações governamentais, o salvamento da vida de pessoas internadas em hospitais. Na instanciação da relação de causalidade, ele marca que vidas só foram salvas

porque, antes, o governo disponibilizou equipamentos e materiais básicos para o trabalho das equipes médicas, como ilustra a figura 6 a seguir:

Figura 6. Esquema imagético da trajetória



Fonte: elaboração própria, com base em Souza (2019, p. 62)

O que observamos por meio dos dados (6) e (7) anteriormente apresentados é que “a ordem das cláusulas coloca-se muitas vezes como uma função da ordem dos eventos” (DECAT, 2001, p. 1480). A análise dos dados, portanto, permite que observemos que o estado de coisas descrito na cláusula de finalidade é posterior ao estado de coisas descrito na cláusula nuclear. Apesar de a ordenação no plano linguístico refletir a ordenação dos eventos no mundo biossocial, remetendo-nos ao princípio da iconicidade, respaldados em Mateus *et aliae* (2003), apresentamos a ressalva de que a relação de causa-efeito é formulada pelo enunciador na construção de seu discurso, o que significa dizer que os vínculos condicionais estabelecidos pelo enunciador podem não representar a realidade, mas um jogo discursivo.

Considerações finais

Partimos da ideia de que uma análise linguística (funcionalista) é indissociável de uma análise semântico-pragmático-discursiva, como reitera Neves (2006, p. 46), discutindo os imaginários sociodiscursivos desses dois grupos por meio de índices linguísticos inscritos nos posts analisados, sendo que os apoiadores do Executivo Federal, buscam incessantemente

defender as realizações do governo e culpar governos estaduais pela má gestão da pandemia; os parlamentares da oposição, por sua vez, advogam que a má gestão na compra de vacinas (beneficiando determinadas empresas em detrimento dos cofres públicos) e na distribuição de medicamentos e oxigênio resultou em uma desastre na saúde brasileira, piorando a calamidade pública. Comparamos as nuances de sentido veiculadas por cláusulas de finalidade pospostas à cláusula-nuclear. Como justifica Dias (2001a, p. 109), “a cláusula hipotática de finalidade canônica funciona como especificadora da ideia focada na cláusula núcleo e ocorre, de modo absoluto, na posposição. O estado de coisas descrito na cláusula de finalidade é posterior ao estado de coisas descrito no núcleo”. Assim, do *corpus* selecionado, as análises apontaram que a estrutura focalizada é mais frequentemente encontrada em contas de personalidades da oposição, perfazendo 63% das cláusulas que compõem os posts desses parlamentares.

Referências

- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Coord. de trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Trad. Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2018.
- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2012.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2019.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Tradução André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/857> . Acesso em: 12 jul. 2022.

- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.
- DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. N.; SARAIVA, M. E. F.; BITTENCOURT, V. O.; LIBERATO, Y. G. (Orgs.). **Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista**. 1. ed. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001. v. 5. p. 103-166.
- DIAS, N. B.. A articulação das cláusulas de finalidade: uma análise funcionalista. **Scripta**, v. 5, n. 9, p. 67-76, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/11722>>. Acesso em: 02 jun. 2022.
- DIAS, N. B.. **As cláusulas de finalidade**. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2001.
- DUQUE, P. H. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n. 39, p. 25-48, jul./ago. 2015.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 29-56.
- GIVÓN, T. **Syntax: an introduction**. Amsterdam: J. Benjamins, 2001.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.
- MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Ed.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.
- NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PAVEAU, M.-A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2008. p. 165-218.

SOUZA, M. C. **Frame de finalidade**: a projeção de eventos futuros no âmbito da realidade potencial. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, 2019.

Análise dos processos referenciais e intertextuais na construção da modalidade argumentativa polêmica em *fake news* no contexto digital

Kátia Regina Franco

Introdução

Embora a ação das notícias falsas não seja nova, a inovação das interações sociais em larga escala no ambiente digital tem possibilitado a ampla disseminação de *fake news*, especialmente pelas redes sociais, potentes meios de rápida proliferação de postagens que contam com recursos tecnodiscursivos para a construção de efeitos de sentido pretendidos pelo locutor e o incentivo à interação por parte do interlocutor. Visando a contribuir para a minimização dos efeitos nocivos da disseminação de *fake news*, estudiosos das ciências de engenharia computacional e social (cf. Shu *et al.* 2017; Mustafaraj, Metaxas, 2017), debruçaram-se para descrever e compreender essa prática de comunicação. Contudo, investigações no campo da Linguística Textual (LT), de perspectiva sociocognitiva discursiva, tanto sobre *fake news* quanto de gêneros textuais nativos digitais ainda são escassas. Desse modo, este artigo pretende contribuir com estudos à luz da LT em interface com a Análise do Discurso Digital (ADD) para a análise de *fake news* digitais.

O problema de investigação proposto foi perceber de que maneira, por meio de um critério de análise ecológica (Paveau, 2021), processos referenciais e intertextuais são mobilizados em *fake news* como estratégias argumentativas para atualizarem discursos polêmicos no ambiente digital. Para responder a essa questão, assumimos um posicionamento pós-dualista de análise (Paveau, 2021) e consideramos que a modalidade polêmica (Amossy, 2017)

é atualizada num processo encenado de coconstrução de sentidos entre interlocutores humanos e/ou não humanos, por modos distintos e tecnodiscursivos, na interdependência de um conjunto de aspectos tecnolinguageiros. A análise foi empreendida à luz dos postulados da LT de base sociocognitivo-discursiva em interface com a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) e com a ADD.

O complexo conceito de *fake news*

Diante do contexto político contemporâneo em que o termo *fake news* é convocado para definir quaisquer enunciações que firam determinada pessoa e/ou tudo ligado a ela (crença, valor, empresa, imagem etc.), tomamos o desafio complexo de delimitar o que é *fake news* no âmbito deste artigo. Para isso, elegemos a classificação tipológica feita por Wardle e Derakhshan (2017) para reflexão.

Na tentativa de refinar os tipos de conteúdo enganoso do ecossistema das informações, os autores classificaram sete tipos de *fake news*, sendo cinco delas descritas a partir do teor textual; uma, em relação ao contexto, e a última trata da falsa conexão entre o texto e seus outros elementos. No que se refere ao teor textual, há os textos com intenção de prejudicar, como o de **conteúdo enganoso**, que, mentindo, usa informações falsas para prejudicar determinado alguém; o de **conteúdo impostor**, que faz menção enganosa a fontes legítimas; o de **conteúdo fabricado**, com conteúdo criado integralmente pelo autor, contendo informações falsas; e o de **conteúdo manipulado**, em que o autor manipula um conteúdo verdadeiro, tanto informações quanto imagens, a fim de enganar; a autora inclui ainda **a sátira ou a paródia**, que, embora não tenham a intenção de causar danos, possuem potencial para isso. No que diz respeito à conexão, há a **falsa associação** entre a chamada do texto (títulos, imagens e legendas) sem conexão com as informações apresentadas; e, por último, o **falso contexto**, quando um texto elaborado pelo autor compartilha informações fora de seu contexto original.

Essa classificação tipológica retrata a perspectiva geral do tratamento teórico dado às *fakes news*. Entretanto, entendemos que algumas categorias elencadas pelos autores parecem se sobrepor, como conteúdo enganoso e conteúdo manipulado, em que as estratégias para causar danos partem de informações de fatos noticiados na imprensa, por exemplo. Além disso, desconsideramos como *fake news* as publicações da tipologia *contexto alterado*, pois se referem a informações verdadeiras que *vazaram* de um contexto de comunicação privado para um contexto público. Citamos, como exemplo, a circulação de áudios de conversa entre pessoas por aplicativo de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) que se tornam públicos e, muitas vezes, usados como prova de crimes ou atos de corrupção.

As *fake news* são difundidas em redes sociais, portais falsos de notícias e grupos de aplicativos de mensagens. Nossa abordagem será limitada a postagens produzidas nas redes sociais, em contexto digital, intencional e comprovadamente falsas pelas agências de checagem de fatos, com o uso de estratégias para enganar e influenciar a forma de pensar e de agir dos usuários. Definimos *fake news* como uma prática sociodiscursiva estratégica, publicadas em plataformas virtuais de forma não aleatória, mas ordenada, planejada, continuada e repetida em variados ambientes digitais a fim de se firmar como confiável. Nesse espaço público, os discursos das *fake news* atualizam temas polêmicos e são fabricados por opositores visando à criação de uma rede de enganos e mentiras com o objetivo de manter poder, crenças e ideologias, usando especialmente recursos do meio tecnológico para engajar seus interlocutores ao seu projeto de dizer e para compartilhar as publicações.

A *fake news* é produzida linguisticamente de diversas formas e modalidades multissemióticas (escrita, áudios, imagens, vídeo) apoiadas em diversos gêneros textuais discursivos, às vezes, subvertendo-os, com propósitos político e ideológico. Fazem parte dessa estratégia as formas de interação possibilitadas pelas redes sociais digitais (*like*, *deslikes*, comentar, compartilhar, *gif*, *emojis*) e as

ações linguísticas de intertextualidade e interdiscursividade, por meio de *hiperlinks* ou inserção de captura de tela de outras plataformas nas quais textos e discursos relacionados foram publicados, e a referenciação, modo como os objetos de discurso são construídos no evento comunicativo e em relação a outros intertextos e interdiscursos.

Estão excluídas dessa perspectiva, para nós, a sátira e a paródia, já que a finalidade desses gêneros discursivos está posta e difere do que compreendemos como *fake news*, os erros de reportagem sem intenção maliciosa e as declarações de candidatos à eleição com dados estatísticos equivocados.

Estratégias argumentativas para fabricação de *fake news*

Pelo viés interdisciplinar da LT, TAD e ADD, a contribuição deste artigo se dá por meio da focalização de categorias linguísticas e elementos informáticos, numa relação simétrica, para a manutenção da polêmica no espaço público de debate das redes sociais *on-line*. Buscamos investigar como os processos de referenciação e intertextualidade são mobilizados estrategicamente na produção de *fake news*, nesse ambiente, em argumentações polêmicas enunciadas de modo a provocar reações emocionais nos interlocutores, sendo estas manifestas pelos enunciados de gestos, clicando nos botões de relacionalidade.

Em relação à categoria referenciação, a postura teórica adotada para nortear a análise é a segunda tendência de estudos sobre referenciação, cuja conceituação extrapola a dimensão primeira de coesão referencial, não se limitando à estrutura linear do texto nem enfocando retomadas de elementos linguísticos da superfície textual. As autoras tomadas como base são Mondada e Dubois (2003) e Cavalcante (2011), para as quais a referenciação é uma reelaboração da realidade e um processo sociocognitivo-discursivo, cujos sentidos são negociados entre os interlocutores no momento da interação comunicativa.

Desse modo, a abordagem da referenciação, neste artigo, é observar os processos de construção dos sentidos nas *fake news* com visada patêmica de viés político, observando como os autores criam estrategicamente projeções dos objetos de discurso a fim de provocar efeitos de sentido de indignação, raiva, ódio e, por vez, uma imagem de neutralidade de si sobre o dito. Nesse sentido, a análise tem como base a ideia de que os objetos, ancorados na realidade, são reelaborados discursivamente pelos interlocutores, sendo estes constrangidos por imposições sócio-históricas e culturais.

A perspectiva dos estudos vigentes sobre intertextualidade, por sua vez, de modo geral, não guarda relação com a ideia de fonte ou de influência, pois considera-se que todos os textos são, em sua essência, intertextos. Essa concepção dialoga com a teoria do dialogismo dos discursos defendida por Bakhtin (1998), ao refletir sobre o mito do sonho adâmico, e, nessa visão, outros discursos/textos estão inseridos em cada texto, de formas reconhecíveis ou não.

Na perspectiva sociocognitiva-discursiva, há um avanço na compreensão da intertextualidade como fenômeno textual-discursivo marcado pela interrelação entre textos, gêneros e estilos, exercendo função argumentativa. A visão teórica assumida para abordar a intertextualidade é de Cavalcante *et al.* (2020), entendida como um ato linguageiro em que os modos de argumentação e de estratégia textual são os mais usados pelos interlocutores para negociar os sentidos na interação comunicativa. É um fenômeno textual-discursivo pontual indiciado por vários modos de remissões, cuja manifestação pode ser estrita (com presença de partes de outros textos) ou ampla (sem a presença marcada de outros textos). Podemos notar que essa definição de intertextualidade dialoga com outros estudiosos sobre intertextualidade, tais como Miranda (2010).

As duas categorias linguísticas, referenciação e intertextualidade, a nosso ver, têm caráter constitutivamente argumentativo. Como se sabe, a LT não tem como objeto de análise

a argumentação, o que nos leva a adoção de uma metodologia de interface com a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), de Ruth Amossy. A autora, revisitando os estudos da retórica clássica de Aristóteles e da Nova Retórica de Perelman, propõe uma teoria envolvendo o arcabouço de base filosófica à argumentação por um viés linguístico e discursivo, permitindo uma análise persuasiva de corpora. Amossy (2017) concebe a argumentação como algo modular, num *continuum* que vai da coconstrução de respostas ao choque de teses antagônicas. Segundo Amossy (2017), há seis modalidades argumentativas, dentre as quais elegemos, para dialogar nesta investigação, a *modalidade polêmica* que tem como característica a oposição de discursos, supondo um contradiscurso antagonista.

Amossy distingue, ainda, dois modos de manifestação da polêmica: a interação polêmica e o discurso polêmico, ambos dialógicos, mas somente a interação é dialogal, já que prevê trocas entre os interactantes. Neste artigo, delimitamos a análise da interação polêmica, entendendo que todo texto manifesta um ponto de vista e é motivado por uma orientação argumentativa ainda que, muitas vezes, mais implícita com a finalidade de influenciar modos de ver, sentir e agir. (Cavalcante, 2016; Macedo, 2018; Cavalcante *et al*, 2020).

Essa escolha se justifica devido à análise indicar que é por meio de marcas textuais-discursivas, como as percebidas nos processos de referenciação e intertextualidade, ou por indícios contextuais que a polêmica pública parece ser mantida em circulação no ambiente virtual a fim de fomentar a polarização dos pontos de vistas (políticos, ideológicos, econômicos) e a conservação do poder de grupos prioritários. Além desses recursos textuais-discursivos, os efeitos de sentido são coconstruídos pela interatividade mediada pelas ferramentas tecnodiscursivas disponíveis nas plataformas de redes sociais.

O lugar de circulação das *fake news* digitais nos faz compreendê-las como um tecnogênero do discurso, cujas características foram sistematizadas por Paveau (2021). A autora

explicita que a escrita digital é definida pela ferramenta API (Application Programming Interface), o que significa que os formatos dos tecnôgeneros discursivos obedecem a restrições de informática, com implicações na dimensão enunciativa. Nesse cenário, as restrições afetam todo o conjunto de elementos discursivos, incluindo a construção dos sentidos dos objetos de discurso convocados no compósito do texto por meio da referenciação, da intertextualidade e dos gestos tecnodiscursivos como estratégias argumentativas a fim de convencimento.

Discurso digital diz respeito ao discurso produzido no espaço digital da web 2.0 e, segundo Marie-Anne Paveau, deve

ser abordado enquanto tecnodiscurso, sendo o prefixo *tecno-* não apenas um morfema que busca alterar o sentido do radical, mas uma opção teórica que o modifica, alterando também a episteme tradicional das ciências da linguagem. Falar em tecnodiscurso, tecnolopavra, tecnosigno, tecnôgenero do discurso, tecnografismo, entre outros termos, é afirmar que os discursos digitais nativos não são de ordem puramente languageira, mas que as determinações técnicas constroem as formas languageiras. (Costa; Baronas *apud* Paveau, 2021, p. 22).

Essa definição estabelece, então, que qualquer investigação cujo objeto seja textos produzidos na internet, obrigatoriamente, deve considerar todos os elementos que compõem a produção tecnodiscursiva, sem prescindir da intrínseca relação homem, máquina, sociedade. No ecossistema da *web*, os tecnodiscursos apresentam seis características (Paveau, 2021) que impactam a análise dos dados deste artigo, umas mais que as outras: composição, deslinearização, ampliação, relacionalidade, investigabilidade e imprevisibilidade, noções conceituais as quais sintetizamos a seguir.

Os tecnodiscursos têm composição híbrida, constituída por matéria languageira e tecnológica de ordem informática, com manifestação por *hashtags* ou pseudonimato, por exemplo, ou não

manifesta, já que são dependentes de programas informáticos. Por não serem necessariamente desenvolvidos por um eixo sintagmático, os discursos digitais podem provocar a deslinearização, ação executada pelo usuário/leitor ao clicar num *link* e ser direcionado do texto original para outro texto alvo. (Paveau, 2021).

A ampliação é uma característica percebida pela possibilidade de uma enunciação ser ampliada devido à natureza de conversacionabilidade da *web* 2.0, conhecida como *web* social. As formas mais comuns de ampliação são os comentários feitos às publicações (de *blogs* e redes sociais) e a escrita colaborativa de documentados, por exemplo. A quarta característica do tecnotexto diz respeito à relacionalidade constitutiva de todos os textos *on-line*, graças à reticularidade da rede de internet que põe todos os discursos em relação com outros discursos, com os aparelhos usados para a escrita digital, com os escritores e com os escriletores. (Paveau, 2021).

A investigabilidade é a característica que dá conta de que nada escrito na *web* pode ser esquecido. Logo, os escritos digitais são localizáveis a qualquer tempo devido à situação de seus metadados serem interiores a eles. A última característica dos tecnogêneros está relacionada à imprevisibilidade de os enunciadores humanos saberem o que será feito com seu texto. Ou seja, produzidos pelo homem e por programas e algoritmos, os discursos passam de um lugar de enunciação a outro como também seu conteúdo pode ser redocumentado numa lista de discursos nativos dispersos, sendo criado outro conteúdo original. (Paveau, 2021).

Enfatizamos ainda o caráter relacional dos comentários estabelecido pelas ações dos enunciados de gestos tecnolinguageiros, especialmente nas redes sociais. Os enunciados de gestos são um tipo de comentário digital relacional, como a curtida e o favoritar/gostei, por serem não linguageiros, mas produzirem “um discurso implícito.” Ligados aos tecnossignos, Paveau (2021, p. 107) entende que expressam emoções ou

aprovação, dentre outras significações, cujos sentidos só podem ser apreendidos no contexto comunicativo.

Análise ecológica de uma *fake news*

A fim de demonstrar, sucintamente, como os processos de referenciação e intertextualidade revelam estratégias de construção de credibilidade nas *fake news*, com flagrante valor argumentativo para a atualização da polêmica, apresentamos uma breve análise de uma postagem enganosa na rede social X, antes chamado de *Twitter*. Salientamos também os elementos tecnolinguageiros específicos da plataforma que possibilitam algumas interpretações da postagem, como o grau de confiabilidade no locutor e o nível de aceitabilidade dos interlocutores por meio das interações. Esses recursos podem ser verificados na imagem selecionada para análise a seguir.

Exemplo 1:



Fonte: Página de *Ciro Nogueira* no *Twitter*

Transcrição da mensagem:

Tuíte 1. “Presidente @jairbolsonaro, sabe porque os banqueiros hoje podem assinar cartas inclusive contra o presidente da República, ao invés de se calarem com medo nos congelamentos de câmbio do passado?”

Tuíte 2. “Então, presidente, se o senhor faz alguém perder 40 bilhões por ano para beneficiar os brasileiros, não surpreende que o prejudicado assinasse manifesto contra o senhor.”

Tuíte 3. “Mas os beneficiários, presidente, as dezenas de milhões de beneficiários do Pix vão assinar o manifesto deles também, no dia da eleição, apoiando o seu nome.”

A imagem é um recorte de uma sequência de *tweets* publicada no perfil do ex-ministro Chefe da Casa Civil, no dia 26 de julho de 2023. Acompanhando o nome do usuário, há o selo azul da plataforma, um símbolo tecnodiscursivo com função de conferir autenticidade e notoriedade a uma conta ativa, verificada pelo *Twitter* como de interesse público. Podemos interpretar que a marcação feita pela plataforma associada ao papel social de membro da equipe do governo à época constrói o *ethos* (traços da imagem, do caráter do orador) discursivo do enunciador das postagens como alguém confiável. Por outro lado, as interações dos interlocutores pelo uso de recursos interativos da plataforma, os enunciados de gesto, revelam a reação do público a essa construção e ao conteúdo publicado. A postagem recebeu 678 comentários, foi retuitada 2.884 vezes e curtida por 14,9 mil usuários.

A interação polêmica, performada nos comentários, parece permitir mensurar se o objetivo do locutor foi bem-sucedido ou não e revelam ainda as marcas da polêmica atualizada. Das seis postagens que compõem a sequência, o recorte foi feito pela seleção de três tuítes da sequência e de quatro comentários que originaram a interação polêmica.

O tópico discursivo principal da sequência é o PIX, um sistema de transferência bancária adotado no Brasil no final do ano de 2020. Essa postagem é considerada *fake news* por compartilhar duas informações falsas: 1. O PIX não foi criado pelo governo Bolsonaro. Estudos sobre essa modalidade de pagamento instantâneo tiveram

início em 2016, pelo Banco Central. 2. O valor total das perdas dos bancos é exagerado. Somando todas as tarifas bancárias, entre 2020-2021, a queda de arrecadação dos bancos foi de R\$ 2,69 bilhões.

A fabricação dessa *fake news* mobilizou tanto os processos de referenciação quanto o de intertextualidade para atualizar a polêmica política implícita dicotomizada entre esquerda e direita. Para uma compreensão mais completa do que está sendo dito, é preciso que o interlocutor recupere em sua memória ao que o referente “cartas” remete. Num processo de intertextualidade ampla, o locutor faz alusão à elaboração de cartas a favor da democracia brasileira, articulada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Esta última, programou a publicação do texto para o dia 11 de agosto de 2023 a fim de relembrar, estrategicamente, por meio de uma intertextualidade referenciada, outra carta manifesto de 1977, a chamada *Carta aos Brasileiros de 1977*, no contexto da ditadura militar.

A linha argumentativa do autor aponta a intenção de relacionar o ex-presidente Jair Bolsonaro como gerador de políticas que beneficiam os brasileiros e prejudicam os banqueiros, sendo a causa da decisão desses serem signatários de “manifestos” contra o ex-chefe de Estado. O discurso polêmico do autor é marcado pelo estabelecimento de um “nós”, representado por “Presidente @jairbolsonaro”, “alguém (*que*) perde(r) 40 bilhões por ano”, “o prejudicado” e um “eles”, referido por “os brasileiros”, “os beneficiários”, “as dezenas de milhões de beneficiários do PiX”.

Com a introdução do referente “brasileiros” (*tweet* 2) sendo retomado como “as dezenas de milhões de beneficiários do PiX” (*tweet* 3), o autor quer defender a tese de que, enquanto os bancos são prejudicados, os brasileiros são beneficiados graças à política do governo de Bolsonaro. Os argumentos apresentados de que os banqueiros perdem e os brasileiros ganham querem conduzir para a conclusão de que é esse candidato à reeleição que deve ser escolhido no pleito de 2022 para presidente do Brasil.

Com notável intuito eleitoreiro, o objeto de discurso “cartas”, introduzido no primeiro *tweet*, é recategorizado como “manifesto”, nos *tweets* seguintes, com sentidos diferentes. No *tweet* 2, cartas é referida como “manifesto contra o senhor”, para construir a ideia pejorativa sobre a postura crítica de “eles” ao demonstrar insatisfação com a situação política do país, assinando um documento coletivo com posicionamento contrário ao governo. Já no *tweet* 3, a escolha por “manifesto” busca marcar o posicionamento do “nós” em oposição a “eles”, pelo voto nas urnas no dia da eleição. Esse embate é potencializado nos comentários pelos seguidores do perfil. Os interlocutores se polarizaram entre os que aderiram ao Proponente (aqueles que defendem a tese) e os seus Oponentes (aqueles que contra-argumentam a tese e, às vezes, tentam desqualificar o locutor). Vemos esses posicionamentos agrupados nos comentários, respectivamente, como Proponentes (Exemplo 3 - C1 e C2) e Oponentes (Exemplo 4 - C3 e C4), conforme transcrição a seguir.

Exemplo 3:

C1- “Exatamente. O PIX foi a maior distribuição de renda feita nesse país até hoje.”

C2- “A turma que usa PIX e economias em taxas bancárias vão marcar o 22 e confirmar para que os abusados corruptos não voltem à exploração da pobreza.”

Nota-se que há uma adesão à tese do Proponente nos comentários C1 e C2, ao reafirmarem que o PIX beneficiou a população brasileira, com os acréscimos de pontos de vista que reforçam o projeto de dizer do locutor. Enquanto C1 alega que o “PIX foi a maior distribuição de renda feita nesse país até hoje.”, política de governo sabidamente defendida pelo candidato da oposição, C2 conclama a “turma que usa o PIX” para “que os abusados corruptos não voltem à exploração da pobreza.”, uma referência ao ponto de vista dos que se colocam no polo da política

de direita sobre os representantes do povo pertencentes ao polo da esquerda.

Na outra ponta, temos o grupo Oponente, aqui representado nos comentários de C3 e C4, que se contrapôs da seguinte forma explicitada no Exemplo 4.

Exemplo 4:

C3- “O Medo de perder a Mamata Heinn, em Janeiro esse Desgoverno acaba, o desespero tá batendo forte né?”

C4- “Mas sua vontade mesmo era ta pendurado no parça de longas datas, como sempre esteve, né? Confessa aí, vai. Ponha pra fora esse desejo sufocado, e seja feliz.” (*Seguido de um emoji de cara com risada mostrando todos os dentes, ao final do texto, e duas fotos reproduzidas denunciando antiga aliança política entre Ciro Nogueira e Lula*).

Tanto C3 como C4 se posicionam como Oponentes e, por meio da argumentação *ad hominem* circunstancial (Amossy, 2017, p. 181), atacam a pessoa do Proponente, acusando-o de não querer “perder a mamata” (C3), de mudar de posição de acordo com o governo do momento (C4) e de, na verdade, “ta pendurado no parça de longas datas, como sempre esteve.”

Há uma outra peculiaridade das *fake news* que é compor uma rede de publicações como uma das estratégias de disseminação de mentiras (Wardle; Derakhshan, 2017). Uma das características que faz com que uma informação seja mais compartilhada é a repetição, e a maioria das plataformas sociais são projetadas para induzirem as pessoas a atuarem publicamente por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos. A estratégia de repetição acontece pelos compartilhamentos e por publicações em outras plataformas e sites que reforçam a informação enganosa à qual o enunciador almeja fomentar. Isso aponta para a possibilidade de uma *fake news*, mobilizando estratégias intertextuais, desencadear uma rede de mentiras em redes sociais, como visto no Facebook e no TikTok, e em sites de notícias, como o Terra Brasil Notícias,

verificado por Rudnitzki e Barbosa (2022), jornalistas da agência Aos Fatos.

Considerações finais

A análise buscou demonstrar a possibilidade de as *fake news* mobilizarem recursos linguageiros e tecnodiscursivos para a fabricação de informações enganosas com a intenção de prejudicar. Especialmente o conjunto de *tweets* analisados neste artigo deixou perceber a finalidade política das postagens tendo como foco a eleição presidencial brasileira de 2022. Esses dados indicam as *fake news* como potencializadoras de polêmicas públicas por criarem um ambiente discursivo digital no qual emergem pontos de vista de aliados e de opositores que recorrem ao tecnodiscurso na interação digital.

Notamos, ainda, uma tendência à utilização da referenciação para construir os objetos de discurso dando ênfase à carga semântica do sentido que o autor pretende que seu interlocutor construa de modo que adira à sua tese. Além disso, explora recursos intertextuais, ora restritos, ora amplos, pois se utiliza de outros textos para construir seus argumentos e disseminar, em rede, conteúdo enganoso no ecossistema virtual.

Referências

- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante; tradução: Rosalice Botelho W. Souza Pinto et al. São Paulo: Contexto, 2017.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* As intertextualidades como estratégia argumentativa. In: **Linguística Textual e Argumentação**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (Orgs.). **Estudos do discurso: caminhos e tendências**. São Paulo: Editora Paulistana, 2016. p. 185.

MACEDO, P. S. A. **Análise da argumentação no discurso: uma perspectiva textual**. 2018. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

MIRANDA, F. A. Intertextualização. In: **Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização**. Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Dezembro, 2010. p. 347-371.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, Ciulla A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MUSTAFARAJ, E.; METAXAS, P. T. The fake news spreading plague: Was it preventable? **arXiv preprint**, arXiv:1703.06988, 2017. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1703.06988>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PAVEAU, M. **L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques**. Paris: Hermann Éditeurs, 2021.

RUDNITZKI, E.; BARBOSA, J.. Tuíte de Ciro Nogueira iniciou onda desinformativa sobre Pix. **Aos Fatos**, 5 ago. 2022, 17h25. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/ciro-nogueira-desinformacao-pix/>. Acesso em: 6 ago. 2022.

SHU, K.; SILVA, A.; WANG, S.; TANG, J.; LIU, H.. Fake news detection on social media: a data mining perspective. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342754515_The_Future_of_False_Information_Detection_on_Social_Media_New_Perspectives_and_Trends. Acesso em: 14 jun. 2021.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking.

Council of Europe, outubro, 2017. Disponível em: <http://tverezo.info/wp-content/uploads/2017/11/PREMS-162317-GBR-2018-Report-desinformation-A4-BAT.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

A percepção da expressão do objeto direto anafórico de terceira pessoa: análise das variantes pronominais clítica e lexical

Carolina Amorim Zanellato

Leila Maria Tesch

Introdução

As pesquisas com base na Sociolinguística Variacionista (Labov, (2008 [1972]) procuram observar como a variação e a mudança linguística são realizadas dentro do sistema linguístico. Nessa área, é possível investigarmos os aspectos mencionados em dois campos que se entrelaçam: o eixo da produção, que analisa propriamente o uso da língua pelos falantes; e o da percepção e avaliação linguística, que, segundo Tesch (2022, p. 227), “busca verificar como diferentes formas linguísticas são ouvidas e processadas pelos membros de uma comunidade”.

Há muito tempo, os trabalhos de produção são, nas palavras de Oushiro (2021), “prolíficos” na sociolinguística brasileira e continuam sendo até hoje, embora haja um progressivo aumento do número de pesquisas que se debruçam em entender como se dá a percepção linguística. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1978]) concordam que os níveis de consciência social são aspectos relevantes para a variação e mudança linguística nos diversos fenômenos linguísticos.

Um desses fenômenos é a expressão do objeto direto anafórico de terceira pessoa. No português brasileiro (doravante PB), há quatro formas principais de representar essa retomada: o pronome clítico, o pronome lexical (os pronomes pessoais do caso reto), o objeto nulo e o sintagma nominal. Enquanto os compêndios gramaticais mais prescritivistas (Rocha Lima, 2011; Cunha; Cintra,

2013; Bechara, 2015) preconizam o uso da primeira, diversos estudos demonstram que essa forma está caindo em desuso. Enquanto isso, as demais formas, principalmente o objeto nulo, mostram-se de maior preferência pelos falantes do PB.

No entanto, embora várias pesquisas analisem a produção desse fenômeno, são escassas as que focam em sua percepção. Desta forma, propomo-nos, neste trabalho, a analisar como os falantes de português percebem o uso das variantes do objeto direto anafórico, focando, primordialmente, nas formas pronominais. Para esse fim, realizamos um teste de percepção, inspirado no modelo *verbal guise* (Ladegaard, 2000), em que os participantes ouviam 5 áudios com diferentes falantes, sendo i) dois áudios com usos de pronomes clíticos no lugar de objeto, ii) dois com usos de pronomes lexicais nesse espaço e iii) um com um distrator, em que há um sintagma nominal anafórico. Depois de ouvirem esses áudios, os participantes assinalavam suas impressões sobre o que e como estava sendo falado. Ao que veremos, metacomentários sobre a forma utilizada para a retomada do objeto direto só são feitos no uso do pronome clítico, o que pode demonstrar que esse está se tornando distante do vernáculo aos falantes.

É importante mencionar que essa pesquisa é um teste-piloto, que será aperfeiçoado em outro momento oportuno, a partir dos métodos e resultados aqui apontados e apresentados.

Diante destas questões, o trabalho ficou assim estruturado: na segunda seção, faremos algumas considerações sobre o fenômeno do objeto direto anafórico – tanto sob visões prescritivistas, quanto sociolinguísticas – e as variantes utilizadas como retomada do objeto direto no PB; adiante, na terceira seção, apresentaremos questões pertinentes aos estudos de percepção linguística; na quarta seção, abordaremos sobre os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho; na quinta seção, apresentaremos e discutiremos os resultados obtidos; na sexta seção, iremos direto ao ponto e apresentaremos as percepções diretas sobre o fenômeno do

objeto direto anafórico de terceira pessoa, presentes em nosso formulário; e, ao final, faremos nossas considerações finais.

O objeto direto anafórico no PB – análise histórica, normativista e sociolinguística

Para iniciarmos nossa discussão, é importante mostrar algumas características do objeto direto anafórico no PB. Para cumprir nosso intuito, focalizaremos, principalmente, nas formas pronominais – o pronome clítico e o lexical.

O clítico acusativo de terceira pessoa é a forma que as gramáticas normativas recomendam como única possível para o lugar de objeto direto dentre as formas pronominais. Rocha Lima (2011), por exemplo, é objetivo ao prescrever que são os pronomes pessoais do caso oblíquo que devem ocupar o objeto direto, enquanto os do caso reto deviam ocupar as funções de sujeito, predicativo e de vocativo – essa última somente pelos pronomes *tu* e *vós*.

Cunha e Cintra (2013) também trazem que o objeto direto deve ser ocupado pelos pronomes oblíquos átonos. Os gramáticos, inclusive, incluem o uso de pronomes pessoais do caso reto na função de objeto direto na seção “Equívocos e Incorreções” e complementam mencionando que esse uso é proveniente da “fala vulgar e familiar do Brasil” (Cunha; Cintra, 2013, p. 302).

Por fim, Bechara (2015) traz alguns poucos casos em que o pronome lexical poderia ocupar o lugar de objeto.

a) quando o verbo e o seu complemento nominal estiverem distanciados, separados por pausa:

Subiu! E viu com seus olhos.

Ela a rir-se que dançava [GD].

b) nas enumerações e aposições, também com distanciamento do verbo e complemento:

Depois de muita delonga o diretor escolheu: *eu*, o Henrique e o Paulinho.

- c) precedido de todo, só e mais alguns adjuntos, pode aparecer ele (e flexões) por o (e flexões);
- d) quando dotado de acentuação enfática, no fim de grupo de força: Olha *ele!* [EQ].
- e) em coordenações de pronomes ou com um substantivo introduzidos pela preposição entre: entre *eu e tu* (por entre *mim e ti*); entre *eu* e o aluno, entre José e *eu*. (Bechara, 2015, p. 180-181)

No entanto, como demonstram pesquisas sociolinguísticas com o vernáculo do PB, o clítico acusativo está em desuso nessa variedade. Desde o final da década de 1970, Omena (1978) atesta que não havia o uso dessa variante entre 4 falantes observados pela autora que faziam parte do extinto Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Mais à frente, Duarte (1986) também constatou que o clítico era a variante menos utilizada entre as quatro investigadas, com 4,9% das ocorrências entre falantes paulistanos. Já no início dos anos 1990, Malvar (1992) comprova esse fato com falantes de diversos níveis de escolarização (desde analfabetos e meninos em situação de rua até universitários): encontra somente 6 casos de clíticos nas amostras. Já no século XXI, Lauer (2015) encontra, em um *corpus* com falantes de Vitória, capital do Espírito Santo, somente 0,5% de clíticos.

Por esses fatores, não é difícil afirmar que essa forma esteja realmente desaparecendo da fala brasileira. Sendo assim, a variante de maior preferência pelos falantes é o objeto nulo, já que, desde o século XIX, autores como Barbosa (1875 *apud* Omena, 1978, p. 13) já afirmavam que “a analogia das orações mostra logo a palavra que se lhes deve entender sem ser necessário repeti-la, e por isso elas são muito ordinárias”.

O que acontece, no entanto, com o pronome lexical, forma tão estigmatizada pelas gramáticas normativas? Todas as pesquisas de base sociolinguística acima mencionadas analisam as ocorrências dessa forma, que possui entre 25% (Malvar, 1992) e 13,6% (Lauer, 2015) do total de ocorrências. Sendo assim, é inegável que essa esteja presente no vernáculo dos falantes brasileiros. Amadeu

Amaral, em seu livro “O dialeto caipira”, de 1920, já considerava tal forma um “brasileirismo” (Amaral, 2020 [1920], p. 31), com extenso uso pelo Brasil.

Para Mattoso Câmara (1972, p. 48), o uso do pronome pessoal do caso reto como acusativo é característico da fala do brasileiro e está no falar de todas as classes sociais. Para o autor, a forma é evitada, somente, em situações mais formais, mas adiciona que, mesmo nessas ocasiões, o falante “não chega sempre a eliminá-lo ao todo”.

No entanto, como os próprios falantes do PB encaram essas variantes? Para verificar essa questão, elaboramos um teste de percepção que apresentaremos neste capítulo. Contudo, antes de mostrar os métodos e resultado, dissertaremos um pouco sobre os estudos de percepção linguística.

Questões de percepção linguística

Desde seus estudos iniciais, a Sociolinguística Variacionista promove a investigação da avaliação social de cada uma das variantes linguísticas. Para tal avaliação, Labov (2008 [1972]) elenca três categorias: os indicadores, traços linguísticos que não possuem avaliação social, e que estão abaixo do nível da consciência dos falantes; os marcadores, que são traços que já possuem certo tipo de consciência e que mostram uma estratificação socioeconômica e estilística; e os estereótipos, variantes que são estigmatizadas e sofrem metacommentários.

Essas avaliações, na maioria das vezes, podem ser sistematizadas. Oushiro (2015, p. 320), por exemplo, argumenta que “línguas, variedades e variantes favorecidas pelas classes menos privilegiadas são percebidas mais negativamente quanto a atributos de *status* e valorizadas quanto a traços de solidariedade”. Por esses fatores, os trabalhos que observam a percepção e avaliação linguística ampliaram-se no Brasil na última década, já que, como atesta Tesch (2022, p. 228), com base em outros

trabalhos, “há uma associação entre as variantes produzidas e o julgamento dos falantes que delas fazem uso”.

Segundo Oushiro (2021, p. 4), amparada no clássico de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), “a avaliação é componente importante para se entender a mudança linguística: as avaliações feitas pelos falantes podem explicar o porquê de certas mudanças seguirem adiante, ao passo que outras podem ocorrer mais lentamente, ou até mudar de curso”.

Desse modo, observaremos se a não-presença do pronome clítico no vernáculo se deu por fatores relacionados, também, à avaliação e percepção linguística. Antes, no entanto, mostraremos como essa pesquisa foi, metodologicamente, elaborada.

Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa, utilizamos a técnica *verbal guise*, que tem como pioneiro o estudo de Ladegaard (2000), em que os entrevistados eram convidados a ouvir áudios de cinco falantes do sexo feminino em eventos de fala “naturais”, cada uma utilizando uma variedade do dinamarquês, tanto as mais locais, quanto as mais abrangentes, e avaliá-las em relação à inteligência, educação, liderança e status social, além de confiabilidade, simpatia, utilidade e senso de humor. As conclusões a que chega o autor é que os homens trazem atitudes mais positivas às falantes da variedade local, muitos por serem a variedade mais utilizada por eles.

Segundo Freitag e Santos (2016, p. 113), o método possibilita

[...] extrair ocorrências de variantes linguísticas de um fenômeno variável de um *corpus* oral previamente gravado, e utilizá-las na elaboração do protocolo de testagem. Se, por um lado, incorre-se no risco de interferências na pista acústica ou mudanças de padrão entoacional, por outro lado tem-se maior fidedignidade com a ocorrência do fenômeno.

Baseando-nos nesses estudos e a fim de observar o que as pessoas achavam sobre a utilização do pronome clítico e lexical na função de objeto, gravamos cinco pessoas diferentes (duas mulheres e três homens), duas delas fazendo uso de clítico, duas fazendo uso de pronome lexical e uma fazendo o uso de um distrator, um sintagma nominal no lugar de objeto direto. Os trechos, que trataremos abaixo de 1 a 5, foram retirados da amostra do Projeto Português Falado na Cidade de Vitória/ES – PortVix (Yacovenco *et al.*, 2012), modificados para fins de uso neste trabalho e regravados. Nossa intenção era de que os falantes aparentassem estar numa conversa espontânea.

PRONOMES LEXICAIS

1. “quando eu descobri eu mandei **ele** sair fora... aí ele não queria sair de casa aí eu falei com ele que se ele não saísse eu ia chamar a polícia ... entendeu? porque quando eu me casei com ele eu falei com ele que o dia que ele arrumasse alguma pessoa porque eu já não servia mais pra ele”

2. “essa *água* é muito poluída, aliás fomos nós mesmo que poluímos **ela** né... aí eu não acho **ela** uma água boa pra você tomar banho...”

PRONOMES CLÍTICOS

3. “pra eu ver esse negócio de coluna... tem um ano que *os exames* tão lá e eu não levei pro médico **vê-los!**... quando eu tô em crise eu vou no médico “aí minha coluna não sei o quê” e tomo remédio e faço *exames* e nunca volto pra mostrá-**los**... sabe?”

4. “eu tô atendendo *umas crianças* assim, os pais se separaram ... as crianças, *elas* são gêmeos... Agora, eu não posso só atendê-**los**... *elas* não são sozinhas, *elas* têm mãe e pai, então, a gente... vai trabalhando... em cima de algumas... algumas ... tarefas que possam possibilitá-**los** a entender isso”

SINTAGMA NOMINAL

5. “na hora eu comecei a sentir dor... mas aí eu tive que sair... botar *o carro* lá... ir pra policia pra fazer a perícia por/ porque *o carro* tem seguro então precisa do boletim de ocorrência... aí demora tanto... aí eu chamei meu namorado pra ir pegar **o carro** porque... olha que coisa ridícula... no estado tem... eu fui saber isso no dia... só tem três viaturas desse negocio pra quando bate... pro estado inteiro...”

O sintagma nominal, embora variante possível do objeto direto anafórico de terceira pessoa, funciona nesta pesquisa como um distrator: foi incluída para análise, mas a hipótese é de que não seja percebida e/ou avaliada, pois estaria abaixo do nível da consciência.

Após as gravações, os vídeos foram inseridos na plataforma de vídeo *Youtube*, com um fundo preto. Depois dessa etapa, procedeu-se a confecção do formulário, feito na plataforma *Google forms*. O título escolhido para o questionário foi “O que os falantes de Língua Portuguesa acham dos falantes de Língua Portuguesa” e tinha como proposta “entender como os falantes de Língua Portuguesa, principalmente da variedade brasileira, pensam a respeito da sua língua”. Vale destacar que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo e aprovada sob CAAE n° 70868223.6.0000.5542.

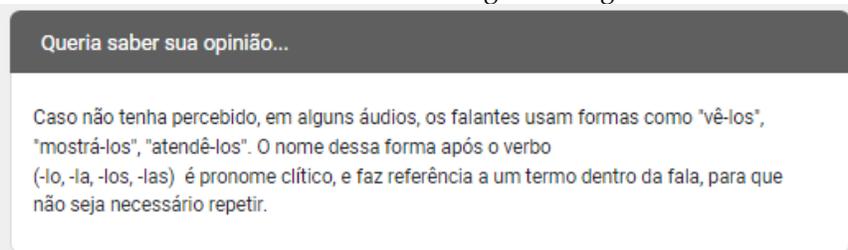
As perguntas iniciais do questionário eram para fins de conhecimento do perfil dos respondentes, como idade (pergunta aberta), sexo/gênero (feminino, masculino e outros) e nível de escolaridade (ensino fundamental, ensino médio, graduação, pós-graduação). Preferimos por não fazer o levantamento sobre a localidade, uma vez que o fenômeno em questão não encontra diferenças consideráveis nas diferentes comunidades de fala analisadas no Brasil, conforme pesquisas supracitadas (Omena, 1978; Duarte, 1986; Malvar, 1992; Lauar, 2015).

Nas cinco seções seguintes, os vídeos com as gravações foram postados, um em cada seção, todos seguidos das seguintes perguntas: a) O que você achou dessa falante? (pergunta aberta); b) Como você classificaria essa pessoa? (marque quantas opções desejar e as opções eram calmo(a), agitado(a), legal, chato(a), culto(a), escolarizado(a), não-escolarizado(a), bonito(a), feio(a), divertido(a), generoso(a), forçado(a), simpático(a), antipático(a) e outro); c) Por que você teve essa impressão sobre essa falante? (pergunta aberta).

As perguntas foram elaboradas para que, a princípio, os ouvintes relatassem qualquer percepção que viesse a sua mente. Já que o teste é ainda piloto, pensamos que, a partir do que fosse colocado ali, poderíamos aperfeiçoá-lo no futuro, em um teste maior. As características da segunda pergunta foram dadas a fim de guiar os respondentes para a forma como os enunciados eram falados. A pergunta final foi feita para que os ouvintes colocassem os motivos pelos quais descreveram os falantes daquela forma.

Após as seções com as gravações, há duas outras, no final da pesquisa, com a finalidade de entender, de modo direto, o que os ouvintes acham das duas variantes analisadas – o pronome clítico e o pronome lexical – na função de objeto direto anafórico. A primeira dessas seções traz o seguinte cabeçalho:

Imagem 1. Cabeçalho da primeira seção de perguntas diretas sobre as variantes de objeto direto anafórico de terceira pessoa, nas formas clítica e lexical, do questionário “ O que os falantes de Língua Portuguesa acham dos falantes de Língua Portuguesa”

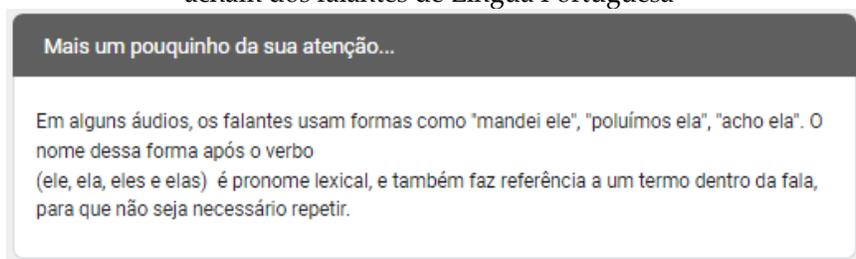


Fonte: elaboração própria

As perguntas que seguem essa parte inicial da última seção são as seguintes: a) Você havia reparado no uso de -lo, -la, -los, -las nos áudios? (com as alternativas sim ou não); b) O que acha dos falantes que fazem uso de -lo, -la, -los, -las? (resposta aberta); c) Você usa essas formas em seu dia a dia? (as opções eram “sim, com frequência”, “sim, mas poucas vezes”, “não uso” e “não sei”).

A ideia era verificar se os respondentes haviam notado o uso dessa variante e sua percepção direta sobre ela. Na seção seguinte, isso também foi feito com o pronome lexical, com o seguinte cabeçalho:

Imagem 2. Cabeçalho da segunda seção de perguntas diretas sobre as variantes de objeto direto anafórico de terceira pessoa, nas formas clítica e lexical, do questionário “O que os falantes de Língua Portuguesa acham dos falantes de Língua Portuguesa”



Fonte: elaboração própria

As perguntas feitas foram as mesmas do pronome clítico, e uma a mais foi adicionada “O que você acha do uso de frases como ‘vi ela’ e ‘amo ela’? (com resposta aberta)”, a fim de analisar se há diferença de avaliação entre as formas utilizadas nos exemplos e aquelas que geram cacofonia.

Por fim, havia uma seção de agradecimentos pelas respostas, com uma indicação de e-mail optativa pelo respondente que gostaria de receber este capítulo quando finalizado.

Feito o questionário, esse foi enviado para várias pessoas por meio de redes sociais como *WhatsApp*, *Instagram* e *Twitter*.

Traçado o percurso metodológico, partimos para os resultados e a discussão.

Resultados e discussão

O formulário teve, ao todo, 96 respostas. Dessas 96, três respostas precisaram ser retiradas por se tratar de respondentes menores de idade. Em relação à faixa etária, o respondente de menor idade possui 19 anos e o de maior idade, 64 anos. A média de idade dos participantes é de 33 anos. Quanto ao sexo/gênero, 78,6% foram mulheres e 21,4% foram homens, não havendo nenhuma outra opção assinalada. A metade dos respondentes também possui ou está cursando graduação – exatos 50% –, e uma outra grande parte possui ou está cursando pós-graduação – 39,3%. 8,9% dos participantes possuem ensino médio, e 1,8% possuem ensino fundamental – apenas um participante, na faixa etária maior que 50 anos.

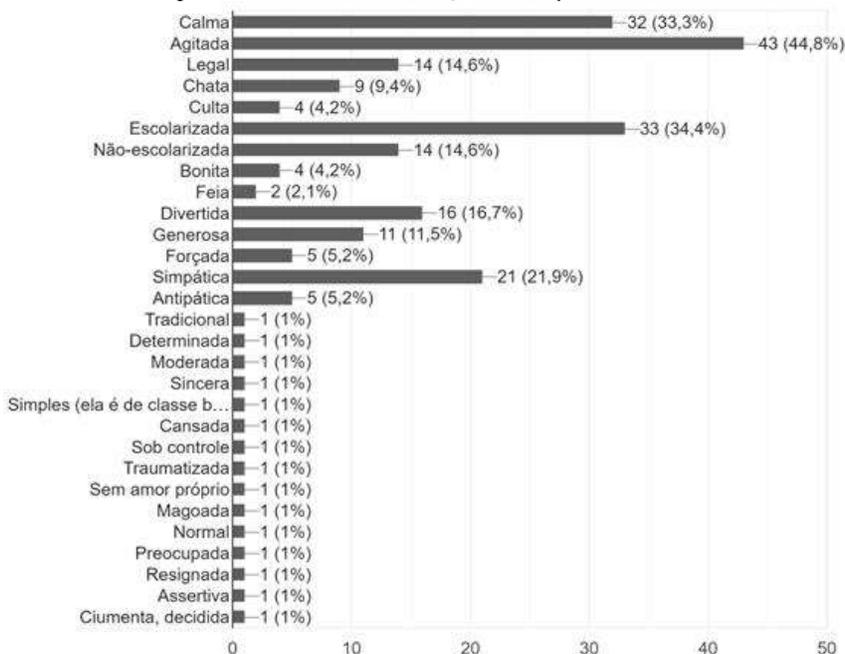
Partindo para a discussão dos áudios, para melhor organização, começaremos com os resultados dos áudios com pronomes lexicais.

No áudio com o exemplo da variante tida como errada pelas gramáticas normativas, “quando eu descobri eu mandei **ele** sair fora...”, na pergunta “O que você achou dessa falante?”, a maior parte dos comentários é acerca do conteúdo do áudio e do tom de voz usado pela falante, que, nesse caso, era uma mulher. Há vários comentários acerca de sua idade, considerando-a uma mulher mais velha, e com características como agitada, decidida, nervosa. Poucos são aqueles que se dirigem diretamente à linguagem usada, mas há alguns como “prolixa”, “linguagem coloquial”, “informal”, “repetitiva”, “repete muito ele”.

Nesse ponto, batemos em um grande impasse do trabalho com percepção linguística: o conteúdo das mensagens veiculadas. Segundo Campbell-Kibler (2010, p. 380, tradução nossa), “uma das principais pistas que os ouvintes usam para estabelecer o contexto é o conteúdo da mensagem, um fator que também influencia bastante as avaliações sociais”. Desta forma, em trabalhos futuros, tentaremos ao máximo nos esvaziar desse contexto estabelecido, adotando conteúdos amenos como o clima, por exemplo.

Na pergunta “Como você classificaria essa pessoa?”, com resposta de múltipla escolha, em que poderiam ser assinaladas mais que uma opção, a maior parte das respostas também se manteve no campo do conteúdo do áudio, com 44,8% considerando a falante como “agitada”, como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1. Percepções dos respondentes sobre a falante 1 com uso da variante pronome lexical na função de objeto direto anafórico



Fonte: elaboração própria

É interessante notar que uma grande parte dos respondentes assinalou, também, o antônimo de “agitada”, “calma”. Em relação à característica que poderia aludir à impressão ligada a questões de escolaridade, constatamos que “escolarizada” foi mais assinalada que “não-escolarizada”. Por outro lado, “cultura” foi assinalada apenas por quatro participantes, ou seja, embora 34% dos participantes a considerem uma pessoa escolarizada, não a

percebem como culta. Além disso, outras características que se sobressaem são “simpática” e “divertida”.

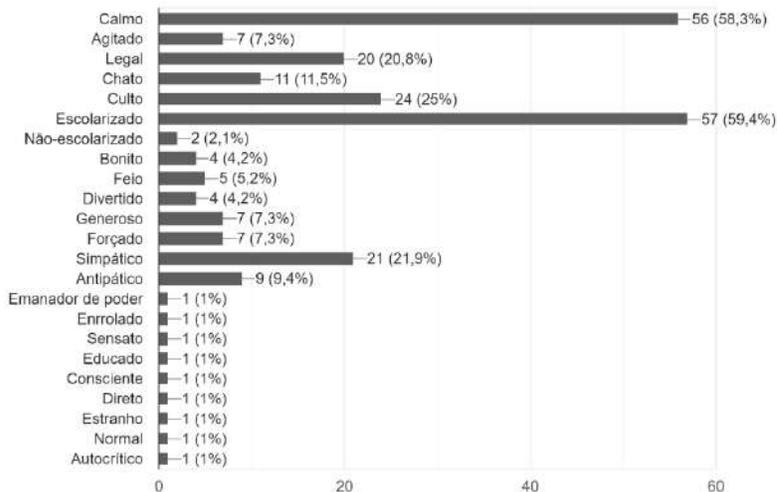
Ao responderem à pergunta “Por que você teve essa impressão sobre essa falante?”, muitos citam o tom de voz utilizado e o modo como é falado o trecho. Outros retomam o tom informal da conversa e o fato de se repetir sempre. Uma resposta nos chamou a atenção: a que cita que a falante possui “fala portuguesa certa”. São poucos dados, no entanto, que mencionam o pronome *ele* e em nenhum momento foi mencionado o seu uso na função de objeto.

No segundo áudio com pronome lexical, com o dado “essa água é muito poluída, aliás fomos nós mesmo que poluímos **ela** né... aí eu não acho **ela** uma água boa pra você tomar banho...”, os resultados mostram uma ainda maior “normalização” do uso desses pronomes com função de objeto. Na primeira pergunta, “O que você achou desse falante?”, muitas foram as respostas que citavam que o falante seria “culto” e/ou “escolarizado”. Ao assinalar as características, essa última foi a característica mais visualizada pelos respondentes, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2. Percepções dos respondentes sobre o falante 2 com uso da variante pronomes lexical na função de objeto direto anafórico

Como você classificaria essa pessoa? (marque quantas opções desejar)

96 respostas



Fonte: elaboração própria

“Calmos” também foi um dos atributos relacionados ao falante no áudio. “Culto” foi mencionado por 25% dos participantes. Na terceira pergunta “Por que você teve essa impressão sobre essa falante?”, muitas pessoas que assinalaram características como “escolarizado” e “culto” disseram que o fizeram por conta do tom da voz e pelo conteúdo, pois consideraram o falante “conhecedor” de tal. Um dos participantes indicou que ele usa “colocações verbais pertinentes para a comunicação falada”. Um dos dois respondentes que marcou a opção “não-escolarizado” respondeu que o fez por conta do “português”, mas não deu maiores explicações.

Concluimos, assim, que não houve metacomentários relacionados ao uso de “ele” ou “ela” na função de objeto direto. Nossa hipótese é de que esse já está inserido no vernáculo do PB, como já demonstram pesquisas de produção como as supracitadas

(Omena, 1978; Duarte, 1986; Malvar, 1992; Lauar, 2015), fazendo com que sua percepção esteja abaixo do nível da consciência.

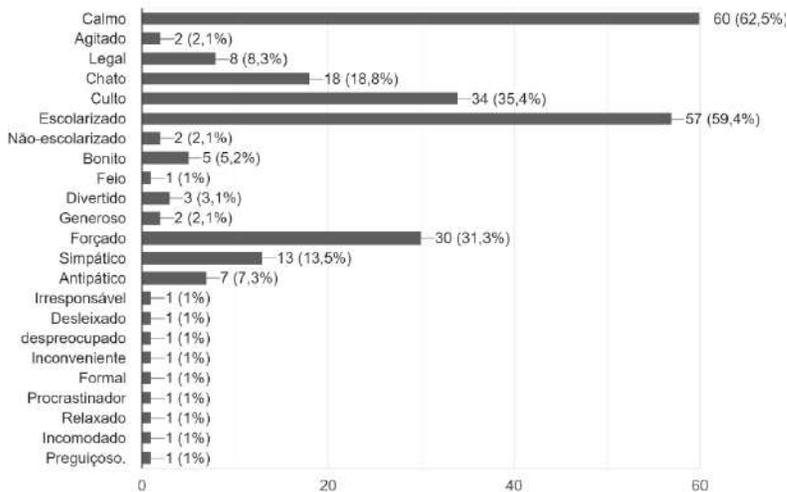
Em relação aos pronomes clíticos, no entanto, os resultados são diferentes. Nos dois áudios em que essa variante foi usada, várias foram as respostas que apontaram seu uso, seja para alegar uma inteligência por parte do falante, seja para mostrar que ele estava sendo “forçado” ao usar essa variante.

Começaremos discutindo o áudio em que há o trecho “tem um ano que *os exames* tão lá e eu não levei pro médico vê-**los!**...[...] e faço *exames* e nunca volto pra mostrá-**los**... sabe?”. O falante, do sexo masculino, foi tido como “culto”, “falante do português correto”, de “fala complexa”, “forçado”, “fala muito certinho”. Logo na primeira pergunta “O que você achou desse falante?”, 18 pessoas fizeram metacomentários sobre o uso do pronome clítico ou se referiram ao modo como ele fala palavras. Muitos foram os comentários que o consideravam “pouco natural” e “forçado”, resultado esse que acreditamos que se dê, dentre outros fatores, pelo uso da forma linguística canônica. Essas características refletem a resposta da segunda pergunta, “Como você classificaria essa pessoa?”, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3. Percepções dos respondentes sobre o falante 3 com uso da variante pronome clítico na função de objeto direto anafórico

Como você classificaria essa pessoa? (marque quantas opções desejar)

96 respostas



Fonte: elaboração própria

Características como “culto” e “escolarizado”, além de “calmo”, foram as mais assinaladas pelos que responderam, o que demonstra que há uma relação entre a forma linguística utilizada e tais perfis de pessoas – que possuem alto nível de escolaridade e/ou são bem-informadas. Vale destacar ainda que 31,3% das pessoas também consideraram o falante como “forçado”, além de terem acrescentado características como “inconveniente” e “formal”. Na terceira pergunta “Por que você teve essa impressão sobre esse falante?”, algumas pessoas que assinalaram a opção “forçado” argumentaram que o falante “acha que fala bonito”, “mistura a ênclise, o que quase ninguém usa na fala” e “usa ênclise em uma fala que aparenta ser informal”. Um dos participantes chegou a mencionar que “ninguém fala ‘mostrá-los’”.

Poplack (2015), ao analisar fenômenos prescritos na norma padrão do francês utilizado em Quebec, no Canadá, observa que muitos desses usos não apenas já saíram do vernáculo dos falantes

da variedade, como também possuem certo tipo de julgamento, principalmente pelos mais jovens, pois tais usos prescritos são mais salientes. A autora nomeia como norma da comunidade o uso linguístico vigente dentro das comunidades de fala em geral, como é o caso do pronome lexical, que não teve nenhum metacomentário em nossa pesquisa.

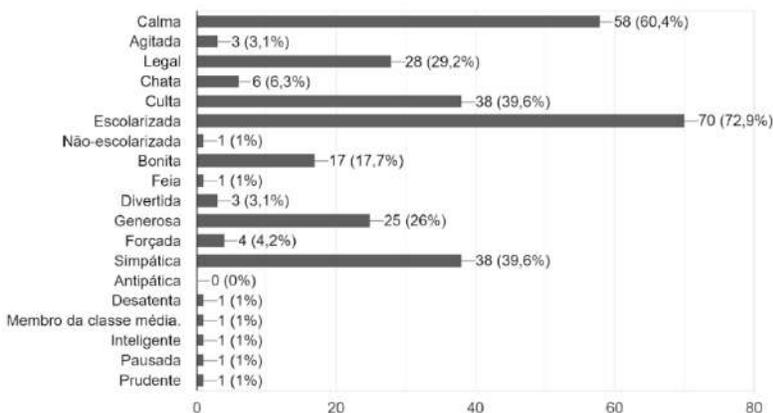
No segundo áudio, em que há o trecho “[...] *eles* são gêmeos... Agora, eu não posso só atendê-**los**... *eles* não são sozinhos, *eles* têm mãe e pai, então, [...] algumas ... tarefas que possam possibilitá-**los** a entender isso”, muitas das impressões estão voltadas à profissão da falante. Por conta do conteúdo da mensagem, muitas das respostas à pergunta “O que você achou dessa falante?” apontam que ela poderia ser uma médica, psicóloga ou professora. Essa vinculação com a profissão também tem a ver com a forma clítica utilizada, já que, em algumas respostas, há opiniões como “atua na área da educação e adequa a linguagem quando fala sobre isso” e “fala corretamente”. Por esses fatores, várias são as respostas que atribuem à falante a característica de ser “cult”, “erudita”, por exemplo

As características dadas a essa falante ficam mais claras nas respostas da pergunta “Como você classificaria essa pessoa?”, apresentadas no gráfico 4.

Gráfico 4. Percepções dos respondentes sobre a falante 4 com uso da variante pronome clítico na função de objeto direto anafórico

Como você classificaria essa pessoa? (marque quantas opções desejar)

96 respostas



Fonte: elaboração própria

Como previsto, “cultura” e “escolarizada” foram características marcantes da falante, esta última sendo selecionada por 72,9% dos respondentes. Além disso, características positivas como “legal”, “bonita”, “generosa” e “simpática” estão entre as citadas. Acreditamos que seja por conta do conteúdo da mensagem, o modo de falar e a associação com as profissões já supracitadas. Ainda, há a inserção de atributos como “inteligente” e “membro da classe média”, o que também está correlacionado a esses fatores. Ao contrário do áudio anterior com pronome oblíquo, poucos foram os que assinalaram “forçada” ou “chata”, o que mostra que o conteúdo da mensagem pode influenciar nesse tipo de percepção.

Quando perguntado “Por que você teve essa impressão sobre esse falante?”, vários dos que assinalaram “cultura” ou “escolarizada” citaram o modo como a pessoa falou, como “fala correta” ou “fala bem”. Há alguns comentários sobre o uso do pronome oblíquo, como “o uso da ênclise” para justificar a

característica atribuída e “por utilizar algumas palavras como ‘atendê-los’”.

Por fim, o trecho com sintagma nominal – sobre o qual falaremos brevemente por fugir do objetivo central deste capítulo – em que há um sintagma nominal na função de objeto direto – “[...] porque *o carro* tem seguro então precisa do boletim de ocorrência... aí demora tanto... aí eu chamei meu namorado pra ir pegar **o carro** [...]” –, colocado no teste para que os respondentes não desconfiassem de seu objetivo, possui resultados diversos. É importante mencionar que sua gravação foi feita por um homem gay, que possui uma prosódia típica de homens gays (cf. Mendes, 2011; Levon, 2016) e utiliza a palavra “namorado”, o que evidencia ainda mais sua orientação sexual. Dessa forma, muitas das respostas dadas rodeavam esse aspecto. Foi o que também possuiu o maior número de variação de impressões, com pessoas, ao mesmo tempo, considerando seu falar “impaciente” e “calmo”, por exemplo. Muitos dos comentários são feitos a partir do contexto de sua fala e, também, de seu tom de voz. Há poucas respostas que ressaltam o modo como ele fala e pouca observância nas palavras utilizadas.

Discutidos os pontos importantes, passamos para a análise das perguntas diretas sobre o fenômeno.

Direto ao ponto: o que os falantes de PB acham dos pronomes lexical e clítico na função de objeto direto anafórico

Como mencionado anteriormente, nas seções finais do formulário do teste de percepção, fizemos perguntas diretas sobre a percepção dos participantes ao uso das formas pronominais na função de objeto direto.

Começamos pela percepção dos respondentes quanto ao uso do pronome clítico. A primeira pergunta feita foi “Você havia reparado no uso de -lo, -la, -los, -las nos áudios?”. As respostas positivas foram grande maioria: 89,3% disseram que sim, haviam reparado no uso, enquanto 10,7% disseram que não haviam

nível de escolarização do falante. Diversas são as pesquisas, como as já citadas Duarte (1986), Malvar (1992) e Lauar (2015), que atrelam o grau de escolaridade ao uso do clítico, mostrando que, quanto maior escolarização, maior probabilidade de a forma aparecer – mesmo que de maneira pífia, com poucas ocorrências.

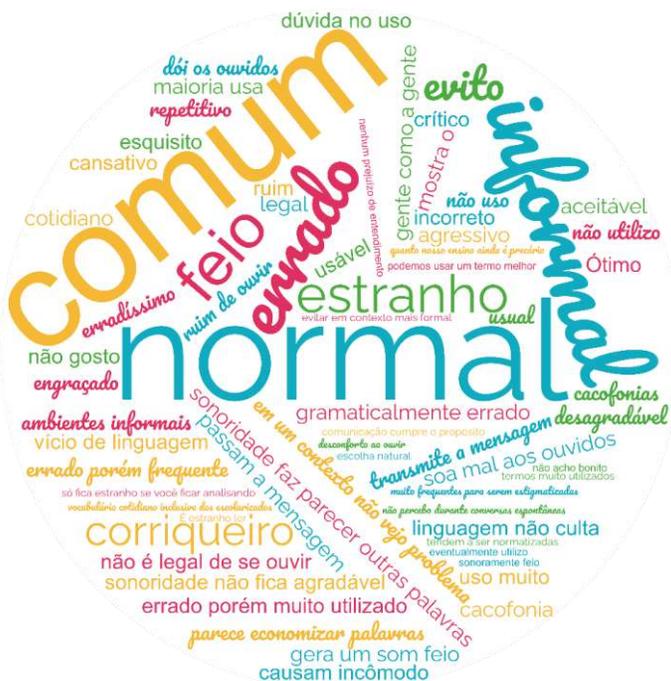
Esse fator nos leva a refletir sobre a veracidade das respostas dadas na terceira pergunta, “Você usa essas formas em seu dia a dia?” em consonância aos trabalhos com o vernáculo antes mencionados (Omena, 1978; Duarte, 1986; Malvar, 1992; Lauar, 2015). Mais de 73% dos respondentes dizem fazer uso dessa forma, sendo que 14,3% disseram fazer uso com frequência. 25% dizem não fazer uso, enquanto 1,8% disseram não saber se faz ou não uso dessa forma. Mesmo que nossos participantes estejam sendo ou sejam graduados em algum curso de ensino superior, esses números não refletem o que mostram as pesquisas sociolinguísticas que analisam o fenômeno no vernáculo do PB.

No que tange ao pronome lexical em função de objeto direto, as perguntas se repetiram, com algumas diferenças em relação às respostas. A primeira pergunta, “Você havia reparado no uso de ele, ela, eles, elas depois de verbos nos áudios?”, traz uma incidência um pouco menor de pessoas que falaram que repararam no uso em relação aos que disseram não o fazer em relação ao pronome clítico – 82,1% disseram ter reparado no uso, contra 17,9% que disse não ter percebido.

Para a segunda pergunta, “O que acha dos falantes que fazem uso de ele, ela, eles e elas depois de verbos?”, utilizamos a mesma ferramenta de nuvens de palavras para trazer as respostas.

prevaleça. Fizemos essa pergunta no questionário e, também, dispomos as respostas em uma nuvem de palavras, como mostra a Figura 3 a seguir.

Figura 3. Nuvem de palavras com as percepções sobre uso do pronome lexical com cacofonia em função de objeto direto anafórico



Fonte: elaboração própria

Na Figura 2, com a nuvem de palavras das percepções sobre o pronome lexical em função de objeto direto, a palavra “normal” foi citada 23 vezes. Na Figura 3, em que a pergunta se baseia somente no uso que gera cacofonia, essa foi citada mais vezes, num total de 26 menções. Embora o som gerado não tenha passado despercebido por alguns participantes, que alegaram que “gera um som feio” ou “soa mal aos ouvidos”, o nível de entrada no vernáculo de formas desse tipo já é alto. Além disso, nossa hipótese é de que se, nos exemplos, houvesse elementos após o objeto direto, como “acho ela

linda” ou “amo ela demais”, o uso seria julgado ainda mais comum. Essas formas, como alguns respondentes colocaram, “tendem a ser normatizadas no futuro” e “solto, parece cacofônico. Em um contexto, não há problema”.

Realizadas todas as nossas análises, partimos para as considerações finais.

Considerações finais

Embora as gramáticas prescritivas indiquem que a única forma de representar o objeto direto anafórico de terceira pessoa seja com o clítico acusativo, pesquisas de base sociolinguística já demonstravam que esse estava deixando de ser usado pelos falantes do PB, independentemente do nível de escolaridade. Tanto está sumindo que, como nos propomos a mostrar nessa pesquisa, também não está no imaginário dos falantes: mesmo que as pessoas tenham conhecimento dessa forma, ou seja, sabem o que representam – visto que 89,3% diz ter reparado em seu uso –, julgam-na como um artifício linguístico próprio de pessoas “cultas” e/ou “escolarizadas” ou, ainda, acreditam que quem fala assim seja “forçado”.

No contraponto está o pronome lexical em função de objeto direto, considerado como errado pelas mesmas gramáticas. Tal forma já faz parte do vernáculo brasileiro, tanto que quase 18% dos respondentes desse questionário nem notaram seu uso. Além disso, a maioria considera a forma como “normal” e “comum”, mesmo quando há cacofonia. Por esses fatores, mais de 60% dos participantes afirmam usar com frequência – muitas vezes, mesmo os que alegam achar a forma “feia” ou “errada”.

Esperamos que o trabalho em tela, mesmo que se trate de um teste piloto, que precisa ser revisado e aprimorado, tenha trazido elucidções novas para o fenômeno variável do objeto direto anafórico de terceira pessoa e para os trabalhos de percepção linguística.

Referências

- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2020 [1920].
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2015.
- CAMPBELL-KIBLER, K. Sociolinguistics and perception. **Language and Linguistics Compass**, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 377-389, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- DUARTE, M. E. L. **Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronomes lexicais e categoria vazia no português do Brasil**. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.
- FREITAG, R. M. K.; SANTOS, A. O. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. In: LOPES, N. S.; ARAÚJO, S. S. F.; FREITAG, R. M. K. (orgs.). **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LADEGAARD, H. J. Language attitudes and sociolinguistic behaviour: Exploring attitude-behaviour relations in language. **Journal of Sociolinguistics**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 214-233, 2000.
- LAUAR, A. B. T. F. **Não o vejo mais em Vitória: a substituição do clítico acusativo de terceira pessoa na fala de Vitória**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- LEVON, E. O que soa “gay”: prosódia, interpretação e julgamentos da fala masculina. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 165-181, 2016.
- MALVAR, E. S. **A realização do objeto direto de 3ª pessoa em cadeia anafórica no português do Brasil**. 162 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

- MATTOSO CÂMARA, J. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- MENDES, R. B. Gênero/sexo, variação linguística e intolerância. In: BARROS, D. L. P. (org.). **Preconceito e Intolerância: Reflexões Linguístico Discursivas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.
- OMENA, N. P. **Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1978.
- USHIRO, L. A importância de estudos de avaliação e percepções sociolinguísticas. **Revista de Letras**, Araraquara, v. 1, n. 40, 2021.
- USHIRO, L. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. 394 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- POPLACK, S. Norme prescriptive, norme communautaire et variation diaphasique. In: LINDSCHOUW, J.; KRAGH, K. (orgs.). **Variations diasystémiques et leurs interdépendances dans les langues romanes**. Copenhague: TraLiRo - Sociolinguistique, dialectologie, variation, 2015.
- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora José Olympio, 2011.
- TESCH, L. M. O sotaque capixaba: um estudo de percepção. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 16, n. 34, p. 225-242, 2022.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].
- YACOVENCO, L. C. *et al.* Projeto Portvix: a fala de Vitória/ES em cena. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 771-806, 2012.

Como o público acha que os participantes do telejornal falam?: um estudo de percepção sobre a variação na expressão de primeira pessoa do plural no telejornalismo

Renata Alves Batista
Leila Maria Tesch

Introdução

No Português Brasileiro, doravante PB, a primeira pessoa do plural manifesta-se por meio de duas variantes: *nós* e *a gente* (Cunha; Cintra, 2017). O pronome *nós* é considerado conservador, uma vez que é a forma mais antiga na língua e a que se encontra nos quadros pronominais apresentados pela tradição gramatical. Por outro lado, percebemos a forma *a gente* em coexistência ao pronome *nós*, sendo esta forma, por ser mais recente, indicada como inovadora por pesquisadores da Sociolinguística (Lopes, 2002; Omena, 2003; Mendonça, 2012; Foeger, 2014; Dias, 2021).

Nos estudos de produção na área da Sociolinguística, há um amplo interesse pela análise da alternância pronominal de primeira pessoa do plural. Contudo, existe a necessidade de expandir os estudos sobre a variação pronominal entre *nós* e *a gente* sob a perspectiva da percepção linguística, outra frente de estudos na Sociolinguística. Segundo Freitag *et al.* (2016), ao analisarmos o fenômeno variável por meio dos estudos de percepção, conseguimos compreender como as atitudes e os julgamentos impactam o desenvolvimento da identidade linguística.

Diante dessa lacuna, visando analisar a percepção dos telespectadores brasileiros sobre o emprego das variantes *nós* e *a gente* no contexto jornalístico, elaboramos um formulário na plataforma *Google Forms*. Para produzir o questionário, selecionamos

cinco áudios do telejornal local *Bom Dia ES*, todos com ocorrências das variantes *nós e a gente*. Posteriormente, organizamos o formulário em três seções com o intuito de (i) recolher informações pessoais dos participantes; (ii) coletar a percepção dos ouvintes sobre os áudios e (iii) entender a consciência dos participantes acerca do fenômeno variável *nós/a gente*.

Considerando que “os diferentes discursos empregados pelas emissoras de TV que nos servem de recorte empírico, em seus programas noticiosos, nos dão pistas de que essa realidade também é socialmente construída” (Mata, 2011, p. 67), ao analisarmos a percepção dos participantes do teste sobre a variação entre os pronomes *nós* e *a gente* no telejornalismo, partimos da hipótese de que, inicialmente, os participantes não terão consciência de qual fenômeno variável está sendo estudado, por se tratar de uma variação que ocorre abaixo do nível de consciência e por, conseqüentemente, não sofrer estigma. Ao expormos explicitamente o fenômeno analisado, *nós/a gente*, compreendendo que os telejornais são considerados ambientes formais, acreditamos que os participantes tenderão a apontar que a variação pronominal de primeira pessoa do plural é influenciada conforme o grau de formalidade manifestado pelo falante, sendo o pronome *nós* considerado mais próximo do formal.

Levando em consideração as questões fundamentais deste estudo, o presente capítulo ficou assim estruturado: na segunda seção, há a apresentação da fundamentação teórica, com destaque para os estudos de percepção na Sociolinguística; adiante, na terceira seção, apontamos alguns resultados de pesquisas que já se debruçaram sobre o tema em tela; na quarta seção, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa; na quinta seção, apresentamos e discutimos os resultados obtidos; e, ao final, as nossas considerações finais.

Sociolinguística: os estudos de percepção linguística

A partir dos estudos realizados por William Labov (2008 [1972]), com o objetivo de analisar o emprego dos ditongos /ay/ e /aw/ na Ilha de Martha's Vineyard e a estratificação social do /r/ na cidade de Nova York, consolidou-se o “modelo de descrição e interpretação do fenômeno linguístico no contexto social de comunidades urbanas - conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação, de grande impacto na linguística contemporânea” (Freitag; Lima, 2010, p. 15). Com isso, diversos estudos sociolinguísticos com foco em análises linguísticas de produção foram desenvolvidos no Brasil nas últimas décadas. Entretanto, segundo Freitag *et al.* (2016), é necessário investigar, também, como o brasileiro pensa que fala, pois, ao observar os condicionadores internos e externos que influenciam a variação linguística, os pesquisadores buscam entender, por meio dos resultados quantitativos, apenas como o brasileiro fala.

Sabe-se que “o campo das percepções linguísticas, embora bem menos explorado nos estudos variacionistas, é um campo já bem constituído e produtivo” (Tesch, 2022, p. 228). Diante disso, objetivando compreender como os falantes do Português Brasileiro percebem a variação pronominal de primeira pessoa do plural no telejornalismo local, dispomos dos postulados de Lambert *et al.* (1960), Ladegaard (2000) e Campbell-Kibler (2010) acerca dos estudos de percepção sociolinguística.

No ano de 1960, Lambert e demais pesquisadores desenvolveram o método *matched-guise*, fortemente reproduzido nos estudos sociolinguísticos. Ao propor o método, Lambert *et al.* (1960) ambicionava compreender se as atitudes expressas e públicas dos indivíduos representam genuinamente suas posições confidenciais. Dessa forma, o objetivo do *matched-guise* é alcançar as reações mais íntimas e ocultas dos participantes sobre as variedades linguísticas. Com isso, busca-se investigar as reações de distintos grupos de ouvintes a estímulos que divergem em algum aspecto.

Nesse estudo, os autores gravaram previamente quatro falantes bilíngues, que leram um mesmo texto de natureza filosófica nas duas línguas (escrito originalmente em francês e traduzido para o inglês). A essas oito leituras, os autores adicionaram mais duas gravações como distratoras. Tais gravações foram então apresentadas a 130 ouvintes, estudantes universitários de duas universidades de Montreal, distribuídos equilibradamente entre anglófonos e francófonos. Para cada um dos 10 estímulos, os sujeitos deveriam julgar os falantes quanto a 14 características pessoais, organizadas em escalas de seis pontos (de “muito pouco” a “bastante”): altura, boa aparência física, liderança, senso de humor, inteligência, religiosidade, autoconfiança, confiabilidade, jovialidade, bondade, ambição, sociabilidade, caráter e simpatia. No Brasil, técnica *matched-guise* tem sido denominada de estímulos pareados.

Nos anos 2000, Ladegaard buscou observar a percepção e avaliação de 129 estudantes provenientes de três escolas socialmente distintas (classe operária, classe média e comunidade rural) sobre a *Standard Danish*, variedade do dinamarquês reconhecida pelo prestígio e prescrição gramatical, bem como as variedades não-padrão do dinamarquês. Visando a produção dos estímulos linguísticos, Ladegaard (2000) adotou o *verbal-guise technique* ao realizar gravações com cinco diferentes falantes do sexo feminino nativas de seus respectivos códigos linguísticos, as mulheres foram escolhidas por suas qualidades vocais comparáveis. O autor enfatiza que, embora os estímulos vocais utilizados para a experiência não sejam idênticos, essa diversidade é essencial para representar as nuances das variedades locais. A partir dos resultados obtidos, Ladegaard (2000) destaca que os falantes da variedade *Standard Danish* recebem avaliações positivas em situações relacionadas a *status* e competência, enquanto é frequentemente avaliado de maneira menos positiva em termos de atratividade social e integridade pessoal, especialmente no contexto rural.

Em 2010, Campbell-Kibler, empregando o *matched-guise technique*, observou a avaliação e percepção dos falantes sobre a

variável *-ing*. Para produzir os estímulos, a autora selecionou trechos de gravações com oito falantes, distribuídos por sexo/gênero e região: Califórnia e sul dos Estados Unidos. Com os resultados, Campbell-Kibler (2010) demonstrou quais significados sociais, como nível de escolaridade, eloquência, formalidade, região, rural/urbana, atribuídos à variável analisada estão relacionados a elementos contextuais.

Posto isto, sabendo que “a percepção de um fenômeno depende do julgamento do ouvinte, que correlaciona fatores sociais a traços sociolinguísticos, constituindo um padrão de consciência social na comunidade” (Freitag *et al.*, 2016, p. 65), neste capítulo pretendemos observar a perspectiva perceptual dos respondentes do questionário acerca da variação na expressão de primeira pessoa do plural em contexto telejornalístico.

O Fenômeno *nós* e *a gente*: estudos de produção e de percepção

A variação pronominal entre *nós* e *a gente* pode caracterizar-se como um processo de mudança em curso no sistema pronominal de primeira pessoa do plural. Como elucidado por Zilles (2007, p. 31), “a gramaticalização de *a gente* começa com seu uso como pronome indefinido, expressão indeterminada com sentido genérico, no século XVI, em substituição ao uso de *homem~ome*”. A autora pontua que, apesar de não possuímos uma explicação sólida quanto a essa substituição, é notório que tal substituição corresponde ao fim do processo de propagação da gramaticalização da forma *a gente*, expandindo-se na posição de sujeito a partir dos anos 1970.

Para a realização de um estudo de percepção acerca dessa variação entre *nós* e *a gente* na primeira pessoa do plural, nos baseamos, primeiramente, em resultados de estudos de produção sociolinguística, mais especificamente, os desenvolvidos por Mendonça (2012), Batista (2021) e Santos (2021), além do estudo de percepção publicado por Pinto e Berlinck (2022).

Mendonça (2012) analisou a variação na expressão de primeira pessoa do plural na cidade de Vitória. Ao selecionar 40 células do banco de dados PortVix, o pesquisador observou que na capital do Espírito Santo há um processo de mudança no que se refere à forma *a gente*. No geral, os resultados obtidos na cidade de Vitória mostraram que a forma inovadora foi favorecida em 70,8%, enquanto o pronome *nós* foi empregado em 29,2% dos casos. Ao analisar as variáveis linguísticas, Mendonça verificou que o pretérito perfeito, os objetos diretos e indiretos e a forma explícita do pronome favorecem o uso de *a gente*. Sobre as variáveis sociais, o pesquisador observou que os informantes mais velhos desfavorecem significativamente a forma *a gente*, com peso relativo de 0.23; as falantes do sexo/gênero feminino favorecem o uso da forma *a gente*, apresentando peso de relativo de 0.60.

Ao analisar a variação entre *nós* e *a gente* em telejornais locais capixabas, Batista (2021) e Santos (2021) verificaram o favorecimento da forma inovadora na fala dos participantes dos telejornais analisados. Com a análise do telejornal *Bom Dia ES*, Batista (2021) obteve resultados semelhantes aos de Mendonça (2012), constatando que os participantes do noticiário matutino favoreceram a forma *a gente* em 61,3%. Com base nos resultados apresentados pelo *software* GoldVarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), três grupos de fatores demonstraram maior relevância: locutor, faixa etária e sexo/gênero. Sobre o condicionador locutor, os resultados demonstram que os âncoras e repórteres do telejornal local favorecem a forma inovadora em 0,550 e 0,654, respectivamente. Ao analisar duas faixas etárias extremas, verificou-se que os falantes acima de 50 anos desfavorecem consideravelmente a forma inovadora resultando em peso relativo de 0,253. Sobre a variável sexo/gênero, as mulheres mostram-se mais progressistas, priorizando a forma inovadora em 73,7% das ocorrências.

Ao observar a alternância pronominal entre *nós* e *a gente* na função sujeito no telejornal local *Balanço Geral ES*, Santos (2021) verificou que os fatores tópicos discursivos, tempo verbal e faixa

etária mostraram-se mais relevantes para análise. A pesquisadora detectou que a forma inovadora é favorecida quando os participantes do telejornal entram em assuntos referentes à cidade, mortes acidentais e segurança ou realizam comentários pessoais. Acerca da variável tempo verbal, Santos constatou que os falantes favorecem significativamente a expressão *a gente* em sentenças em que o verbo é conjugado no pretérito imperfeito, apresentando porcentagem de 90,0% e peso relativo de 0,912. Além disso, foi observado que, assim como nas pesquisas realizadas por Mendonça (2012) e Batista (2021), os falantes mais jovens favorecem a forma inovadora.

Por meio de um estudo de percepção, Pinto e Berlinck (2022) analisaram as formas pronominais: *nós*, *nóis*, *nói* e *a gente* na fala das cidades Cabo Verde e Muzambinho, ambas localizadas no sudoeste do estado de Minas Gerais. As autoras pontuam que se basearem na perspectiva de Campbell-Kibler (2010, *apud* Pinto; Berlinck, 2022) e selecionaram 24 participantes distribuídos em três faixas etárias, sexo/gênero feminino e masculino, com e sem ensino superior. Pinto e Berlinck observaram que os respondentes julgaram a forma *a gente* como distante da Zona Rural; os participantes mostraram-se neutros sobre a variante *nóis*, além de atribuírem maior grau de prestígio ao pronome *nós*; a expressão *nói* foi considerada menos prestigiada. Assim, os resultados obtidos por Pinto e Berlinck puderam demonstrar os distintos significados sociais associados às variantes analisadas.

Ademais, embora a forma *a gente* não seja agregada pela Gramática Tradicional no quadro pronominal do Português Brasileiro, Bagno (2012) e Castilho (2014), que propõem uma análise descritiva dos fatos da linguagem, integram a forma *a gente* no quadro pronominal, frisando sua coexistência com a forma *nós* em ocorrências das funções sujeito e complemento oblíquo.

Assim, mesmo que “diversas pesquisas sociolinguísticas já abordaram a variação da primeira pessoa do plural, enfatizando o processo de variação/mudança por que passa o sistema pronominal do português brasileiro” (Tesch; Yacovenco; Scherre, 2014, p. 99),

ampliar a investigação a respeito do fenômeno variável *nós/a gente* em estudos de percepção linguística também se revela pertinente para a compreensão do PB.

Breve trajetória dos telejornais no Brasil

Na década de 1950, estreou o *Imagens do Dia*, primeiro telejornal brasileiro. O telejornal apresentava um formato simples, com notas que continham imagens feitas em filme preto e branco e sem áudio. Durante um ano no ar, contou com a apresentação do locutor Rui Resende, responsável por produzir e redigir as notícias. Após três anos da estreia do primeiro telejornal do país, a TV Tupi colocou no ar o telejornal *Repórter Esso*. Com uma marcante vinheta, o *Repórter Esso* foi o primeiro telejornal de grande sucesso entre o público brasileiro, sendo transmitido de 1953 a 1970 e apresentado pelos locutores Kalil Filho e Gontijo Teodoro (Campos, 2003).

No fim da década de 1960, com suporte nos recursos tecnológicos trazidos dos EUA, a Rede Globo de Televisão passou a transmitir o *Jornal Nacional* (JN). Produzido pelo jornalista Armando Nogueira, o JN estreou no ano de 1969 e foi o primeiro telejornal brasileiro a ser exibido em cores e a apresentar reportagens internacionais via satélite. Por meio do estilo de linguagem e da narrativa, o JN demonstrava como um “modelo do telejornalismo brasileiro se traduz na produção do jornalismo ‘clean’ americano” (Mello, 2009, p. 3). Segundo Campos (2003), o telejornal da Rede Globo passou a ser uma referência para a imprensa do país, além de cativar o público, tornando-se líder de audiência.

Em meados da década de 1970, a afiliada da Rede Globo de Televisão em São Paulo estreou um telejornal voltado para as notícias locais. Em 1977, o *Jornal das Sete* começou a ser exibido de segunda a sexta, às 7h da manhã, tendo como foco informar os cidadãos paulistas sobre os serviços da cidade. Desse modo, o telejornal foi pioneiro ao utilizar a Unidade Portátil de Jornalismo (equipamentos disponíveis para uso em reportagens externas)

“com repórteres entrando ao vivo de vários pontos da cidade, transmitindo informações de serviço como tempo, trânsito, movimentação da cidade, aeroporto etc.” (Campos, 2003).

Com o sucesso do noticiário matutino, a Rede Globo decidiu expandir a programação local ao iniciar a transmissão nacional do *Bom Dia Brasil* no início dos anos 1980, sendo exibido até hoje nas manhãs da emissora. Simultaneamente, a fim de anteceder as notícias nacionais, as afiliadas da emissora passaram a produzir a versão local do telejornal (Oliveira Filho, 2019). Além disso, no fim da década de 1980, destaca-se a estreia do telejornal *TJ Brasil*, transmitido pelo canal Sistema Brasileiro de Televisão (popularmente conhecido como SBT), que também abrangia características presentes no formato estadunidense e contava com a apresentação do jornalista Boris Casoy.

Na década de 1990, a Rede Bandeirantes passou a transmitir o telejornal *Jornal da Band*, com apresentação do jornalista Paulo Henrique Amorim. Apesar de usufruir do modelo importado dos EUA, o noticiário tinha uma abordagem opinativa, com informações exclusivas e em tempo real (Campos, 2003). De acordo com Oliveira Filho (2019), outro marco importante da década foi a implementação dos canais *all-news*, inspirados nas emissoras de rádio que se dedicam 24 horas às notícias. Inaugurada em 1996, a primeira emissora nacional a utilizar essa referência foi a GloboNews, ofertada por meio das TVs por assinatura. Já nos anos 2000, a Rede Bandeirantes e a Record TV criaram os canais BandNews e Record News em sinal aberto, tornando o formato de canal *all-news* mais acessível para os cidadãos brasileiros.

Em relação ao telejornalismo local, compreendemos que “a mídia regional refere-se à tentativa de conquistar a credibilidade dos públicos através da veiculação do discurso de um jornalismo comunitário, através do qual a população reivindica os seus direitos” (Volpato, 2009, p. 7). Assim, investir na imprensa local foi um passo importante para as emissoras televisivas, pois possibilitou que se tornassem mais próximas do público ao permitirem a construção do telejornal com o auxílio da

comunidade para noticiar seu cotidiano. A partir dessa concepção, é visível que a criação do telejornalismo local buscou “mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc.” (Peruzzo, 2005, p. 78), informando sobre política, trânsito, cultura, entre outros temas.

De acordo com Temer (2019), os programas locais desempenham um papel crucial ao preencher os espaços sem programação na grade da Rede Globo, sendo o *Bom Dia Praça* e o *Praça TV* os principais destaques de suas afiliadas. Em 1983, a Rede Globo tomou a decisão de substituir o *Jornal das Sete* pelos chamados *Praça TV* (Oliveira Filho, 2019), levando a TV Gazeta a desenvolver o telejornal matutino *Bom Dia ES* (telejornal em que foram selecionados os áudios utilizados nesta pesquisa). Como os telejornais locais seguem o padrão estabelecido pela emissora sede, o *Bom Dia ES* adota o formato do telejornal nacional *Bom Dia Brasil*. Assim, o telejornal é apresentado por um casal de âncoras, enquanto os repórteres realizam entradas ao vivo, incorporando elementos de uma revista eletrônica.

Atualmente, o *Bom Dia ES* é exibido em todo o Espírito Santo, de segunda a sexta, das 6h às 8h30 da manhã. Com a apresentação de Mário Bonella e Fabíola de Paula, o telejornal transmite as primeiras informações do dia para os capixabas, abordando assuntos como cultura, educação, saúde e trazendo atualizações sobre o trânsito e o clima. Outrossim, o noticiário local estimula a participação dos telespectadores por meio do aplicativo da TV Gazeta e das redes sociais, além de convidar especialistas para discutir temas relevantes.

Procedimentos metodológicos

Para compreendermos a percepção dos brasileiros sobre a variação na expressão de primeira pessoa do plural no telejornalismo, nos baseamos no estudo realizado por Freitag e Santos (2016), no qual as autoras empregam a técnica *verbal guise*

test para analisar a percepção e avaliação dos respondentes acerca da variação entre as realizações africadas e oclusivas na fala de estudantes universitários da cidade de Aracaju, em Sergipe.

O *verbal-guise technique* apresenta ser uma alternativa ao método *matched-guise* (Lambert *et al.*, 1960), assim, utiliza-se de estímulos gravados por distintos falantes, possibilitando que o escopo da pesquisa seja ampliado, investigando não só atitudes linguísticas derivadas de diferentes idiomas, mas, também, atitudes linguísticas resultantes de variedades linguísticas (Chan, 2021). Com isso, “é possível extrair ocorrências de variantes linguísticas de um fenômeno variável de um *corpus* oral previamente gravado, e utilizá-las na elaboração do protocolo de testagem” (Freitag; Santos, 2016, p. 113).

Assim, selecionamos cinco áudios do *Bom Dia ES*, nos quais os participantes do telejornal local empregam os pronomes *nós* e *a gente*. Posteriormente, elaboramos um questionário, intitulado *Como o público acha que os participantes do telejornal falam?*, por meio do aplicativo de gerenciamento *Google forms*. Esse questionário é constituído por três seções: i) informações pessoais sobre o participante; ii) trechos de áudios em que são empregados os pronomes *nós* e *a gente*, retirados do *Bom Dia ES*, seguidos de perguntas relacionadas aos áudios; iii) perguntas abertas sobre o fenômeno variável *nós* e *a gente*.

Na primeira seção do teste de percepção, os participantes deveriam informar idade, sexo/gênero, escolaridade, onde nasceram, onde moram e a frequência com a qual assistem a telejornais. É relevante salientar que asseguramos a privacidade dos participantes, dado que não foram solicitadas quaisquer informações que possibilitassem identificar os respondentes dos questionários.

Em seguida, na segunda seção, disponibilizamos cinco excertos de áudios (quatro com a forma *a gente* e um com o pronome *nós*) retirados do telejornal local *Bom Dia ES*, sendo dois de jornalistas, dois de entrevistados e uma de participante. Após ouvir cada trecho de áudio, indicamos que os participantes do teste

respondessem questões relacionadas a características e profissões que atribuem aos falantes. Seleccionamos cinco adjetivos (inteligente, extrovertido/a, seguro/a, gentil e formal) e pedimos para que os respondentes do questionário designassem o seu grau de concordância com as características em uma escala linear de 1 (concordo totalmente) a 6 (discordo totalmente). Com o intuito de compreender se os participantes identificaram com facilidade os jornalistas, solicitamos que apontassem uma ou mais profissões às quais atribuem para o falante de cada áudio. Para isso, listamos algumas profissões presentes nas edições do telejornal *Bom Dia ES* (como jornalista, comerciante, médico, economista etc.) e, também, autorizamos respostas abertas, possibilitando com que os participantes não só marcassem as profissões, mas expusessem suas próprias percepções.

Na última seção do formulário, elaboramos questões abertas sobre o fenômeno analisado. A seção foi composta por duas perguntas: 1) *Qual a sua opinião sobre o uso do pronome a gente no meio jornalístico?* e 2) *Você percebeu a diferença entre o uso de nós e a gente nos áudios que ouviu? Se puder, fale um pouco mais sobre essa questão.* Com essas perguntas, visamos observar se os participantes perceberam (ou não) o uso da expressão *a gente* nos áudios, além de analisar a forma como os respondentes do questionário avaliam o emprego da forma inovadora.

A posteriori, o questionário foi divulgado por meio das redes sociais *WhatsApp* e *Twitter*, entre os dias 18 de novembro a 16 de dezembro de 2022. Para a análise dos dados, consideramos apenas as respostas dos participantes com no mínimo 18 anos, residentes do Brasil, do sexo/gênero feminino e masculino e de três graus de escolaridade (ensino médio, graduação e pós-graduação). Das 163 respostas recebidas, 144 são válidas para análise, seguindo os critérios previamente estabelecidos: idade mínima, localização, sexo/gênero e nível de escolaridade.

Em vista disso, os 144 formulários aptos para análise foram respondidos por indivíduos que residem no Brasil, com idades entre 18 e 79 anos, majoritariamente na faixa etária de 20 a 28 anos,

sendo 70,8% do sexo/gênero feminino e 29,8% do sexo/gênero masculino. No que diz respeito ao nível de escolaridade, 81 (56,3%) informantes são graduados, 36 (25%) possuem ensino médio e 27 (18,8%) são pós-graduados. Assim como constatado por Tesch (2022), ao traçarmos o perfil social dos participantes, observamos predominância de mulheres, jovens e graduados.

Acerca da localização, consideramos apenas as respostas dos indivíduos que residem no Brasil. O questionário recebeu respostas de moradores das cinco regiões do país, porém a região que se sobressai é a Sudeste, apresentando 84,7% dos participantes. Diante disso, a distribuição por região foi: Sudeste, 122; Nordeste, 8; Sul, 7; Centro-oeste, 6 e Norte, 1. Isso posto, é relevante ponderarmos que, apesar da predominância de participação por moradores da região Sudeste e da maior parte dos informantes assinalar que não acompanham os telejornais com frequência, as variadas características, como sexo/gênero e idade, demarcadas ao traçarmos o perfil sociodemográfico dos participantes, contribuem para que se amplie a compreensão dos significados sociais atribuídos não só ao fenômeno variável *nós/a gente*, mas também ao telejornalismo.

Apresentados os procedimentos metodológicos, partimos para os resultados e a discussão.

Resultados e discussão

A fim de analisarmos a percepção e a avaliação dos informantes acerca da forma inovadora na fala dos participantes do telejornal local *Bom Dia ES*, decidiu-se iniciar a discussão observando as concepções dos participantes sobre os áudios ouvidos. Posteriormente, buscamos compreender se eles perceberam o uso das variantes *nós* e *a gente* nos trechos retirados do telejornal, além de analisarmos a opinião dos participantes sobre o emprego da forma inovadora no contexto jornalístico.

Análise da percepção do público sobre os áudios do telejornal *Bom dia ES*

Nesta seção, analisamos trechos de áudio nos quais os falantes presentes no telejornal local *Bom Dia ES* utilizam os pronomes *nós* e/ou *a gente*, sendo: dois áudios de jornalistas, dois áudios de entrevistados e um áudio de uma participante convidada pela produção do telejornal. Além disso, selecionamos quatro áudios em que a forma inovadora *a gente* é utilizada e apenas um em que a forma canônica *nós* é empregada, objetivando verificar se os participantes identificam o uso frequente da expressão *a gente* ou se, conforme a hipótese inicial, a forma inovadora encontra-se abaixo do nível de consciência social, e, conseqüentemente, não sofrendo estigma e, por isso, não sendo percebida pelos falantes do PB.

Posto isto, para compreendermos as características que os participantes atribuem aos falantes que utilizam as variantes analisadas, selecionamos os adjetivos: *inteligente*, *extrovertido*, *seguro*, *gentil* e *formal* e estabelecemos uma escala linear pontuada de 1 a 6, sendo o ponto mínimo de concordância total e o ponto máximo de discordância total.

Além disso, pedimos para que os participantes atribuíssem profissões aos falantes, sendo elas: *jornalista*, *comerciante*, *corretor de seguros*, *dona de casa*, *economista*, *empreendedor*, *médico*, *motorista*, *policial* e *professor*, além da opção “outros”, caso os participantes tivessem a percepção de que os falantes fossem profissionais de áreas diferentes das alternativas disponíveis. A partir disso, foi apresentado o primeiro áudio, como descrito no quadro 1. Nesse trecho primeiro trecho, a falante estava sendo entrevistada no estúdio pelos âncoras do telejornal, trata-se de uma mulher, profissional da área do Direito que aparentava ter entre 35 e 40 anos de idade.

Quadro 1. Descrição do primeiro áudio do questionário “Como o público acha que os participantes do telejornal falam?”

A gente consegue colocar medidas alternativas pra quem de fato cabe essa medida, a gente consegue desinchar, e aí desinchando a gente consegue trabalhar cada vez mais...

Fonte: trecho retirado do telejornal *Bom dia ES*

Os 144 participantes do questionário caracterizavam a falante como inteligente, extrovertida e gentil. Em relação à segurança em sua fala, 42 participantes concordaram que a entrevistada passava segurança sobre o assunto abordado, representando uma porcentagem de 29,2%, entretanto 24 expuseram opiniões diferentes, discordando parcialmente, em 16,7%, que a falante passa segurança ao se comunicar. Sobre o nível de formalidade expresso pela falante, os resultados foram divergentes, pois 30 pessoas (20,8%) consideraram que a falante se aproximava da formalidade e 30 pessoas (20,8%) associaram a fala da mulher a uma linguagem mais informal.

Ao analisarmos a percepção sobre a profissão da entrevistada, contatou-se que 33,3% das pessoas acreditaram que se tratava de uma médica. Por outro lado, 33 informantes (22,9%) acharam que era uma jornalista e, apenas, 3 dos 144 participantes apontaram a alternativa advogada, profissão mais próxima da área do direito.

No segundo trecho, um repórter do sexo/gênero masculino faz uma aparição ao vivo no telejornal para informar a respeito de um acidente de trânsito ocorrido no município de Vila Velha.

Quadro 2. Descrição do segundo áudio do questionário “Como o público acha que os participantes do telejornal falam?”

A gente procurou também a prefeitura de Vila Velha... não tinha ninguém na hora que **a gente** chegou, perdão... **A gente** procurou a prefeitura de Vila Velha que disse que a guarda municipal não registrou essa ocorrência aqui.

Fonte: trecho retirado do jornal *Bom dia ES*

Os resultados para essa parte do questionário indicam que os participantes construíram uma imagem inteligente, extrovertida, gentil e segura do repórter. Acreditamos que os 50 participantes que julgaram o repórter como uma pessoa extrovertida, bem como os 66 que concordam que o profissional é seguro, consideraram que o repórter cometeu um erro de continuação, mas imediatamente corrigiu o erro e deu seguimento à informação transmitida. No que diz respeito ao grau de formalidade do falante, por meio dos resultados, foi verificado que o equívoco cometido durante a fala do repórter não afetou o julgamento do grau de formalidade, apresentando 84,7% de concordância quanto ao adjetivo “formal”. Ademais, por meio da fala do homem, houve um reconhecimento significativo de sua profissão, dos 144 participantes, 133 assinalaram a profissão de jornalista.

O terceiro áudio apresenta uma repórter do sexo/gênero feminino interagindo com uma médica em uma reportagem sobre os cuidados com consumo de álcool durante o período de isolamento social da pandemia de Covid-19.

Quadro 3. Descrição do terceiro áudio do questionário “Como o público acha que os participantes do telejornal falam?”

A gente sabe, né? Nesse momento, agora, de isolamento social que as pessoas estão mais tempo em casa, a tendência é a gente consumir o que a gente tem em casa.

Fonte: trecho retirado do jornal *Bom dia ES*

Sobre a repórter, os participantes do questionário idealizaram uma mulher bastante extrovertida (56,9%) e gentil (59%). É relevante pontuarmos, também, que 50 participantes julgaram a repórter como uma mulher segura, indicando porcentagem de 36,8%. No que concerne ao grau de formalidade, verificamos certa proximidade com a informalidade, dos 144 participantes, 55 concordaram parcialmente e 30 discordaram parcialmente que a falante apresenta um comportamento formal. Assim como no segundo trecho analisado, as pessoas que responderam o

formulário identificaram facilmente a profissão da falante, 61,1% deduziram que era uma jornalista.

No quarto áudio, selecionamos um entrevistado que favorece a variante *nós* com o intuito de compreender se os participantes do questionário perceberiam alguma diferença e julgariam o falante de modo oposto aos falantes do telejornal que priorizam o emprego da forma *a gente*. O entrevistado é um homem mais velho, além de ter sido convidado para falar de um assunto específico sobre finanças, área em que atua.

Quadro 4. Descrição do quarto áudio do questionário “Como o público acha que os participantes do telejornal falam?”

Nós estamos conversando diariamente sobre essas operações de créditos e nós tivemos uma explosão de pedidos de crédito.

Fonte: trecho retirado do jornal *Bom dia ES*

Ao ouvir o trecho, os participantes julgaram o falante como inteligente (60,4%) e seguro (57,6%), porém demonstraram dubiedade quanto à gentileza, indicando concordância parcial 36,1% e discordância parcial de 20,8%. Os participantes acreditam que a fala pertence a um indivíduo altamente formal, indicando porcentagem de 77% para o nível de formalidade do falante, impactando, assim, no julgamento da sociabilidade do falante ao demonstrar uma discordância de 57,6% acerca da característica “extrovertido”. Consideramos, além do uso da forma conservadora, que a entonação da voz do entrevistado e o tema abordado durante a fala manifestam um tom de seriedade, contribuindo para que as respostas do questionário resultem em maiores índices em relação ao aspecto formal e menores concordâncias quanto ao adjetivo extrovertido. Sobre a profissão, os participantes deduziram que o entrevistado trabalhava no setor financeiro, 98 dos 144 informantes acreditam que o falante é economista, enquanto 57 supõem que se trata de um corretor de seguros.

Ao contrário do quarto trecho, a última falante selecionada utiliza a expressão *a gente* repetidas vezes em um curto prazo de tempo, possibilitando compreender se o emprego da forma inovadora influencia o modo como o público avalia o nível de formalidade.

Quadro 5. Descrição do quinto áudio do questionário “Como o público acha que os participantes do telejornal falam?”

A **gente** não tem nenhum fim lucrativo... é mesmo **pra gente** se ajudar nesse momento, e... **a gente** só espera que **a gente** consiga passar junto por isso daí.

Fonte: trecho retirado do jornal *Bom dia ES*

A partir dos adjetivos fornecidos pelo questionário, os participantes construíram a imagem de uma mulher sociável, apresentando 54,8% de concordância com a característica extrovertida, além de ser interpretada como uma pessoa gentil (57,6%) e inteligente (59,7%). Os resultados apresentam, também, oscilação quanto à percepção da segurança na fala da mulher, 47 indivíduos concordaram parcialmente que a falante passa segurança, enquanto 34 informantes discordaram totalmente. Em relação ao nível de formalidade, como esperado, verificamos que 50% dos participantes acreditam que a falante se aproxima da informalidade. Ao avaliar a ocupação da falante, os informantes constataram que se tratava de uma comerciante ou empreendedora, revelando uma frequência de 43,1% e 40,3%. É relevante salientarmos que 5 participantes acreditaram que a falante atuava como voluntária em ONGs, entende-se que essa conclusão se deu pelo caráter colaborativo presente na fala da participante do telejornal.

Qual a opinião do público sobre o emprego do pronome *a gente* no meio jornalístico?

Com a pergunta aberta “Qual a sua opinião sobre o uso do pronome “a gente” no meio jornalístico?”, buscamos observar o ponto de vista do falante em relação à variação na expressão de primeira pessoa do plural na mídia televisiva, além de situar os participantes sobre o fenômeno variável em análise. Para analisarmos os resultados, organizamos as respostas em dois grupos: i) nuvem de palavras com palavras/expressões destacadas; 2) frases/comentários.

Após organizarmos as palavras, com o objetivo de exibir uma representação visual das informações coletadas, elaboramos uma nuvem de palavras. A proposta da nuvem de palavras é expor os vocábulos apresentados nas respostas dos participantes do questionário. Segundo Tesch (2022, p. 226), “a imagem gerada é composta por palavras e expressões citadas na qual o tamanho indica sua frequência (quanto maior a palavra mais frequente o seu uso e quanto menor, menos frequente)”.

Figura 1. Nuvem de palavras formulada a partir das respostas à questão *Qual a sua opinião sobre o uso do pronome ‘a gente’ no meio jornalístico?* do questionário *Como o público acha que os participantes do telejornal falam?*



Fonte: elaboração própria

Como observado na Figura 1, há uma diversidade de opiniões acerca do uso da forma inovadora no meio jornalístico. Apesar de comentários como “muito informal”, “informalidade”, “não acho legal” e “*a gente* soa meio estranho pra quem ouve”, muitos participantes entendem que o emprego do pronome *a gente* realmente aproxima os jornalistas da informalidade (exemplos 01 e 02). Porém, ao mencionarem as palavras “inclusivo”, “agregador” e “estratégia”, acreditam que a forma inovadora é uma estratégia para que os noticiários se aproximem do público (exemplo 03). Além disso, termos como “normal”, “aceitável”, “tanto faz” e “válido” comprovam que a alternância pronominal entre *nós* e *a gente* está em processo de estabilidade ou mudança em curso, demonstrando que alguns falantes avaliam a forma inovadora com certa imparcialidade.

1. Informal, porém a população de modo geral se sente próxima do jornalista. Uma linguagem mais próxima da que a população usa diariamente e informalmente.
2. Mais informal, mas gosto de um equilíbrio entre formal e informal quando é para se aproximar do público.
3. Eu acho incrivelmente inclusivo. [...] Na minha opinião, essa forma de tratar o telespectador como alguém próximo é essencial pra tornar a notícia acessível. Não adianta nada falar rebuscado e não se fazer entender.
4. Não tenho uma opinião formada quanto a isso, mas a principio acho que ‘*a gente*’ é um pronome bem informal, de repente a intenção deles seja justamente essa.

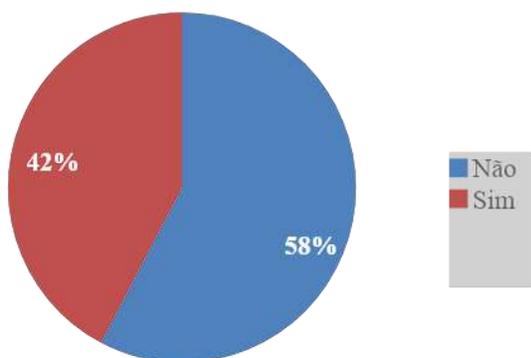
Ao observarmos os comentários mais longos desenvolvidos pelos participantes do questionário, como exposto acima, verificamos que o público compreende o uso da forma inovadora como um método traçado pelas emissoras de televisão para aproximar os âncoras e repórteres dos telespectadores, por meio de uma linguagem considerada, pelos participantes do formulário, simples e direta. Percebemos, também, que a maior parte das respostas que apontam o caráter informal do pronome *a gente* não

foram feitas como uma crítica negativa, dado que as pessoas buscam ressaltar a informalidade presente nos telejornais como um modo de acolher o público (exemplo 4).

Afinal, o público percebe a diferença entre o emprego dos pronomes *nós* e *a gente*?

Com a questão “Você percebeu a diferença entre o uso de *nós* e *a gente* nos áudios que ouviu? Se puder, fale um pouco mais sobre”, procuramos instigar os participantes do formulário a explicar as ações que os levaram a perceber a variação na expressão de primeira pessoa do plural nos áudios reproduzidos. Contudo, prevaleceram as respostas sem justificativa, as quais os participantes respondiam apenas “sim” ou “não”.

Gráfico 1. Percepção das variantes *nós* e *a gente* nos áudios do questionário *Como o público acha que os participantes do telejornal falam?*



Fonte: elaboração própria

Apesar de não apresentar um percentual muito grande de diferença, uma frequência maior de ouvintes afirmou não perceber o uso da expressão *nós* e *a gente* nos áudios extraídos do telejornal local *Bom Dia ES*.

Ao considerarmos os resultados de pesquisas de produção que analisaram a variação na expressão de primeira pessoa do plural,

podemos traçar algumas considerações interessantes. Por exemplo, ao analisar a fala na cidade de Vitória, Mendonça (2012) constatou que os falantes da capital capixaba favorecem a forma *a gente* em 70,8%. Batista (2021) e Santos (2021), ao analisarem o fenômeno variável nos telejornais locais do Espírito Santo, também constataram o favorecimento da forma inovadora em 61,3% e 57,2%, respectivamente. Assim, ao analisarmos as respostas dos participantes do teste de percepção e avaliação, observamos que os respondentes demonstram uma percepção menor do uso da expressão *a gente*, como apresentado abaixo nas transcrições de respostas extraídas da questão “Você percebeu a diferença entre o uso de ‘nós’ e ‘a gente’ nos áudios que ouviu? Se puder, fale um pouco mais sobre”.

5. Não percebi, pois o uso de ‘a gente’ é comum no estado do Espírito Santo mesmo em situações formais, no contexto oral.
6. Não notei. Agora que li achei interessante a observação.
7. Não percebi. Apenas no último áudio notei que a falante usou ‘a gente’ repetidas vezes.

Ademais, ao realizarmos a análise das respostas que apresentavam justificativa, como descrito nos exemplos 8 a 10, observamos que os participantes pontuaram em demasia o emprego do pronome *nós* no quarto áudio.

8. Não notei muito, mas senti que ficou mais evidente o uso do ‘nós’ nas situações que julguei mais formais enquanto o ‘a gente’ era mais presente nas informais.
9. Sim, na minha percepção o uso do “nós” foram de pessoas mais sérias e que usam a forma formal por causa da profissão que exercem. O uso do “a gente” mesmo seria para alcançar o público que faz parte daquele cotidiano.
10. Sim, a diferença no uso de ‘nós’ e ‘a gente’ interfere diretamente no grau de formalidade utilizado pelo interlocutor para se comunicar com sua audiência e o contexto a que essa fala se refere.

Por meio da percepção dos informantes, constatou-se que o quarto falante aparenta ser uma pessoa que opta por um discurso mais próximo do formal, além de demonstrar maior seriedade, autoridade e prestígio social. Em contrapartida, alguns participantes ressaltaram que perceberam o fenômeno variável em questão ao escutarem o último áudio, pois a falante utilizou a expressão *a gente* repetidamente durante a fala, nesse caso, os participantes atribuíram as características como informal e simpática para a falante.

Considerações finais

Ao observarmos como os falantes brasileiros percebem e avaliam a variação entre *nós* e *a gente* no telejornalismo, ratificamos as hipóteses inicialmente propostas. Os resultados obtidos revelam que 57,7% dos participantes do questionário não perceberam o emprego da expressão *a gente* na fala dos indivíduos dos áudios, evidenciando o processo de estabilidade e, possivelmente, mudança em progresso da forma *a gente* no PB.

Confirmamos, também, que os participantes associam o telejornalismo a um ambiente formal, dado que as respostas apontam que a alternância pronominal entre *nós* e *a gente* interfere diretamente no grau de formalidade manifestado pelo falante, sendo a forma conservadora *nós* considerada mais próxima do formal.

É relevante ressaltarmos que, embora a expressão *a gente* não sofra estigma no cotidiano, alguns participantes atribuíram características negativas à forma inovadora, como os adjetivos feio, estranho e errado (cf. Figura 1). No entanto, a maioria dos participantes acredita que o uso da expressão *a gente* no ambiente telejornalístico é uma estratégia dos grupos de televisão nacionais para alcançar mais facilmente o público, pois, além de contribuir para o entendimento das mensagens transmitidas, passa uma imagem mais simpática dos jornalistas.

Com os resultados analisados, notamos que os participantes do questionário atestam o impacto dos telejornais no cotidiano brasileiro. Ao observarmos as críticas e elogios realizados sobre o emprego da forma *a gente* nas falas dos áudios extraídos do *Bom Dia ES*, compreendemos que, ainda hoje, o público considera o jornalismo como uma fonte de tendências e comportamentos linguísticos.

Referências

- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BATISTA, R. A. A variação na expressão de primeira pessoa do plural telejornalismo local: o caso do Bom Dia ES. **Anais da Jornada de Iniciação Científica da UFES**, v. 12, Vitória: PRPPG, 2021.
- CAMPBELL-KIBLER, K. The effect of speaker information on Attitudes toward (ing). **Journal of Language and Social Psychology**, v. 29, n. 2, p. 241-223, 2010.
- CAMPOS, P. C. **Introdução ao telejornalismo**. Observatório da Imprensa, 20 mai. 2003.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CHAN, K. L. R. **Verbal guise test: Problems and solutions**. Academia Letters, 2021.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed., reimpr. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIAS, K. R. da S. **ESTV 1ª edição, é a gente com você: análise sociolinguística da variação pronominal de primeira pessoa do plural em jornal televisionado**. 2021. 90 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.
- FOEGER, C. C. **A primeira pessoa do plural no português falado em Santa Leopoldina/ES**. 2014. 166 p. Dissertação (Mestrado em

- Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- FREITAG, R. M. K.; LIMA, G. de O. S. **Sociolinguística**. São Cristóvão, SE: CESAD, 2010.
- FREITAG, R. M. K.; SANTOS, A. de O. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. In: LOPES, N. S.; ARAÚJO, S. S. F.; FREITAG, R. M. K. (orgs.). **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, p. 109-122, 2016.
- FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; ROST-SNICHELOTTO, C. A.; TAVARES, M. A. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do Sul e do Nordeste. **Todas as Letras**, v. 18, n. 2, p. 64-84, 2016.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, [1972] 2008.
- LADEGAARD, H. J. Language attitudes and sociolinguistic behaviour: Exploring attitude-behaviour relations in language. **Journal of Sociolinguistics**, v. 4, n. 2, p. 214-233, 2000.
- LAMBERT, W. E.; HODGSON, R. C.; GARDNER, R. C.; FILLENBAUM, S. Evaluational reactions to spoken languages. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 60, n. 1, p. 44-51, 1960.
- LOPES, C. R. dos S. De gente para a gente: o século XIX como fase de transição. In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). **Para a História do Português Brasileiro – Novos Estudos**. São Paulo: Humanitas /FLP/USP, 2002, p. 25-46.
- MATA, J. A. P. **Um telejornal pra chamar de seu: identidade, representação e inserção popular no telejornalismo local**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- MELLO, J. N. **Telejornalismo no Brasil**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, Faculdade Santa Amélia (SECAL), 11 p., 2009.
- MENDONÇA, A. K. de. Nós e a gente na cidade de Vitória: análise da fala capixaba. **PERcursos Linguísticos**, Vitória, v. 2, n. 4, p. 1-18, 2012.
- OLIVEIRA FILHO, J. T. Telejornalismo Local e Regional no Brasil: Notas de Uma Reflexão Histórica. In: XXIV Congresso de Ciências

da Comunicação na Região Sudeste, 24., 2019, Vitória. **Anais...** Vitória: Intercom, 2019. 15 p.

OMENA, N. P. de. Referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, M. da C. de; DUARTE, E. L. (Orgs). **Mudança em tempo real**. Rio de Janeiro: Capa Livraria, 2003, p. 63-80.

PERUZZO, C. N. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Revista Comunicação & Sociedade**, UMESP, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

PINTO, L. G.; BERLINCK, R. A. "O que que nós vamo falá?": Significados sociais na variação/mudança da expressão de 1ª pessoa plural em duas comunidades rurbanas mineiras. **Organon**, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 36-58, 2022.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X - A variable rule application for Macintosh and Windows**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics and Statistics, 2005.

SANTOS, T. C. Variação da primeira pessoa do plural nós e a gente no telejornal Balanço Geral/ES: novas variáveis. **Anais da Jornada de Iniciação Científica da UFES**, v. 12, Vitória: PRPPG, 2021.

TEMER, A. C. R. P. Telejornalismo local: um estudo comparativo de quatro telejornais. **IX Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJOR)**, Goiânia, 15 p., nov. 2019.

TESCH, L. M. O sotaque capixaba: um estudo de percepção. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 16, n. 34, p. 225-242, 2022.

TESCH, L. M.; YACOVENCO, L. C.; SCHERRE, M. M. P. Variação e mudança na fala e na escrita: caminhos e fronteiras. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 8, n. 10.1, p. 87-106, 2014.

VOLPATO, M. de O. TV Regional, configurações e limitações: a TV TEM. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 11., 2009, Brasília. **Anais...** Brasília: Intercom, 2009. 14 p.

ZILLES, A. M. S. O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de a gente? **Letras De Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 27-44, junho, 2007.

**Os vícios de pronúncia: prescrições para a família senhorial
sobre os perigos de africanização da Língua Portuguesa
(1856-1858)**

Carlos Eugênio Soares de Lemos
Sérgio Arruda de Moura
Thiago Eugênio Lorêdo Bêta

Introdução

A história da implantação da língua portuguesa no Brasil foi um processo longo, autoritário e complexo, marcado pelas violências/apagamentos contra as línguas dos índios, dos negros africanos e pela interação das línguas desses grupos colonizados com a língua dos grupos dominantes (de colonizadores e colonos). Os pesquisadores destacam que, por diversas razões, diferente do que ocorreu em Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, esse contato linguístico não provocou a crioulação do português, isto é, o surgimento (com continuidade) de uma modalidade distinta da língua do colonizador e do colonizado, muito embora, “não se pode pensar seriamente que a língua portuguesa não foi diretamente afetada pelo contato do português com as línguas africanas de uma forma bem ampla e representativa” (Lucchesi, Baxter, Ribeiro, 2009, p. 28).

Em razão da grande importância da população negra na formação sócio-histórica-cultural brasileira, consideramos as modificações que, para além das marcas lexicais, as línguas africanas exerceram sobre a língua portuguesa, resultando, posteriormente, no português brasileiro, “uma língua diferente do português europeu, decerto muito aparentada, mas já suficientemente distinta em seu próprio sistema sintático e, por

consequente, semântico e discursivo” (Bagno, 2016, p. 30). E, como propõe a historiadora, filósofa e ativista Lélia Gonzales (1988), destacamos também a ressignificação do termo pejorativo “pretuguês” na emergência dessa variante “que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...] o caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo” (Gonzales, 1988, p.70).

Como veremos no desenvolvimento desta reflexão, a partir da ideologia da racialização, os colonizadores/colonos levaram a cabo um danoso processo de desumanização e objetificação do índio e do negro. Podemos considerar que, desde o século XVI, na América portuguesa, numa relação determinista entre raça, língua, conhecimento e humanidade, as tentativas de silenciamento/apagamento da língua dos colonizados se inscrevem no que a filósofa Gabriele Veronelli (2021), baseada na noção de colonialidade do poder, do sociólogo Aníbal Quijano (2005)¹, denomina colonialidade da linguagem:

É um aspecto do processo de desumanização das populações colonizadas-colonializadas através da racialização. O problema que a colonialidade da linguagem propõe é a relação entre raça/linguagem. Uma vez que a racialização é inseparável da apropriação e redução eurocêntricas do universo das populações colonizadas, a relação raça/linguagem é praticada dentro de uma filosofia, ideologia e política eurocêntricas que incluem uma política linguística. Desde seu interior, o imenso aparato epistêmico-ideológico da modernidade permite que a imaginação colonial pressuponha os colonizados como seres menos que-humanos, expressiva e linguisticamente (Veronelli, 2021, p.91-92).

No ano de 1850, a Lei Euzébio de Queirós, a do fim do tráfico de escravos, foi um desses momentos emblemáticos em que a

¹ Para o autor, o eurocentrismo, enquanto uma espécie de racionalização específica, promoveu a classificação sociocultural do ser humano utilizando a raça como uma categoria de distinção, uma expressão da dominação colonial e que, ainda hoje, serve de referência para a distribuição do poder no mundo global.

ideologia da racialização linguística esteve em evidência nos debates sobre as implicações da presença maciça de negros no conjunto da população brasileira. Na *boa sociedade* de Campos dos Goytacazes, uma das mais ricas cidades do norte da Província do Rio de Janeiro, esse processo não foi diferente. Nos anos de 1856/1858, uma série de dez artigos intitulados *Vícios de pronúncia*, escritos por um autor anônimo, veiculados pelo *Monitor Campista*, periódico de posição favorável aos interesses da classe senhorial e da elite política², reafirmava a ideia da supremacia do português de Camões, aos moldes do que ensinavam os mestres da gramática no Brasil e em Portugal.

O discurso, destinado às famílias senhoriais, apontava como erros as apropriações que os negros escravizados faziam da língua, prescrevia uma série de procedimentos contra aquilo que os empreendedores da norma linguística culta/oficial, a variante padrão, entendiam como os *barbarismos* de linguagem praticados pelos cativos e, mais especificamente, pelas mulheres negras escravizadas. Não raro, elas eram as responsáveis pelo trabalho pesado na criação dos filhos de seus proprietários, na mesma medida em que eram recriminadas:

Ora, só nesse tempo (que se chama) de barbaridade já se levava a tanto apuro a pronúncia dos meninos; como é que nós hoje, nos séculos das luzes (apagadas), vamos buscar PRETAS AFRICANAS TÃO BRUTAS (!!!) PARA SEREM AMAS DE NOSSOS FILHOS, quando elas mesmas não sabem dizer uma só palavra certa?! Amélia, os homens occupão-se da instrução de nossos filhos; mas é às mulheres que toca o cuidado da sua educação³.

² Trata-se de uma elite econômica que, no período em questão, também é a elite política local e regional, na medida em que ocupava ou era representada pelos seus aliados em cargos estratégicos na estrutura do Estado: vereadores, delegados, subdelegados, procuradores, juizes, fiscais, participante de corporações militares etc.

³ Para todas as citações dos documentos do século XIX, farei a indicação em nota de rodapé e mantereí a grafia original. ADELAIDE (pseudônimo). Variedades - Educação de Amélia ou Cartas de Adelaide IV. Periódico dos Pobres, Rio de

Como uma prática ideológica de não reconhecimento da humanidade do negro para justificar a exploração colonial, o processo de racialização linguística também funcionou como um mecanismo de desqualificação da variante popular da língua portuguesa. Na realidade, chegados a essa nova terra em dolorosas condições, os negros escravizados foram submetidos à língua oficial dos colonizadores. Para Lucchesi e Baxter (2009), esse contato produzirá uma variação que, possivelmente, será repassada como referência de língua materna para as gerações seguintes, processo designado de transmissão linguística irregular:

As variedades de segunda língua que se formam nessas condições, mais ou menos defectivas consoante as especificidades de cada contexto histórico, acabam por fornecer os modelos para aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009, p. 101).

No desenvolvimento dessa nossa reflexão, tendo por parâmetro a nova historiografia da escravidão (Palermo, 2017; Secreto, 2016), entendemos os negros escravizados como sujeitos nos processos históricos. São homens e mulheres capazes de elaborar e reelaborar os significados de suas experiências sociais, de buscarem estratégias de sobrevivência, por mais que se deparassem com os limites estruturais de sua condição – que não eram poucos. Muito embora os registros de suas falas nos cheguem a partir dos discursos discriminatórios do ideário da elite senhorial, é a partir desses fragmentos e da triangulação entre as fontes - bibliografia de época, relatórios oficiais, periódicos, anuários, relatos de viajantes e trabalhos de outros pesquisadores que inferimos sobre as lutas e resistências dos negros nas disputas linguísticas/simbólicas de então.

Janeiro, 07 de novembro de 1850, n.83. Disponível in: <https://bndigital.bn.gov.br/> Consultado em 10 de out. 2023.

Em termos metodológicos, apoiados na análise materialista do discurso, tendo como corpus algumas sequências discursivas dos dez tópicos sobre os vícios de pronúncia, problematizamos as formações imaginárias mobilizadas pelos discursos da racialização linguística que, como bem propõe Pêcheux (1997, p.82), essas formações nos permitem rastrear “o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” a partir de uma formação discursiva patriarcal escravista. Assim, caracterizamos a avaliação social/cultural que o periódico em questão, representante do ideário letrado da classe senhorial⁴, fazia da língua falada pelos negros, da relação entre aquilo que a boa sociedade ilustrada entendia ser o falar correto e os vícios de pronúncia, a variante padrão, em oposição ao africanismo, a variante considerada de baixo valor social, resultante da apropriação que os negros faziam da língua oficial de então.

Para evitar os anacronismos, não podemos exigir que homens e mulheres do século XIX reflitam a partir de imagens, crenças, ideias e visões resultantes dos estudos linguísticos que passaram a vigorar e a fazer sentido décadas e/ou mesmo um século depois. No entanto, nada impede que analisemos como o discurso em defesa da variante padrão, sustentado por uma elite identificada com o modelo europeu de modernidade e civilização, funcionou dentro de uma estratégia em que, simultaneamente, promovia a racialização da língua dos negros escravizados e combatia a variação da língua em sua vertente popular.

A dimensão dialógica/materialista das fontes históricas

Os registros, indícios, vestígios que as sociedades humanas deixam no decorrer dos processos históricos são sempre frutos de

⁴ Ideário no sentido de “reunião dos desejos, das aspirações, metas, objetivos e programas que fazer parte de uma ação, organização ou agremiação”. Disponível in: <https://www.dicio.com.br/ideario/> Consultado em 10 de out. 2023.

relações dialógicas. Não há nada que escape da dimensão social da experiência humana. Se apanharmos como exemplo a língua viva, veremos que, segundo Bakhtin (1997), ela tem a propriedade de ser dialógica e, em função da existência dessa propriedade, problematizamos sobre a presença da palavra dos outros (indivíduos, grupos e classes) naquilo que dizemos e vice-versa, seja em forma de concordância, discordância, conflito, negação, colaboração etc. Nesses termos, “a relação dialógica é uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal” (Bakhtin, 1997, p. 345). Portanto, não se confundindo com a frase (uma unidade da língua sem destinatário), o enunciado é um elo no fluxo da comunicação verbal (com remetente e destinatário), se relacionando com enunciados anteriores e posteriores, entre o já dito e o devir – ou seja, a réplica de um diálogo sempre em curso:

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge nesse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto. (Bakhtin, 2002, p. 86)

Nessa réplica de um diálogo sempre em curso, imerso na dimensão semiótica da vida social, o sujeito se encontra condicionado pelas formações ideológicas/discursivas que lhes servem de referência. Para Pêcheux, Haroche e Henry (2007, p. 26) a formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito” numa conjuntura, visto que “as palavras mudam de sentido” quando interpretadas a partir de diferentes posições do sujeito nas formações. Pêcheux (1997) discorre sobre a “reduplicação da identificação” do sujeito como um processo em que, interpelado pela ideologia, o indivíduo se constitui em sujeito do seu discurso, pois sustenta a crença de ser a origem do seu dizer e se esquece

dessa identificação com o sujeito universal de uma formação ideológica/discursiva específica – como a escravista, por exemplo. Desse modo, ele toma o seu “eu - ego” dentro de uma realidade social que funciona como ordem natural, como se ambos, ele e a realidade social, estivessem desvinculados das injunções que o peso da experiência histórica produz sobre o imaginário de todos:

Em termos discursivos, há um apagamento (necessário) para o sujeito desse processo do significante que o constituiu na interpelação ideológica e na identificação a uma formação discursiva. O sujeito não se percebe preso em uma rede de linguagem, rede essa que o constituiu como sujeito antes de mais nada. O sujeito “sofre” os efeitos da interpelação-identificação ficando preso às evidências constituídas na própria linguagem: julga-se fonte dos próprios pensamentos, origem do próprio dizer, julga-se capaz de dominar o seu dizer, julga-se livre para dizer o que quiser etc. (Mariani, 2003, p. 67).

Desse modo, em função dos corpus discursivos recortados/selecionados das fontes históricas, considerando-se as condições de produção do discurso, melhor dizendo, do vínculo entre as circunstâncias imediatas do sujeito e a realidade sócio-histórica (Pêcheux, 1997), mobilizamos os conceitos de formação discursiva e formações imaginárias para explicitarmos as relações de poder, haja vista que como o sentido do dizer se inscreve numa formação discursiva, não estamos lidando com o sujeito empírico, de carne e osso, mas com as imagens dele projetadas no discurso. E são essas imagens que, como propõe Pêcheux/Orlandi, nos permitem rastrear e “passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos nos discursos” (Orlandi, 2005, p. 40). E, nesses termos, as fontes históricas carregam os vestígios de diferentes formações discursivas.

Os periódicos oitocentistas são um importante registro para a problematização das ideologias, na medida em que, na dimensão dialógica dos seus discursos, nos possibilitam o acesso a visões de mundo de diferentes grupos sociais. Para Bakhtin, “o domínio do

ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico*" (Bakhtin, 1999, p. 32). Não é possível estar na língua e, ao mesmo tempo, estar fora da ideologia. Portanto, a ideologia é representada no signo, no enunciado, no discurso, de modo "que o efeito de sentido discursivamente construído produza a ilusão de sentido único" (Indursky, 1997, p. 20-21).

Em meio a diferentes gêneros textuais/discursivos, os artigos dos vícios de pronúncia foram publicados na seção de Comunicados do periódico *O Monitor Campista*, coluna aberta aos assinantes e leitores, de caráter mais argumentativo e de debates sobre temas como educação, política, ciência e civilização. As opiniões eram de responsabilidade do autor, que podia se manter anônimo – e, na maioria das vezes, ele se mantinha. Para a nossa análise não faz grande diferença o anonimato, na medida em que não estamos lidando com o sujeito empírico/particular, mas sim com o sujeito discursivo/social:

Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (Orlandi, 2005, p. 50).

No caso aqui retratado, a partir do olhar da elite senhorial letrada, em que pese o seu monopólio da fala, podemos também tentar, numa escala menor e, talvez, com certa precisão, fazer inferências sobre as condições, sensibilidades e representações das demais classes sociais – como a dos escravizados, por exemplo. De todo modo, a nossa inferência maior é sobre aqueles que têm o monopólio da fala, até porque, dentro de uma sociedade não letrada, o enquadramento do mundo nas páginas dos jornais segue um esquema ideológico em que a palavra dos donos do poder tem primazia. Esse itinerário diz tanto sobre quem fala (representantes

da boa sociedade) quanto sobre quem é falado (os negros escravizados).

O contexto de uma sociedade não letrada

Ao longo da década de cinquenta do século XIX, a cidade de Campos dos Goytacazes, produtora de açúcar e aguardente, esteve entre os cinco maiores orçamentos da Província do Rio De Janeiro. Para o ano de 1857, estava previsto um orçamento de vinte e um contos e novecentos e vinte e dois mil réis, o maior da província⁵. Era uma cidade com população de maioria negra, mas que, no discurso oficial, se apresentava como branca; de maioria sem instrução, mas que se orgulhava de ser civilizada aos moldes eurocêntricos; de maioria escravizada e pobre, mas se via como rica e luxuosa; se referendava como cristã, mas era uma sociedade que tratava os negros escravizados com requintes de crueldade (Lemos, 2018).

Na ocasião, segundo o relatório do presidente de província de 1851, a cidade possuía uma população de 69.222 pessoas, entre as quais 31.475 eram livres (45,46%) e 37.747 (54,54%) eram escravos. Dos livres, 19.328 eram brancos, 1.323 indígenas, 8.503 pardos, 2.319 pretos. Dos escravos, 3.949 eram pardos e 33.798 pretos⁶. Importante destacar que do total da população, aproximadamente, 28% eram brancos, 18% pardos e 54% pretos. Esses dados estão próximos dos encontrados no mapa estatístico elaborado pelo escrivão da coletoria geral, o Sr. Francisco Xavier de Souza Nery,

⁵ Aprovação dos orçamentos das cidades na Sessão de 3 de outubro de 1856. In: Monitor Campista em 21 out. 1856, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

⁶ Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, João Pereira Darrigue Faro. Província do Rio de Janeiro, 1851. Disponível in: <https://www.edu/services/digital-services/digital-delivery> Consultado em 15 de out. 2023. Trata-se de um levantamento demográfico impreciso e incompleto, contudo, se mostra interessante porque essas representações pareceram razoáveis para os leitores.. Os dados podem variar, pois alguns números não estavam legíveis nos mapas, o que me levou a inferir sobre alguns deles. As nomenclaturas foram mantidas como se encontravam no mapa: brancos, indígenas, pardos e pretos.

que chegou a um total de 73.669 almas a partir da contagem e análise de 6960 listas de família no ano de 1856⁷.

Pelo mapa de matriculados nas escolas públicas primárias em 1859, o município contava com onze professores em onze escolas públicas distribuídas por cinco de suas sete freguesias e um curato, recebendo meninos e meninas de seis a quinze anos, num total de quinhentos e sessenta e cinco alunos assistidos⁸. No entanto, além de considerarmos esses dados sobrestimados para a frequência dos alunos matriculados, não estão especificadas a raça, cor das crianças e a alta taxa de evasão, considerando-se que as crianças e jovens pobres ajudavam os pais no trabalho. A legislação de 1837 proibia a presença de negros escravizados e forros na instrução pública, o que não significa que alguns não pudessem frequentar a escola pública, muito embora não tenhamos encontrado indícios como encontramos para as escolas particulares na região. Ao longo do século XIX, identificamos algumas fontes que apontam para o número reduzido de alunos concluintes do curso de primeiras letras e, como já foi dito antes, era grande o número de alunos evadidos.

Os vícios da pronúncia

Dividido em dez tópicos, o artigo *Vícios de pronúncia* foi publicado no *Monitor Campista* ao longo dos anos de 1856 e de 1858, com interrupção em 1857. A primeira parte (I) saiu na edição de n. 43, do dia 15 de abril de 1856, e a última parte (X) saiu na edição de n. 83, de 31 de julho de 1858. Nas edições seguintes a desta última

⁷ Monitor Campista, 19-06-1858, n.67, ano XXI, Notícias Diversas, página 2. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

⁸ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Ignacio Francisco Silveira da Motta. Província do Rio de Janeiro, 1859. Disponível in: <https://www.crl.edu/services/digital-services/digital-delivery>. Consultado em 15 de out. 2023. Os dados podem variar pois alguns números não estavam legíveis nos mapas, o que me levou a inferir sobre alguns deles.

não apareceu mais a continuação. Assim, não foi possível descobrir o nome do verdadeiro autor, muito embora, na leitura dos textos, fique patente que se trata de um letrado local, com grande conhecimento de gramática nacional, podendo mesmo ser o redator do jornal. De qualquer modo, o fato de ser publicado, e pelo razoável tempo em que o foi, aponta para a posição do sujeito do discurso, o perfil dos interlocutores a quem estava destinado, a boa sociedade de leitores do jornal, quer dizer, os seus assinantes.

No primeiro tópico do artigo, o autor, se inscrevendo na cadeia enunciativa de um de seus mestres, abre com uma epígrafe do livro *Mentor da mocidade ou Cartas sobre educação*, de Manuel Borges Carneiro (1844). Esse intelectual português havia sido um importante jurista, político liberal que se destacou na Revolução de 1820 e, mais tarde, em 1833, viria a morrer de cólera *morbis* na prisão, na Torre de São Julião Batista, onde escreveu esse livro destinado ao aperfeiçoamento moral (própria da cultura do coração) e intelectual (da cultura do entendimento) da juventude. Entre as disciplinas que concorriam para esse aperfeiçoamento completo, o domínio da língua, na pronúncia e na escrita, tinha um papel fundamental:

A instrução deve antes de tudo compreender o perfeito conhecimento da língua nacional, que se contém na Grammatica; naquela nobre e engenhosa arte que nos ensina a exprimir por palavras os nossos pensamentos ou sentimentos, quer falando quer escrevendo. Chamo-lhe arte nobre, porque, (...) é o falar o que mais distingue o homem dos animais inferiores (Carneiro, 1844, p. 08).

Na toada desse raciocínio prescritivo, já no primeiro parágrafo, o autor saúda a Lei Eusébio de Queiroz (1850), a do fim do tráfico de escravos, como um ato político de bom senso, principalmente por levantar entre o Brasil e África uma barreira intransponível da qual dependia o progresso futuro da sociedade nacional. No que diz respeito às contribuições das três raças para a língua brasileira, ele acreditava ser o fim do tráfico de escravos uma

boa oportunidade para afastar da pronúncia dos brasileiros os barbarismos e africanismos, elementos responsáveis por desnaturarem a linguagem ensinada pelos sublimes mestres de gramática do português. No entanto, dentro da onda romântica da época, ele comenta a contribuição que os índios trouxeram para o idioma pátrio, sendo importante algumas de suas expressões figurarem no dicionário da língua vernácula. Por fim, o autor lista o que ele entende ser uma série de barbarismos gramaticais cometidos pelos escravizados ao se apropriarem da língua portuguesa⁹, problemas como:

a) O uso da concordância fora da norma: “Porém essa insofrível sintaxe de desconcordância – *os meninos fez*, em lugar de – *os meninos fizeram*”.

b) A troca ou supressão de letras: “Essas bárbaras antíteses – *farta* em vez de *falta*”; “Essas intoleráveis síncopes – *caxa, caxero, caxão*, em vez de *caixa, caixeiro, caixão*, e- *paxão*, em vez de *paixão*”.

c) A supressão de um ou mais fonemas ao final de uma palavra: “Essas inadmissíveis apocopes *córrédó, jantá, dómi, cómê*, em vez de – *corredor, jantar, dormir, comer*”.

d) A emissão das palavras em desacordo com a sílaba tônica: “Essa dissonora prosódia – *pé d’ação, pécado, pé çonha, és pada, és peto, és cova, és tola*, em vez de – *pedaço, pecado, peçonha, espada, espeto, escova, estola – eu u vi*, em vez de – *eu o vi*”.

e) A supressão de letras produzindo sons desagradáveis: “Essa ineufônica, ou antes, cacofônica comida de consoantes finais, principalmente quando essas consoantes finais se devem ligar com a vogal por que começa a palavra seguinte – *Manué Antônio, as rósa amarela, cantá áto*, em vez de – *Manue-l Antônio, as rosas (z) amarelas, cantar-r alto*”.

⁹ Da letra A a I, fiz um breve resumo dos enunciados com as principais críticas feitas aos vícios de pronúncia dos negros escravizados/ Monitor Campista, 15 abr. 1856, p. 03, n. 43, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

f) O uso inadequado dos tempos verbais: “Essa troca do conjuntivo pelo pretérito perfeito dos verbos – *jantemos, andemos, brinquemos*, em vez de – *jantamos, andamos, brincamos*”

g) A supressão do artigo ou da preposição, embaralhando a relação entre os termos de uma oração: “Essa insuportável supressão do artigo ou preposição – a – ou mesmo da letra – a – quando a palavra seguinte começa por essa vogal, pondo-se por isso em nominativo o que está em dativo ou em acusativo, principalmente quando a oração é regida pelo verbo *ir*, que no pretérito perfeito do indicativo se confunde com verbo auxiliar – *ser* – *dando a bomba*, em vez de – *dando à bomba*, – *dando os queixos*, em vez de – *dando aos queixos* (que significa estar a comer) – *dando a língua*, em vez de – *dando à língua*, – *eu fui a ponte*, em vez de – *eu fui à ponte*, – *não podia tingir a casa*, em vez de – *não podia atingir a casa*, etc.”.

h) A troca do objeto indireto pelo adjunto adverbial: “Essa insofrível troca de preposições, pondo-se isso em ablativo o que estava em acusativo – *foi na cidade, fomos na missa*, em vez de – *foi à cidade, fomos à missa*”.

i) Na inadequada colocação pronominal: “Essa inaudível deslocação dos pronomes – *me, te, se* –, que também não deixa de ser causa de bastantes calambures – *Jácabouse*, em vez de – *já se acabou*, – *disse-se-o*, em vez de – *disseram-no*”.

Ao finalizar a lista, o autor afirma que a extinção das línguas africanas levará consigo todos esses perigosos barbarismos. No entanto, persistirão alguns inofensivos erros provincianos e vícios de pronúncia. Para combatê-los, propõe algumas ações corretivas, dentre elas, eliminar a influência nefasta dos escravizados domésticos sobre a educação das crianças.

Quem deve ensinar os filhos a falarem são os pais e, principalmente, as mães e as amas; mas os usos e costumes do país, ou antes, o cancro da escravatura, tem feito com que as escravas e os escravos infiltrem a sua pronúncia africana em a inocente e flexível língua de nossos filhos, porque desde que nascem lhes são quase que geralmente

entregues. 'Se mandares educar vosso filho por um escravo, em vez de um escravo tereis dois: dizia um sábio escritor, tratando da educação e do ensino das crianças¹⁰.

Seguidor das teses sustentadas pela frenologia, suposta ciência que relacionava o formato do crânio das pessoas ao seu caráter e à sua inteligência, na edição de n. 49, de 29 de abril de 1856, ele volta a acusar os africanos pelos defeitos de linguagem observados no dia a dia da pátria. Dessa vez, ele afirma que, despossuídos de um organismo apto para a emissão da voz, os negros demonstram pouco raciocínio por conta da disposição irregular dos seus crânios. Portanto, os meninos livres, não diferentes dos papagaios, ao ouvirem os africanos falarem errado, também passavam a falar errado. Mas isso não chegaria ao ponto em que havia chegado se a maioria dos pedagogos também não falassem errado, se estivessem conscientes de que a língua brasileira não era a indígena e tampouco a africana, mas sim a nobre língua de Camões, descendente direta do latim.

Nesses termos, embalado pela crença na superioridade conferida aos homens pelo bem falar, nas edições de n. 50, 51 e 55 de 1856, fazendo referência ao método educacional inovador de Castilho¹¹ de ensino e aprendizagem, o autor enumera mais uma série de defeitos a serem evitados pelos alunos no ato da leitura, defeitos considerados indecentes, vergonhosos e vulgaríssimos. Por isso, sugere como um corretivo para esses defeitos a prática de ler em voz alta, tendo em vista que do falar apropriado dependem a felicidade do indivíduo e o bem da pátria.

¹⁰ Monitor Campista, 15 abr. 1856, p. 03, n. 43, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

¹¹ Trata-se do método do poeta e educador português António Feliciano de Castilho (1800-1875), bacharel em direito e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. O método de ensino-aprendizagem desenvolvido pelo autor chegou em terras brasileiras sendo apresentado como uma proposta inovadora, moderna, racionalista para instrução de primeiras letras da população livre.

É, como temos dito e demonstrado, por meio da leitura nas aulas de ensino primário, dirigida por hábeis e instruídos professores, que os vícios de pronúncia se corrigem. Destes exercícios resulta a boa leitura; da boa leitura resulta o bem falar; e do bem falar resulta o bem escrever; pois que, com quantos alguns homens falem mal e escrevam bem, contudo, são raros aqueles homens que, falando bem, escrevam mal; quase todos os que falam mal, pior escrevem, como já dissemos, isto é, escrevem como falam¹².

Na edição de n. 145, 18 de dezembro de 1856, a eloquência é apontada como uma qualidade primordial para se obter sucesso na vida política, principalmente para quem ambiciona ser deputado¹³. Como não se trata de uma habilidade natural, requer treinamento nas áreas da retórica e da lógica, sendo o seu estudo dividido em teoria e prática: a eloquência oral e a eloquência de gabinete. A superioridade da primeira sobre a segunda é apresentada como indiscutível, pois um bom orador teórico não é necessariamente um bom orador prático e, por sua vez, um bom orador prático deverá ter um adequado domínio da teoria da eloquência. Essa teoria pode ser ensinada a qualquer um, até mesmo a uma pessoa muda, mas a eloquência oral, dependendo de um sistemático treinamento, “só pode ser exercida por quem tenha verbosidade no discurso, facilidade e perfeição na pronúncia”. De qualquer modo, isso não é um impeditivo para ingressar na vida pública:

O homem nasce, e o orador faz-se – que uma das principais qualidades indispensáveis ao orador é a boa pronúncia, e que, finalmente *per accidens*, observaremos que a única falta do hábito de orar em público não é razão suficiente para que deixem de ser eleitos deputados, cidadãos em que superabundem todos os mais

¹² Monitor Campista, 15 mai. 1856, p. 03, n. 55, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

¹³ Monitor Campista, 18 dez. 1856, p. 03, n. 55, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

predicados e talentos, do mérito e da virtude tão recomendados na Constituição Brasileira, ou em todas as constituições do mundo¹⁴.

Na edição de n. 38 de 1858, prometendo não fazer tantas referências a autores e aprofundamentos gramaticais, o autor aborda os chamados vícios de pronúncia pátrios, aqueles erros decorrentes da força dos modos de fala da terra em que uma pessoa nasceu. Para tanto, são citados diversos casos ocorridos em Portugal, como o da Província do Minho em que se fala: *coive*, em vez de couve; *soidades*, em vez de saudades; *cardo*, em vez de caldo; *aiagua*, em vez de água; *eu fez*, em de eu fiz; *ele trouve*, em vez de ele trouxe. E, também, na Província de Extremadura, inclusive entre as classes médias e baixas de Lisboa, pode-se ouvir muitos erros de pronúncia: *augua*, em vez de água; *mel réis*, em vez de mil réis; *cravalho*, em vez de carvalho; *carapinteiro*, em vez de carpinteiro; *cravão*, em vez de carvão; *lonha*, em vez de lenha; *manhen*, em vez de manhã; *mensa*, em vez de mesa; *lavandeira*, em vez de lavadeira; *saingue*, em vez de sangue; *sancristão*, em vez de sacristão.

E no caso do Brasil, existiam vícios de pronúncia pátrios? Sim, principalmente entre as mulheres havia uma tendência ao adocicamento e ao alambicamento na hora de se exprimir. Em função disso, ainda que portadores dos melhores propósitos, os brasileiros cometiam os seguintes erros:

Fazendo longas as sílabas que, de sua própria natureza ou pelo uso, são breves, e vice versa: pronunciando *mi*, em vez de me; *mé, té, sé, dé, lhé*, em vez de me, te, se, de, lhe; outras vezes *di*, em vez de, como, por exemplo, *mesa di pão* ou *mesa dé pão*, em vez de mesa de pão; *mi diga* ou *mé diga*, em vez de me diga ou diga-me; *péssoa, pécado, pénacho, péçonha*, em vez de pessoa, pecado, penacho, peçonha; *ós, dós*, em vez de os (us), dos (dus) como, por exemplo, *ós campos*, em vez de os campos, *dós dias*, em vez de dos dias; e também, *cárrinho, cáváo, bárril, sápató*, em vez de carrinho, cavalo, barril, sapato; enfim, quase

¹⁴ Monitor Campista, 18 dez. 1856, p. 03, n. 55, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

sempre fazemos longa a primeira sílaba de todas as palavras que principiam por consoante, como por exemplo – *tómáte, dómingo, móvimento* &c¹⁵.

Então, somados a esses vícios de pronúncia desculpáveis do povo em geral, havia os barbarismos da língua selvagem dos escravizados que, além de contaminarem os professores, também influenciavam os artistas. E, no caso dos artistas, quem se predispunha a atuar precisava de uma perfeita pronúncia, pois se estivesse num palco francês e falasse errado, certamente não teria uma segunda chance. Mas, de todo modo, era preciso paciência porque, vivendo no Brasil, todos estavam bem distantes do grau de civilização atingido pelos franceses, havendo muito ainda o que aprender em termos de ilustração

Os negros escravizados no discurso dos vícios de pronúncia

No século XIX, o universo linguístico da vila de São Salvador/cidade de Campos dos Goytacazes era bem heterogêneo, pois havia o encontro/desencontro dos falantes da língua portuguesa de Portugal, da portuguesa do Brasil, das línguas africanas, das línguas indígenas e das estrangeiras como o francês e o espanhol, acentuadas pelas diferenciações entre lugares, classes e contextos de interação. Nos enunciados do texto/discurso, percebemos a existência do multilinguismo e disputas linguísticas em curso como: a condenação do abasileiramento da língua portuguesa, o preconceito com as línguas africanas, a condescendência com as línguas indígenas, o fetiche pela gramática do português europeu e o falar correto em oposição à apropriação livre que os mais pobres e escravos faziam da língua, construindo registros específicos do que escutavam e de como se comunicavam.

¹⁵ Monitor Campista, 27 mai. 1858, p. 03, n. 58, ano XXI. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

Note que o próprio estilo empolado, rigoroso, prolixo, cheio de referências é um marcador/ostentação da imagem de distinção civilizatória do sujeito discursivo, típico do *ethos* do bacharel em direito, em oposição ao lugar de submissão em que são colocados os pretos como o outro animalizado, ignorante, defeituoso e de impossível linguagem. Não é à toa a referência a destacados autores que, consideradas pelo locutor como autoridades fiadoras de seu *ethos*, trataram da educação na vida intelectual portuguesa e europeia em diferentes épocas, a saber: Manoel Borges Carneiro, Antônio Feliciano de Castilho, Voltaire, Pailaret e Morard.

O real e o imaginário do discurso sobre a pronúncia dos escravizados nos permite inferências sobre as relações de força entre as classes. Na dimensão imaginária, concebendo a unidade, regularidade e centralização da língua portuguesa como a normalidade, a língua de preto é representada como “intolerável, insuportável, inaudível, insofível...” da ordem de uma impossibilidade. No plano real, a vida social se apresentava/impunha plurilinguística, disruptiva, dispersa, desestabilizada, na qual as apropriações e sentidos produzidos pelos pretos escravizados sobre a variante padrão da língua fugiam ao controle das autoridades.

Nesse caso específico da língua enquanto um espaço de disputa, a força do imaginário emerge no discurso da elite letrada com o objetivo de conservar o status quo da gramática do português de Portugal como referência de uma suposta unidade. Trata-se de um período em que a consolidação do Estado passava também pela “universalização” e uniformização (imposição) da língua portuguesa, cuja variante padrão deveria ser a referência (Faraco, 2016). A proficiência em língua portuguesa era (e ainda é) considerada um critério de distinção classista para exercício de cargos na carreira de Estado, numa época em que o acesso ao ensino público era restrito, e os negros escravizados proibidos de frequentarem a escola pela legislação.

De modo geral, na lógica da colonialidade, o projeto hegemônico se baseava no respeito à tradição do português de

Portugal e na reverência à língua francesa, sustentado por um discurso que criticava o abasileiramento da língua, principalmente a incorporação do “africanismo” ao vocabulário daqueles membros da boa sociedade que, mais do que qualquer um, deveriam servir de exemplo na arte do bem falar. Dentre esses homens letrados (o discurso é direcionado aos homens, não às mulheres), muito embora o destaque fosse para o grupo dos políticos, cujo poder dependia da eloquência no plenário, a preocupação era com todos os bacharéis, filhos da boa sociedade, que faziam carreira nas letras:

Que ridículo papel não faria o deputado na assembleia, o juiz no tribunal, o advogado no fórum, o sacerdote no púlpito, o lente na academia, o general no exército, etc., se perante o seu auditório discorressem, ainda que racional e eloquentemente, mas como uma pronúncia tão viciosa como aquela que por aí ouvimos ao geral da mocidade e bastante dos seus pedagogos¹⁶.

Ao abrir o seu texto saudando a Lei Eusébio de Queiroz (1850) – de proibição do tráfico de escravos, em diferentes enunciados, respaldado pela imagem que faz do seu lugar social, o autor deixa transparecer (e/ou podemos inferir) certo horror aos efeitos provocados pelo convívio entre diferentes etnias para chegar ao seu tema principal: defender a importância da boa pronúncia da língua portuguesa dentro de uma ordem política em que cada classe social deveria ter consciência de seu lugar. De todo modo, ele acreditava que um tempo melhor estava a caminho, haja vista que, em função da lei aprovada, todo problema referente à linguagem e ao pensamento deveria “começar a desaparecer com a extinção das línguas africanas, causa única e inevitável de todos esses barbarismos e solecismos.”¹⁷

¹⁶ Monitor Campista, 06 mai. 1856, p. 03, n. 51, ano XIX.. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

¹⁷ Monitor Campista, 15 abr. 1856, p. 03, n.43, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

O domínio da oratória e da norma culta no exercício do poder político era parte da imagem do fardo dos bacharéis, considerando-se a crença de que civilizar a população brasileira era uma missão histórica das elites (Alencastro, 1987). No entanto, para civilizar, se fazia necessário que essas mesmas elites ostentassem (de fato) uma imagem de domínio da variante padrão da língua que as diferenciasses do populacho. Para o autor, infelizmente, não era isso o que acontecia, considerando-se que as próprias famílias falavam “errado” e deixavam a educação de suas crianças a cargo dos escravos, assim como os profissionais das letras (pedagogos e mestres de primeiras letras), de modo inadmissível, também reproduziam os “vícios de pronúncia”. E o problema era muito sério, pois o aprendizado irregular da língua estava se dando em duas frentes: no espaço sagrado da casa, a preta escravizada desvirtuava a língua das crianças; e nas escolas, cérebro da boa sociedade, os professores malformados, que tinham internalizado os vícios de pronúncia da escravatura, faziam o mesmo.

Na estratégia de colonialidade da linguagem, um recurso de desqualificação dos modos de fala dos negros escravizados era o de animalizar a sua dimensão cultural, linguística e esvaziá-los de sua humanidade, a partir de uma formação discursiva eurocêntrica de mensuração da frenologia e da craniologia, supostas práticas científicas que “pretendiam explicar diferenças étnicas e de gênero em termos de grau de inteligência; além de aptidão para atividades específicas, saúde física e mental” (SÁ; SANTOS, CARVALHO, SILVA, 2008, p.199). Então, esses discursos deterministas fisiológicos faziam circular representações dos negros equiparadas às dos bichos, com uma constituição orgânica e inteligência “cientificamente” inferiores às dos brancos europeus:

Dissemos que a causa dos imensos vícios de pronúncia era a péssima linguagem dos escravos africanos cujo organismo não se presta facilmente às emissões da voz e articulação da palavra em

regra, e cuja fisiologia revela a falta de inteligência que a frenologia descobre na disposição exterior do seu crânio¹⁸.

A palavra do outro (cristão, patriarcal, escravista e racista) se apresenta como a referência/realização do padrão de humanidade nos enunciados dos discursos da Constituição, da igreja, do Código Civil, da Constituição de 1824, da literatura romântica, da maçonaria, das posturas municipais, entre outros, em contraposição ao lugar de apagamento, silêncio e esquecimento reservado ao negro nesses mesmos documentos. Como bem ressalta Fanon (2008), fora de casa o negro é obrigado a se confirmar como Ser diante do olhar do outro que o colocou fora dessa humanidade.

Na primeira metade do século XIX, nos anúncios sobre a fuga dos negros escravizados, os seus senhores costumavam caracterizá-los não somente em função dos traços físicos, mas também em relação ao uso que faziam da língua portuguesa: “fala um tanto embaraçada”, “não fala a língua do branco”, “fala atrapalhada”, “pouco sabe falar”, “não fala bem a língua” etc. Chamados de boçais por não dominarem o idioma oficial, esses negros viram as suas manifestações culturais se tornarem criminalizadas nos Códigos de Postura, tratadas como vozerias, ajuntamentos, obscenidades, indecências, imoralidade, palavrões, imundície e selvagerias.

A circulação das representações de inferioridade civilizatória do negro no discurso servia para justificar toda espécie de exploração e atrocidades. Era uma ideologia fatalista, pois ainda que se tentasse ensinar ao negro escravizado, ele jamais aprenderia. E não era apenas porque ele não queria aprender, mas pelo fato de que, em termos biológicos e cognitivos, não estava habilitado para isso. Assim, incapazes de se comunicarem plenamente como os brancos, eles se encontravam num estágio sub-humano. De todo

¹⁸ Monitor Campista, 29 abr..1856, p. 03, n.49, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

modo, os negros escravizados resistiam, dando provas recorrentes de sua não submissão à palavra expropriadora do outro sobre a sua pronúncia, resistência interpretada como ruptura da ordem vigente:

Roga-se à Autoridade competente, queira dar providências para que seja cumprida a Postura 42 da Câmara Municipal, visto que já não se pode aturar as vozerias, e obscenidades que praticão todos os dias as negras, negros e moleques em as ruas desta Cidade, com particularidade as descomposturas de palavras indecentes que tanto ofendem a moral pública¹⁹.

Destacaremos que boa parte daquilo que o autor, representante de uma elite senhorial letrada, aponta nesse passado oitocentista como erros de pronúncia, derivados das supostas razões biológicas e cognitivas dos negros escravizados, foi incorporada à gramática do português brasileiro ou reconhecida como variações legítimas pelos estudos linguísticos posteriores (Faraco, 2016), sendo explicada também pelas especificidades/dinâmicas das línguas africanas em contato com o português de Portugal, com as línguas indígenas, como no exemplo do quimbundo, língua de muitos angolanos que foram escravizados:

Como se vê, o quimbundo, ao contrário das línguas indo-europeias, não usa terminações para marcar o plural, mas sim prefixos, partículas que são afixadas antes dos nomes. É possível, então, postular que os falantes de quimbundo, tendo de aprender português, identificaram nos artigos e outros determinantes dos nomes elementos semelhantes aos seus prefixos, de modo que não faziam a concordância dos nomes por meio de flexões. (Bagno, 2016, p.26).

Na perspectiva de uma memória discursiva que se faz presente em todos os discursos, o problema não decorria apenas da

¹⁹ O Recopilador Campista, 02 ago. 1837, p. 03, n.253, v. VIII. Disponível in: <https://bndigital.bn.gov.br/> Consultado em 10 de out. 2023.

constituição biológica do negro escravizado, mas também da maldição de sua *pátria*, a África. Em *Memória sobre o comércio de escravos*, obra de 1838, atribuída ao escravocrata Sr. José Carneiro da Silva, o barão de Araruama, encontramos uma síntese do gênero “a escravidão é interpretada como um meio para ajudar o primitivo e sub-humano a se tornar civilizado” (Maldonado-Torres, 2020, p. 33):

Todos sabem que a maior parte das nações africanas vivem em continuas guerras; que tratão seu prisioneiro com a ultima barbaridade, e que, finalmente, quando não podem, ou não tem meios de os vender passão todos ao fio da espada, e, para opprobrio da humanidade, em algumas partes os cortão no açougue como se fossem irracionaes, e não se envergonhão de terem o infame e repugnante costume de comprarem e comerem a carne de seus semelhantes. (Anônimo - natural de Campos dos Goytacazes, 1838, p. 05)

Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, período de crescimento dos engenhos de açúcar, entraram milhares de negros escravizados para as lavouras de cana da Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, quando ainda pertencia a Comarca do Espírito Santo. A maior parte era oriunda da África Central Atlântica, sendo em sua grande maioria negros angolanos, homens e adultos – grupos predominantes até a década de trinta do século XIX (Soares, 2010). Nos anos seguintes, misturados aos angolanos, temos também a presença recorrente dos moçambicanos. De todo modo, inferimos que parcela expressiva dos negros escravizados na região se expressassem nas línguas bantos:

As línguas bantos da área atlântica mais destacadas ao longo desses ciclos no território do país que hoje se chama Brasil foram, devido a fatores como época de aporte, número de falantes e amplitude geográfica (...): o umbundo, falado pelos povos ovimbundos (sul de Angola); o quimbundo, língua dos ambundos (centro de Angola); e o quicongo, usada pelos bacongos (norte de Angola, República do Congo e República Democrática do Congo) (Simões, 2019, p.62)

No norte da Província do Rio de Janeiro, os negros escravizados não estavam distribuídos em plantéis de centenas de cativos. O açúcar e a aguardente eram produzidos em pequenas e médias propriedades, nas quais as famílias trabalhavam lado a lado com um número pequeno de escravizados – o que, provavelmente, facilitava o contato linguístico. Eram de três a nove negros escravizados por unidade produtiva em constante comunicação com os seus proprietários, processo de mútua influência em função do trabalho compulsório dentro de casa e nas lavouras (Faria, 1986; Lemos, 2018).

Observamos, então, que a colonialidade da linguagem era uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que desumanizava os negros nas representações do movimento de padronização da língua, concorria para a desumanização dos escravocratas, brancos ou não, que possuíam o monopólio da fala nessa relação, deformação provocada pela ilusão monológica, visto que a “colonização se esmera em descivilizar o colonizador, em embrutecê-lo, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, em despertá-lo para os instintos ocultos” (Césaire, 1978, p. 17). E bem sabemos que, independentemente das tentativas, a ilusão monológica do monopólio da fala das elites não tem como ignorar a riqueza descentralizadora do dialogismo dos subalternos.

Considerações finais

Na história do Brasil, por mais de trezentos anos, os negros estiveram sujeitos a um sistemático genocídio: assassinados nos tumbeiros, nas rebeliões, nos quilombos, de fome, de doenças, no tronco, no campo de trabalho, em diferentes lugares e situações de violência étnico-racial. A sua importância na formação sócio-histórica-cultural do país ainda não recebeu o devido reconhecimento, considerando-se que durante certo tempo a narrativa sobre quem somos foi escrita a partir da perspectiva do homem branco/ilustrado, como no exemplo do discurso dos vícios

de pronúncia e o seu não reconhecimento da humanidade/cultura do negro.

O preconceito linguístico não ficou no passado, ainda hoje nos deparamos com discursos que insistem em discriminar aqueles modos de fala e de escrita que se afastam da variante padrão da língua, aquela norma popular de “baixo valor social”, espalhada pelos modos de fala de diversos segmentos sociais. De certo modo, ainda podemos escutar o eco das vozes oitocentistas em defesa da unidade da língua oficial do país, diante da suposta ameaça representada pelas apropriações feitas pelos escravizados do passado e atualizada pelo medo das línguas faladas pelas periferias no presente.

Referências

ALENCASTRO, L. F. de. **O fardo dos bacharéis**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 19, 1987.

ANÔNIMO (NATURAL DOS CAMPOS DOS GOYTACAZES). **Memória sobre o comércio de escravos, em que se pretende mostrar que este tráfico é para eles antes um bem do que um mal**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuv e Comp., 1838.

BAGNO, M. O impacto das línguas bantas na formação do português brasileiro. **Cadernos de Literatura em Tradução**, São Paulo, n. 16, p. 19-32, 2016.

BAKHTIN, M [Volochinov]. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

CARNEIRO, M. B. **Mentor da juventude ou Cartas sobre a educação**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.

- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FARIA, S. S. de C. **Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes (1850-1920)**. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.
- GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- LEMONS, C. E. S. **Vivendo em tempos de tirania: a vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, tão perto do Rio de Janeiro, tão longe do Espírito Santo (1808-1832)**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2018.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MALDONADO-TORRES, N. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.
- MARIANI, B. Subjetividade e imaginário linguístico. **Linguagem em (Dis) curso**, Tubarão, v. 3, n. esp., p. 55-72, 2003.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- PALERMO, L. C. Disputas no campo da historiografia brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. **Dimensões**, Vitória, v. 39, jul.-dez. 2017, p. 324-347.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 13-32.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.
- SÁ, G. J. S.; SANTOS, R. V.; CARVALHO, C.; SILVA, E. C. **Crânios, corpos e medidas**: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 197-208, jan.-mar. 2008.
- SECRETO, M. V. Novas perspectivas na história da escravidão. **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 41, p. 442-450, set.-dez. 2016.
- SIMÕES, D. S. **O quimbundo nas Américas**: tecendo um fio diaspórico da presença das línguas africanas no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto/MG, 2019.
- SOARES, M. **Presença africana e arranjos matrimoniais entre os escravos em Campos dos Goitacazes (1790-1831)**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 52, p. 75-90, jan./jun. 2010. Editora UFPR.
- VERONELLI, G. Sobre a colonialidade da linguagem. **Revista X**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021.

Sitcoms e acessibilidade: análises voltadas às questões de traduzibilidade

Paulo Henrique Santos Nunes

Introdução

A atividade tradutória por envolver culturas distintas se torna um processo muito complexo, já que os sistemas linguísticos e gramaticais envolvidos necessitam ser equivalentes tanto na língua base, quanto na língua alvo. Para isso, o conhecimento cultural se torna a principal ferramenta utilizada nesse meio, ao qual se torna inadmissível que em uma tradução não haja uma ligação entre a língua-fonte e a língua-alvo.

Seguindo nessa linha de pensamento faz-se necessário abordar o que o profissional responsável pela dublagem e legendagem em sitcoms devem fazer, já que as sitcoms retratam atitudes cotidianas e é de suma importância que o indivíduo conheça a cultura proveniente do seriado, para que haja um entendimento do que foi dito e o telespectador possa compreender e encontrar humor ali. Sendo assim uma das perspectivas do presente trabalho é mostrar esses fatos e esclarecer dúvidas relacionadas a estas questões, mostrando também quando se devem fazer alterações nas traduções para manter o sentido sem perder a essência do que foi dito originalmente.

Para isso este artigo irá analisar a tradução destinada a dublagem e legendagem do 1º episódio da 2ª temporada da sitcom *Everybody Hates Chris* (Todo Mundo Odeia O Chris), uma das sitcoms estadunidenses mais assistidas e comentadas em território brasileiro. E através dela observar-se-á se a tradução audiovisual

permaneceu coerente ao texto original e quais mudanças foram necessárias para seu bom entendimento.

Tradução audiovisual

A tradução audiovisual consiste na passagem do sistema linguístico de uma língua para outra, tanto oral (dublagem) quanto escrita (legendagem), sendo assim ela busca facilitar a compreensão das pessoas que entendem pouco ou quase nada da língua oficial de determinado filme ou série.

Esse tipo de tradução já existe há muitos anos e para seu bom andamento, o conhecimento linguístico e cultural avançado é imprescindível, pois além dele é importante que haja uma formação profissional para que o tradutor possa adquirir conhecimentos os quais irão lhe possibilitar realizar um trabalho de forma satisfatória, já que esse procedimento requer um trabalho duro e muito conhecimento técnico e cultural. Conforme Aleixo:

O surgimento da tradução audiovisual no início da década de 30 simboliza a importância, assim como a própria possibilidade, de se encontrar novas formas de traduzir frente a mudanças trazidas pelo avanço tecnológico. A sua prática, no entanto, apresenta com frequência momentos de impossibilidade ao tradutor, já que além das dificuldades relacionadas à troca de idioma, acrescenta-se uma série de restrições e normas próprias a cada procedimento, complicando ainda mais a sua realização. (Aleixo, 2014, p. 24)

Todo trabalho voltado para a tradução requer um cuidado dobrado, pois línguas opostas carregam consigo uma bagagem gramatical e cultural muito grande, que conseqüentemente deve ser analisada e trabalhada com muito cuidado, pois qualquer erro, por menor que seja, afetará a obra como um todo. Segundo Barbosa:

[...] na tradução do inglês para o português em relação aos pronomes pessoais, muitas vezes dispensáveis no português devido às desinências verbais que deixam clara a pessoa do verbo. Assim, evita-

se uma repetição excessiva prejudicial no texto traduzido. Na tradução do português para o inglês seria necessária a explicitação do pronome, já que sua presença é obrigatória no inglês. (Barbosa, 1990)

Deste modo, o profissional que almeja trabalhar com tradução, seja em qual seguimento for, deve se preocupar em estudar sobre as teorias relacionadas à tradução, além de ser fluente na língua-alvo. Pois por menor que seja uma tradução ela é uma obra complexa por estar se referindo a línguas distintas. E quando se trata da tradução audiovisual, o cuidado deve ser ainda maior, pois algo previsto a passar em determinado sitcom (que é o objeto abordado nesse trabalho) não haverá sentido se não for passado para a segunda língua de forma correta e o telespectador não conseguirá absorver determinada piada.

Dublagem

Dublagem é a substituição oral da língua base para a língua alvo. Esse processo ocorre de maneira semelhante em vários países, no Brasil e nos países europeus, por exemplo, esse processo ocorre quase da mesma forma, entretanto possivelmente pela falta de recursos e de dinheiro no Brasil o processo é realizado com menos profissionais envolvidos, podendo assim ser um dos motivos para que muitas obras não consigam chegar a um bom nível após concluídas. Segundo Silva:

[...] na Europa, [...] forma-se o elenco de atores dubladores, considerando características vocais, sotaque, capacidade de interpretação etc.; formado o elenco, passa-se à gravação; os próximos procedimentos são as mixagens. Faz-se uma primeira mixagem e edição para análise e ajustes, depois a mixagem final; o processo é concluído com a aprovação pelo cliente. [...] a dublagem no Brasil ocorre de maneira bastante semelhante ao processo descrito para a Europa. No entanto, aqui, um só profissional (o tradutor para dublagem) realiza a tradução e adaptação do texto

aos padrões sincrônicos dos movimentos labiais dos personagens. (Silva, 2006, p. 61-62)

Para que a dublagem seja coerente, é necessário que haja sincronismo entre o que o ator está falando com o som que está saindo, pois até os dias atuais é possível perceber alguns equívocos em séries televisivas, por exemplo, relacionadas a este fato, pois o ator está falando, contudo, a voz dele não sai ou vice-versa, por este motivo que a tradução audiovisual necessita de mais cuidado que os demais tipos de tradução. Deste modo Ramalho traz:

O sincronismo: um dos fatores mais importantes a ser levado em conta pelo tradutor porque as falas devem ser simultâneas. O texto oral da tradução deve parecer natural, é por isso que para realizar a dublagem é necessário atores para interpretem as falas traduzidas dando a elas naturalidade e emoção. (Ramalho, 2007, p. 2)

Além do sincronismo, o número de palavras deve ser quase o mesmo do texto original e é nesse ponto que os textos perdem seu sentido, pois os tradutores optam pela tradução literal e se esquecem de que, como estão trabalhando com culturas opostas, quando se utilizam da tradução literal, os sentidos semânticos e pragmáticos se perdem completamente, por isso o tradutor deve se atentar a estes fatores e assim perceber que em alguns casos é preferível optar pela tradução livre. Para mostrar a distinção entre tradução literal e livre, Souza traz:

Não se pode negar, portanto, que haja, sob essa perspectiva, dois tipos válidos de tradução: (a) tradução literal, centrada mais na forma e (b) tradução livre, centrada mais no sentido (nas idéias ou conceitos). O tradutor pode focalizar sua atenção em uma ou outra dessas duas modalidades de tradução, sem, contudo, supervalorizar uma alternativa em detrimento da outra. (Souza, 1998, p. 52)

A tradução audiovisual tem que passar por duas etapas, sendo a primeira a tradução literal e a segunda uma revisão do texto

analisando sincronismo, métrica e uma adaptação à cultura da língua alvo, contudo por diversos motivos (sendo um deles a falta de conhecimento cultural da L2) muitos tradutores não se preocupam com a segunda etapa, e após a tradução literal eles têm a tradução como uma obra *acabada* e passam para os atores dubladores o texto pronto.

Legendagem

Legendagem é a tradução escrita do que foi dito em determinado segmento televisivo e atua como a transcrição do que foi dito, de modo que pode ser tanto na língua original quanto em uma L2. Ela é geralmente utilizada na língua original para que surdos possam assistir a um determinado filme, jornal ou outro programa de TV, pois geralmente os programas não possuem um dublador que faça a língua de sinais (LIBRAS no Brasil). E quando se refere a L2, ela é utilizada como ferramenta para facilitar o entendimento de pessoas que não possuem domínio da língua base do *sitcom*, por exemplo.

Assim como na dublagem, a legendagem feita no Brasil não tem muitos recursos financeiros e deste modo as obras que são legendadas aqui não são de uma qualidade muito boa, enquanto nos países europeus, elas passam por uma série de procedimentos até chegar em algo concreto, conforme Silva:

[...] na Europa, [...] é feita a marcação, ou seja, a determinação do momento em que uma legenda deve aparecer e desaparecer; o estágio seguinte é dividido em três partes: tradução, adaptação e confecção das legendas; no procedimento seguinte, as legendas são transferidas para um disquete ou software; em seguida, é feita a revisão e, se necessário, correções; aprovadas as legendas pelo cliente, o filme legendado estará pronto para exibição. (Silva, 2006, p. 70)

Em contrapartida no Brasil o único recurso que o tradutor tem é um computador com o qual ele pode utilizar o “word” para fazer

as edições, e além deste fator, aqui ainda possui uma grande carência quando se trata de bons profissionais na área da tradução, pois estes profissionais não se dedicam ao estudo de novas técnicas e teorias, por ter a fluência no idioma original eles pensam que estão preparados, entretanto para muitos destas pessoas ainda falta o conhecimento cultural que é um dos grandes causadores de problemas em todos os seguimentos da tradução.

Sitcoms

Uma *Sitcom* (abreviação de *Situation Comedy*) nada mais é que uma série de entretenimento televisiva que retrata situações do dia a dia de uma forma divertida. Mas devido às variações linguísticas e culturais das regiões, ela pode sofrer alterações quando dubladas e/ou legendadas para os outros países. Segundo Teixeira:

[...] a comicidade é a base de sucesso das *sitcoms*. Assim, reconhecemos que a cena pode parecer engraçada em uma situação cultural de um país e pode não ter a mesma conotação em outra devido a questões linguísticas e culturais. Analisamos ainda a possibilidade de o cenário, as imagens representadas nos episódios, associados à legenda tornarem-se o elemento complementar ao entendimento do que é mostrado ao telespectador. (Teixeira, 2009, p. 23)

Esse gênero surgiu a partir de programas de rádio e, desde quando ele ganhou espaço na TV, era gravada em um estúdio, sendo de suma importância a presença de uma plateia para que eles pudessem gravar os risos e anexar em sua edição, até os dias atuais os risos ao fundo de cada piada se tornou uma das características principais das *sitcoms*. Seus episódios não são muito longos, pois sua meta é fazer com que o público não se canse de assistir, cada episódio de certa forma possui uma ligação com o anterior para que os telespectadores não se sintam “perdidos”. Sendo assim, Grimm traz:

O sitcom é um estilo de drama tipicamente americano, no qual a exposição, o conflito, o clímax e o desfecho acontecem todos dentro de um episódio de trinta minutos. Geralmente, cada episódio retrata uma situação cômica específica na vida dos personagens principais, com episódios anteriores construindo os subsequentes, dando assim aos espectadores uma ideia geral dos personagens e dos relacionamentos entre eles.¹ (Grimm, 1997, p. 379-380)

Conforme Taflinger (1996) mostra em suas pesquisas, as sitcoms norte-americanas são exibidas no Brasil desde meados da década de 1980. E algumas destas são exibidas até os dias atuais como *I Love Lucy*, *The Simpsons*, *Friends*, entre outras. Desde então conquistaram o público brasileiro com situações cotidianas, contudo, elas nunca acabam de uma forma tradicional. Desse modo Teixeira traz:

As sitcoms americanas tentam mostrar o dia a dia do cidadão comum norte-americano, de classe média, em situações vividas no cotidiano, por meio de pequenos acontecimentos, como, perder o carro no estacionamento, trocar algum equipamento que não funciona adequadamente logo após a compra, esquecer alguma coisa em uma loja ou em um shopping, ou coisas com que o telespectador possa se identificar, apresentando sempre um lado cômico de tudo. (Teixeira, 2009, p.23)

Um dos grandes problemas enfrentados pela dublagem e/ou legendagem é que por se tratar de situações cotidianas de uma cultura oposta, conseqüentemente com a tradução seus correspondentes em Língua Portuguesa podem não ser algo que faça sentido para a cultura brasileira, pois os contextos são opostos.

¹ Tradução livre para: *The sitcom is a typically American style of drama, in which the exposition, conflict, climax, and denouement all take place within a thirty minute episode. Generally, each episode depicts a specific comedic situation in the main characters' life, with subsequent episodes building on previous ones, thus giving the viewers a general idea of the characters and the relationships between them.*

Por estarem falando sobre atitudes cotidianas, as *sitcoms* contam os fatos ocorridos na época em que estão vivendo, e deste modo fazem sátiras as coisas importantes que estão ocorrendo, pois deste modo não correm riscos de ser reprimidos mostrando as coisas incorretas que estão acontecendo em sua nação. De acordo com Furquim:

Os *sitcoms* não visam, basicamente, [a] fazer o público rir. É uma forma de o escritor passar a um grande público suas idéias e opiniões sobre a sociedade em que está inserido. A graça, o riso fácil, é consequência de um texto bem escrito e personagens bem elaborados dentro de um contexto bem apresentado. Os *sitcoms*, retratando o cotidiano de uma família típica de uma sociedade, trazem drama, humor, aventura, ficção e todas as demais abordagens imagináveis, mas acabam, também, assumindo a obrigação de fazer rir. De forma satírica, ele diz a verdade sobre questões sociais, políticas e familiares de uma determinada cultura. (Furquim, 1999, p. 8).

A principal (mesmo não sendo a única) finalidade de uma *sitcom* é fazer seu público rir, sendo assim o enredo é simples, fazendo com que se ao telespectador perder um episódio ou outro, o entendimento não seja comprometido. Deste modo ao passar pelo processo da tradução audiovisual da língua oficial para a língua alvo ela sempre apresentará divergências, já que os sistemas linguísticos e culturais são outros.

Interferências e adaptações por intermédio da tradução audiovisual em *sitcoms*

Com base no que foi dito anteriormente, objetiva-se por meio dessa discussão comprovar os erros e/ou adaptações ocorridas na tradução audiovisual (dublagem e legendagem) de *sitcoms*. Sendo assim será analisado alguns diálogos da *sitcom* *Everybody Hates Chris* (Todo mundo odeia o Cris), para que deste modo possa comprovar tudo que os teóricos mostraram em relação aos erros

contidos nas séries televisivas e até que ponto é preferível uma tradução livre para que a comicidade seja mantida.

Os problemas ocorridos nas dublagens geralmente são porque os tradutores tendem a tentar “simplificar” o texto e assim perdem o sentido e, como a principal característica de uma sitcom é o humor no cotidiano, ao optar pela tradução literal, a piada não fará sentido para o telespectador, pois alguns fatos que representam comicidade nos EUA, por exemplo, no Brasil não terá o mesmo sentido. Sendo assim, eles tentam adaptar e fazer uma ligação com a cultura brasileira para que o telespectador possa compreender e se ver como parte da sitcom. Já na legendagem, além de todos os empecilhos citados sobre a dublagem, eles ainda enfrentam outro problema que é o espaço e métrica das palavras, pois na legendagem não há como “encher” a tela com palavras e quem fica responsável por essa parte acaba ocultando alguns termos e palavras.

Para esta análise, foram selecionados trechos do episódio *Everybody hates rejection* (Todo mundo odeia rejeição), na qual os trechos tirados começam com Chris no trabalho conversando com Jerome e Doc sobre sair com Yvette:

Quadro 1. Transcrição de Everybody Hates Chris

TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO PARA DUBLAGEM	TRADUÇÃO PARA LEGENDA
When you ask a girl out, you have to get a gift together.	Quando a gente vai sair com uma gata, tem que “tá” ligado.	Quando você convida uma garota, você tem que ter estilo.

Fonte: elaboração própria

Nessa frase que o personagem (Jerome) falou, percebe-se que tanto na dublagem quanto na legendagem há algo errado, pois quando ele diz “*When you ask a girl out, you have to get a gift together*” o que ele quer dizer realmente é que “Quando se convida uma garota para sair, você tem que *levar um presente* junto” e essa expressão não foi apresentada. Podemos perceber que a dublagem

ficou desta forma para se tornar algo natural ao modo de falar, contudo ainda está errado, pois omitiu um dos termos que deveria ter sido apresentado. Já na legendagem, provavelmente houve uma diminuição textual por causa do espaço na tela, para evitar que o texto ficasse muito longo.

Quadro 2. Transcrição de Everybody Hates Chris

TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO PARA DUBLAGEM	TRADUÇÃO PARA LEGENDA
Standing there waiting for Yvette was one of the best feelings I've had.	Ficar lá parado esperando a Yvette foi uma das sensações mais iradas que eu já tive.	Ficar em pé lá esperando Yvette foi uma das melhores sensações que eu já tive.

Fonte: elaboração própria

Nessa sentença pode-se perceber que a frase do personagem Chris sofreu algumas alterações para que se adaptasse a cultura brasileira de forma natural, quando ele diz *foi uma das sensações mais iradas que já tive* é possível perceber claramente expressões da cultura brasileira que era utilizada com forte influência na época, pois em 2007 (quando essa temporada foi lançada no Brasil) era comum ouvir os jovens utilizando a expressão *irada* e isso fazia com que os telespectadores se sentissem de certo modo *dentro* do que estava passando na TV. Já na legendagem fica evidente que houve a tradução literal da sentença, entretanto não comprometeu em nada o entendimento da frase.

Quadro 3. Transcrição de Everybody Hates Chris

TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO PARA DUBLAGEM	TRADUÇÃO PARA LEGENDA
After an hour, I thought 'maybe the bus got an accident, skipped from the road out, exploded in	Depois de uma hora, eu achei que o ônibus tinha batido, derrapado, explodido, capotado	Depois de uma hora, eu pensei "Talvez o ônibus sofreu um acidente, saiu da estrada, explodiu no

the air and sank into the East River.	e acabado no fundo do rio.	ar e afundou no <i>East River</i> ".
---------------------------------------	----------------------------	--------------------------------------

Fonte: elaboração própria

O contexto evidenciado nessa parte da sitcom é quando Chris espera por Yvette e ela não aparece. Na dublagem fica claro que houve uma adaptação para que houvesse um entendimento maior do que estava acontecendo no momento, e pode-se perceber que quando ele fala *sank into the East River* ele está falando o nome do rio, contudo eles ocultaram este termo e fizeram uma adaptação para *acabado no fundo do rio*, pois este não é um rio brasileiro e para os telespectadores este termo talvez não fizesse muita diferença. Na legendagem a fidelidade ao texto original ainda é perceptível e facilita a compreensão de quem assiste a sitcoms com o intuito de se aperfeiçoar em uma LE.

Quadro 4. Transcrição de Everybody Hates Chris

TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO PARA DUBLAGEM	TRADUÇÃO PARA LEGENDA
You stood up there in the street. That's embarrassing. If I were you I'd be so depressed I'd be standing on the top of Brooklyn Bridge, holding some stones on my ankles and a bag of rats around my head, ready to jump.	Tomou o maior bolo na rua, pagou um baita mico. Se eu fosse você, ficaria tão <i>deprê</i> que ia subir na ponte do <i>Brooklyn</i> , com 50 quilos de pedras amarrados nos pés e a cabeça metida num saco cheio de ratos, pronto pra pular.	Levou bolo, lá no meio da rua, isso que é embaraço. Se eu fosse você, estaria tão deprimido que eu estaria no topo da Ponte do <i>Brooklyn</i> , com pedras amarradas nos meus tornozelos e um saco de ratos em volta da cabeça, pronto para pular.

Fonte: elaboração própria

Nesse trecho desde o início pode-se perceber que houve uma mudança relacionada a expressões idiomáticas brasileiras, pois *You stood up there in the street* se fosse para seguir pela tradução literal

seria “você ficou em pé lá na rua”, contudo não faria sentido, muito menos faria alguém no Brasil rir, pois não é algo engraçado, mas quando o fato ocorrido na sitcom acontece no nosso cotidiano e um amigo quer caçoar do outro (ou não, pois essa expressão é comum aqui) utiliza-se *tomou bolo*, como também a expressão *I'd be so depressed* que na tradução literal seria “Estaria tão deprimido” foi substituído na dublagem por *ficaria tão deprê* que é o modo como os jovens falam e sendo assim se torna algo natural.

No mesmo trecho é possível perceber outros termos que sofreram alterações como *That's embarrassing*, que na legendagem seguiu na tradução literal, o que não afetou no entendimento, contudo a dublagem optou por substituir por *pagou um baita mico*, o que fez com que o sentido real da expressão fosse prejudicado, já que uma coisa não se assemelha a outra.

Considerações finais

O principal objetivo deste trabalho foi perceber as influências culturais contidas nas sitcoms, e quais meios utilizar para que ao passar pela tradução audiovisual a *alma* do texto não sofresse alterações. Deste modo os pesquisadores e tradutores citados tiveram grande impacto para a realização do presente artigo, sem os quais seria impossível a realização deste trabalho. A análise feita em seguida com os diálogos, contidos no 1º episódio da 2ª temporada de *Everybody Hates Chris*, serviu para mostrar que na dublagem e na legendagem, alguns termos precisaram ser alterados em alguns casos para manter a naturalidade do diálogo, mas não pode ser em excesso para não mudar o sentido.

Após a realização desta pesquisa, fica claro também que, antes de começar a trabalhar como tradutor, a preparação e o conhecimento cultural são imprescindíveis, além da fluência na língua e dominar fatores gramaticais e linguísticos. O profissional que conseguir unir todos esses atributos, com certeza será um bom profissional e suas obras sempre apresentarão um resultado satisfatório, pois mesmo

depois de cumprir todos esses passos pode haver erros depois da obra acabada, e por isso ela requer preparo e tempo.

Pôde-se perceber também que um diálogo humorístico pode permanecer carregado de humor se for transmitido corretamente para a língua-alvo, tanto através da dublagem quanto da legendagem, na qual pode ocorrer o inverso, pois se for passado da forma incorreta quando uma piada for feita ou houver uma expressão idiomática no texto original e for transmitido *ao pé da letra*, acabará impossibilitando a compreensão. Em uma das falas, um personagem falou *You stood up there in the street*. e o tradutor foi esperto em não fazer a tradução literal, já que, se ele tivesse optado por isso não faria nenhum sentido para os telespectadores brasileiros.

Por diversos motivos, é imprescindível que os profissionais da tradução saibam percorrer diversos sistemas linguístico-culturais, e assim ele saberá quando deve manter os termos no sentido literal e quando devem substituí-los por algum termo correspondente na língua-chegada, para agradar ao público que irá assistir.

Algo perceptível em sitcoms, canções e em diversas tipologias textuais são as associações a marcas de lojas, por exemplo, que são feitas correspondências com marcas conhecidas no Brasil, ou dependendo do nome são feitas traduções literais e os sentidos se diluem, como o que houve na canção “Stay” da banda U2, que “seven eleven” passou por uma tradução literal perdeu o sentido que o autor pretendeu ao escrever esta canção. E esses tipos de adaptações não são corretas, pois os substantivos próprios não devem sofrer alterações, e é nesse ponto que o conhecimento cultural se faz necessário.

Deste modo a tradução atua como modo de abrir as portas do conhecimento e não o oposto, pois ela irá trazer para a sua cultura patrimônios de outras e vice-versa, fazendo assim com que você sempre possa aprender um pouco mais sobre a cultura alheia como, por exemplo, o modo de vida, comida, coisas que as pessoas fazem em seu tempo livre, criando cidadão abertos a absorver o novo.

Referências

- ALEIXO, R. M. P. **Fawlty titles**: a legendagem abusiva de uma sitcom. Brasília, 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8959/1/2014_RicardoMachadoPaivaAleixo.pdf . Acesso em: 15 jan. 2023.
- BARBOSA, H. G. **Procedimentos técnicos da tradução**: uma nova proposta. Campinas: Pontes, 1990.
- EVERYBODY hates Chris. Direção: Andrew Orestein. Produção: Adrienne Carter, Don Reo e Kali Londono. Narrador: Chris Rock. Produzido por CBS Paramount Television, 2006. **Everybody hates rejection**. Episódio 1, temporada 2. 20 min. Disponível em: <http://putlocker.is/watch-everybody-hates-chris-tvshow-season-2-episode-1-online-free-putlocker.html> . Acesso em: 17 jan. 2023.
- FURQUIM, F. **Sitcom**: definição & história. Porto Alegre: FCF, 1999.
- GRIMM, E. L. Humor and equivalence at the level of words, expressions, and grammar in an episode of 'The Nanny'. **Cadernos de Tradução II**, Florianópolis, p. 379-399, 1997.
- RAMALHO, M. R. V. S. **Dublagem**: um estudo da tradução audiovisual através das perspectivas logocêntrica e desconstrutiva. São Paulo. 2007. Disponível em: <https://maiscursoslivres.com.br/cursos/c9ecbc72b201a322b68c0b77d0eeaaee.pdf> Acesso em: 26 nov. 2024.
- SILVA, N. R. B. **Um estudo sobre a recepção do humor traduzido**. Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.uece.br/posla/dmdocuments/nilsonrobertobarrosdasilva.pdf> . Acesso em: 12 jan. 2023.
- SOUZA, J. P. **Teorias da tradução**: uma visão integrada. Revista de Letras, n. 20, v. 1/2, 1998. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl20Art09.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2023.
- TEIXEIRA, W. F. V. **O humor na sitcom Seinfeld**: a (re)construção de sentidos nas traduções das legendas para o português. Uberlândia, 2009. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/ppgel/wp-content/uploads/2016/05/wlakiriateixeira.pdf> . Acesso em: 15 jan. 2023.

TODO mundo odeia o Cris. Direção: Andrew Orestein. Produção: Adrienne Carter, Don Reo e Kali Londono. Narrador: Chris Rock. CBS Paramount Television, 2006. **Todo mundo odeia rejeição**. Episódio 1, temporada 2. 20 min. Dublado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hzKHyIhXJrk> . Acesso em: 17 jan. 2023.

TODO mundo odeia o Cris. Direção: Andrew Orestein. Produção: Adrienne Carter, Don Reo e Kali Londono. Narrador: Chris Rock. CBS Paramount Television, 2006. **Todo mundo odeia rejeição**. Episódio 1, temporada 2. 20 min. Dublado e Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hzKHyIhXJrk> . Acesso em: 17 jan. 2023.

Educação linguística na era digital: possibilidades pedagógicas para ampliar as competências comunicativas dos surdos

Alini Ribeiro Nogueira Silva

Cristiana Barcelos da Silva

Maria Eduarda Costa Maciel Nogueira

Introdução

Nos últimos anos as novas tecnologias digitais provocaram diversas transformações sociais, culturais, individuais e interpessoais que reorganizaram a maneira como percebemos e lidamos com o mundo. Entre essas transformações, cabe ressaltar a urgência em proporcionar uma educação linguística voltada para o manuseio e aproveitamento dessas tecnologias, o popular letramento digital.

Nesse viés, correlacionando as transições sociais ocasionadas pelos avanços tecnológicos e digitais, assim como refletindo sobre a educação linguística do sujeito surdo inserido no ciberespaço às práticas de letramento, mais especificamente o letramento digital, busca-se, por meio desta pesquisa, possibilitar reflexões que favoreçam práticas de letramento digital à comunidade surda. Este estudo qualitativo bibliográfico, tem como objetivo investigar, através de dissertações, teses e artigos científicos, a produção e mobilização de pesquisas voltadas para a inserção do surdo no ciberespaço, bem como propor ações no campo pedagógico que possibilitem o pleno desenvolvimento comunicativo desta comunidade sob o viés da cultura digital.

Acredita-se que a educação linguística de pessoas surdas no contexto virtual/digital é primordial para a amplificação das competências comunicativas e para que não haja a exclusão social

por conta da exclusão digital. Diante dos estímulos visuais característicos do ambiente virtual, infere-se que as possibilidades de letramento digital ultrapassem as barreiras comunicacionais que ainda fazem parte de grande parte da população surda e apresentem-se como novos caminhos para a participação efetiva desses sujeitos na sociedade contemporânea.

Assim, acredita-se que por meio do domínio da língua portuguesa e da Libras, bem como das tecnologias digitais que perpassam a comunicação, as pessoas surdas possam, gradualmente, se tornarem letradas digitalmente, sendo capazes de utilizar os meios tecnológicos e digitais, além de refletirem criticamente acerca dos usos e das informações produzidas e consumidas no ciberespaço.

Novas tecnologias e contemporaneidade

A criação e inserção das novas tecnologias digitais na sociedade contemporânea tem provocado diversas transformações no que diz respeito à dinâmica social, pois contribuem expressivamente para um modo de operação característico desta era digital. Nesse sentido, a possibilidade de consumo e troca de informações através de dispositivos digitais, como notebooks, smartphones, tablets etc., propiciam uma interconexão capaz não somente de ampliar campos sociais primordiais – educação, saúde, segurança – mas também capaz de revolucionar o modo de pensar, agir e de se relacionar com o mundo ao redor.

As tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) se tornaram instrumentos fundamentais na realização de tarefas ordinárias, como pagar contas, acessar portais de notícias, verificar o *status* de uma encomenda realizada pela internet, acessar sites governamentais e outros. Segundo Kenski (2007, p. 25), é possível, por intermédio das TDICs, processar quaisquer informações, além disso, essas tecnologias têm provocado transformações significativas na vida dos sujeitos, especialmente no que se concerne à busca por informações e à comunicação instantânea.

Isso significa que, muito embora se reconheça que existem inúmeras barreiras de diversas ordens em relação ao acesso às tecnologias, boa parte das atividades humanas na sociedade contemporânea são mediadas por elas.

Dessa forma, a busca pela prontidão, instantaneidade, consumo e produção de informações de qualquer área, bem como a necessidade de estabelecer comunicação faz com que surjam novas necessidades e habilidades em relação ao manuseio das tecnologias digitais, as quais necessitam ser ressignificadas constantemente para acompanhar os avanços tecnológicos digitais.

Nesse sentido, as novas formas de comunicação deram origem ao denominado ciberespaço, espaço virtual sustentado pelos meios de comunicação atuais, o qual é composto por uma tecnologia base que pode ser utilizada para propagar diversas formas de comunicação. Isso significa que uma tecnologia base pode ser manuseada em formato de texto, áudio ou vídeo, como um sistema integrado. Constituído com alto nível de complexidade, o fenômeno do século XXI traz à tona emergências que nascem diante de uma infraestrutura de interconexão entre computadores e redes.

De acordo com Levy (1999, p. 17), o ciberespaço “significa não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”. Ou seja, é o espaço no qual os sujeitos são produtores e consumidores, simultaneamente, além de ser onde as informações circulam e se difundem:

O ciberespaço é a ‘MATRIX’, uma região abstrata invisível que permite a circulação de informações na forma de imagens, sons, textos etc. Este espaço virtual está em vias de globalização planetária e já constitui um espaço social de trocas simbólicas entre pessoas dos mais diversos locais do planeta (Bergmann, 2007, p. 4).

Nesse contexto, por se tratar de um ambiente complexo que proporciona interatividade e dinamicidade, o ciberespaço originou

a cibercultura, caracterizada por Lévy (1999, p. 17) como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Santaella (2021) expõe que se trata [...] de “todas as formas de inserção, troca, compartilhamento, e armazenamento que se abrigam no espaço informacional da internet, ou seja, no ciberespaço, graças às interfaces interativas humano/computador” (Santaella, 2021, p 34).

Antes da evolução e da disseminação dos dispositivos móveis, o ciberespaço estava alicerçado na dicotomia mundo real e mundo virtual, pois a hiper mobilidade ainda não era uma realidade, existia a noção de paralelidade. No entanto, após toda a expansão tecnológica, Santaella (2021) afirma:

Mesmo que deixemos de lado o uso, antes tão frequente, do termo “ciberespaço”, é preciso reconhecer que o ciberespaço está tomando conta de todo o espaço que ocupamos, a ponto de não nos darmos mais conta de quando ou onde entramos nele ou saímos dele, pois, na maior parte do tempo, estamos in/off ao mesmo tempo (Santaella, 2021, p. 20).

Assim, ainda de acordo com Santaella (2002, p. 39), “O universo virtual das redes alastrou-se exponencialmente por todo o planeta fazendo emergir um universo paralelo ao universo físico no qual nosso corpo se move”. Deste modo, o ciberespaço e a cibercultura passam a representar um novo modelo de sociedade, caracterizam as formas contemporâneas de comunicação, de relacionamento e de constituição do ser pertencente à era digital.

Portanto, refletir sobre as particularidades do ambiente virtual, as novas formas de comunicação e as práticas sociais e culturais que perpassam os sujeitos na Era digital requer o reconhecimento das novas tecnologias digitais como instrumento de ação social capaz de reformular diversos âmbitos sociais.

Educação linguística no ciberespaço: o saber necessário no século XXI

Há algum tempo a discussão acerca da educação linguística no ambiente virtual tem ganhado força no contexto científico brasileiro, no entanto, por conta de fatores econômicos, sociais e culturais, ainda é perceptível a fragilidade com que a temática é abordada, especialmente no que diz respeito à execução de práticas de letramento no contexto da educação formal.

O termo letramento, no Brasil, surge em meados dos anos de 1980 diante da urgência de dar nome às práticas de leitura escrita que atravessam a simples ação de aprender um sistema de escrita e assumem características sociais, culturais, políticas e geográficas.

Existem diferentes conceitos de letramento sendo criados, discutidos e defendidos por estudiosos da área. Kleiman (2005) classifica o letramento como algo que está conectado aos usos da escrita na sociedade e com os efeitos da língua escrita na modernidade, envolvendo diversas capacidades e conhecimentos. Além disso, está relacionado à leitura de mundo, não apenas leitura no contexto escolar. Kleiman (2005) destaca que:

O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas, como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da Internet. (Kleiman, 2005, p. 21)

Nesse viés, o letramento pode ser compreendido como uma prática social, maneira de estar e se relacionar com o mundo e com a realidade, através das vivências e das aprendizagens adquiridas em qualquer âmbito. Assim, percebido como prática social relacionada à leitura e escrita, logo, o letramento digital apresenta tais características atreladas à leitura e escrita oportunizadas pelos meios digitais.

Dessa maneira, trata-se da capacidade de fazer uso crítico e reflexivo das novas tecnologias, não apenas saber manuseá-las cotidianamente. Ser letrado digitalmente implica em ler, selecionar, organizar, criticar e refletir as informações ou conhecimentos obtidos pelos meios digitais e telas, inclusive no acesso a determinadas fontes por meio da rede.

Cabe, assim, fomentar a discussão acerca da educação linguística ofertada aos usuários e navegantes desse ciberespaço, uma vez que já não se pode dissociar a relação sócio-histórica entre sujeito e as novas tecnologias no século XXI, já que as interações, em larga escala, estão acontecendo por meio do ciberespaço e são alimentadas pela cultura digital emergida deste período de intensa transformação e desenvolvimento tecnológico digital.

Na centralidade da discussão, é necessário perscrutar o conceito teórico dado e adotado à educação linguística para compreender sua relevância e urgência, com ênfase, no contexto virtual/digital. Assim, de acordo com Bagno e Rangel (2005):

Entendemos por educação linguística o conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os demais sistemas semióticos. Desses saberes, evidentemente, também fazem parte as crenças, superstições, representações, mitos e preconceitos que circulam na sociedade em torno da língua/linguagem e que compõem o que se poderia chamar de imaginário linguístico ou, sob outra ótica, de ideologia linguística. Inclui-se também na educação linguística o aprendizado das normas de comportamento linguístico que regem a vida dos diversos grupos sociais, cada vez mais amplos e variados, em que o indivíduo vai ser chamado a se inserir. (Bagno e Rangel, 2005, p. 63)

Em suma, educação linguística diz respeito a obter e expandir as competências acerca da linguagem, de maneira global, sobre a língua materna e quaisquer outras línguas, bem como acerca de

complexos semióticos, ou seja, aqueles cuja manifestação em signos seja utilizada para comunicar.

Ainda, Bagno e Rangel (2005) em seus estudos apontam para a existência da educação linguística institucionalizada, aquela construída e disseminada pela escola-foco da pesquisa – e para suas emergências no contexto social. Eles apontam algumas problemáticas como a distância entre teoria e prática nos estudos da língua, a formação dos professores de línguas, a questão das práticas de letramento, da necessidade de reconhecer as especificidades do português brasileiro, as noções de normas, variação e mudança linguística, o papel da literatura e as áreas de ação que podem ser articuladas para obter êxito na promoção dessa educação linguística.

Sob este enfoque, busca-se, aqui, refletir de que maneira tem sido conduzida essa educação linguística, especialmente no contexto escolar, de pessoas surdas, uma vez que o ambiente virtual possui demandas e características próprias, e que essa reflexão se torna necessária para a ampliação das competências linguísticas e comunicativas de pessoas que navegam no ciberespaço, criam e se apropriam da cibercultura, cuja língua materna é a Libras, e a segunda língua é o português brasileiro.

O sujeito surdo no ciberespaço e suas emergências

Os surdos, ao longo do tempo em sua história, foram colocados às margens da sociedade, em muitos âmbitos, seja comunicacional, econômico, social, cultural, educacional e político, sendo considerados deficientes e incapazes, o que levou em muitos casos à perda de vários direitos e da possibilidade de escolhas (Santos, 2016).

Chang (2023, p. 196) apresenta o começo de uma mudança nos processos comunicacionais a partir da introdução de novas tecnologias e da popularização de ferramentas digitais, iniciando um novo paradigma na produção e disseminação de informação, sugerindo que a comunicação seja o principal obstáculo entre as

pessoas surdas/com dificuldade auditiva perante a comunidade ouvinte e que “as novas tecnologias midiáticas devem trazer novas oportunidades para preencher o espaço comunicativo entre os dois grupos”.

Nesse sentido, é interessante, também, pensar no processo frente às configurações imagéticas por parte dos sujeitos surdos e refletir de que maneira os novos paradigmas da comunicação na era digital interferem no dia a dia e consumo de informação noticiosa por esse público (Chang, 2023, p. 196).

No entanto, Strobell (2008, p. 16) afirma que é necessário levarmos em conta que para o sujeito surdo, a alteridade e a diferença são vistas como manchas para a sociedade, fazendo com que tenham a necessidade de transformação ‘do outro’, fazendo com que sejam moldados os sujeitos para serem iguais, que, portanto, não se encaixam em padrões de semelhança, se tornam alvos fáceis de exclusão social.

[...] o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo. (Strobel, 2008, p. 24).

A transição dos métodos e dos meios de comunicação de massa tradicionais para um sistema organizado em redes de comunicação via internet, implicou em uma multiplicidade de padrões de comunicabilidade e em transformações culturais com muita relevância.

Em meios em que a virtualidade se converte em um aspecto essencial da realidade, a web é uma forma cada vez mais comum para acesso à informação, à cultura e ao entretenimento. Por este motivo, ela está mudando, em todos os sentidos, inclusive, a maneira de se produzir e veicular a televisão e outros meios de comunicação já conhecidos.

Com as tecnologias atuais, a escola pode se transformar em um conjunto de espaços enriquecidos de aprendizagens significativas, presenciais e digitais, que motivem os alunos aprenderem ativamente, a pesquisar o tempo todo, a serem proativos, a saberem tomar iniciativas, a saber interagir (Moran, 2013).

Vivemos, atualmente, em um mundo social mediado por textos de acordo com Barton e Lee (2015, p. 39), cada vez mais globalizado e digitalizado, cremos que as tecnologias podem assumir seu papel também com a educação de surdos, pois, interagir e produzir nos espaços digitais requer lidar com usos de linguagens que se dão pela mistura criativa de recursos linguísticos e semióticos.

De acordo com Schreiber (2015), é uma linguagem que se curva à necessidade de seus interlocutores diversos e que desafia os limites de concepções estruturalistas sobre ela. Pela visão da autora, entendemos que a heterogeneidade e a multiplicidade de recursos linguísticos e semióticos que caracterizam a linguagem nos espaços digitais on-line refletem bem a realidade comunicativa de indivíduos multilíngues, como o caso de pessoas surdas.

Assim, as tecnologias digitais podem ampliar as possibilidades de ensinar e aprender competências novas de leitura e produção de textos que envolvem, para além de palavras em uma ou outra língua, recursos semióticos em diferentes modalidades (Ribeiro 2018, pp. 74–75) e em interação para a produção de sentidos.

Devemos pensar a educação de surdos como um todo, observando as políticas educacionais, as metodologias adotadas de ensino, e acima de tudo, entender o surdo não como a pessoa que apresenta a perda auditiva, mas sim um cidadão que se apresenta em sociedade com uma língua diferente, mas que apresenta as mesmas capacidades e possibilidades que as demais pessoas do país. (Costa *et al.*, 2018).

Considerada um espaço dotado de recursos visuais, a internet facilita a inserção de pessoas surdas, através do ciberespaço, o responsável pela elevação dos seus níveis de letramento, ampliando as possibilidades de comunicação. Assim, revela-se como uma ferramenta com um potencial facilitador, oferecendo um suporte de reapropriação comunicativa dos surdos como tomadores de suas decisões, fato que eleva sua autonomia na medida em que o número de mediadores vai aos poucos reduzindo. Pelas palavras deles “a internet, para os surdos, igual a todas as pessoas: pobres, ricos, surdos, ouvintes, brasileiros ou estrangeiros” (Rosa; Cruz, 2001, p. 43).

A forma em que produzimos os sentidos e, também, como interagimos textualmente, foram transformadas pelas tecnologias digitais. A internet e os ambientes digitais on-line, vêm incentivando novas estéticas, éticas e reconfigurando as participações e na produção on-line (Lankshear; Knobel 2007) e off-line (Barton; Lee 2015).

Levantamentos sobre os usos das tecnologias digitais, Chun (2016) destaca que, quando existe o acesso à internet por parte dos alunos, os impactos nas situações de ensino compreendem a possibilidade de diferentes formas de interação via tecnologias de comunicação; a exposição a conteúdos autênticos nas línguas que se pretende desenvolver e na forma de textos multissemióticos; o acesso a diferentes plataformas que possibilitam o contato com a língua e com aspectos culturais e identitários; o auxílio nos processos de construção identitárias dos alunos; a facilitação no desenvolvimento de competências e habilidades linguísticas; a possibilidade de realização de atividades de leitura e produção de maneira social e não individual e a contribuição com o desenvolvimento da autonomia por parte dos estudantes no que diz respeito aos seus próprios processos de educação linguística.

Portanto, o ciberespaço destacou a necessidade do olhar linguístico em sua importante interação a todos os ambientes de alcances mundiais, assim, enfatizando em alguns pontos o quanto a aquisição correta da língua portuguesa para a pessoa surda como

segunda língua na modalidade escrita e o domínio da Libras como primeira língua possibilitaria a melhor compreensão e interação na vida social de forma ampla.

Considerações finais

A partir do exposto, é válido ressaltar que a valorização acerca da trajetória histórica e cultural dos surdos é de fundamental importância para a inclusão em qualquer área social. Além disso, conhecer as mudanças nos processos comunicacionais é essencial para superação de barreiras atitudinais, como o preconceito e a discriminação acerca da capacidade destas pessoas.

Nessa perspectiva, a introdução das novas tecnologias e da popularização de ferramentas digitais, iniciou uma enorme perspectiva, sugerindo que a comunicação seja o principal obstáculo entre as pessoas surdas ou com dificuldade auditiva perante a comunidade ouvinte e que, as tecnologias midiáticas devem trazer novas oportunidades para preencher o espaço comunicativo entre os dois grupos linguísticos.

No entanto, os surdos percebem o mundo de forma diferente dos ouvintes. A língua de sinais e as suas experiências visuais são os modos pelos quais eles criam meios de percepção e comunicação com o mundo, e ser letrado digitalmente, nesse contexto, implica em ler, selecionar, organizar, criticar e refletir as informações ou conhecimentos obtidos pelos meios digitais e telas, inclusive no acesso a determinadas fontes por meio da rede em ambas as línguas.

Diante da problemática discutida neste trabalho, buscou-se possibilitar reflexões acerca do letramento digital para a pessoa surda, levando em consideração a dinâmica da sociedade contemporânea extremamente conectada, as questões sociais e educacionais que permeiam a comunidade surda e a necessidade de fazer com que essas pessoas tenham acesso aos serviços básicos, a informações e, principalmente, a comunicação com ouvintes por intermédio dessas tecnologias.

Cabe à escola, sob o viés pedagógico, propiciar o desenvolvimento linguístico das pessoas surdas, de maneira que as barreiras comunicacionais sejam minimizadas e que esses alunos consigam se apropriar tanto das ferramentas tecnológicas e digitais, quanto da língua portuguesa e da Libras. Isso significa que essa apropriação só pode de fato acontecer quando o aluno tiver domínio, mesmo que básico, das estruturas linguísticas de ambas as línguas.

Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de não somente inserir o sujeito surdo no ciberespaço, mas propiciar o letramento dessas pessoas baseado nas suas reais necessidades e especificidades, visto que em sua grande maioria, são usuário de tecnologia e não possuem competência linguística na escrita para a leitura e a compreensão da língua portuguesa sendo a mais usada entre os usuários da mesma rede local.

Isso implica em, por meio da língua portuguesa e da Libras, oportunizar atividades em que os surdos compreendam o funcionamento das novas tecnologias digitais, bem como sejam capazes de organizar, selecionar, criticar e explorar as informações produzidas e consumidas nesses espaços virtuais.

Portanto, acredita-se que a inserção e participação efetiva no ambiente virtual é uma excelente maneira de pessoas surdas se apropriarem de recursos que outrora eram inacessíveis para eles por conta das barreiras comunicacionais presentes em suas realidades. Além disso, ressalta-se as diversas possibilidades ofertadas pelos estímulos visuais, característica marcante do ciberespaço, que são extremamente importantes para essas pessoas.

Referências

BAGNO, M.; RANGEL, E. de O. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 5, p. 63-81, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/LdCCsV35tZzGymcnq8DcW5p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 ago. 2023.

- BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BERGMANN, H. M. B. Ciberespaço e cibercultura: novos cenários para a sociedade, a escola e o ensino de geografia. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 43, n. 7, p. 1-6, 2007. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/jano/1612Bergmann.pdf>. Acesso em 16 ago. 2023.
- CHANG, C.-M. New Media, New Technologies and New Communication Opportunities for Deaf/Hard of Hearing People. **International Conference on Communication, Media, Technology and Design**, 24 - 26, Istanbul -Turkey. Nov. 2023.
- CHUN, D. M. The role of technology in SLA research. **Language Learning & Technology**, v. 20, n. 2, p. 98-115, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10125/44463>. Acesso em nov. 2023.
- COSTA, W. C. L.; MENEZES, G. J. B.; BARROSO, R. A. dos S. Bilinguismo: o que dizem alguns professores de surdos? **Revista GPES-Estudos Surdos**, Marabá, v. 1, n. 1, 2018.
- KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.
- KLEIMAN, Â.B. **Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Campinas: UNICAMP/MEC, 2005. Disponível em: <https://cursos.univesp.br/courses/3026/modules/items/241984>. Acesso em 16 ago. 2023.
- LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Sampling “the new” in new literacies. In: LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. (Eds.), **A new literacies sampler**. New York: Peter Lang, 2007. p. 1-24.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MORAN, J. Desafios que as tecnologias digitais nos trazem. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21. ed. Papirus, 2013, p. 30-35.
- RIBEIRO, A. E. **Escrever hoje: palavra, imagem e tecnologias digitais na educação**. São Paulo: Parábola, 2018.
- ROSA, A. da S.; CRUZ, C. C. Internet: fator de inclusão da pessoa surda. **Revista Online da Biblioteca Joel Martins**. Campinas, v. 2, n. 3, p. 38-54, jun. 2001.

SANTAELLA, L. **Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura** na segunda era da internet. São Paulo: Paulus Editora, 2021.

SANTAELLA, L. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 ago. 2023.

SANTOS, A. P. S.; GOES, R. S. de. **Língua brasileira de sinais – Libras**. UNIASSELVI, 2016.

SCHREIBER, B. R. “I Am What I Am”: multilingual identity and digital translanguaging. **Language Learning & Technology**, v. 19, n. 3, p. 69-87, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10125/44434>. Consultado em nov. 2023.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Estratégias do ensino remoto para estudantes surdos na pandemia

Aline de Castro Kaster
Tatiana Bolivar Lebedeff

Introdução

De acordo com Sacks (1998) em torno de 95% das pessoas surdas nascem em lares ouvintes, que desconhecem a língua de sinais. Deste modo, como destaca Velho Dall'Astra (2015) a escola de surdos, a escola bilíngue, na qual a língua de sinais é a língua de instrução, torna-se o espaço privilegiado de aquisição e desenvolvimento dela.

Deste modo, foi possível levantar a hipótese de que os estudantes surdos estariam, durante a Pandemia da Covid-19, em uma situação de vulnerabilidade linguística. A pesquisa aqui apresentada pretendeu compreender os efeitos do distanciamento físico para a educação de surdos durante a pandemia, tendo como pano de fundo a importância da interação social para o desenvolvimento humano a partir dos pressupostos da perspectiva histórico-cultural (Vygotsky, 1991; Oliveira, 1995; Rego, 2007; Figueiredo, 2019; Coelho e Pisoni, 2012).

Para compreender os efeitos do distanciamento em estudantes surdos foram realizadas entrevistas por meio remoto com participantes que eram docentes e discentes de uma Escola Bilíngue de surdos, cuja língua de instrução é a Libras, localizada na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Foram entrevistados três professores e três estudantes. Dentre os seis participantes, quatro (um professor e três estudantes) são surdos.

De acordo com Davis, Setúbal e Espósito (1998), o termo interação social está intimamente ligado à proposta de Vygotsky, pois o autor adota uma visão de homem que é essencialmente social, sendo que é na relação com o outro, numa atividade prática comum, que este, por intermédio da linguagem, acaba por se constituir e se desenvolver enquanto sujeito.

Nesse processo, segundo as autoras, Vygotsky coloca um papel central na linguagem:

Vygotsky acredita que o ser humano, diferentemente do animal, não se encontra limitado a sua própria experiência pessoal e/ou a suas próprias reflexões. Ao contrário, a experiência individual alimenta-se, expande-se e aprofunda-se em especial graças à apropriação da experiência social que é veiculada pela linguagem (Davis; Setúbal; Espósito, 1998, p. 50).

Para esse autor, um dos conceitos mais importantes sobre o desenvolvimento humano é o de Mediação. Oliveira (1995, p. 26) explica que “Mediação, em termos genéricos, é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento”. Acrescenta, além disso, que:

O processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possível as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo (Oliveira, 1995, p. 33).

A mediação linguística, ocorrida durante as interações sociais, entre/com sujeitos surdos deve ocorrer, portanto, em língua de sinais. Esse fato levou à pergunta de pesquisa: “Qual o impacto (ou quais os efeitos) da pandemia na educação de estudantes surdos?”

Davis, Setúbal e Espósito (1998, p. 52) salientam que “quando se fala em interação social, desloca-se a ênfase das ações (físicas ou

mentais) do sujeito para se ressaltar a ação partilhada, ou seja, processos cognitivos realizados não por um único sujeito e sim por vários". As autoras comentam que o processo de construção do conhecimento se manifesta na e pela interação social. Assim, seguem as autoras, a interação com o outro (podendo ser um adulto ou uma criança mais experiente) adquire um caráter estruturante na construção do conhecimento na medida em que fornece, além da dimensão afetiva, desafio e apoio para a atividade cognitiva.

É com base nestas reflexões que é necessário entender o desenvolvimento e aprendizagem das crianças surdas. Seguindo nesta linha de pensamento, Rego (2007, p. 58) salienta que "as características individuais (modo de agir, de pensar, de sentir, valores, conhecimentos, visão de mundo etc.) dependem da interação do ser humano com o meio físico e social". O contexto social, portanto, tem uma relação direta com o desenvolvimento e o processo de aprendizagem de uma forma geral. Em outras palavras, a criança vai aprender no meio em que vive sobre cultura e costumes e vai se identificar com os indivíduos daquele contexto.

Oliveira (1995) destaca que, para Vygotsky, a linguagem tem duas funções básicas: a principal é a de intercâmbio social, para comunicar com seus semelhantes; a segunda é a de pensamento generalizante: "a linguagem ordena o real, agrupando todas as ocorrências de uma mesma classe de objetos, eventos, situações, sob uma mesma categoria conceitual" (Oliveira, 1995, p. 43). A função de pensamento generalizante torna a linguagem um instrumento de pensamento: "a linguagem fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento" (Oliveira, 1995, p. 43). A língua de mediação entre a criança surda e o mundo precisa ser, portanto, a Libras.

Segundo Rego (2007, p. 110), Vygotsky afirma que "construir conhecimentos implica numa ação partilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas."

Além disso, Figueiredo (2019) comenta que Vygotsky (1983):

Ao levar em conta a importância da fala no desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos seres humanos, Vygotsky, em seus escritos, também teceu considerações sobre a linguagem dos surdos. O autor usa o termo 'natural', no sentido biológico das capacidades do homem, para classificar a língua de sinais (Vygotsky, 1983) [...] Para o autor, as crianças surdas devem ter acesso à língua de sinais da mesma forma que as crianças ouvintes têm acesso às línguas orais, ou seja, por meio da interação com outras pessoas (Vygotsky, 1983, 2011). Somente a partir deste processo interativo, a criança surda se desenvolve cognitivamente e emocionalmente (Figueiredo, 2019, p. 32).

Deste modo, sugere-se que a escola bilíngue é o lugar que, de certa maneira, garante que as crianças surdas tenham acesso à língua de sinais. Witches e Lopes (2018) argumentam que a instituição escola está para além de um simples espaço físico para a reunião entre surdos, mas, que deixa uma profunda marca na vida surda. Em razão disso, a defesa da escola bilíngue está presente na comunidade surda, pois a relação entre os pares é muito importante.

Entende-se a escola bilíngue para surdos como um espaço privilegiado para as trocas sociais, espaço de compartilhamentos, brincadeiras entre os pares, a presença do professor fluente em língua de sinais para direcionar as atividades, e para todo o conjunto de interações e comportamentos sociais que colaboram para o desenvolvimento individual. Defende-se a escola para os surdos por se entender que esta não é apenas uma instituição de ensino. De acordo com Witches e Lopes (2018):

No caso dos surdos, há uma estreita relação entre a comunidade e a escola. Harlan Lane (1992, p. 31) diz que, quando perguntados de onde são, "os surdos normalmente respondem recorrendo ao nome da escola [...] a qual foi por eles frequentada". Ou seja, a centralidade da escola, no discurso que institui a diferença por meio da comunidade e da identidade, passa a ser fundamental para que outras formas de regulação social sejam estabelecidas. A escola se evidencia importante, no que diz respeito à comunidade surda, uma

vez que se percebe a existência do movimento de resistência à inclusão de surdos em escolas regulares (Witchs; Lopes, 2018, p. 42).

A língua de sinais permite aos surdos a expressão de todos os sentimentos e conceitos e relatos de movimentos surdos. Defende-se, assim, que o apropriado para a educação dos surdos é uma escola bilíngue, principalmente nos anos iniciais (Lacerda, 2013), período de aquisição da linguagem e construção de identidade. É naquele espaço que a criança vai construir com seus pares a identidade, cultura, porque ali acontece a interação por meio da língua, com outros surdos, professores e a comunidade escolar.

A partir da discussão do papel da interação social no desenvolvimento humano e na compreensão de que a escola bilíngue de surdos é o espaço de língua e linguagem das crianças surdas, é necessário compreender o impacto ou efeitos do distanciamento social ocasionado pela Covid-19 para esses estudantes. Na seção a seguir, serão discutidos os desafios impostos pelo distanciamento social no processo de escolarização.

Desafios do processo de escolarização em tempos de Covid-19

No período da Covid-19, durante o tempo de distanciamento social, foi preciso que a escola se modificasse: inovar em estratégias de ensino, de interação, de uso de tecnologias, entre outros. Entretanto, como comentam Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020) uma das principais dificuldades encontradas pelos professores foi a falta de formações na área de Tecnologias da Informação (TI). O ensino na modalidade a distância, segundo os autores, exige a elaboração de planejamentos prévios, desenvolvidos cuidadosamente, baseados na promoção e motivação de aprendizagens independentes e autônomas, por isso, demanda, pedagogicamente, capacidade quanto ao uso de tecnologias midiáticas, o que não teve hábil de ocorrer.

Como comentam Lebedeff e Grutzmann (2020):

Durante a pandemia ocorreu o açodamento de uma prática desconhecida, para a qual nem docentes nem discentes estavam preparados. Houve a insistência no cumprimento de um tempo não transponível do presencial para a tela, de 800 horas letivas. Telas essas que muitas crianças e adolescentes deste Brasil não possuem e, muitas vezes, nem tiveram a oportunidade de conhecer. Não se sabe, ainda, quais os reais efeitos que esta prática terá nos estudantes, sejam eles os com diferenças ou os que representam a “norma”. (Lebedeff; Grutzmann, 2020, p. 787).

Os professores de surdos, assim como tantos outros, durante a pandemia, tentaram usar mais vídeos, tanto os que já estavam disponíveis na web como os que eram produzidos pelos próprios professores para explicar os conteúdos e atividades em Libras. Entretanto, Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020) encontraram enormes desafios no ensino remoto na escola de surdos e elencam, entre tantos:

[...] desafios encontrados no atendimento remoto, em relação à preocupação existente a respeito dos alunos que se encontram excluídos do acesso ao sistema por inúmeros motivos relatados pelas participantes: a) a questão econômica; b) a língua utilizada no ambiente familiar que se diverge da utilizada pelos alunos; c) a falta de auxílio por parte dos pais; d) as dificuldades na compreensão de enunciados e na resolução das atividades; e) a distância entre as cidades; f) o acesso ao material produzido pela escola, entre muitos outros aqui não mencionados (Shimazaki; Menegassi; Fellini, 2020, p. 14).

As aulas remotas se tornaram completamente diferentes das aulas presenciais, pois antes os professores podiam usar materiais concretos e visuais manipuláveis, atendendo a demanda de uma especificidade surda, que é a visualidade. Os docentes entrevistados por Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020) declararam que as aulas durante a pandemia ocorreram em *home office*, por meio da elaboração de vídeos postados no *Youtube*, videoconferência ou, ainda, por chamadas de vídeo e *WhatsApp*,

além de apostilas impressas entregues aos alunos. Além disso, antes da pandemia, o contato físico era possível, as crianças brincavam com colegas, podendo se abraçar, se tocar nas brincadeiras e nas atividades de aula. Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020) comentam que os estudantes surdos entrevistados em sua pesquisa sobre o ensino remoto reclamaram muito da falta de convivência com os demais colegas.

No momento das aulas remotas, os professores precisaram utilizar muito mais vídeos do que em aulas presenciais. Um dos desafios enfrentados consistiu no fato de que nem todos professores e estudantes possuíam acesso a uma boa internet para enviar os vídeos. Além disso, nem todos os estudantes tinham dispositivos eletrônicos com tecnologia acessível. Machado e Davi (2021) investigaram o ensino remoto para estudantes surdos e concluíram que todos os estudantes, cujas mães foram entrevistadas, possuíam internet fixa em casa e utilizavam os smartphones das mães para acessar as atividades remotas. Uma das entrevistadas relatou enfrentar dificuldades quanto à realização das atividades do filho, pois o único aparelho celular que a residência dispunha estava com defeitos, impossibilitado a participação do estudante nas aulas. Outra dificuldade quanto ao uso dos aparelhos celulares, de acordo com as autoras, era relativa ao tamanho das telas dos celulares, que por serem muito pequenas dificultavam a visualização das atividades.

Acredita-se que, durante a pandemia, as desigualdades sociais ficaram mais evidentes, muitos estudantes podem ter sido prejudicados, uma vez que, sem condições financeiras, não tinham acesso ao ensino remoto nem aos materiais necessários para acessar o conteúdo e informações.

Nesse sentido, Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020) denunciam que:

Concerne que, diante das medidas tomadas, muitas questões foram ignoradas pelos órgãos competentes, como a situação de vulnerabilidade socioeconômica, linguística, física e cognitiva dos

alunos. Desse modo, ao se ofertar o ensino remoto, a exclusão desses alunos torna-se mais um agravante diante da pandemia e das condições impostas e requeridas a muitos deles (Shimazaki; Menegassi; Fellini, 2020, P. 2).

Nesse período de grandes desigualdades os professores e estudantes tentaram se adaptar às aulas remotas, a pandemia impôs a necessidade de criação de grande quantidade de vídeos. Os surdos, de certo modo, já tinham afinidade com esse tipo de material.

Já faz um tempo que a *web* está presente no cotidiano de surdos e, para além de um ambiente de ensino, é um espaço que promove a visibilidade da língua de sinais. Segundo Pinheiro (2011):

A internet toma agora um lugar além das trocas ou encontros virtuais, sendo mais que isso – é um lugar de produção de conhecimentos, culturas, identidades e resistência. É possível afirmar que o ambiente virtual YouTube, nesse contexto midiático, é uma rede social onde se estabelecem relações produtivas. Os surdos, ao fazerem uso desse espaço como consumidores e produtores de sua cultura, estão fazendo circular representações e dando visibilidade à língua de sinais, promovendo um espaço de ensino, comunicação e relação com outros surdos e ouvintes. Trata-se de formas de demarcação cultural por meio do espaço midiático, representando e legitimando a existência de uma cultura surda (Pinheiro, 2011, p. 34).

Entretanto, Prietch (2014) identificou uma séria lacuna no que tange o acesso de tecnologias passíveis de utilização imediata na educação de pessoas surdas, no Brasil. A autora demonstrou que:

[...] no que se refere à literatura, foram identificados 61 trabalhos brasileiros. Dentre estas, 39 são propostas, protótipos, vídeo demonstrativo, ou não foram encontrados para download ou uso online; 17 podem ser disponibilizados mediante contato com os autores; e 05 estão disponíveis para uso online ou para download no Website do projeto (01 pago). Isso significa que do total de 125

trabalhos acadêmico-científicos (nacionais e internacionais) localizados, somente 04 estão disponíveis para uso imediato e sem custos nas escolas brasileiras (Prietch, 2014, p. 168).

A autora encontrou uma realidade tecnológica muito fragilizada em sua pesquisa nas escolas para surdos, sendo que, nas escolas municipais e estaduais de investigadas, foi verificado que as Tecnologias da Informação e Comunicação eram utilizadas minimamente para fins educacionais, e que existia a falta de conhecimento a respeito de onde encontrar e de como utilizar tecnologias como suporte aos estudantes. Nas escolas estaduais pesquisadas, segue Prietch (2014, p. 171) foram encontradas mais tecnologias para uso por estudantes com deficiência visual e foi identificado que “as professoras das salas de recurso são motivadas e produzem tecnologia assistiva *low-tech* para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)”. A autora também compreendeu que nas salas de aula não existia o costume de utilizar tecnologias para fins educacionais. Esta realidade, de acordo com a autora, não é um caso isolado.

Mesmo que o trabalho de Prietch (2014) tenha sido publicado 7 anos antes da pandemia, sabe-se que a realidade não modificou tanto a ponto de garantir a estrutura e formação docente necessárias para dar conta de um ensino totalmente remoto.

Tendo em vista as dificuldades econômicas de tecnológicas para o desenvolvimento do ensino remoto nas escolas de surdo, cabe refletir sobre o possível isolamento linguístico dos alunos surdos.

Como já abordado anteriormente, a maioria dos surdos é de famílias em que seus pais são ouvintes, portanto, para se comunicar com seus filhos é necessário aprender a língua de sinais. Não são todas as famílias de surdos que conhecem e aprendem a falar com seus filhos em língua de sinais, há alguns que utilizam apenas o básico e realizam uma comunicação muito simples. Desta forma, são muitos os surdos que têm dificuldade de comunicação em casa. A história dos surdos se repete e várias situações parecidas são

contadas nas comunidades surdas. Além de viverem com comunicação precária nas próprias casas, outros ambientes são apontados por Carvalho Junior (2020).

De acordo com as minhas experiências como deficiente auditivo em relação ao contato com o público surdo, percebo que a ausência de comunicação entre surdos e ouvintes causa barreiras entre eles, e isso afeta muito o sujeito surdo. E é bastante perceptível que as falhas de comunicação começam em casa (Carvalho Junior, 2020).

O autor complementa ainda que:

[...] os surdos se sentem isolados em várias esferas sociais, incluindo as aulas remotas, os encontros virtuais e a falta de materiais visuais, e o maior impasse entre todas as situações é a falta de comunicação, que engloba todo e qualquer distanciamento. Espera-se que surjam mudanças que possam ampliar a oferta de serviços para inclusão e apoio a esses cidadãos. Não basta ter o intérprete, precisamos de qualificação para todos em qualquer contexto social. (Carvalho Junior, 2020)

Tendo em vista o contexto pandêmico de distanciamento, a precariedade comunicativa nos lares, as dificuldades tecnológicas, surgiram vários questionamentos com relação aos estudantes surdos, como por exemplo: como aprenderão os conteúdos? Como realizarão as atividades? Como receberão informações da escola? De que forma poderão se comunicar com seus professores?

A próxima seção apresenta a metodologia de pesquisa bem como resultados e discussões.

Caminhos de pesquisa

A investigação realizada foi de abordagem qualitativa e de característica descritiva (Paiva, 2019) buscando compreender os efeitos do distanciamento social na escolarização de estudantes

surdos, tendo por pano de fundo, para discussões, a teoria Histórico Cultural.

Por meio da pesquisa procurou-se conhecer, entre outras questões, as estratégias utilizadas por estudantes e professores para garantir a interação social entre eles. Assim, o estudo utilizou a internet como instrumento para coletar as informações por meio de entrevistas de forma online e síncrona, que segundo Felix, 2012):

[...] é possível dizer que as entrevistas narrativas on-line se configuraram como uma estratégia metodológica potente para quem deseja realizar pesquisas com jovens (mas não apenas com eles/as), particularmente porque possibilitam: acessar pessoas de diversos e diferentes lugares;; ampliar os horários/dias em que a pesquisa pode ser realizada; favorecer o anonimato dos/as informantes que o desejarem; realizar vários encontros entre pesquisador/a e informantes e, com isso, propiciar a retomada das conversas já realizadas. (Felix, 2012, p. 149).

Os participantes da pesquisa foram três professores, dois ouvintes e um surdo, e três estudantes surdos. Todas as entrevistas foram realizadas em Libras e depois transcritas para o português. Durante a entrevista com os professores, foi solicitado que eles indicassem estudantes para participarem da pesquisa, os critérios de escolha foram por estudantes que tivessem idade entre 10 e 15 anos e que possuíssem equipamentos tecnológicos com uma internet que possibilitasse o acesso on-line. Foi solicitado que os professores realizassem esta indicação por entender que seriam os mais qualificados por conhecerem a realidade daqueles estudantes no contexto pandêmico. As três estudantes estavam nos anos finais do Ensino Fundamental, os perfis dos participantes são apresentados na tabela 1. Os participantes foram nomeados com nomes de frutas para manter o anonimato.

Tabela 1. Perfis dos participantes

Nome fictício	Papel na Escola	Formação ou ano de escolaridade
Amora	Docente na escola há 8 anos	Graduada em Pedagogia e mestre em Educação
Maçã	Docente na escola Há 3 anos	Graduada em Letras/Português e cursava mestrado em Letras
Pêssego (surdo)	Docente na escola há 23 anos	Graduado em Pedagogia
Laranja	Estudante de 13 anos	Estudava no 7º ano
Cereja	Estudante de 13 anos	Estudava no 7º ano
Framboesa	Estudante de 14 anos	Estudava no 9º ano

Fonte: elaboração própria.

Procedimentos de produção de dados

O primeiro passo foi o contato com a diretora da escola, encaminhando a apresentação do projeto e solicitando liberação para convidar os professores e estudantes. Após o consentimento da diretora, entrou-se em contato com os professores, que prontamente aceitaram participar. Os próprios professores indicaram os estudantes que participaram da pesquisa. Foram encaminhados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido em português (por e-mail) e em libras (pela ferramenta Google Formulários) para os professores e para os responsáveis pelos alunos. Para os alunos, foi enviado um Termo de Assentimento em libras pela ferramenta Google Formulários. Os Termos foram respondidos por meio de vídeos e devolvidos via *WhatsApp*. Salienta-se que os Termos foram novamente sinalizados em Libras no início das entrevistas, momento em que os participantes confirmaram o aceite de participar da pesquisa.

Após a transcrição da libras para o português, os dados foram analisados pela análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 95). A

análise de conteúdo dos dados de entrevistas de participantes surdos que passaram por transcrições da Libras para o português já foi utilizada em outras pesquisas, como as de Lopes e Leite (2011) e Figueiredo e Molon (2016). Esta análise organiza-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

As categorias organizadas para a compreensão dos dados foram as seguintes: a) estratégias dos professores para estabelecer a interação; b) condições tecnológicas dos alunos; c) condições das famílias apoiarem o ensino remoto – comunicação; d) realização das atividades e e) interações fora do espaço do ensino remoto.

A seguir serão apresentados, de forma sintética, os resultados e discussão acerca de cada categoria. Os excertos das entrevistas de até 3 linhas estão no corpo do texto, entre aspas e os de mais de 3 estão como citação recuada.

Estratégias dos professores para estabelecer a interação

Assim como na pesquisa de Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020), que analisou a educação de surdos durante a pandemia, percebeu-se que os professores utilizaram diferentes estratégias para estabelecer interação com os estudantes. A aluna *Framboesa* comenta: “Professores mandam atividade pelo *WhatsApp*, se tiver dúvida pode chamar professor no privado que explica em libras”.

Percebe-se que, para o professor neste momento, o mais importante foi estabelecer a interação para proporcionar o aprendizado, pois os professores se colocaram à disposição para o uso de vídeos via *WhatsApp*. Segundo a fala da estudante *Laranja* as “aulas gravadas no drive”.

A professora *Amora* comenta outras estratégias: “Então não fazemos a vídeo chamada, mas eu gravo fazendo as explicações em língua de sinais. Eu mando as atividades em Word”.

Foi possível perceber que foram utilizados diferentes modos (estratégias) para que os conteúdos chegassem aos estudantes, por

meio de gravações e, também, em arquivo *Word*, que eram inseridos no *WhatsApp* e no *drive*.

O professor *Pêssego* comentou sobre a necessidade de permitir um tempo para que os alunos se encontrassem: “Alguns professores ofereceram depois da aula durante dez minutos para estudantes poderem bater papo para manter contato em Libras e com colegas”.

Esta estratégia de interação foi interessante, pois mantinha os estudantes em contato direto uns com os outros por um tempo, sem estarem envolvidos com os conteúdos, e sim, para uma conversa informal.

Condições tecnológicas dos alunos

Como um dos critérios para a participação dos estudantes era justamente ter condições tecnológicas, os três entrevistados não tiveram queixas maiores acerca de suas condições para o estudo remoto, como a estudante *Cereja*: “Tem internet e está boa, uso em casa, uso celular próprio”.

Esta estudante possuía boa conexão de internet e tinha seu próprio celular para poder acessar o ensino remoto. Percebeu-se que a maioria dos estudantes usam mais celulares do que computador, pois segundo a professora *Maçã*:

Os alunos usam mais o celular. Acho que só um aluno tem computador. Mas não tem câmera nesse computador. Então usa-se a câmera do celular para língua de sinais, e o computador [para acompanhar as aulas] também. Isso é um aluno. Todos os outros usam o celular. É difícil porque as aulas são no Zoom, sabe?

Pode-se perceber a dificuldade de compartilhamentos durante a aula, pois existe uma diferença do uso do Zoom no celular e no computador. No computador todas as pessoas presentes virtualmente nas reuniões podem se ver pois há espaço na tela, porém, na tela do celular apenas quatro participantes podem ser vistos no mesmo momento. Desta forma, na hora da aula, a

professora que estava no computador precisava mediar a interação, então quando um dos estudantes queria interagir, sinalizar, a professora precisava avisar aos outros colegas quem iria “sinalizar”, para então todos procurarem o colega. Esta queixa apareceu, também, nos dados de Machado e Davi (2021), pois as mães entrevistadas comentaram que o problema dos celulares era o tamanho da tela que por ser muito pequena dificultava a visualização das atividades.

Um outro desafio que foi enfrentado pela escola teve a ver com os alunos que possuem deficiências, como comenta o professor *Pêssego*: “Tem uma estudante que é surda e, também, baixa visão. Ela precisa de acesso visual maior do que a tela do computador”.

A escola preocupada com esta situação, tomou a decisão de visitar a estudante. Alguns professores foram até a casa dela para propor o uso de tecnologias adaptadas. A proposta foi a de oferecer uma câmera que foi acoplada a uma televisão. Assim, a estudante teve acesso aos conteúdos e discussões por meio desta tecnologia, com um campo visual ampliado.

A precariedade tecnológica representada na dificuldade de acesso à internet e no tamanho da tela são dados a serem problematizados no ensino de estudantes surdos. Vygotsky comenta que:

Todas as funções psíquicas superiores são processos mediados, e os signos constituem o meio básico para dominá-las e dirigi-las. O signo mediador é incorporado à sua estrutura como parte indispensável, na verdade a parte central do processo como um todo. Na formação de conceitos, esse signo é a palavra, que em princípio tem papel de meio na formação do conceito e, posteriormente, torna-se o seu símbolo (Vygotsky, 1991; p. 48).

Como já discutido, a interação com estudantes surdos deve ser em língua de sinais. Nesse sentido, a mediação pode ser prejudicada pelo tamanho da tela e pela velocidade da internet, que, muitas vezes, interrompia a sinalização, prejudicando a prosódia da libras.

Além disso, a sinalização em tela não permite a visualização adequada dos diferentes parâmetros das Línguas de Sinais.

Condições de as famílias apoiarem o ensino remoto – comunicação

Os dados indicaram que as famílias ajudavam na resolução das atividades, sendo a participação das mães mais ativa do que a dos pais, como comenta a estudante *Framboesa*: “Mãe ajuda temas, pai pouco”. Já a família das estudantes *Cereja* e *Laranja* se comunica muito bem com elas e assim ajudaram nas tarefas escolares, *Cereja* diz: “Comunica bem com a família” e *Laranja*: “Eu e minha família nos comunicamos bem, pais já fizeram curso de Libras”.

Por outro lado, alguns pais precisavam trabalhar fora de casa e não tinham o tempo integral para acompanhar as aulas remotas, este é o caso dos alunos da professora *Amora* pois segundo ela: “Os pais dos meus alunos têm dificuldade de participar das atividades propostas pois trabalham”.

Além disto, alguns pais, com conhecimento precário de Libras, não conseguiam se comunicar com seus filhos. *Amora* também relata que uma mãe pediu para ela explicar para seu filho o porquê de ele precisar dormir à noite e parar de jogar videogame, pois tinha que estar bem-disposto para a aula no dia seguinte. Assim, além das preocupações com as atividades escolares a professora era solicitada a conversar com os estudantes sobre assuntos cotidianos como este.

Na fala da estudante *Framboesa* percebemos da mesma forma uma falha na comunicação quando ela expõe que: “Minha mãe sabe Libras, pai pouco, família sabe pouco, só gesto aponta dedos, pegar. Bater papo muito pouco”. Embora a mãe da estudante seja fluente, percebe-se que *Framboesa* demonstra que tem pouca interação linguística com seu pai.

Os dados são parecidos com os de Machado e Davi (2021), que questionaram mães sobre a participação delas na vida escolar dos filhos, durante a pandemia. Todas as mães foram enfáticas ao afirmar que ajudam com as atividades escolares que eram

encaminhadas para casa. Do grupo, três relataram ter dificuldades de orientar os filhos na realização das atividades de casa por não dominarem a Libras. O estudo de Alves e Gomes (2020) também desvelou a dificuldade das famílias em oferecer suporte ao aprendizado da criança surda, durante a pandemia. A situação de dificuldade de comunicação entre as crianças e suas famílias é preocupante, pois como comenta Rego (2007) a interação da criança com adultos do seu grupo social é fundamental para a formação do comportamento e do pensamento humano.

A dificuldade de interação com as famílias e o distanciamento da escola poderia estar prejudicando linguisticamente alguns alunos, como comentou a professora *Maçã*, que sentiu uma diferença na sinalização de alguns alunos, após a pandemia:

Eu acho que depende. Tem alguns alunos do 6º ano e do 7º ano, eu acho, que pioraram na Libras, porque teve essa diminuição da interação com os amigos, menos bate-papo, mesmo pode vídeo chamada, ficou pouco. Então eu acho que alguns alunos do 6º ano e do 7º ano pioraram, porque a família não sabe Libras.

A professora *Maçã* reforça a diferença de sinalização em alguns estudantes quando comenta:

Mas eu acho que alguns alunos perderam um pouco. Por exemplo, tem uma aluna do 7º ano que percebeu e me avisou: 'Eu não estou entendendo, eu não estou entendendo, tem pouca Libras na minha casa'. Ela já me avisou. Ela perdeu um pouquinho. Eu sinto que alguns deles perderam um pouquinho.

Esta é uma preocupação importante, pois como argumenta Vygotsky (1991, p. 44), "o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos linguísticos do pensamento e pela experiência sociocultural da criança".

Realização das atividades

Esta categoria revelou que depois que os estudantes se adequaram ao ambiente virtual as atividades eram entregues via *WhatsApp* e, também, postadas no Drive, segundo *Laranja*: “Faço atividades escritas e vídeos e mando por *WhatsApp* para professores”, e considerando que no início precisou de um período de adaptação como constatado nas palavras de *Framboesa*: “Não tenho dificuldade nas aulas remotas, no começo 2020, não estava entendendo mexer e 2 dias depois já aprendi e já adaptei rapidinho”.

A professora *Maçã* relata que não se sentiu muito à vontade até se adaptar a esta nova realidade, segundo ela:

Eu sinalizo, e o aluno está longe... eu não consigo... me dá quase vontade de pular na tela e estar na casa do aluno para explicar. Porque eu sinto que o conteúdo é melhor explicado no presencial o remoto é mais difícil. Às vezes eu sinto que eu não consigo explicar perfeitamente. O presencial é melhor.

Ainda sobre as atividades, a professora complementou que:

Às vezes os alunos não conseguem copiar o conteúdo, é difícil, eu mando pelo *WhatsApp* ou pelo Drive as atividades. Porém, se os alunos acharem que as letras estão pequenas para ler pelo celular, eles podem ir na escola pegar a folha impressa, voltam para casa e fazem a atividade. Depois de fazerem as atividades eles pegam esta folha e colam em seus cadernos, mas eu prefiro que os alunos escrevam, copiem, eu acho que fica melhor. Mas sim, dá para ir pegar a folha impressa...

Desta forma, percebe-se que a escola disponibilizou o material impresso para a realização das atividades e assim tentou dar o respaldo necessário para o acesso aos conteúdos trabalhados, para os estudantes que tinham dificuldades com a tecnologia digital.

O professor *Pêssego*, colou-se à disposição dos estudantes para esclarecer suas dúvidas, mas lembrou que apenas nos

horários escolares: “os estudantes podem me chamar no privado se tiver alguma dúvida das atividades. Segunda a sexta, menos no final de semana”.

Sobre a postagem das atividades *Amora* relatou que:

[...] uso as estratégias que dá... Às vezes eu procuro usar uma boa internet para gravar os vídeos, ter uma boa qualidade que ajude com que os alunos prestem mais atenção no vídeo. Vídeos com fundo neutro, ir mostrando o que preciso mostrar na explicação, com fotos e tendo essa qualidade. Aí eu mando a atividade. Mas... Eu coloco esse vídeo no YouTube.

Uma das estratégias desta professora é a utilização de vídeos complementares que segundo ela: “O que eu acho interessante é usar vídeos complementares. Não é o vídeo principal. O principal sou eu quando me gravo em Língua de Sinais. Coloco no *YouTube* mas também subo um vídeo complementar”.

Como retorno dos estudantes a professora explicou que:

Sim, eles mandam fotos/prints pelo Grupo do WhatsApp. Estamos todos no grupo: Eu, a professora de Libras, a diretora, coordenadora, e os membros da família. Então eles mandam as fotos e prints para o grupo do WhatsApp e eu registro. Depois eu salvo e guardo as atividades.

Machado e Davi (2021) referem o papel dos professores durante a pandemia. Comentam que, para os professores o ensino remoto foi desafiador, sobretudo por parte de alguns que não eram muito familiarizados com tecnologias digitais. No entanto, a categoria foi se reinventando por meio de orientações, momentos formativos e estudos autônomos a fim de viabilizar e melhorar a qualidade do trabalho docente.

Interações fora do espaço do ensino remoto

Esta categoria permitiu compreender que a maioria dos estudantes mantiveram contato fora do espaço dedicado aos estudos, inclusive alguns dos entrevistados fizeram visitas presenciais. Acredita-se que outros estudantes que não participaram das entrevistas possam ter se encontrado presencialmente também.

A estudante *Framboesa* comentou: “converso com amigos surdos por webcam fora da aula”. A também estudante *Cereja* relata: “converso com colegas fora de aula por webcam”. Porém, a estudante *Laranja* fala: “não converso fora da aula com seus amigos. Mas vou à casa da amiga, surda com baixa visão”. Já o professor *Pêssego* afirmou, sem muitos detalhes: “estudantes têm contato com surdos fora da aula sim”.

A escola, além dos encontros de *sala de aula*, esteve preocupada com a interação dos estudantes fora deste espaço, para tanto organizou um evento por meio do aplicativo *Zoom*. Para este encontro, convidou um ator surdo para interagir com os estudantes para comemorar o dia da Libras, dia 22 de abril. O ator realizou diferentes atividades de interação com os estudantes e, no momento desta interação, se vestiu de palhaço e fez muitas brincadeiras. Ele é bem popular em algumas comunidades surdas brasileiras.

Nesse sentido, a necessidade em possibilitar momentos de encontro, sejam virtuais ou não, tem a ver com o papel central que a escola de surdos desempenha na vida dos estudantes surdos e que o ensino remoto comprometeu pelo distanciamento social. Machado e Davi (2021) relatam que as mães entrevistadas em sua pesquisa entendem que a escola possui um papel representativo na vida dos filhos surdos, e as narrativas das mães revelam que a escola bilíngue é de fundamental importância na vida do estudante. Foram destacados em suas falas três elementos – autonomia, comunicação e socialização – que demarcam seu papel inclusivo.

Considerações finais

Durante o período de distanciamento social, algumas dificuldades foram encontradas pela maioria dos entrevistados no processo de escolarização, porém, segundo relatos, com o tempo foram se adaptando à nova realidade. Os problemas técnicos de internet, computadores e celulares foram se resolvendo, mesmo que precariamente, no dia a dia.

Teve-se como principal dificuldade a carência de notebooks pela maioria dos estudantes pois a plataforma Zoom não comporta o número de estudantes na chamada quando é realizada no celular, isto prejudicou o andamento das aulas e a interação entre os alunos e professores.

Os professores precisaram desenvolver um trabalho apresentando novas maneiras e diversos materiais para dar conta do ensino, como apresentação de fotos, figuras com legendas, criação de vídeos complementares, entre outros. Além disso, chamou a atenção o fato de que nem todas as famílias são fluentes em Libras, apresentando dificuldades na comunicação na hora de auxiliar nas atividades bem como em momentos de interações triviais. É necessário, portanto, ampliar as habilidades linguísticas das famílias.

Foi possível compreender as dificuldades que tanto professores como estudantes passaram durante a pandemia. O relato de uma das professoras que alguns alunos *perderam* um pouco Libras é preocupante. Ela declara que talvez este fato ocorra pois eles são pequenos e não têm seus próprios celulares, utilizando os celulares dos pais quando estes podem emprestar, além de pouco interagirem com outros surdos. Outra professora relata que alguns estudantes não estavam entendendo as aulas e falou que sentia vontade de “pular na tela e estar bem próximo destes estudantes” para que entendessem a sua explicação.

Por outro lado, os estudantes entrevistados relataram que estavam interagindo normalmente com seus pares surdos, pois já estavam habituados a uma rotina de acesso aos meios virtuais

sociais. Por isso, não tiveram maiores dificuldades de receber instruções por este meio.

O papel da escola foi muito importante para dar condições de acesso ao conhecimento, pois se mobilizou disponibilizando material impresso para os estudantes que não possuíam internet ou outro dispositivo para participar do ensino remoto. No caso específico da estudante surda com baixa visão, a escola teve a preocupação de atender às necessidades educativas especiais, acoplando numa televisão dispositivos para que a estudante pudesse acompanhar os estudos com uma visão ampliada.

Foi possível observar, também, que o léxico da língua de sinais foi ampliado. É uma língua viva e, portanto, vai se moldando para suprir as necessidades de comunicação. Durante a pandemia, vários sinais emergiram e foram divulgados pela comunidade surda como, por exemplo, os sinais de coronavírus, quarentena, pandemia, ensino remoto, entre outros.

Referências

ALVES, J. F.; GOMES, J. de S. Educação de pessoas surdas em tempos de pandemia: linguagem e relações de poder. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. especial, p. 325-338, jun.–out. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51903>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CARVALHO JÚNIOR, C. P. **Impacto das aulas remotas para estudantes com surdez**. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/impacto-das-aulas-remotas-para-estudantes-com-surdez/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

COELHO, L.; PISONI, S. **Vygotsky: sua teoria e a influência na educação**. 2012. Disponível em: https://napne.santarosa.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/27/2019/03/vygotsky_sua_teorica_e_a_influencia_na_educacao-1.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

DAVIS, C.; SETÚBAL, M. A.; ESPÓSITO, Y. Papel e valor das interações sociais em sala de aula. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1168/1173>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FELIX, J. Entrevistas on-line ou algumas pistas de como utilizar bate-papos virtuais em pesquisas na educação e na saúde. In: MEYER, D. E.; PARAISO, M. A. (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

FIGUEIREDO, F. J. Q. **Vygotsky: A Interação no Ensino/Aprendizagem de Língua**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

FIGUEIREDO, S. S.; MOLON, S. I. Preconceito e bullying na constituição de uma professora de Libras: experiências de uma surda. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 56, p. 723-735, set.–dez. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313148347018.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

LACERDA, C. B. F. de. Surdez e linguagem: implicações para as práticas educacionais. In: MELETTI, S. M. F.; KASSAR, M. C. M. (Org.). **Escolarização de Alunos com Deficiências: Desafios e Possibilidades**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 171-202.

LEBEDEFF, T. B.; GRUTZMANN, T. P. Inclusão escolar, ensino de matemática e pandemia: algumas considerações. **RBECM**, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p. 777-789, ed. espec. 2020. Disponível em: <http://see.r.upf.br/index.php/rbecm/article/view/11835>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LOPES, M. A. de C.; LEITE, L. P. Concepções de surdez: a visão do surdo que se comunica em língua de sinais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n. 2, p. 305-320, ago. 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 fev. 2024.

MACHADO, L. B.; DAVI, L. M. O papel de mães frente à educação e inclusão de estudantes surdos em tempos de pandemia. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 8, n. 1, p. 55-70, jan.–jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/12454/8288>. Acesso em: 28 set. 2021.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

PAIVA, V. L. M. de O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

PINHEIRO, D. Produções surdas no YouTube: consumindo a cultura. In: KARNOPP, K.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Org.). **Cultura Surda na Contemporaneidade**: Negociações, Intercorrências e Provocações. Canoas: Ed. da ULBRA, 2011, p. 29-40.

PRIETCH, S. **Aceitação de tecnologia por estudantes surdos na perspectiva da educação inclusiva**. Tese (Doutorado em Educação Inclusiva) — Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185152>. Acesso em: 20 jan. 2022.

REGO, T.C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHIMAZAKI, E. M.; MENEGASSI, R. J.; FELLINI, D. G. N. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015476, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15476>. Acesso em: 22 jan. 2022.

VELHO DALL’ASTRA, P. A importância da língua de sinais para a pessoa surda: a noção de inclusão associada ao sentimento de pertencimento no espaço escolar. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 28, n. 51, p. 117-129, jan.-abr. 2015.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L.S. **Obras Completas**. Tomo cinco. Fundamentos de Defctologia. Havana: Editorial Pueblo Educación, 1983.

WITCHS, P. H.; LOPES, M. C. Forma de vida surda e seus marcadores culturais. **Educação em Revista [online]**, v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698184713>. Acesso em: 2 fev. 2022.

Leitura e produção de textos na educação básica: o trabalho com a notícia do site sensacionalista

Juliane Nogueira de Sá

Introdução

Há um tempo pesquisas sobre o ensino de Língua Portuguesa vêm problematizando certa artificialidade em práticas escolarizadas de leitura e produção textual que se restringem a exercícios a serem cumpridos pelo aluno, normalmente a partir do livro didático, e à escrita de redações apenas para o professor avaliar. Geraldi, desde 1981, vem contribuindo com as reflexões em torno do ensino de língua, por meio de proposta pautada na articulação entre práticas de leitura, produção textual e análise linguística e informada teoricamente pela concepção de linguagem como “interação”. Para ele, a prática de leitura de textos curtos, desenvolvida em profundidade e em “grande grupo”, ou seja, por alunos e professor em diálogo, pode contribuir para a prática de produção de textos.

Assim, o conjunto de sugestões apresentadas em detalhes na coletânea “O texto na sala de aula” (Geraldi, 1997) serviu de base a propostas pedagógicas de alguns municípios e estados brasileiros e, também, aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nesse sentido, os PCN de Língua Portuguesa para o ensino fundamental (Brasil, 1998) trazem a concepção de leitura como um processo, em que o leitor exerce um trabalho ativo de compreensão do texto. Segundo o documento, o processo de leitura não implica um leitor que apenas extraia informação do texto, mas sim que seja capaz de utilizar diversas estratégias como, por exemplo, as que envolvem seleção, antecipação, inferência e verificação.

Ainda segundo os PCN (Brasil, 1998), um dos objetivos da leitura no ensino fundamental é fazer com que o aluno articule conhecimentos prévios e informações textuais para que possa dar conta de ambiguidades, ironias, opiniões, valores implícitos e intenções do texto. Além disso, é preciso que o aluno saiba identificar as diversas vozes e os pontos de vista presentes em um texto para se posicionar de forma crítica e, também, possa confrontá-lo com outros textos e opiniões. Nesse sentido, as práticas de leitura em sala de aula têm de envolver o reconhecimento do que está implícito em um texto e, além disso, a reflexão sobre a diversidade de vozes presentes em um texto, como acontece, por exemplo, com notícias do site Sensacionalista, que remetem dialogicamente a textos anteriores.

Assim como os PCN, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) assume também a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, de maneira a evidenciar a centralidade do texto e a buscar suas relações com os contextos de produção. Em se tratando do eixo de leitura, a BNCC (Brasil, 2018) orienta a identificação das diversas perspectivas ou vozes existentes nos textos e a reflexão sobre seus efeitos de sentido. O documento apresenta outras orientações importantes, tais como: “estabelecer relações de intertextualidade e interdiscursividade que permitam a identificação e compreensão dos diferentes posicionamentos e/ou perspectivas em jogo, do papel da paráfrase e de produções como as paródias e a estilizações” e “identificar implícitos e os efeitos de sentido decorrentes de determinados usos expressivos da linguagem, da pontuação e de outras notações, da escolha de determinadas palavras ou expressões e identificar efeitos de ironia ou humor.” (Brasil, 2018, p. 73)

Em relação ao eixo de prática de produção de textos, as orientações contemplam os aspectos temáticos, composicionais e estilísticos dos gêneros sugeridos para a produção de textos, relacionando tais aspectos. Além disso, a BNCC orienta, assim como nos PCN, o desenvolvimento de estratégias de planejamento, revisão, edição, reescrita e avaliação de textos, tendo em vista “sua

adequação aos contextos em que foram produzidos, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semioses apropriadas a esse contexto, os enunciadores envolvidos, o gênero, o suporte, a esfera/campo de circulação, adequação à norma-padrão etc.” (Brasil, 2018, p. 78)

Como tais questões estão sempre em construção na escola e, também, na vida, entendemos necessários estudos que visem à reflexão sobre práticas de leitura e de produção de textos que considerem as questões de dialogismo, intertextualidade, ironia e humor na construção de sentidos do texto. Dessa forma, realizamos uma pesquisa-ação em escola pública de ensino fundamental, localizada no município da Serra, estado do Espírito Santo, a fim de aplicar uma sequência didática (SD) elaborada para o trabalho com notícias, especialmente, as veiculadas pelo site Sensacionalista, que foram selecionadas pelo fato de serem notícias fictícias, mas baseadas em fatos, e por apresentarem características singulares, como ironia e humor.

A opção por trabalhar com o gênero notícia na SD surgiu após os alunos realizarem uma atividade do livro didático sobre o gênero. A perspectiva apresentada pelo manual didático é sempre a da notícia tradicional. Todavia, nosso objetivo era ampliar esse universo de notícias. Assim, percebemos que o estudo e a produção de uma notícia, sob a ótica de Bakhtin (1993), poderia ir além do que foi proposto pelo livro. Acreditamos, portanto, que, sob a perspectiva dialógica, seja possível abordar o gênero em uma dimensão mais ampla, incentivar e proporcionar a leitura e a discussão de diversos exemplares do gênero nos mais diversos suportes midiáticos, estimular a escrita e reescrita das produções textuais dos alunos. É importante ressaltar que este capítulo apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada no curso de Doutorado em Estudos Linguísticos, do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de Linguística Aplicada.

Assim, além das considerações iniciais e finais, este capítulo está organizado em quatro seções: na primeira, discutimos as

noções de dialogismo e intertextualidade, de acordo com a teoria bakhtiniana; na segunda, abordamos os gêneros discursivos, trazendo de modo específico as notícias do site Sensacionalista e o bilhete orientador; na terceira, apresentamos a metodologia da pesquisa realizada; na quarta, analisamos uma notícia produzida pelos alunos e também os episódios de sala de aula, buscando reconhecer indícios do trabalho da SD na produção do texto.

Dialogismo e intertextualidade

Segundo a teoria bakhtiniana, o dialogismo confirma a natureza sociocultural do enunciado. Em uma atividade de linguagem, ao interagir com seu interlocutor, o indivíduo recebe dele influências e pode alterar a organização do enunciado em função disso. O dialogismo também evidencia a natureza contextual da interação e o aspecto sociocultural dos contextos, pois é por meio deles que as interações se concretizam.

Bakhtin considera toda enunciação como sendo um ato responsivo, ou seja, uma resposta advinda do contexto. Além disso, o dialogismo defendido pelo autor tem como base a concepção sociointeracional da linguagem, de modo que “[...]as práticas discursivas e não as estruturas linguísticas constituem o cerne do princípio dialógico. Nele, práticas discursivas e estruturas linguísticas se determinam e se influenciam mutuamente.” (Brait, 2005, p. 30) Para o pensador russo, todo texto é duplamente dialógico, pois possui uma relação dialógica entre os interlocutores, o dialogismo, e uma relação dialógica com outros textos, a intertextualidade.

Na concepção de Bakhtin, portanto, toda enunciação constitui um grande diálogo, no sentido de que participa do ininterrupto processo de interação verbal que liga locutor e interlocutor, ambos inseridos numa “situação social mais imediata” e num “meio social” que determinam seu discurso. Para Bakhtin,

[...] todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. [...] O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante do diálogo social. (Bakhtin, 1993, p. 86)

Para tratar da intertextualidade, Koch (1998) parte da concepção de Beaugrande e Dressler (1984), segundo os quais a intertextualidade deve ser entendida como a relação existente entre a produção e a recepção de um determinado texto e o conhecimento de outros textos com os quais se relaciona.

Koch, entretanto, amplia essa noção, atribuindo à intertextualidade um sentido amplo e um sentido restrito. Em sentido amplo, a intertextualidade ocorre sempre implicitamente e corresponde à interdiscursividade, uma vez que o intertexto constitui condição de existência do próprio discurso. Já em sentido restrito, a intertextualidade ocorre tanto implícita quanto explicitamente e corresponde à relação efetiva de um texto com outros textos previamente existentes. Para ela, há quatro tipos de intertextualidade em sentido restrito: 1) de conteúdo x de forma e conteúdo, que ocorre, por exemplo, entre textos científicos de mesma área do conhecimento ou entre textos literários de mesma escola ou de mesmo gênero; 2) explícita ou implícita, que ocorre, respectivamente, quando o texto apresenta citação da fonte do intertexto, ou então, sem a citação expressa da fonte, ficando, neste caso, o leitor com a tarefa de recuperá-la na memória, para assim construir o sentido do texto; 3) das semelhanças x das diferenças, que ocorre, respectivamente, quando ao texto se incorpora o intertexto para seguir-lhe a orientação argumentativa, ou então, para mostrar sua improcedência; 4) com intertexto alheio (intertextualidade propriamente dita), com intertexto próprio

(intratextualidade) ou com intertexto atribuído a um enunciador genérico (autotextualidade). (Koch, 1998, p. 48-50)

De modo geral, os teóricos concebem a intertextualidade como fator essencial para a produção de um texto. De fato, já não podemos observar um texto apenas em relação ao que lhe é imanente, mas, sobretudo, em relação aos outros textos com os quais dialoga, uma vez que são intertextuais, por definição, as operações em ação em um texto. Geralmente, na escola, as atividades de leitura e de produção de textos desconsideram a memória intertextual dos alunos, sujeitos leitores/autores de textos, o que, segundo Sampaio (2013), pode inviabilizar o processo de leitura de um texto ou a produção escrita. Compreendemos que a intertextualidade é de suma importância em atividades de leitura na sala de aula, pois possibilita ao aluno levar para essas atividades suas experiências em leitura de outros textos. É por meio de paródias, citações, resumos, entre outros, que os sentidos dos textos são construídos, já que assim também podemos encontrar ligações com outros textos.

Dessa forma, na sala de aula, acreditamos que é preciso, nas atividades de leitura e produção de textos, propiciar o estudo da intertextualidade. Nessa perspectiva, o aluno deixa de ser visto como passivo e passa a ser compreendido como sujeito ativo, que (re)constrói conhecimento por meio da interação com o professor e, também, com os colegas de classe.

Gêneros discursivos: a notícia do site Sensacionalista e o bilhete orientador

Entendendo a linguagem como interação social, que se realiza sob a forma de enunciados concretos, Bakhtin afirma que cada enunciado vai refletir as condições e as finalidades das esferas de comunicação

[...] não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais,

fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (Bakhtin, 2003, p. 279)

Ao tratar do enunciado como “unidade real da comunicação verbal”, Bakhtin aponta elementos responsáveis pela constituição dos gêneros: conteúdo temático, estilo, construção composicional, esfera discursiva, querer-dizer do locutor, acabamento do enunciado, alternância do sujeito falante e exauribilidade do objeto de sentido. Esses elementos são inerentes ao enunciado como um todo e são determinados pelas especificidades de cada campo da atividade humana.

Nesta pesquisa, refletimos mais especificamente sobre os três primeiros elementos, ou seja, conteúdo temático, estilo e construção composicional. Começamos, portanto, pelo conteúdo temático, que pode ser considerado como o que podemos dizer por meio de um determinado gênero discursivo. Assim, este elemento se refere a um conjunto de temáticas de um dado campo, tendo em vista o que pode ser dito dentro de um determinado campo da atividade humana.

Bakhtin (2003) também faz considerações acerca do estilo presente nos gêneros, que diz respeito à seleção dos recursos lexicais, gramaticais e fraseológicos da língua. Em cada campo da atividade humana, existem gêneros que correspondem às condições específicas deste campo, assim, também há determinados estilos, conteúdos temáticos e estruturas composicionais relativamente estáveis. Em relação ao estilo, Bakhtin (2003) esclarece que

[...] em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses

gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. (Bakhtin, 2003, p. 266)

O último elemento, a construção composicional, também está relacionado às especificidades dos campos da atividade humana. Ele se refere às características comuns de um determinado gênero discursivo, oriundas de situações recorrentes e compartilhadas por textos pertencentes ao gênero. Assim, os gêneros possuem construções composicionais relativamente estáveis, devido ao campo ao qual pertencem e às situações recorrentes.

Nesta pesquisa, focalizamos o gênero notícia, mais especificamente, a notícia do site Sensacionalista, que não está presente no livro didático da turma que participou da pesquisa e é relevante como prática social. O objetivo principal do site Sensacionalista é criar notícias fictícias, baseadas em fatos e com assuntos que estão sendo comentados pela mídia, utilizando a ironia e o humor. Porém, o Sensacionalista vai além do riso. Também é seu objetivo fazer críticas sociais. Segundo Coelho, Maia e Soares (2016), o humor produzido pelo site tende a instigar o leitor a refletir criticamente acerca do conteúdo em pauta. Conceição e Domingos (2012) acreditam que o site apresenta conteúdo crítico, alcançando um grande público, utiliza uma linguagem acessível e o humor como recurso bem aceito. Dessa forma, o site provoca o riso e, também, estimula a criticidade.

O discurso irônico está presente nas notícias, gerando o efeito humorístico, só sendo possível percebê-lo se o leitor entender o que está implícito. O estilo de humor do Sensacionalista é crítico, irônico, bem articulado e utiliza bastante a sátira. Esse humor “exige muito da capacidade intelectual e interpretativa do internauta, que precisa ter bagagem cultural e estar sempre atualizado acerca dos

acontecimentos do mundo real em todas as esferas, seja em nível local ou mundial”. (Rocha; Veloso, 2015, p. 15)

Em relação aos conteúdos das notícias, é importante que estejam ligados à vida real, podendo ser entendidos como verdade. Os acontecimentos reais são, portanto, imprescindíveis para o desenvolvimento das notícias do Sensacionalista: “O efeito cômico e, mais ainda o efeito crítico, só se aplica e alcança efetividade quando o público possui conhecimento dos temas envolvidos. Há uma espécie de pacto entre o site e o internauta”. (Rocha; Veloso, 2015, p. 9)

Dessa forma, nesta pesquisa, optamos por notícias relacionadas a acontecimentos reais, que repercutem na mídia e que podem propiciar o desenvolvimento da criticidade dos alunos. Em 2018, ano em que realizamos a pesquisa-ação, houve as eleições e a Copa do Mundo. Como se trata de eventos que interessam a uma boa parte da população, inclusive aos alunos, resolvemos trabalhar com a turma notícias do Sensacionalista e de outros sites sobre política, educação e Copa do Mundo. Buscamos conectar todos os assuntos e trabalhamos com os alunos intertextualidade, ironia e humor.

Além disso, entendendo que o processo de produção textual, composto por planejamento, realização de atividades e avaliação, não é simples e pode ser um desafio para o docente, é preciso considerar práticas pedagógicas, como a utilização do gênero bilhete orientador, que possam ajudá-lo nesse processo. Para Fuzer (2012), esse gênero é considerado relativamente novo. Sua função básica “é elogiar o que foi feito adequadamente pelo aluno e/ou cobrar o que não foi feito, fornecendo instruções e sugestões do que e como fazer” (Fuzer, 2012, p. 218).

Dessa forma, por meio do bilhete orientador, é possível dialogar com o aluno e encaminhá-lo para a reescrita do seu texto, identificando os problemas e sugerindo possíveis soluções. Assim, o discente começa a olhar para o próprio o texto e a realizar alterações automotivadas. Mangabeira, Costa e Simões (2011) dizem que isso permite que o aluno “se posicione como autor de seu texto, que escreva para um determinado interlocutor, com

determinados objetivos, sendo ambos relativos à situação de interlocução proposta pela tarefa pedagógica a que seu texto responde” (Mangabeira; Costa; Simões, 2011, p. 296).

A pesquisa-ação realizada

Escolhemos, para este trabalho, a pesquisa qualitativa designada como pesquisa-ação integral e sistêmica (PAIS). Para Morin (2006), a PAIS é uma metodologia que requer que o pesquisador seja também ator, isto é, ele precisa observar, interagir e participar. O autor conceitua a PAIS, dizendo que é “[...] uma metodologia de pesquisa que utiliza o pensamento sistêmico [...] para modelar um fenômeno complexo ativo em um ambiente igualmente em evolução, no intuito de permitir a um ator coletivo de intervir nele para induzir uma mudança” (Morin, 2006, p. 91).

A partir da reflexão e da ação, o pesquisador participante ou ator pesquisador procura estratégias para minimizar dificuldades, tornando-se “autoprodutor e criador [...] agindo como fazendo parte de um coletivo em um processo irreversível, devendo se adaptar constantemente” (Morin, 2006, p. 100).

A pesquisa-ação foi desenvolvida em uma instituição de ensino fundamental, localizada no município da Serra, no bairro Vista da Serra II, no estado do Espírito Santo, no ano de 2018. A escola pertence à rede pública municipal de ensino. Os alunos que participaram da pesquisa são do sétimo ano do ensino fundamental e possuem entre 12 e 14 anos. Muitos moram no bairro Vista da Serra II e, outros, em bairros próximos à escola, como Vista da Serra I, Planalto Serrano e Campinho, todos localizados no município da Serra.

Em relação à SD, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) conceituam-na como ferramenta didático-metodológica, por isso a relevância de se compreender como ela funciona. Segundo os autores, a SD

[...] é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito [...] Uma

sequência didática tem, precisamente, a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 97).

Compreendemos que a SD constitui um planejamento que fizemos com vistas a propor um trabalho de leitura e produção de notícias, considerando que esse gênero compunha um dos conteúdos do currículo da turma do 7º ano. Todavia, o livro didático adotado pela escola não nos permitia um trabalho para além das questões tradicionais de uma notícia.

O planejamento foi feito para que a SD acontecesse em 10 encontros de 50 minutos, no segundo semestre de 2018. Para o primeiro encontro, planejamos uma conversa com os alunos sobre a situação comunicativa proposta, de modo a mostrar a organização da SD: em primeiro lugar, destacando que seria um trabalho em grupos de 6 pessoas, de modo que os integrantes de cada grupo pudessem interagir e também pudessem elaborar, de forma colaborativa, uma notícia; em segundo, chamando a atenção para as diversas atividades sobre o gênero a serem feitas no decorrer dos módulos da SD, como a leitura de textos jornalísticos do site Sensacionalista, Folha Vitória, entre outros; em terceiro, considerando a importância de aspectos como a intertextualidade, a ironia, o humor e a crítica na construção de notícias; em quarto, buscando deixar clara a importância da atividade de reescrita da produção inicial, para o que são fundamentais as atividades desenvolvidas nos módulos.

É importante esclarecer que existe uma diferença relevante entre o gênero notícia com um conteúdo jornalístico devidamente apurado, comprometido com a realidade dos fatos, e o gênero notícia com conteúdo irônico/ humorístico, sem apuração jornalística, baseado em fatos e comprometido com a produção do riso e da crítica, conforme estudado pelos alunos no decorrer da SD.

Para a apresentação da situação, planejamos a leitura e discussão da seguinte notícia do site Sensacionalista:

Torcedor que comprou TV de 60' para ver a copa lembra que em seguida vem a campanha eleitoral e deprime

Já é tradição do brasileiro comprar TV nova para assistir aos jogos da Copa. Foi o que aconteceu com o torcedor Silas Ferreira, que comprou uma TV de 60 polegadas em 24 prestações e até essa semana estava muito feliz com sua nova aquisição.

O problema é que nos últimos dias, Silas percebeu que sua alegria vai durar pouco. Os dois dias sem jogos dessa semana mostraram ao sofrido torcedor a dura realidade. A Copa está acabando.

Mas, o que mais deprime esse ávido torcedor e muitos outros milhares espalhados pelo Brasil, não é apenas o final da Copa, mas a proximidade das propagandas eleitorais gratuitas. E com a compra de TVs melhores, o brasileiro será obrigado a ver a cara de pau dos políticos em alta resolução. 'Não existe um candidato que preste. Mais triste que a incerteza do hexa, é a certeza da derrota nas urnas', disse Silas.

Ele ainda concluiu seu pensamento usando uma famosa frase da ex presidente Dilma. '...ninguém vai ganhar, nem perder. Vai todo mundo perder'.

Na produção inicial, há a primeira escrita do texto que, nesta pesquisa, foi planejada para ocorrer em grupo. Para a produção das notícias, delineamos duas propostas, a fim de nos aproximarmos do cotidiano dos alunos: a primeira com vistas a que os alunos analisassem a situação da escola e pensassem o que eles gostariam que melhorasse nela; já a segunda tinha o objetivo de que eles pensassem em seus bairros e pudessem manifestar o que eles gostariam que melhorasse neles. Importa ressaltar que o objetivo era deixar os grupos à vontade para a criação de uma notícia sobre assuntos verdadeiros ou fictícios, ambos com ironia e humor, por exemplo, visto que o intuito era a produção de notícias parecidas com as veiculadas pelo site Sensacionalista.

Considerando que é por meio das produções iniciais que o professor pode observar quais são as dificuldades encontradas pelos alunos e trabalhá-las com eles, delineamos três módulos, de maneira que pudéssemos contar com flexibilidade em seu

desenvolvimento. No primeiro módulo, consideramos a leitura da reportagem *Copa da Rússia chegou e Brasil ainda não terminou 41 obras de 2014*, do site BBC, e também de uma notícia do site Sensacionalista, que apresentaremos a seguir. Ressaltamos que, a partir desses textos, planejamos um trabalho de análise e discussão, considerando o humor e a ironia, características presentes em notícias do Sensacionalista.

Alunos desviam lanche da cantina duas semanas após escola inserir aulas de Política na grade curricular

Uma escola particular do Rio de Janeiro resolveu colocar a disciplina Política na grade curricular dos alunos do Ensino Médio a partir deste ano letivo. Após duas semanas de aulas e o recesso do carnaval, a diretora descobriu que parte dos lanches da cantina não estava chegando aos alunos do turno da tarde e constatou irregularidades no estoque. “Abastecemos com Cola Cola e os alunos da tarde só conseguiam comprar Guaraná Dolly, por exemplo. Fui investigar isso depois que os pais entraram em contato falando isso”, comentou Lúcia Magalhães, a diretora.

A “tia da cantina”, Ana Maria, foi a primeira investigada e, após ser pressionada, delatou o esquema montado pelos alunos o Ensino Médio, que estariam desviando os produtos melhores do estoque para abastecer festas de aniversário e substituindo por produtos inferiores.

“Não sei se devemos comemorar pelos bons resultados das aulas de Política ou punir os responsáveis. Foram só duas aulas e já estão desse jeito. Se continuarem assim, se darão bem em qualquer cargo político, aprenderam muito bem”, declarou Lúcia Magalhães.

Além deste fato, a direção ainda investiga um rombo no fundo de formatura do 3º ano. As investigações seguem em segredo e devem ser concluídas até o próximo conselho de classe.

No segundo módulo, consideramos a leitura do texto *Novo secretário garante que prioridade será concluir obras paralisadas*, do site Folha Vitória, e da primeira notícia que eles estudaram *Torcedor que comprou TV de 60' para ver a copa lembra que em seguida vem a campanha eleitoral e deprime*, a partir das quais seriam feitas

atividades de análise, discussão e estudo de conteúdo temático, estrutura composicional e estilo dos textos, sem dissociá-los. Já no terceiro, a proposta estaria relacionada com a leitura da notícia do site Sensacionalista apresentada a seguir e, também, atividade de análise, discussão e estudo de intertextualidade, sempre em uma perspectiva dialógica:

Brasil cai no ranking da educação e políticos corruptos comemoram nova geração de eleitores

Políticos comemoraram o resultado da pesquisa mundial de educação que colocou o país nos últimos lugares. “Vamos ter eleitores por muito tempo”, disse o líder da bancada analfabetista.

O Brasil caiu no ranking mundial de educação e pode ir para a segunda divisão. O país ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática.

No país, estudantes comemoraram a posição 66 em matemática: “Pelo menos ficamos na frente de quem estava em décimo”, disse um aluno.

Na última etapa, a produção final, a proposta era o discente desenvolver o que aprendeu durante os módulos, considerando-se assim todo o processo em que ele se envolveu no decorrer da SD.

Como planejamento, essa SD tinha de considerar o processo de produção das notícias e, nesse sentido, ela não representa um *modelo* para o trabalho com leitura e produção de notícias, mas sim uma possibilidade de se pensar atividades que oportunizassem o trabalho com textos, mas também que fosse flexível de modo que o docente pudesse reordenar a trajetória a depender das necessidades para as quais os alunos apontassem no processo.

Nesse sentido, consideraremos aqui tanto a análise dos textos que foram produzidos pelos alunos quanto os episódios de sala de aula que podem dizer muito sobre o processo de escrita e reescrita.

Análise e discussão dos resultados

A SD, conforme planejado, foi desenvolvida por cinco grupos de alunos. Sendo assim, na etapa de produção final dos textos, cinco notícias foram produzidas, sendo três acerca da primeira proposta, que colocava o foco na escola, e duas sobre a segunda, que enfocava o bairro. Das cinco notícias produzidas, selecionamos uma para apresentar a análise.

A escrita da notícia em sala de aula

A escola EMEF “PF” ultimamente tem passado por uma situação precária, ela precisa rapidamente de uma reforma

Ela nessecita de uma boa reforma porque em algumas salas tem faltado seramica, janelas quebradas, goteiras na quadra, ventiladores quebrados, armarios sem tranca, carteiras quebradas e entre outros.

Mas o que podemos fazer? a unica coisa que nos resta é reclamar com o nada, porque ninguém quer nos escutar.

E o que eu ouço muito é que está escola esta caindo aos pedaços, mas é uma verdade, como que um pai ou mãe vão mandar o seu filho para um campo minado...

Como já dissemos, sugerimos aos grupos duas propostas: analisar a situação da escola, que possui problemas em sua estrutura, ou a do bairro, que possui problemas de infraestrutura, como ruas sem calçamento, e, também, a questão da violência, e pensar possíveis melhorias. O grupo acima opta por falar de problemas relacionados à escola deles. Podemos observar que os alunos enfatizam a necessidade de uma reforma, mencionam o fato de reclamarem e não serem ouvidos e dos pais terem receio de mandar seus filhos à escola.

É lamentável que os alunos tenham que conviver com os problemas relatados, que são reais. Estudar em uma escola com boa infraestrutura é o mínimo que os órgãos competentes deveriam oferecer a fim de proporcionar um ambiente salubre para os alunos

estudarem. Podemos perceber que este grupo fez um desabafo em forma de texto, demonstrando que estão cansados de conviver com tantas adversidades. Além disso, falam sobre a falta de atenção dada a eles quando reclamam, deixando nítida a ausência de diálogo.

Antes da produção inicial, os alunos conheceram e analisaram uma notícia do site Sensacionalista. Também conversamos sobre as notícias de outros sites que eles já tinham lido. Dessa forma, acerca das características das notícias, os alunos perceberam que ambas possuem título, parágrafos e citação de nomes. Podemos notar, na notícia acima, que o grupo utilizou parágrafos, porém não escreveu título e citação, por exemplo.

Acerca do último parágrafo do texto, ou seja, “E o que eu ouço muito é que está escola esta caindo aos pedaços, mas é uma verdade, como que um pai ou mãe vão mandar o seu filho para um campo minado...”, é interessante percebermos que o grupo utilizou expressões como “caindo aos pedaços” e “campo minado”, a fim de gerar humor e ironia, respectivamente. A primeira expressão visa demonstrar que a infraestrutura da escola realmente não está boa, já a segunda, que andar por ela pode ser arriscado, pois além dos problemas visíveis existem também os invisíveis.

Cabe destacar que, antes da primeira produção, conversamos brevemente com a turma sobre o humor presente nas notícias do Sensacionalista. Frisamos que esse humor objetiva fazer o leitor a pensar criticamente sobre o assunto em pauta, já que “não seria intenção do site apenas fazer brincadeira com a tragédia, mas também efetuar alguma crítica social ou de costumes”. (Coelho; Maia; Soares, 2016, p. 9).

A seguir, reproduziremos o bilhete orientador, que foi encaminhado juntamente com a notícia produzida pelo grupo. Importa dizer que o uso deste gênero no processo de produção textual permite que o aluno “se posicione como autor de seu texto, que escreva para um determinado interlocutor, com determinados objetivos, sendo ambos relativos à situação de interlocução proposta pela tarefa pedagógica a que seu texto responde” (Mangabeira; Costa; Simões, 2011, p. 296).

Queridos alunos,

A notícia de vocês ficou excelente! Gostei muito da forma como abordaram o assunto. Contudo, sugiro a vocês alguns ajustes, para tornarmos o texto de vocês ainda melhor. O que acham de tentarmos?

O que vocês acham de criar um título para a notícia?

O que vocês acham de, no terceiro parágrafo, por exemplo, escrever uma citação com humor irônico?

Os termos destacados poderiam ser revisados. Vocês poderiam consultar um dicionário, um livro ou o professor para isso.

Feitos esses ajustes, a notícia de vocês ficará ainda melhor.

Aguardo para reler o texto e ver como ficou. Boa reescrita!

XXX

É interessante dialogarmos sobre o bilhete acima. Como já mencionamos, de acordo com Fuzer (2012), a função básica do bilhete orientador é elogiar o que o aluno fez e, após, sugerir melhorias. Por isso, iniciamos o bilhete com um elogio e, posteriormente, fornecemos as instruções. Ressaltamos que a orientação de escrever uma citação com humor irônico teve a intenção de aproximar a produção final do modelo de notícia do site Sensacionalista, conforme estudado no decorrer da SD e proposto na etapa de produção inicial.

Outro direcionamento que necessita destaque foi o de revisar os termos que foram destacados nas primeiras produções. Importa dizer que não corrigimos os textos, apenas sinalizamos os pontos que necessitavam ser repensados e orientamos os alunos por escrito e oralmente a consultarem um dicionário ou a professora/pesquisadora, com o objetivo de incentivar a prática de análise linguística.

Após a entrega da notícia produzida com o bilhete orientador, passamos à reescrita do texto que considerou não apenas o bilhete, mas também as orientações que fizemos nas interações em sala de aula. A reescrita feita pelo grupo será transcrita a seguir, mantendo-se o texto original dos alunos que escreveram esta notícia de forma colaborativa.

A reescrita da notícia em sala de aula

A escola EMEF “PF” tem caído aos pedaços e muitos alunos tem reclamado

A escola EMEF “PF” ultimamente tem passado por uma situação precária ela precisa rapidamente de uma reforma.

“Ela nessecita de uma boa reforma porque em algumas salas tem faltado cerâmica nas paredes; janelas quebradas, goteiras na quadra, ventiladores quebrados, carteiras quebradas e entre outros” – relatou M.

“Não sei de devemos reclamar pelo fato da escola está caindo aos pedaços ou comemorar pelo fato de que pode não existir esta escola no ano que vier” declarou F. T.

A. relatou “O que eu ouço muito é que esta escola está caindo aos pedaços, mas é uma verdade, como que um pai ou mãe vai mandar o seu filho para um campo minado.

Em todos os bilhetes orientadores, demos sugestões aos alunos considerando o que foi estudado durante a sequência didática. Com isso, os grupos ficaram à vontade para aceitar ou não as orientações. Podemos observar que o grupo acima manteve praticamente todos os problemas relatados na primeira produção. No bilhete, nossa primeira sugestão foi sobre o título, visto que foi uma das características do gênero notícia estudadas durante a SD. Assim, os alunos criaram um título que diz muito sobre a situação da escola, isto é, “caindo aos pedaços”.

Também sugerimos ao grupo que escrevesse, no terceiro parágrafo do primeiro texto, isto é, “Mas o que podemos fazer? a única coisa que nos resta é reclamar com o nada, porque ninguém quer nos escutar”, uma citação com humor irônico. Entretanto, o grupo optou por retirar esse trecho e acrescentar este: “‘Não sei de devemos reclamar pelo fato da escola está caindo aos pedaços ou comemorar pelo fato de que pode não existir esta escola no ano que vier’ declarou F. T.”. Cabe justificar que, após analisarmos novamente o parágrafo retirado pelos alunos, percebemos que houve a tentativa de gerar humor irônico com a expressão

“reclamar com o nada”. Talvez, devido à orientação dada no bilhete, os alunos escolheram retirar o trecho que, a nosso ver, era muito importante, para escrever uma citação com mais humor irônico.

Acerca da nova citação, podemos observar que o humor irônico está presente no final dela, ou seja, quando o aluno fala em comemorar o fato de a escola não existir no próximo ano. Ao mesmo tempo que o aluno demonstra preocupação, no início da sua citação, com a infraestrutura da escola, ele também levanta, na parte final, um problema comum da educação brasileira: o desinteresse dos alunos pela escola.

Não podemos deixar de destacar que o discurso irônico, carregado de humor, está muito presente tanto na primeira quanto na segunda produção do grupo. Podemos notar isso por meio de trechos em que aparecem expressões, como “caindo aos pedaços”, “campo minado”, “reclamar com o nada”, dentre outros. Esse discurso possui como característica a ambiguidade, em que se convida o leitor a uma leitura linguística e discursiva, transformando-o em co-produtor da significação. Para Brait (2008, p. 138), esta dupla leitura “mobilizada por um enunciado irônico envolve formas de interação entre os sujeitos, bem como a relação com o objeto da ironia e com as estratégias linguístico-discursivas que põem em movimento o processo”.

Na primeira produção, notamos que o grupo não escreveu citações com aspas, por exemplo. Durante a SD, mais especificamente, no módulo 3, os alunos estudaram sobre intertextualidade e puderam perceber, por meio da análise de uma notícia, a importância de citações, por exemplo, em um texto. O grupo acima, na reescrita, compreendeu isso, ao escrever citações com aspas e utilizar expressões, como “declarou” e “relatou”, comuns nos exemplares do gênero analisados e que, por sinal, não foram sugeridas no bilhete orientador.

Para Magalhães (2012), importa o estudo da intertextualidade e da interdiscursividade, já que “mais importante do que escrever um texto gramaticalmente correto é relacionar o que se escreve à

reflexão sobre o que se leu. Da mesma forma, na leitura, estabelecer relação com outros textos ou discursos é o que movimenta o motor da reflexão” (Magalhães, 2012, p. 62). A última sugestão do bilhete orientador foi: “Os termos destacados poderiam ser revisados. Vocês poderiam consultar um dicionário, um livro ou o professor para isso.”. Assim, na reescrita, o grupo revisou alguns termos destacados.

Considerações finais

Como já mencionamos, este capítulo apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada no curso de Doutorado em Estudos Linguísticos, do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de Linguística Aplicada. Na pesquisa, buscamos elaborar e aplicar uma sequência didática, com enfoque no gênero notícia, com o objetivo de perceber em que medida tal ferramenta didático-metodológica pode contribuir para o trabalho com leitura e produção textual na educação básica. Podemos dizer que a opção pelo gênero notícia surgiu após os alunos da turma realizarem uma atividade do livro didático sobre esse gênero, que apresenta a perspectiva da notícia tradicional.

Com isso, planejamos ir além do que foi proposto pelo livro didático, escolhendo as notícias do site Sensacionalista, por serem fictícias, mas baseadas em fatos, e por apresentarem características singulares, como ironia e humor. Dessa forma, considerando a prática de leitura e de produção de textos como um processo, assim como questões de dialogismo, intertextualidade, crítica, ironia e humor, elaboramos uma sequência didática e a aplicamos em uma turma do sétimo ano do ensino fundamental.

Acreditamos que a SD pode ser utilizada em sala de aula de modo flexível, pois possibilita reordenar a trajetória a qualquer momento. Além disso, torna possível ampliar o universo de notícias, por exemplo, estudadas na educação básica, já que alunos e professores são incentivados a levar diferentes exemplares para

as aulas, indo além do que é proposto pelo livro didático. Também permite trabalhar a prática de leitura e de produção de textos como um processo, como também abordar questões importantes, como dialogismo, intertextualidade, crítica, ironia e humor.

Além disso, chegamos à conclusão de que podemos incentivar o desenvolvimento da reflexão e da crítica nos alunos por meio do trabalho com o gênero notícia. Todas as notícias produzidas pelos grupos, como pudemos perceber na notícia selecionada e analisada, demonstram problemas que são vivenciados por eles diariamente. Isso mostra que os discentes estão interessados em analisar a realidade deles e argumentar sobre ela, seja em relação à escola, seja em relação aos bairros. Assim, é importante proporcionar ao aluno a possibilidade de trazer sua realidade para a sala de aula, dando-lhe voz e desenvolvendo a consciência da cidadania.

Referências

ALUNOS desviam lanche da cantina duas semanas após escola inserir aulas de Política na grade curricular. **Sensacionalista**, 23 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.sensacionalista.com.br/2015/02/23/alunos-desviam-lanche-da-cantina-duas-semanas-apos-escola-inserir-aulas-de-politica-na-grade-curricular/>>. Acesso em: 03 set. 2018.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: A Teoria do Romance**. 3. ed. São Paulo: UNESP: HUCITEC, 1993.

BEAUGRANDE, R. A.; DRESSLER, W. U. **Introduzione alla Linguistica Testuale**. Bologna: Ed. Trice il Mulino, 1984.

BRAIT, B. **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Unicamp, 2005.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Unicamp, 2008.

BRASIL cai no ranking da educação e políticos corruptos comemoram nova geração de eleitores. **Sensacionalista**, 06 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.sensacionalista.com.br/2016/12/06/brasil-cai-no-ranking-da-educacao-e-politicos-corruptos-comemoram-nova-geracao-de-eleitores/>>. Acesso em: 03 set. 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>>. Acesso em: 02 set. 2019.

COELHO, M. G. P.; MAIA, L. R. H.; SOARES, A. F. Sentimentos mediados: Sensacionalista produz narrativas de risos e discordâncias sobre o Caso Charlie Hebdo. **Revista E-compós**, v. 19, n. 1, p. 1-18, 2016. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1229>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CONCEIÇÃO, A. L. C.; DOMINGOS, A. A. Site “Sensacionalista”: Relação Jornalismo e Humor em uma Perspectiva Semiótica. **XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-1870-1.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

COPA da Rússia chegou e Brasil ainda não terminou 41 obras de 2014. **BBC**, São Paulo, 13 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44472647>>. Acesso em: 15 set. 2018.

DOLZ, S.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: ROJO, R. H. R.; CORDEIRO, G. S. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FUZER, C. Bilhete orientador como instrumento de interação no processo ensino-aprendizagem de produção textual. **Letras**, Santa Maria, v. 22, n. 44, p. 213-245, 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/viewFile/12198/7592>>. Acesso em: 18 out. 2015.

GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1998.

MAGALHÃES, I. Letramento, intertextualidade e prática social crítica. In: MAGALHÃES, I. (org.). **Discursos e Práticas de Letramento: Pesquisa Etnográfica e Formação de Professores**. São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

MANGABEIRA, A. B. A.; COSTA, E. V.; SIMÕES, L. J. O bilhete orientador: um gênero discursivo em favor da avaliação de textos na aula de línguas. **Cadernos do IL**, n. 42, p. 293-307, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/viewFile/26030/15242>>. Acesso em: 18 out. 2015.

MORIN, A. **Pesquisa ação-integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NOVO secretário garante que prioridade será concluir obras paralisadas. **Folha Vitória**, Vitória, 21 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/11/2018/novo-secretario-garante-que-prioridade-sera-concluir-obras-paralisadas>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

ROCHA, A. O.; VELOSO, M. S. F. A construção da comicidade e a prática humorística no site Sensacionalista. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT5-CI.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SAMPAIO, D. L. N. **O uso da teoria da intertextualidade no livro didático para o ensino da leitura**. 2013. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <<http://bdtd.unoeste.br:8080/tede/handle/tede/897>>. Acesso em: 18 set. 2018.

TORCEDOR que comprou TV de 60' para ver a copa lembra que em seguida vem a campanha eleitoral e deprime. **Sensacionalista**, 04 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.sensacionalista.com.br/07/04/torcedor-que-comprou-tv-de-60-para-ver-a-copa-lembra-que-em-seguida-vem-a-campanha-eleitoral-e-deprime/>>. Acesso em: 03 set. 2018.

Sobre as autoras e os autores

Aline de Castro Kaster

Graduada em Letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Educação dos Surdos e Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pelotas. Professora de Libras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas. Membro da Associação dos Surdos de Pelotas.

Alini Ribeiro Nogueira Silva

Mestranda do programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Darcy Ribeiro - UENF, graduada em Letras Libras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2022). Atualmente é servidora da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras no cargo de tradutora intérprete de Libras e professora de educação especial da Prefeitura do Município de Tanguá.

Amanda Heiderich Marchon

Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa - pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia (2007), mestrado (2011) e doutorado (2017) em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolveu pesquisa de pós-doutorado em Estudos da Linguagem, na Universidade Federal Fluminense (Bolsista PNPd CAPES 2020-2021). É Professora Adjunta do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL-UFES) da mesma universidade. É líder do Grupo de Pesquisa ELUs - Estudos da Língua em Uso (UFES).

Carlos Eugênio Soares de Lemos

Professor Associado IV do Departamento de Ciências Sociais da PUCG/Universidade Federal Fluminense, possui Graduação em História pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU/FAFIC - 1995), graduação em Letras-Português/Literatura - (UNESA/2022), especialização em História do Brasil pela UFF/Niterói (1997), pós-graduação em Educação Especial/Inclusiva e Novas Tecnologias (UFRRJ/CEDERJ/2023), especialização em Psicanálise pela Faculdade de Medicina de Campos (FMC/2016), mestrado em Comunicação pela ECO/UFRJ (2002), doutorado em Ciências Humanas (Sociologia) pelo IFCS/UFRJ (2007), pós-doutorado em História pelo PPGH da UFES (2022). Atualmente, é professor da área de Ensino do Curso de Ciências Sociais/UFF e bolsista Cederj-consórcio Cecierj, da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, é pesquisador do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES/UFES) e do Laboratório de Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais (LAPECS/UFF).

Carolina Amorim Zanellato

Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo com bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (2021), com bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Professora efetiva da rede estadual de educação do Espírito Santo (SEDU/ES). É graduada em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Espírito Santo (2019).

Cristiana Barcelos da Silva

Licenciada em Pedagogia pela UENF, em Língua Portuguesa pela Rede Claretiano de Ensino (RCE-Brasil) e Letras-Libras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Pós-doutorado,

doutorado e mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-Brasil) com estágio de doutoramento no exterior na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal) via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (CAPES/PSDE-2017). Lidera o grupo de pesquisa Núcleo Interdisciplinar em Acesso, Permanência, Apoio, Inclusão e Evasão (NIAPAIE) certificado pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq). Especialista em Educação Especial pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI-Brasil), em Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade São Luís (FSL-Brasil) e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF-Brasil). Professora Visitante no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PGCL/UENF) orientando pesquisas em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado). Docente efetiva junto ao Departamento de Educação, Linguística e Letras na Universidade do Estado de Minas Gerais (DELL-UEMG/Carangola).

Daniela Littig Endlich

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) da Ufes (2023 -), graduada em Letras - Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (2019 - 2023). Participa do Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia (GEDIM).

Deyvid Petri Ceccon

Professor de Língua Portuguesa da rede estadual do Espírito Santo (Sedu). Licenciado em Letras-Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, 2022). Mestre em Linguística pela mesma instituição (PPGEL/Ufes, 2024), na linha da Linguística Aplicada. Tem interesse em Análise da Conversa, fala-em-interação de sala de

aula, multimodalidade e posturas morais. Integra o Grupo de Pesquisa Linguagem, Interação e Etnometodologia (Glie).

Francisco Quenupe

Licenciado em Letras Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na qual foi aluno do Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (Pivic). É mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticas - PPGEL/Ufes.

Juliane Nogueira de Sá

Graduada em Letras Português/Inglês pela Faculdade Saberes, mestra e doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora de Língua Portuguesa no Governo do Estado do Espírito Santo e na Faculdade Multivix. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada.

Kátia Regina Franco

Graduada em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Portuguesa pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999-2002). Especialista em Estudos Linguísticos e Ensino de Língua Materna (2004-2006). Mestra em Estudos Linguísticos (2006-2008). Doutoranda em Linguística da Ufes. Técnica pedagógica e consultora de língua portuguesa em avaliações de larga escala na Superintendência Regional de Educação de Cariacica.

Leila Maria Tesch

Professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-graduação em Linguística, na Universidade Federal do Espírito Santo. Possui graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004), mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (2011). Realizou estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Ufes (2013-2015) e estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Unicamp (2020). É uma das coordenadoras do Grupo Capixaba de Estudos de Variação e Mudança Linguística (PortVix).

Maria Eduarda Costa Maciel Nogueira

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Darcy Ribeiro (PPGCL/UENF); Pós-graduada em Neuropsicopedagogia. Graduada em Letras- Português/Inglês pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Formada pelo Instituto Municipal de Educação de Rio das Ostras (IMERO) no curso formação de professores, modalidade Normal Médio. Professora de apoio acadêmico na Universidade Estadual Darcy Ribeiro, ministrando a disciplina de Conteúdo e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa.

Micheline Mattedi Tomazi

Professora associada do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da mesma instituição. Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com Mestrado e Especialização em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Em 2014, finalizou seu estágio de Pós-Doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em 2019 realizou estágio pós-doutoral na Universidad Pompeu Fabra, sob a supervisão do professor Teun Van Dijk. É líder fundadora e coordenadora do Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia (Gedim/UFES/CNPq).

Paulo Henrique Santos Nunes

Mestrando em Língua e Cultura com ênfase nos Estudos da Tradução, Aquisição de Línguas e Acessibilidade pelo Programa de

Pós-Graduação em Língua e Cultura - PPGLinC da UFBA - Universidade Federal da Bahia. Especialista em Teatro e Educação pelo IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (2024), em Mídias e Educação pelo IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (2022), em Educação a Distância 4.0 pela FAEL - Faculdade Educacional da Lapa (2021) e em Docência do Ensino Básico e Superior pela ESTRATEGO - Faculdade Estratego (2021). Graduado em Licenciatura plena em Letras: Língua Inglesa e Suas Respectivas Literaturas pela UNEB - Universidade do Estado da Bahia (2018).

Renata Alves Batista

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e licenciada em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela mesma instituição. Desenvolve pesquisa na área da Sociolinguística.

Roberto Perobelli

Professor Adjunto do Departamento de Línguas e Letras (DLL) e do Programa de Pós-Graduado em Linguística (PPGEL) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Graduado em Letras (2003), mestre em Letras (2006) e doutor em Linguística (2012) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Recentemente (2019), finalizou seu estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unisinos (São Leopoldo, RS). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Rosani Muniz Marlow

Doutora (2021) e Mestra (2016) em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES) (2021). Concluiu Especialização em Estudos Linguísticos: Linguagem e

funcionamento pela UFES (2005), e Graduação em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela UFES (2001). Também é graduada em Ciências das Religiões (Segunda Licenciatura) pela Faculdade Unida-ES (2024). Atualmente, é professora substituta do IFES - Campus Serra (2023-2024). Atua com produção e revisão de textos. Estuda as áreas de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística (Pragmática, Linguística Textual, Linguística Aplicada), tendo afinidade com as áreas de Jornalismo, Pedagogia, Educação e Ensino Religioso.

Sérgio Arruda de Moura

Graduado em Comunicação Social e Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1982). Graduação em Letras Inglês e Português pela Universidade Federal de Pernambuco (1980). Graduação em Letras - Bacharelado Inglês pela Universidade Federal de Pernambuco (1981). Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1986) e doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Atualmente é professor bolsista Cederj- consórcio Cecerj, da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ e professor associado I da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Bolsista Produtividade CNPq.

Tatiana Bolivar Lebedeff

Graduada em Educação Especial com Habilitação em Deficientes da Áudiocomunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (1989). Especialização em Formação de Professores em Educação a Distância pela Universidade Federal do Paraná (2002). Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993) e Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Duas licenças maternidade: Isadora (2000) e Gabriel (2010). Realizou Estágio Pós-Doutoral Sênior na University College London - DCAL, com bolsa CAPES (2015) investigando Objetos de Aprendizagem no ensino de Línguas de Sinais. Realizou estágio Pós-Doutoral no Montgomery

County Community College em Ambler, Pensilvânia, com bolsa CAPES (2007) investigando o Shared Reading Project da Universidade Gallaudet em Washington. Realizou estágio de pesquisa com Walter Kintsch na Universidade do Colorado em Boulder (1999) para investigar processos de compreensão textual. Atualmente é professora da Área de Libras / Curso de Letras Libras / Literatura Surda do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É Professora Efetiva e Coordenadora Adjunta do Programa de Pós Graduação em Letras da UFPEL. Participa do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos / GIPES.

Thiago Eugênio Lorêdo Bêta

Doutor em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e mestre pelo mesmo programa. Possui graduação em Letras pela Universidade Estácio de Sá (2013) e em Ciencia da Educação pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2006). É professor EBTT da área de Língua Portuguesa do Instituto Federal Fluminense campus Campos Centro, onde leciona no Ensino Médio Integrado, na Licenciatura em Letras e na pós-graduação em Literatura, Memória Cultural e Sociedade, da qual é o atual coordenador.

Palavras-chave deste volume

Afiliação
Análise da Conversa Multimodal
Argumentação
Cláusula de Finalidade
Colonialidade
Comunicação
Cultura
Debate
Dialogismo
Discordância
Discurso
Dublagem
Educação de surdos
Escravidão
Estudo de percepção
Fake News
Futuridade
Notícia
Hipotaxe Circunstancial
Intertextualidade
Jornalismo Político
Legendagem
Leitura
Letramento digital
Linguagem
Notícia
Objeto direto anafórico
Pandemia
Polêmica

Polidez Linguística
Práticas pedagógicas
Produção textual
Pronome clítico
Pronome lexical
Referenciação
Riso
Sequência didática
Sitcoms
Sociolinguística
Tecnodiscurso
Telejornalismo
Tradução
Nós e a gente
Violência sexual contra crianças e adolescentes



6º CONEL
CONGRESSO NACIONAL DE
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

PPGEL
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM LINGÜÍSTICA

Esta coletânea de cinco volumes é fruto dos trabalhos apresentados no 6º Congresso Nacional de Estudos Linguísticos (CONEL), realizado na Universidade Federal do Espírito Santo em 2023, sob o tema Estudos Linguísticos e Direitos Humanos. Os capítulos representam a multiplicidade dos debates promovidos durante o evento, abordando desde questões de identidade até aspectos epistemológicos da pesquisa linguística. Cada volume foi organizado de maneira a destacar temas específicos que perpassam o campo dos estudos linguísticos.



FAPEES
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

